

EDITORA



**UnB**

# Coisas do caminho

Crédito, confiança e informação na  
economia do comércio de gado entre  
Viamão e Sorocaba (1780-1810)

Tiago Luís Gil



Pesquisa,  
Inovação  
& Ousadia



**Universidade de Brasília**

**Reitora**  
**Vice-Reitor**

Márcia Abrahão Moura  
Enrique Huelva

EDITORA



**UnB**

**Diretora**

Germana Henriques Pereira

**Conselho editorial**

Germana Henriques Pereira  
Fernando César Lima Leite  
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende  
Carlos José Souza de Alvarenga  
Estevão Chaves de Rezende Martins  
Flávia Millena Biroli Tokarski  
Jorge Madeira Nogueira  
Maria Lidia Bueno Fernandes  
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos  
Sely Maria de Souza Costa  
Verônica Moreira Amado



# **Coisas do caminho**

Crédito, confiança e informação na  
economia do comércio de gado entre  
Viamão e Sorocaba (1780–1810)

Tiago Luís Gil



**Coordenação de produção editorial**  
**Editora de publicações**  
**Revisão**  
**Diagramação**

**Equipe editorial**

Luciana Lins Camello Galvão  
Marília Carolina de Moraes Florindo  
Marina Ávila Birriel  
Cláudia Dias

© 2018 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:  
Editora Universidade de Brasília  
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, Edifício OK,  
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF  
Telefone: (61) 3035-4200  
Site: [www.editora.unb.br](http://www.editora.unb.br)  
E-mail: [contatoeditora@unb.br](mailto:contatoeditora@unb.br)

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Esta obra foi publicada com recursos provenientes do Edital DPI/DPG nº 2/2017.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

---

G463            Gil, Tiago Luís.  
                  Coisas do caminho : crédito, confiança e informação na economia do comércio de gado entre Viamão e Sorocaba (1780–1810) / Tiago Luís Gil. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2020.  
                  344 p. ; 23 cm. – (Pesquisa, inovação & ousadia).

ISBN 978-65-5846-029-9

1. Gado - Comércio. 2. Créditos. 3. Confiança. 4. Economia - Brasil - História - Período colonial, 1500-1822. I. Título. II. Série.  
CDU 981.03/.044

*“São coisas do caminho não sei o que será, mas muitas vezes do longe se sabem as coisas mais depressa do que do perto”*

(de uma carta escrita em Porto Alegre por um sujeito chamado Fabiano para alguém na Lapa ou em Curitiba, em 1781)



# Abreviaturas

**ACMPOA:** Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

**Aesp:** Arquivo do Estado de São Paulo

**HU.SP:** Arquivo Histórico Ultramarino, Capitania de São Paulo, avulsos (o número em sequência especifica o documento)

**AHU.RS:** Arquivo Histórico Ultramarino, Capitania de Rio Grande de São Pedro (o número em sequência especifica o documento)

**AHRS:** Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

**AHU.SC:** Arquivo Histórico Ultramarino, Capitania de Santa Catarina (o número em sequência especifica o documento)

**AHU.SPMG:** Arquivo Histórico Ultramarino, Capitania de São Paulo, Coleção Mendes Gouveia (o número em sequência especifica o documento)

**AHU.MG:** Arquivo Histórico Ultramarino, Capitania de Minas Gerais (o número em sequência especifica o documento)

**Apergs:** Arquivo Público do Rio Grande do Sul

**BN:** Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos (o número em sequência específica o documento)

**1COAPOA:** Primeiro Cartório de Órfãos e Ausentes de Porto Alegre, Arquivo Público do Rio Grande do Sul (o número em sequência específica o documento, primeiro o maço, depois o processo)

**1TABPOA:** Primeiro Tabelionato de Porto Alegre, Arquivo Público do Rio Grande do Sul (o número em sequência específica o documento, primeiro o livro, depois a nota, em ordem, dentro do livro)

**2TABPOA:** Segundo Tabelionato de Porto Alegre, Arquivo Público do Rio Grande do Sul (o número em sequência específica o documento, primeiro o livro, depois a nota, em ordem, dentro do livro)

**1TABCUR:** Primeiro Tabelionato de Curitiba, Arquivo Digital do Centro de Documentação e Pesquisa em História (Cedope) (o número em sequência específica o documento, primeiro o livro, depois a nota, em ordem, dentro do livro)

# Lista de tabelas

<b>Tabela 1:</b> População de localidades do Viamão (final do século XVIII) .....	50
<b>Tabela 2:</b> Localidade de origem dos chefes de fogo em Sorocaba (1801) .....	123
<b>Tabela 3:</b> Rede de credores e devedores .....	248
<b>Tabela 4:</b> Localização geográfica dos devedores do rol de dívidas de Francisco de Paula Teixeira .....	298



# Lista de figuras

<b>Figura 1:</b> Mapa do caminho das tropas na América do Sul (1780–1810) .....	18
<b>Figura 2:</b> Mapa do caminho das tropas (1780–1810).....	18
<b>Figura 3:</b> Número anual de tropas (no registro de Curitiba, 1788–1809) .....	29
<b>Figura 4:</b> Estimativa do número de animais calculada pelo valor dos impostos declarados no Registro de Curitiba (1788–1809) .....	30
<b>Figura 5:</b> Proporção dos animais por década.....	31
<b>Figura 6:</b> Tropeiros agrupados pelo número de viagens que realizaram e pelo peso de seus negócios (medido em tributos devidos) .....	33
<b>Figura 7:</b> Mapa das fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (final do século XVIII).....	46
<b>Figura 8:</b> Mapa de Triunfo e do Viamão (final do século XVIII) .....	51
<b>Figura 9:</b> Mapa de Patrulha, Vacaria e Lajes (final do século XVIII) .....	56
<b>Figura 10:</b> Mapa de Curitiba, Castro, Lapa e Campos Gerais (final do século XVIII).....	67
<b>Figura 11:</b> Mapa de Sorocaba, São Paulo e seu interior (final do século XVIII).	76
<b>Figura 12:</b> Distâncias da época, medidas em dias de viagem .....	138
<b>Figura 13:</b> Correspondência ativa e passiva do tesoureiro Antonio Manuel Fernandes da Silva .....	151
<b>Figura 14:</b> Comparação do número de notas entre o Primeiro Tabelionato de Porto Alegre e o Primeiro Tabelionato de Curitiba (1780–1810) .....	221
<b>Figura 15:</b> Comparação entre o número de dívidas encontradas em inventários e em registros de notas em Porto Alegre (1780–1795) .....	223
<b>Figura 16:</b> Hierarquia do crédito .....	234



# Sumário

<b>Introdução</b> .....	13
<b>Capítulo 1</b>	
Tropas e tropeiros.....	25
1.1 A origem do caminho e seu movimento .....	25
1.2 Caracterização dos tropeiros .....	31
<b>Capítulo 2</b>	
Pelo arquipélago das tropas.....	43
2.1 O mar .....	54
2.2 O espaço consumidor .....	83
<b>Capítulo 3</b>	
O passivo sobrenatural e outras categorias.....	87
3.1 O passivo sobrenatural .....	87
3.2 Alguns modelos nativos .....	107
<b>Capítulo 4</b>	
Um tanto de ilha, um tanto de mar.....	119
4.1 Navegando pelo arquipélago Atlântico Sul Ocidental .....	121
4.2 Da percepção geográfica coeva.....	139
<b>Capítulo 5</b>	
A informação: movimento, intensidade e controle .....	145
5.1 A informação.....	145
5.2 Os caminhos da novidade: a correspondência da Casa Doadada e o controle das informações.....	150

## **Capítulo 6**

A confiança: geração, valor e manutenção .....	161
6.1 Definições êmicas e seu significado social .....	162
6.2 Alguns casos .....	170

## **Capítulo 7**

Uma economia capitalizada .....	185
7.1 A força dos capitães (e outros oficiais) e seu impacto na economia do mundo das tropas .....	186
7.2 Como se faz um capitão .....	194

## **Capítulo 8**

Os agentes do crédito .....	219
8.1 Os credores .....	224
8.2 Sua excelência, o devedor .....	230

## **Capítulo 9**

A loteria da Babilônia: um mercado diverso .....	241
9.1 Camadas de relacionamentos .....	241
9.2 Sobre o que circula: uma dança das cadeiras .....	253

## **Capítulo 10**

Esferas de troca e formas de crédito: geração, significado e manutenção....	263
10.1 Sobre bens e esferas de troca (e sobre o que ficava parado).....	263
10.2 A dinâmica do estático .....	271

## **Capítulo 11**

Considerações finais: de volta ao caminho .....	287
11.1 Fianças e cobranças: o peso da equidade.....	290
11.2 Um comércio hierarquizado .....	302

<b>Fontes</b> .....	317
---------------------	-----

# Introdução

Este trabalho pretende explorar o universo do mercado de crédito em uma sociedade de Antigo Regime, tendo como caso a economia dos negociantes de gado que conectavam a região do Viamão à de Sorocaba entre finais do século XVIII e início do XIX. As economias de Antigo Regime são bastante diferentes da nossa. Para que o leitor possa ter uma ideia, vou começar contando duas histórias. Elas são bem diferentes entre si, mas ajudam na apresentação do problema do crédito. A primeira das histórias é um problema familiar: em julho de 1797, um sujeito chamado Antonio Francisco de Aguiar escrevia uma carta para outro, chamado Antonio Manuel Fernandes da Silva. Falava de um terceiro, José Joaquim de Oliveira Cardoso, a respeito de quem pairava uma dúvida: se iria formalizar as dívidas que tinha em juízo, ou seja, se iria assumi-las como válidas. Aguiar contava com isso, e acrescentava: “me tenho esforçado [...] a que o Doutor José Joaquim formalize as suas contas judiciosas e verdadeiras, *por crédito seu, e boa reputação as cinzas de seu pai*”.<sup>1</sup> José Joaquim era filho do capitão-mor de São Paulo, Manuel de Oliveira Cardoso. Antonio Francisco de Aguiar era tenente-coronel e membro de uma importante família em Sorocaba. Antonio Manuel Fernandes da Silva era procurador e representante de Tomé Joaquim da Costa Corte Real, conselheiro ultramarino.

A segunda história se passa mais ao sul e trata de questões militares: em janeiro de 1775, em meio aos conflitos entre os exércitos portugueses e espanhóis no sul da América, o brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, na Praça de Nossa Senhora dos Prazeres do Rio Iguatemi, escrevia ao secretário de estado e ultramar, Martinho de Melo e Castro, o qual se encontrava em Lisboa:

---

<sup>1</sup> BN-II-35,25,25-27-023.

As cinco Companhias de Aventureiros são compostas de *negros, mulatos, índios e criminosos, que continuamente estão a desertar para os castelhanos, gente esta de mui pouca confiança para qualquer ação* nus, e descalços, sem brio nem honra, e receio que se houver alguma ocasião desamparem os oficiais, pois só desejam e procuram ver-se fora deste distrito e da sujeição em que estão violentos. Deixo a consideração de Vossa Excelência os progressos que poderá obrar um comandante com *gente de tão baixo espírito*. Quase todos estes aventureiros tem vindo em ferros por homicídios, furtos e outros delitos, e *por não pagarem dívidas* de que são dispensados, que por seu gosto, nem um único depois que souberam o que isso era.<sup>2</sup>

Este trabalho é sobre estes homens e seus negócios e procura entender como funcionava o acesso ao crédito, o crédito financeiro, mas também o crédito como sinônimo de confiança. E aqui entram todos: mulatos, índios, criminosos, capitães, brigadeiros, conselheiros ultramarinos e secretários de estado e ultramar. Alguns elementos presentes nestas breves citações também povoarão este trabalho, inclusive o parentesco e seu significado nas trocas, como o de José Joaquim e seu falecido pai, que era tão expressivo que não passou despercebido por um terceiro que nem mesmo era o credor. Ao comentar sobre um terceiro, neste caso particular, Aguiar e Fernandes da Silva não apenas estavam reforçando regras sociais que conheciam, mas também contribuindo para sua aplicação, para o controle social daquele terceiro e deles próprios. E faziam isso de forma muito simples: por meio da conversa. A forma como as informações circulavam entre os agentes e seu impacto nos negócios e nas decisões também serão aqui abordados.

Nesse contexto, não podemos esquecer a reputação e a confiança, elementos que marcam as duas passagens transcritas. Tanto Aguiar esperava o melhor de José Joaquim como Sá e Faria esperava o pior daquelas pessoas de “*baixo espírito*”. E o problema, penso, estava longe da prática da deserção, dizia respeito, sim, à hierarquia social e sua naturalização. Até porque, cerca de dez anos depois, o próprio Sá e Faria perguntava ao vice-rei de Buenos Aires se devia trocar de farda ou se

---

<sup>2</sup> AHU.SPMG. 2691.

usaria a mesma, já que ele também havia desertado para os castelhanos.<sup>3</sup> Mas ele era brigadeiro e diferente daquelas pessoas que, entre outras coisas, não pagaram suas dívidas. Assim, voltamos ao problema do crédito e de como sua prática estava profundamente relacionada com os elementos mais próprios daquele mundo.

Contudo, as citações apresentadas expõem dois contextos importantes. De certo modo, a hierarquia social, tal como vimos no primeiro exemplo, foi gerada a partir do processo no qual o segundo caso foi produzido. As patentes de muitos dos renomados oficiais que comandavam o governo e a economia de fins do século XVIII e início do XIX, no território que estamos tomando, foram, em sua maioria, concedidas no processo de guerra entre lusos e espanhóis, inclusive muitas das patentes que Antonio Francisco de Aguiar obteve em sua vida, até chegar a ser tenente-coronel. Mas estaria errando se apontasse apenas a guerra como explicação: há diversos outros fatores que devem ser incluídos, entre os quais o parentesco, a reputação e as relações com a monarquia e com aquela base social, na qual se incluíam negros, mulatos e índios.

O objetivo principal desta obra é compreender aquela economia a partir do estudo do modo como o crédito era praticado na dinâmica das relações pessoais, tendo como pano de fundo uma sociedade católica, corporativa, com uma hierarquia social baseada na política que incluía, no seu devido lugar, capitães, forras, brigadeiros, pardos, donas, pretos e tenentes. O contexto para isso é uma rota mercantil que interligava as localidades de Viamão e Sorocaba, passando por diversos outros lugares, mais ou menos importantes, como Vacaria, Lages, Lapa, Castro e Itapetininga. Uma rota comercial de um produto único praticamente: os animais, especialmente mulas, cavalos e reses. Nesse sentido, aponto esta como uma economia de Antigo Regime, mas não faço dessa definição uma tosca forma de rotulagem, procurando, antes, tomá-la em suas especificidades, a fim de entender a originalidade de suas formas.

---

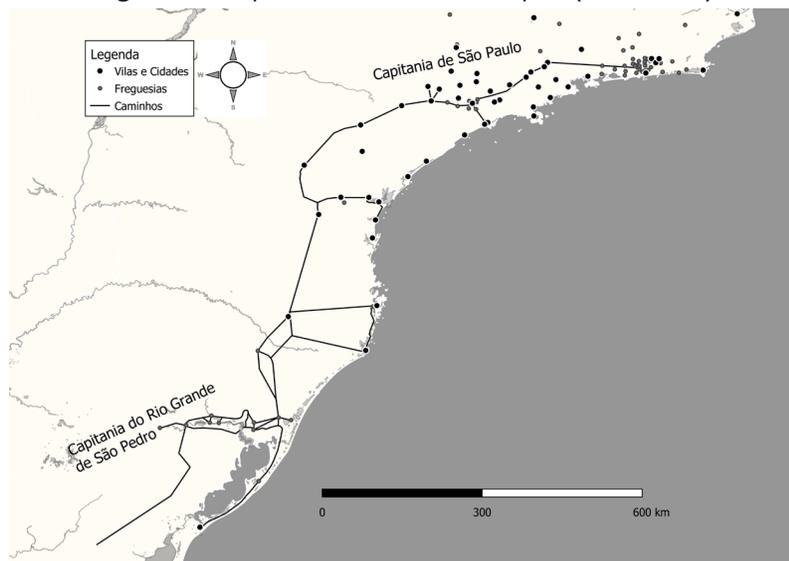
<sup>3</sup> AGI-GOB-BA-070-003.

**Figura 1:** Mapa do caminho das tropas na América do Sul (1780–1810)



Fonte: Mapas Particulares... BN. Mss. 005,04,035.

**Figura 2:** Mapa do caminho das tropas (1780–1810)



Fonte: Mapas Particulares... BN. Mss. 005,04,035.

## Aspectos teóricos e metodológicos

As referências teóricas e metodológicas deste trabalho são diversas e passam por tendências como a micro-história italiana, a antropologia econômica substantivista, a corrente neoinstitucional, a *social network analysis* (análise de redes sociais), a sociologia das relações de Ronald Burt e, especialmente, as obras de Fredrik Barth, Maurice Godelier e Bartolomé Clavero. Também procurei dar alguma atenção a problemas de ordem demográfica, assim como a questões mais próprias da geografia. O resultado foi uma infidelidade completa e uma total promiscuidade de ideias. Demógrafos, economistas, sociólogos, antropólogos e historiadores podem não se dar por satisfeitos ao ler este trabalho. Um dos meus principais objetivos ao escrever foi não prometer certezas disciplinares. A ideia, desde o início, foi ser mais provocativo, tratando de temas nada fáceis de resolver e para os quais as fontes disponíveis não ajudavam. Para tanto, a promiscuidade foi fundamental, e peço desculpas, desde logo, pelos eventuais deslizes de um aprendiz.

Falando de fontes, procurei apresentá-las ao longo do texto e tentei fazer da crítica documental matéria para pensar elementos próprios daquele mundo. Ao introduzir as listas nominativas, por exemplo, resaltei que a forma como eram construídas dizia respeito às próprias noções de classificação social da época. Ao tratar dos inventários *post-mortem*, procurei enfatizar, entre outras coisas, como a preocupação com o patrimônio dos órfãos entrava no cálculo daqueles homens e daquelas mulheres e como a morte de um sujeito produzia uma série de reordenações na economia doméstica e comunitária. Quando indaguei a correspondência, procurei estudar a fundo como se dava a circulação de informações e como isso produzia efeitos naquela economia. As principais fontes que utilizei neste trabalho foram as tais correspondências, os inventários *post-mortem*, as escrituras públicas (livros de notas) e as listas nominativas. Entretanto, acabei lançando mão de diversos outros conjuntos documentais que me pareceram relevantes e que serão devidamente apresentados e referenciados ao longo do texto.

O crédito pode ser abordado de diversas maneiras. A hipótese principal deste trabalho, contudo, levou-me a verificar como os agentes sociais o praticavam no seu cotidiano. Uma vez que o problema do crédito está diretamente relacionado com a confiança e a informação, de um modo geral, e com a relação entre os contratantes numa sociedade de Antigo Regime, seria preciso tomar em conta uma metodologia que fosse totalmente sensível às mais sutis dinâmicas da vida daqueles agentes. Uma saída conveniente seria a utilização da prosopografia. A dificuldade residiria em identificar um grupo. Ao recordarmos a importância da informação e da confiança nas movimentações de crédito, o grupo de análise teria que abarcar toda a sociedade em questão ou, ao menos, todos aqueles sobre quem houvesse dados e que estivessem relacionados àquelas transações, mesmo que indiretamente. Se tivesse escolhido apenas a elite do crédito, acabaríamos, provavelmente, chegando às mesmas conclusões a que chegou a historiografia clássica do tema, tornando pouco útil a pesquisa.

Um estudo biográfico seria igualmente relevante, na medida em que poderíamos verificar com detalhes as movimentações que nos interessam. Contudo, se é o aspecto relacional do crédito o mais importante para este estudo, preciso extrapolar a vida de um personagem, navegando pelas cadeias de endividamento. Tais problemas me fazem tomar um caminho que mescla um pouco as duas perspectivas. A ideia seria estudar com profundidade alguns indivíduos, mesmo que não tenham necessariamente algo em comum além de terem deixado registro de algumas de suas dívidas e créditos. Não seria possível fazer um estudo de um grupo dos “endividados”, mas sim utilizá-los para compreender alguns aspectos mais gerais daquele mundo.

O mesmo pode ser dito para a chamada *social network analysis*. As análises de redes sociais surgiram no final dos anos 1960, por meio das pesquisas pioneiras de Mitchell, Boissevain e Barnes (BOISSEVAIN, 1979; MITCHELL, 1974). Essa metodologia enfatiza as interações humanas como objeto de análise primordial. A preocupação maior é com os tipos e as formas de relacionamentos mantidos pelas unidades de análise (que podem ser pessoas, empresas, cidades, palavras) e com o modo como estes vínculos podem interferir no comportamento e nas escolhas destas

unidades. Semelhante metodologia já vem sendo empregada nos estudos históricos há muitos anos, entre os quais é possível citar os recentes trabalhos de Moutoukias sobre as redes das elites portenhas entre o final do século XVIII e início do XIX, assim como o trabalho de Susan Socolow e Juan Carlo Garavaglia.

Tal método pode servir para os mais diversos problemas, sendo uma forma complementar de resolução (MOUTOUKIAS, 1992) e que tem sido pouco considerada para o estudo do crédito, ainda que a metáfora da rede seja frequentemente utilizada para seu estudo. Considerando que os atos de crédito sempre associam duas pessoas, grupos ou empresas e que isso fica expresso nas fontes, tal recurso metodológico seria absolutamente viável. Com a agrupação de recortes temporais maiores que um ano, como um lustro ou uma década, poderíamos verificar como se manifestam a corrente de empréstimos e os grupos que se vinculam por meio dessa prática. Nesse sentido, tal metodologia poderia tornar visível a reprodução de laços pretéritos mediante instrumentos de crédito, ou mesmo mediante a criação de vínculos novos, que poderiam ser mapeados no tempo, de acordo com as possibilidades.

O debate sobre as redes sociais lembra outra importante questão, crucial para a compreensão do crédito no mundo que estamos investigando: a família. Segundo as definições dos tratadistas da época, a família era um dos principais complicadores nos negócios de crédito (CLAVERO, 1990). Mas qual família? O entendimento desse conceito, no contexto que estamos estudando, ia além da própria noção de família extensa. Incluía também os servos e “agregados”, e mesmo uma irmandade significava um vínculo de parentesco que deveria ser considerado, assim como o compadrio e outras formas de parentesco fictício (CLAVERO, 1990). Assim, um passo importante para entender o conceito de família seria o rastreamento dos grupos familiares, levando em conta as características mencionadas. Na medida em que estamos trabalhando com um grupo irregular, heterogêneo e de universo desconhecido, as técnicas tradicionais da genealogia não são suficientes, ainda que tampouco possam ser desprezadas. Uma saída viável pareceu ser a fusão dessas técnicas com o método Henry. Mediante esta amálgama, poderíamos obter resultados rápidos

sobre grandes quantidades de famílias nucleares, utilizando sistemas informáticos para agrupar os diferentes sujeitos e as diferentes unidades domésticas.

Uma fonte, em particular, contribuiria bastante para este esforço: as listas nominativas. Estas são listagens de moradores que eram produzidas para que as autoridades coloniais tivessem conhecimento do número de homens em idade para a guerra. Eram feitas casa por casa e poderiam incluir diversas informações sobre os viventes daquele lugar, incluindo idade e sexo. Elas geralmente incluem dados sobre agregados, escravos e outras pessoas associadas ao grupo familiar. Em nosso caso particular, dispomos desse tipo de fontes para boa parte do nosso recorte espacial, dispondo também de fontes análogas, os róis de confessados, feitos para controle dos fiéis e preparação para a Páscoa.

## Os personagens

Como já disse, entram todos. Mas algumas figuras terão especial destaque e nos acompanharão em nossa viagem. Convém guardar alguns nomes para facilitar a leitura. Antonio Francisco de Aguiar é o mais presente. Mas temos que chegar em Sorocaba para encontrá-lo, depois de percorrer todo o caminho do Viamão àquela vila. Aguiar era inspetor do Registro de Sorocaba, tenente-coronel, genro de outro tenente-coronel, Paulino Aires de Aguirre, entre muitos outros cargos. Ele deixou vasta correspondência. E por meio desta correspondência sabemos de muitos outros detalhes da sua vida, de seus conhecidos e negócios. Aguiar vai estar disponível para nós como um guia do caminho, ao longo de toda a nossa jornada.

Outro companheiro que se fará presente será Manuel José Correia da Cunha, inspetor do Registro de Curitiba e observador atento da paisagem. Ele nos conta muito de sua vida em sua correspondência com Antonio Manuel Fernandes da Silva, seu superior. Por meio desses documentos, sabemos, inclusive, que Manuel José gostava de fazer queijos e manteiga em pequenas quantidades, com os quais presenteava seus colegas de Sorocaba e São Paulo. Sabemos que tinha dois escravos

e que reformou a casa onde trabalhava mais de uma vez, especialmente devido às goteiras que surgiam com as tempestades de inverno.

Já que falamos nele, convém logo apresentar: Antonio Manuel Fernandes da Silva é também um personagem importante. Ele não vai nos acompanhar em nossa jornada, ficará em São Paulo, onde atuava como tesoureiro da *Casa Doadada*. Este era o nome que se dava à administração da metade dos impostos cobrados no Registro de Curitiba. O Registro era um posto de arrecadação fiscal localizado em Curitiba (havia outros em outras localidades), e metade dos impostos cabiam à Casa de Tomé Joaquim da Costa Corte Real, que havia recebido esta “doação” de Sua Majestade. Por isso, o nome *Casa Doadada*. É estranho, mas é preciso que o leitor se prepare para coisas mais estranhas ainda. Era um mundo muito diferente do nosso. Mas, cuidado, é muito fácil perder-se em desvios que nos parecem conhecidos ou iguais aos caminhos que hoje trilhamos.

Outro sujeito com quem toparemos muitas vezes é o coronel José Vaz de Carvalho. Ele não nos dará muita atenção. Andava constantemente muito ocupado com seus negócios, seus amigos e aparentados, percorrendo sempre distâncias muito largas. Da mesma forma, o coronel Manuel Gonçalves Guimarães também será avistado, mas sempre envolto em seu comércio de animais. Mas teremos a oportunidade de vê-lo passar de guarda-mor à coronel, ter seus filhos e casá-los. Assim como esses dois oficiais de Sua Majestade, também nos encontraremos com Paulino Aires de Aguirre. Foi negociante e inspetor do Registro de Sorocaba. Ele aparecerá fazendo coisas muito variadas ao longo de toda a viagem.

Destaquei esses sujeitos, pois são aqueles de que a documentação mais trata e cujos nomes aparecerão inúmeras vezes ao longo do texto. Convém lembrar seus nomes, pois coronéis costumavam ser muito ciosos de sua imagem. Por fim, é importante reparar que não temos, entre os personagens principais, mulheres, escravos ou forros. A documentação nos fala deles, mas pouco e com um lugar muito delimitado. Não devemos esquecer-los ao longo de nossa viagem, agora que os sabemos discretos.



## CAPÍTULO 1

---

# Tropas e tropeiros

### 1.1 A origem do caminho e seu movimento

Em 1732, Cristóvão Pereira de Abreu chegava a Curitiba, vindo do Viamão, por onde se metera para abrir o caminho em 1731. Ele chegou com uma volumosa tropa, sendo, além de “fundador”, o primeiro negociante de gados a cruzar aquele percurso. Foi apenas o começo de uma rota que testemunharia, ao longo dos anos seguintes, uma enorme movimentação de animais. O caminho estava sendo aberto desde 1727, por Francisco de Souza e Faria, sob ordem do governador de São Paulo, Antonio da Silva Caldeira Pimentel. O mesmo governador teria criado, em fevereiro de 1732, o Registro de Curitiba, instituição que controlaria a cobrança dos impostos de circulação de animais naquele novo caminho.

Logo nos seus primeiros anos, o caminho já foi amplamente utilizado. Um documento de finais do século XVIII<sup>1</sup> estima que, entre janeiro de 1734 e setembro de 1747, o rendimento foi de 42:326\$580. Considerando-se que o tributo pago nessa época, tanto para cavalos como para mulas, era de 1\$000, concluímos que passou o equivalente a mais de 42 mil animais, ao longo de 13 anos e alguns meses, numa média aproximada de 3.200 por ano. Entre outubro de 1747 e setembro de 1759, quando o rendimento foi dividido em dois, metade para a Real Fazenda, metade para Cristóvão Pereira de Abreu como mercê por seus feitos, o rendimento da metade da Real Fazenda foi de 84:396\$810. Para esse período, há uma listagem de tropas, individualmente listadas e descritas, relativa ao ano de 1751, que registrou a passagem de 9.502 cabeças de gado.

---

<sup>1</sup> Arquivo Nacional. Códice 448. V. 5. p. 54.

Nesse contexto, também já operavam os Registros de Sorocaba e Viamão. Viamão já possuía uma “Guarda” que recolhia tributos desde antes de 1740. O Registro de Sorocaba foi instituído em 1750, já com uma importância capital. Era naquela cidade que se desenvolvia o maior comércio de animais da rota, com a redistribuição das bestas para diversas localidades. Esse período também ficou marcado pela existência de grandes tropas. Um exemplo disso eram as tropas pertencentes a Francisco de Vila Lobos. Ele recebeu autorização de Madrid para montar uma tropa em territórios espanhóis, com destino às Minas do Brasil, de 3.824 mulas, ainda que tenha tentado comprar mais de 8 mil, sendo descoberto antes disso. Para 1751, ainda encontramos referência a uma tropa que teria “cinco mil bestas” e a uma outra, de igual grandeza, para o ano seguinte (GIL, 2007).

A quantidade de animais se estabilizaria entre o início da década de 1750 e o final da de 1760. Segundo Hameister (2002), os anos de 1769, 1770 e 1771 registrariam, respectivamente, 9.710, 9.651 e 10.915 cabeças, entre mulas, bois, vacas e cavalos, com notória predominância numérica dos últimos. Esses dados, contudo, encontram divergência no trabalho de Marcondes e Suprinyak (2003), que identificaram o ingresso de 5.998 animais em 1766, com uma vantagem significativa para o gado vacum. Conhecendo os resultados de Hameister (2002), os autores não apontam uma razão para a significativa diferença nas cifras, que pode ter relação com as guerras platinas, mais exatamente com a tomada de Sacramento (1762) e Rio Grande (1763) por parte dos espanhóis. Tais eventos poderiam ter desestabilizado a exportação de cavalos e mulas, já que os vacuns, que mantiveram uma passagem estável, provinham, em boa parte, de Vacaria e Lages, zonas ao norte do Viamão.

Os números de 1769 em diante poderiam estar refletindo uma forte retomada dos negócios, logo após a momentânea estabilização das conquistas espanholas. Contudo, Marcondes e Suprinyak (2003) apontam para o período entre 1779 e 1782, um panorama no qual predominam os vacuns, sendo seguidos, de perto, pelos muares e, de longe, pelos cavalos. Para o ano financeiro de 1779/1780, contaram 2.365 cavalos, 6.330 muares e 5.720 vacuns, somando 14.415 animais; 1780/1781

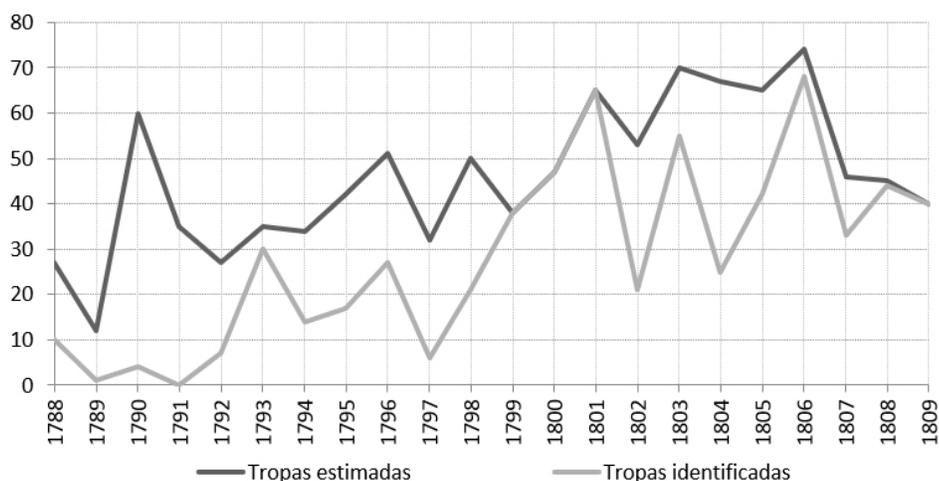
registraria 14.945 peças, e 1781/1782, outras 15.778, sempre com predomínio de vacuns, que representavam 54% dos animais nesta última leva. Esses dados, no entanto, foram produzidos tendo em conta fontes do Registro de Sorocaba e incorporam as produções do interior paulista, de Curitiba e dos Campos Gerais, que não passavam necessariamente pelo Registro curitibano. Do total de vacuns, 46% provinham do entorno de Curitiba e dos Campos Gerais.

Para além da polémica bois *versus* cavalos, esses dados contribuem para apresentar alguns elementos importantes deste cenário: uma diversidade de locais envolvidos na atividade tropeira, contribuindo com diferentes tipos de criações com diferentes períodos de produção. Uma extensão de mais de mil quilômetros que era integrada por um grupo significativo de negociantes, fiadores, peões e condutores. Localidades como Viamão, Curitiba, Lapa e Sorocaba mantinham um ritmo social muito marcado por esse comércio.

Com o auxílio de uma documentação especial, ainda pouco explorada, procurarei apresentar alguns traços daquela rota mercantil. Trata-se da correspondência e documentação contábil da chamada Casa Doadada, instituição encarregada de recolher a metade dos tributos pertencente à Casa do conselheiro ultramarino Tomé Joaquim da Costa Corte Real, que recebeu esta mercê logo após a morte de Cristóvão Pereira de Abreu, autorizada pela Provisão Régia de 9 de maio de 1760. No início, era feita a cobrança de metade do valor arrecadado pelos contratadores ou pela Real Fazenda (nos anos em que não havia rematação). Em algum momento, que não pude apurar exatamente (antes da década de 1770), foram criados escritórios de representação da Casa Doadada em Curitiba, Sorocaba e São Paulo. Ao considerar a média anual (próxima de cinquenta tropas), é possível sugerir os anos entre 1768 e 1770 para o estabelecimento dos escritórios da Casa Doadada junto aos Registros, com o início da cobrança direta por aquela instituição. Esses estabelecimentos se encarregaram de cobrar a metade que lhes cabia, com seu próprio controle e meios. Parte dos documentos gerados por esses escritórios foi parar na Biblioteca Nacional.

A documentação da Casa Doadada é muito heterogênea e cronologicamente muito localizada. A maior parte do material é formada por cartas recebidas pelo inspetor-chefe, Antonio Manuel Fernandes da Silva, que trabalhava em São Paulo, e é posterior a 1796, tendo 1812 como data limite. Tais documentos, todavia, fazem referência a fatos ocorridos nos anos anteriores, já que boa parte trata da cobrança de dívidas antigas. Nesse caso, poderíamos estender, retrospectivamente, aqueles limites para 1788, mas com maiores cuidados. Cada tropa que passou pelo Registro de Curitiba recebeu um número, chamado de “guia”, com o qual era identificada até o pagamento total. Tal fato permitiu traçar algumas estimativas, bastante precárias, mas que podem contribuir para esboçar algo em um período deixado em branco pela historiografia. Desconheço trabalhos que apresentem dados para as últimas duas décadas do século XVIII e a primeira do XIX. Aluisio de Almeida aponta a marca de 10 mil muares anuais entre 1780 e 1800, mas sem indicar fonte alguma.

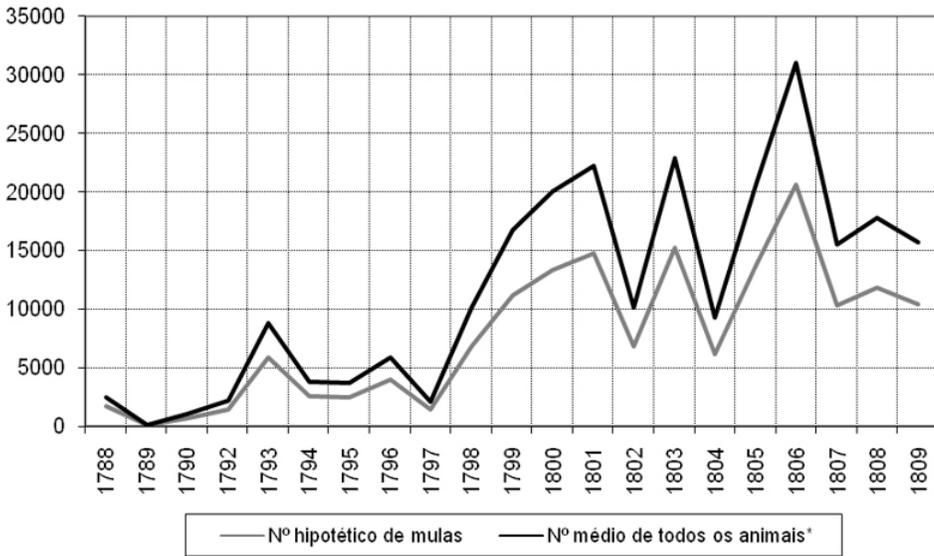
Considerando-se que temos informação sobre a data de passagem de algumas tropas pelo Registro de Curitiba, é possível inferir as datas de outras, estimando, por alto, uma série do movimento de passagem de tropas pelo Registro de Curitiba. Calculei que, entre 1788 e 1809, passaram cerca de 1.015 tropas por Curitiba. Ao mesmo tempo em que inferi o movimento pelos números de guia, procurei, por meio do cruzamento de diversos documentos da Casa Doadada, identificar, ao máximo possível, cada uma das tropas que passou por Curitiba. Tive algum sucesso com 615 (60%). Da maioria delas, obtive o nome do tropeiro ou condutor, o valor dos meios direitos e o ano em que passou. De uma pequena parte, 41 tropas, pude saber até a quantidade e qualidade de animais que levavam, assim como os dias exatos de sua passagem e o nome dos fiadores. Os dados se tornaram mais confiáveis de 1796 em diante, quando foi iniciada uma nova contagem com a chegada do novo inspetor: Manuel José Correia da Cunha. Para esse período, contei 742 tropas, das quais pude identificar 532 (72%).

**Figura 3:** Número anual de tropas (no Registro de Curitiba, 1788–1809)

Fonte: BN-II-35,25,05; BN-II-35,25,25,27; BN-II-35,25,03; BN-II-35,25,62.

Para a grande maioria das tropas identificadas, o valor foi obtido devido à Casa Doadada, o que permitiu fazer outras inferências. Tendo em conta os custos pagos por cada tipo de animal (1\$250 por cada mula, 1\$000 por cada cavalo e \$240 por cada rês), foi possível estimar a quantidade de animais que passavam anualmente por Curitiba. Todavia, há grande subregistro nesta contagem, já que os dados obtidos se referem apenas às tropas que não pagaram o tributo à vista, tendo sido mencionadas na documentação por essa razão. De qualquer modo, serve como um número mínimo e pode dar uma ideia da grandeza deste mercado. Os valores se tornam um pouco mais fiáveis a partir de 1800, quando houve maior cuidado na notação das tropas devedoras pelos administradores da Casa Doadada.

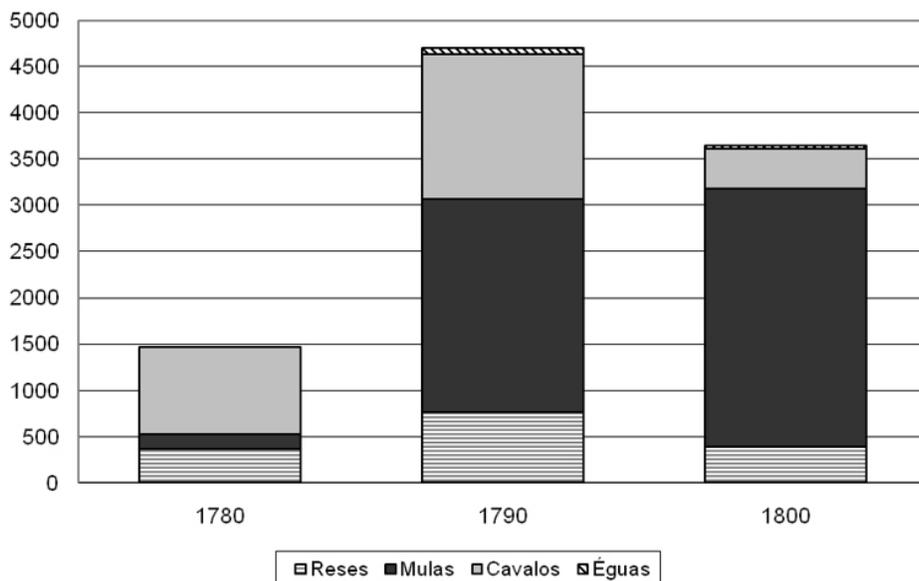
**Figura 4:** Estimativa do número de animais calculada pelo valor dos impostos declarados no Registro de Curitiba (1788–1809)



Fonte: BN-II-35,25,05; BN-II-35,25,25,27; BN-II-35,25,03; BN-II-35,25,62. (Universo: 615 tropas).

\*Cálculo feito a partir da média do valor de mulas, reses e cavalos.

Em comparação com os resultados apresentados por outras pesquisas (HAMEISTER, 2002; MARCONDES, SUPRINYAK, 2003), é perceptível que não há um *boom* no número de animais, ainda que a primeira década do século XIX mantenha uma média superior à dos períodos anteriores, insinuando um crescimento lento, porém contínuo. O gráfico apresentado na Figura 4 sugere um movimento mais acelerado, mas essa imagem só é possível em função do subregistro encontrado no período entre 1788 e 1795. Os dados apresentados foram produzidos pelo cálculo do valor dos tributos pagos sobre as mulas e pela média de todos. Podemos prosseguir um pouco mais na polêmica cavalos *versus* bois, mas agora dando destaque à terceira via: as mulas. É certo que tenho poucos dados que permitam identificar com cuidado quais eram os animais predominantes na rota. De qualquer modo, a correspondência da Casa Doada e os poucos dados quantitativos de que disponho sugerem, já para a década de 1790, o predomínio mular:

**Figura 5:** Proporção dos animais por década

Fonte: BN-II-35,25,05; BN-II-35,25,25,27; BN-II-35,25,03; BN-II-35,25,62. (Universo: 41 tropas).

## 1.2 Caracterização dos tropeiros

Os tropeiros de gado da rota Viamão–Sorocaba não se constituíam como um grupo social preciso. Não possuíam identidade étnica, política ou de classe, ainda que sua *performance* social fosse orientada tendo em conta a imagem pública desses negociantes de animais. Em novembro de 1796, uma carta de Antonio Francisco de Aguiar, inspetor do Registro de Sorocaba, ao seu tesoureiro, Antonio Manuel Fernandes da Silva, foi escrita considerando esta imagem. Falando de um tal José Lopes, dizia Aguiar que era “morador de Araçariguama”, “tropeiro velho, e de todo o conceito e verdade”. Em outra carta, escrita por Manuel José Correia da Cunha, inspetor em Curitiba, havia uma impressão semelhante. Ao comentar a dificuldade

que tinha no envio de cartas para São Paulo, garantia que “os portadores mais prontos e seguros são os tropeiros que gastam mais de mês até Sorocaba”.<sup>2</sup>

Nem todos os que trabalhavam no negócio de animais eram chamados de tropeiros. Muitos diziam viver do salário de conduzir tropas, ou de comprar e vender animais, tal como se vê em algumas listas nominativas de São Paulo, no final do século XVIII e início do XIX. Uma dessas listas, elaborada na Lapa, em 1807, aponta mais de 90 domicílios que dependiam da atividade de condução de tropas, geralmente tocada pelos chefes de família, a maior parte deles assalariados, contratados por algum negociante de maior porte. Viviam ainda de uma pequena lavoura de subsistência e dificilmente apareceriam em alguma listagem de devedores dos registros de arrecadação: eles provavelmente atuavam como peões e capatazes em tropas de outros.

Mesmo um negociante de gado de maior vulto não era considerado, necessariamente, um tropeiro, tal como se vê na imagem criada por Antonio Francisco de Aguiar. Apesar de ser listado entre os tropeiros, João José Coelho, que passou por Curitiba em 1799, foi sempre referido como capitão. Da mesma forma, José de Andrade, apesar de ter conduzido (ou feito conduzir) mais de nove tropas, sempre foi referido como capitão, não sendo identificado como tropeiro em nenhum dos outros tantos negócios de que participou. Não parece haver, nesse sentido, uma clara associação entre a atividade de condução de gado e a imagem particular de cada um dos tropeiros, ainda que houvesse certo prestígio ou respeito público por esta empresa.<sup>3</sup>

Montar uma tropa de animais, ir ao Viamão para comprá-los e, depois, revendê-los em Curitiba ou Sorocaba, ou ainda em outras regiões, não parece ter sido uma prerrogativa de grandes negociantes, pelo contrário. A grande maioria (74%) fez apenas uma viagem, movimentando 50% do total dos valores que circularam naquela rota mercantil.<sup>4</sup> Aqueles que realizaram duas viagens equivaliam a 16%

---

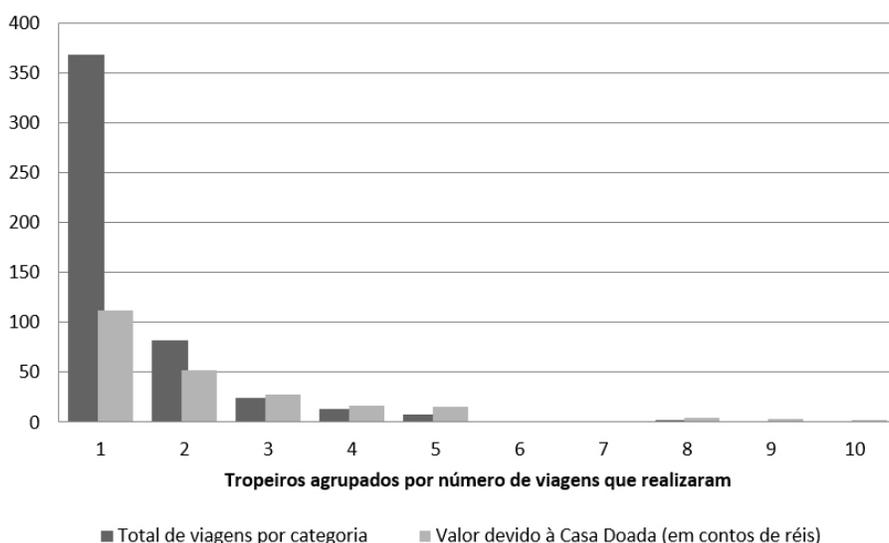
<sup>2</sup> BN-II-35,25,25-27; BN-II-35,25,03; BN-II-35,25,17; BN-II-35,25,05. Os dados que não tiverem explicitada sua fonte pertencem, necessariamente, a esses conjuntos.

<sup>3</sup> BN-II-35,25,25-27; BN-II-35,25,03; BN-II-35,25,17; BN-II-35,25,05.

<sup>4</sup> BN-35,25,03; BN-35,25,17; BN-35,25,25-27.

do total de tropeiros e movimentaram 22% dos valores, sendo seguidos pelos que fizeram três viagens (7%) e movimentaram 16% do total de importes.<sup>5</sup>

**Figura 6:** Tropeiros agrupados pelo número de viagens que realizaram e pelo peso de seus negócios (medido em tributos devidos)



Fonte: BN-II-35,25,05; BN-II-35,25,25-27; BN-II-35,25,03; BN-II-35,25,62.

Esse cenário indica uma economia na qual não há uma predominância visível de grandes mercadores, nem mesmo uma especialização. Ainda que os tropeiros que realizaram mais viagens possuam um melhor desempenho *proporcional*, a importância do grupo daqueles que realizaram apenas uma viagem é muito grande. Esses dados, contudo, devem ser tomados com cuidado, não somente pelo subregistro, mas também pelo fato de que, muitas vezes, o tropeiro indicado na guia não era o proprietário da tropa, mas apenas seu condutor ou, ainda, alguém que conduziu animais de outros juntamente com os seus.

<sup>5</sup> Situação semelhante ocorre em outros contextos. Sobre isso, ver: Braudel (1998), Florentino (1997) e Fragoso (1998).

De qualquer modo, parece que montar uma tropa e conduzi-la até Curitiba ou Sorocaba era algo relativamente simples e acessível a uma grande quantidade de agentes. O próprio Manuel José da Cunha, inspetor do Registro de Curitiba, andou tratando com seu superior, Antonio Manuel Fernandes da Silva, da montagem de uma tropa, lá pela virada do século XVIII para o XIX.<sup>6</sup> Enquanto se preparava para a festa da virada, Manuel José pensava nas cobranças que teria por fazer e na proposta que havia recebido de Fernandes da Silva. Um dia antes, o inspetor escrevia dizendo-se honrado pela inclusão nos negócios de seu supervisor e que andava mais inclinado à compra de uma boiada, já que o “importe é menor e a saída mais pronta”. Dizia também que era melhor esperar o inverno para comprar bestas mais baratas dos tropeiros já desenganados. Pelo tom da missiva, ambos não dispunham de grossos cabedais, mas estavam interessados em investir alguns recursos nessa atividade.

O mesmo Manuel José nos conta outra história interessante. Um sujeito, referido como capitão Cesar (José Joaquim Mariano da Silva Cesar), andava tratando da montagem de uma tropa. A primeira notícia que temos dele data de 13 de fevereiro de 1796. Manuel José nos conta que o tropeiro já havia saído do sertão com 244 mulas, mas que não havia chegado a Curitiba ainda e que sabia que sua tropa andava pesteada. Ele chegaria nos dias seguintes. Em 3 de março do mesmo ano, uma quinta-feira santa, foi, por conta de uma “moléstia”, para a Capela do Tamanduá (razoavelmente próxima de Curitiba), onde se encontrou com Manuel Gonçalves Guimarães, também envolvido na atividade tropeira, para receber um dinheiro que havia acertado com um sócio para o custeio da tropa, equivalente a 250\$000 e alguma quantidade de sal. Até então, por conta da peste, já havia perdido mais de vinte bestas. Pouco antes de 6 de abril, ele passava no Registro de Curitiba com 223 animais, pois alguns haviam morrido e outros ficavam doentes do outro lado do posto arrecadador. Em maio, ele andava pela Vila de Castro, ainda próximo de Curitiba. Sabemos também que a venda foi rápida, pois já em dezembro do mesmo

---

<sup>6</sup> BN-II-35,25,03.

ano ele pagava os tributos daquela tropa e de uma outra, de maior vulto, que talvez fosse mais antiga.<sup>7</sup>

O grupo dos tropeiros que fez apenas uma viagem não apenas era a maioria, como também movimentou o maior volume de tropas. De qualquer maneira, o tamanho médio de uma tropa era o mesmo entre os que levaram uma ou mais tropas. A grande maioria pagava entre 100\$000 e 500\$000 ao tributo dos meios direitos de Curitiba. Mesmo o tropeiro que mais tropas conduziu, segundo pude averiguar, Manuel Nunes Vieira, fazia negócios desse mesmo montante e deixava passar algum tempo entre uma aventura e outra. A primeira tropa (na verdade, eram três, que passaram na mesma ocasião, mas com guias separadas) que encontramos com seu nome data de meados dos anos 1790; a segunda, de 1798; a quinta e a sexta, de 1803; e as últimas quatro, de 1806. Isso sugere que, mesmo um grande negociante, nesse contexto, fazia seus investimentos com parcimônia, não somente pela longa distância, pelo tempo necessário e pelo investimento realizado, mas também porque, como veremos mais adiante, o tempo dos negócios era outro, mais lento, não apenas em comparação com os dias atuais, mas igualmente em comparação com outros espaços mercantis daquela época.

A montagem da tropa podia começar no Viamão ou em outra das regiões produtoras. A atuação de Antonio Ribeiro de Andrade pode ser relevante para verificar isso na prática. Ele era o filho mais velho do capitão-mor de Curitiba, Lourenço Ribeiro de Andrade. Em 1787, há registros de sua presença no distrito do Caí, nas proximidades do Viamão, onde ele teria comprado uma tropa de contrabando “produzida” por Custódio Ferreira de Oliveira Guimarães, membro de um poderoso bando daquela região, tendo inclusive o auxílio desse grupo para ludibriar as autoridades. Mesmo assim, teve um pequeno número de animais apreendido na ocasião.<sup>8</sup> Encontramos novamente nosso tropeiro em 1793, passando com uma tropa de médio porte pelo Registro de Curitiba, pagando 242\$500 em tributos, o que indica algo em torno de

<sup>7</sup> BN-II-35,25,03.

<sup>8</sup> Arquivo Nacional. Códice 104. V. 9

duzentos animais.<sup>9</sup> Nessa viagem, Andrade não pagou o tributo e foi mencionado em uma listagem de dívidas de abril de 1794, quando, então, já consta como tendo pago.

Encontramos novamente nosso personagem, em 1799, ocupando um dos postos de oficial da Câmara de Curitiba, quando do envio, por parte do bispo de São Paulo, de uma carta de bons serviços.<sup>10</sup> A partir de 1802, já o encontramos referido como negociante e proprietário de fazendas de criar, além de capitão-mor,<sup>11</sup> patente que foi confirmada em 1804, sucedendo, assim, o seu pai no comando local de Curitiba. Uma das menores tropas que encontrei passou por Curitiba em 1800, propriedade de Antonio José de Oliveira Lima. A tropa pagou 25\$000 e, juntamente com outra, conduzida na mesma ocasião e do mesmo proprietário, somava 86\$980, o que representava cerca de oitenta animais. Depois dessa empreitada, não encontramos mais com Antonio no negócio de animais. Encontrei apenas sua promoção a capitão de infantaria da Vila de Sorocaba, no ano de 1807.<sup>12</sup>

Já José de Miranda da Silva não parece ter tido o mesmo sucesso, apesar do crescimento de seus negócios. Em 1797, ele passou pelo Registro de Curitiba deixando 127\$900 em dívidas, o que equivalia a pouco mais de cem animais. Em 1800, ele passava novamente, agora com uma tropa que deveria ter aproximadamente 125 animais. Em 1805, contudo, ele deu uma grande cartada: uma tropa com mais de mil animais, que, só no Registro de Curitiba, declarou em tributos mais 1:300\$000.<sup>13</sup> Tanto com sua pequena tropa de 125 animais quanto com sua grande tropa, ele ficou devendo impostos em Curitiba por mais de três anos, ao passo que a grande maioria dos devedores do Registro conseguia saldar seu passivo em dois anos. Acabei sem saber se ele conseguiu pagar suas dívidas. Só sei que, em 1809,

---

<sup>9</sup> BN-II-35,25,25-27-004.

<sup>10</sup> AHU.SPMG. 3924.

<sup>11</sup> AHU.SPMG. 4123.

<sup>12</sup> AHU.SPMG. 4715.

<sup>13</sup> BN-II-35,25,05.

ele morava na periferia da Vila da Lapa, onde dividia a vida com a esposa, Maria Ferreira, um filho exposto e com dois escravos, Silvestre e Bárbara.<sup>14</sup>

Destino mais trágico teve Antonio Mateus Lima. Por volta de 1790, ele passou com uma tropa no Registro de Curitiba, que deveria ter mais de 450 animais. Não sei o que aconteceu para que ele não conseguisse vendê-los, apalavrá-los ou obter alguma fiança, mas as bestas acabaram sendo confiscadas pelos arrematadores de impostos do Registro de Sorocaba e vendidas para pagamento da dívida. Quanto a Antonio, “morreu Lazaro vivendo de esmolar”.<sup>15</sup> A constatação a que chego é que o negócio de animais *não* era manipulado por um grupo especializado ou controlado por algum monopólio. Era uma possibilidade mercantil aberta, que não apenas estava disponível a membros salientes de uma elite local, mas também que estava igualmente no quadro de possibilidades de uma grande quantidade de pessoas que tinham condições de conseguir algum recurso ou um empréstimo. Mesmo com o receio de alguma peste entre os animais ou de uma possível dificuldade na venda em Sorocaba, o risco, nesse mercado, não era dos mais altos, e o acesso ao crédito poderia ser o suficiente para a montagem de uma tropa, tal como vimos com o capitão Cesar. Justamente por isso, não era qualquer um que podia montar uma tropa.

Nesse sentido, matizo a opinião de Gutiérrez (2004), quando afirma que tal negócio era “lucrativo e fácil, isento de riscos, e acessível a todos que tivessem áreas de capim com aguadas e matas, características que nas pradarias dos planaltos abundavam”. Era certamente um negócio bem mais acessível do que o tráfico atlântico de escravos (FLORENTINO, 1997), ou mesmo o comércio mediterrânico da época moderna (BRAUDEL, 1998), mas o acesso às áreas de capim estava dado pela posse, por um possível aluguel ou pelo crédito que permitia o uso para posterior pagamento. E é preciso considerar que uma tropa deveria demandar mais de uma invernada, precisando, talvez, no mínimo, de algum pasto temporário, em virtude de algum problema, como no caso do capitão Cesar. Isso sem falar na necessidade

<sup>14</sup> Lista nominativa. Lapa. 1809. Cedope.

<sup>15</sup> BN-II-35,25,25-27-006.

de fundos para a compra dos animais, o custeio da tropa e o pagamento dos altos impostos, ocasiões em que o crédito e a fiança se faziam mais do que necessários. Era uma economia pobre aquela do caminho, especialmente no sertão de Curitiba.

O trajeto percorrido pelo capitão Cesar nos informa bastante sobre as dificuldades daquela atividade. A tropa movimentada não era das menores, ficando um pouco abaixo da média em termos monetários, entre as que pudemos identificar com detalhe. Em tributos para o Registro, ela rendeu 291\$000, numa média de 322\$185. Mesmo um tropeiro como esse, que despertou a atenção direta dos administradores do Registro, a ponto de ser monitorado pela correspondência daquela instituição, e com o apoio direto de outros sócios e tropeiros importantes (como o era Manuel Gonçalves Guimarães), teve diversas dificuldades em seu percurso e perdas significativas em seu rendimento. O custeio de cada um dos animais foi por volta de 1\$000 como nos sugere o volume obtido para isso (os 250\$000) e outras fontes que indicam esse valor como o suficiente e necessário.<sup>16</sup>

É difícil saber o quanto o capitão Cesar pagou pelos animais, mas, considerando-se o relato feito pelo escrivão da Junta da Real Fazenda de São Paulo, em 1794, os tropeiros que vinham do Viamão com animais pagavam, naquelas fazendas, algo em torno de 4\$000 a 5\$000 por cada besta muar, que renderiam entre 14\$000 e 15\$000 na Vila de Sorocaba.<sup>17</sup> Isso significaria um investimento de 1:250\$000 para um ganho bruto de 3:122\$000. Afora os tributos, superiores aos 291\$000 pagos em Sorocaba, já que havia outros Registros, o capitão Cesar teria ganho o suficiente para a montagem de uma nova tropa, ligeiramente maior, ou para a compra de terras e escravos nos Campos de Curitiba, considerando-se que ali uma fazenda com animais, currais e benfeitorias podia custar pouco mais de 150\$000, onde igualmente se podia comprar um escravo adulto por 128\$000.<sup>18</sup> Alguns anos depois, em 1802, Manuel José Correia da Cunha comentaria os baixos preços praticados no Viamão: “tem estado as bestas lá de sobre

<sup>16</sup> Arquivo Nacional. Códice 448. V. 5.

<sup>17</sup> Arquivo Nacional. Códice 448. V. 5.

<sup>18</sup> Livro de Notas do Primeiro Cartório de Curitiba. V. 25. Cedope.

ano a 2000 e 2560 e criadas 3200 e 4000 porque ainda que estejam cá baratas se ganhará ao menos 4000 [...]”.<sup>19</sup>

Um dos personagens citados, Manuel Gonçalves Guimarães, foi um importante tropeiro de finais do século XVIII e início do XIX. Ao longo de 11 anos, pudemos identificar várias tropas suas, entre 1798 e 1809. Certamente, ele conduziu outras muitas, já que, em 1796, foi informado de algumas dívidas que mantinha junto ao Registro de Curitiba:

O capitão Manuel Gonçalves Guimarães veio a este Registro para averiguar pelo livro que tropas eram as das guias que vossa mercê lhe escreveu estava devendo e como os livros já tinham ido me pede para vossa mercê pelo livro examinar que tropas foram de conta de que por ter guiado várias tropas alheias e se acorda de alguma das guias se fez algum pagamento e quem o fez para assim vir no conhecimento da pessoa a quem pertence.<sup>20</sup>

Manuel Gonçalves Guimarães era um dos maiores proprietários de escravos de Curitiba. Na lista nominativa de 1795, só encontramos quatro senhores com plantéis maiores que o seu. Ele aparece em diferentes listas como senhor de plantéis localmente expressivos (média de cinco escravos por fogo com cativos). Na contagem de 1793, possuía 13 cativos; em 1795, 13; e em 1797, 17.<sup>21</sup> Ainda em 1796, ele aparece como capitão, o que mudaria até 1798, quando é referido na documentação da Casa Doada como tenente-coronel, título que seria alterado, por sua vez, em 1809, quando seria mencionado como coronel. Sua trajetória de tropeiro era igualmente bem-sucedida, tendo conduzido (até onde pude aferir) dez tropas num mercado dominado por marinheiros de uma só viagem. Além disso, ele sempre se manteve em dia com suas contas, pagando os tributos no prazo combinado (dois anos) e, como nos sugere a citação transcrita, preocupando-se com as dívidas.

<sup>19</sup> BN-II-35,25,17.

<sup>20</sup> BN-II-35,25,03.

<sup>21</sup> Lista nominativa de Curitiba, 1795. Cedope.

Jerônimo Antonio de Barros, com cinco tropas verificadas, movimentou, no mínimo, 2:800\$000 em tributos para o Registro de Curitiba. Algumas de suas tropas, todavia, ficaram anos devendo tributos, especialmente uma, a guia 97, que provavelmente passou por Curitiba em outubro de 1798, não sendo paga até 1809, pelo menos. O fiador dessa tropa era o sargento-mor Tomás da Costa, que também fiava outras duas, igualmente inadimplentes, conduzidas por Gonçalo Bento Moreira e José Fagundes Barreto. De Jerônimo, pouco sabemos além de suas tropas. Mesmo com a inadimplência e com o volume de seus negócios, ele não é mencionado na correspondência interna da administração da Casa Doadada. Para tratar de Tomás da Costa, voltaremos mais tarde.

Outro tropeiro com grande histórico de conduções foi o capitão José de Andrade. Ele também divide o primeiro lugar em número de tropas, dez, atuando fortemente entre 1799 e 1804. Essa quantidade, contudo, deve ser matizada, pois as primeiras quatro passaram todas juntas (sem que eu consiga explicar o porquê da fragmentação em diversas tropas), assim como as cinco seguintes. Uma busca rápida nas escrituras públicas de Curitiba nos revela a quantidade de negócios manipulados por José de Andrade, destacando-se os negócios com empréstimos e terras. Já na década de 1780, encontramos dois empréstimos registrados em cartório (o que, como veremos adiante, era uma atitude extrema), uma venda de terras e a compra de um escravo. Entre setembro de 1791 e fevereiro de 1792, encontramos mais duas vendas de terras feitas por esse tropeiro. As movimentações creditícias eram realizadas com a cobrança de juros e o estabelecimento de prazos, o que, como veremos, não eram condições óbvias, ainda que existentes.

A capacidade de agir em diferentes negócios, fundiários ou de crédito, assim como a solvência para a compra de escravos, mercadorias escassas na região, poderia ter direta relação com a atividade tropeira. Se aplicarmos os mesmos cálculos que utilizamos para a tropa do capitão Cesar, teremos que, apenas para as tropas de 1799, que passaram juntas, ele teria pago 1:523\$680 de tributos em Curitiba, o que deveria equivaler a 1.218 bestas muares. Nesse caso, o investimento seria de aproximados 6:000\$000, para um ganho de cerca de 15:000\$000, descontados os

impostos, o custeio de animais e as eventuais perdas. A venda de terras e os empréstimos movimentavam valores bastante inferiores, geralmente abaixo dos 100\$000. Mesmo com todo esse rendimento, uma das tropas de Andrade ficou devendo por mais de dois anos, ainda que as demais tenham sido pagas dali há um ano.

A maior tropa que encontrei para o período foi a da guia 168, conduzida por João José Coelho. Foi a única viagem que identifiquei desse tropeiro, que pagou tributos no mesmo ano, no valor de 1:918\$610, o que significaria, apenas em mulas, uns 1.500 animais. Parece ser o caso paradigmático do tropeiro “oportunista” (por falta de expressão melhor) que investiu com força no negócio, pagando rapidamente os tributos para não mais se aventurar. Mesmo assim, ele obteve, com apenas uma viagem, ganhos superiores a 97% do total de tropeiros, uma imensa maioria de pequenos negociantes que, por outro lado, somava 86% dos negócios realizados na rota. Um gigantesco formigueiro que garantia a coerência daquela superfície mercantil, como diria Braudel.

Vamos agora avançar por este caminho. Começemos no que chamo a “área de produção” pecuária, o que inclui não apenas a produção propriamente dita, mas também a “produção social” via contrabando (GIL, 2007). A rota das tropas interligava uma vasta área dentro do continente americano, no Atlântico Sul Ocidental. Ela se iniciava numa grande área de produção, que se estendia da localidade de Cerro Largo, então sob domínio da Coroa de Castela, até o Viamão, nos territórios portugueses. O caminho seguia por uma região de serra até um planalto de cerca de 900 metros de altura, passando por alguns povoados, como São Francisco de Paula, Vacaria e Lages, até chegar à região da Lapa e de Curitiba, passando por Castro e outras pequenas povoações até a Vila de Sorocaba, de onde os animais eram redistribuídos para diversas regiões. Compunha, ao total, um percurso de mais de mil quilômetros, ao longo do qual pude contar mais de duas mil viagens de transporte de animais, apenas no sentido sul–norte, entre 1760 e 1810, feitas por mais de quinhentos negociantes com a ajuda de um número ainda maior de peões, capatazes, fiadores, cobradores, fiscais, entre outros, como os que forneciam

viveres durante a viagem ou os estancieiros que alugavam ou arrendavam campos de invernada.

Nesses primeiros anos, as únicas localidades expressivas existentes à margem da rota eram Viamão, Curitiba e Sorocaba. Viamão estava no início de seu povoamento. Curitiba havia sido feita vila na última década do século XVII e contava com aproximadamente 1.500 moradores na época da abertura do caminho das tropas, por volta de 1730. Sorocaba deveria ser um pouco maior, ainda que pouco se saiba a respeito (BACELLAR, 2001). Na década de 1760, foi iniciado o povoamento das localidades de Lages e Vacaria, enquanto outras tantas localidades já próximas ao caminho, assim como Viamão, Curitiba e Sorocaba, assistiam a um crescimento constante, em muito marcado pela própria existência do comércio de animais, mas também pela reestruturação da Capitania de São Paulo, promovida pela Coroa lusa. Mas a viagem é longa e convém ir devagar.

## CAPÍTULO 2

---

# Pelo arquipélago das tropas

*“Mar é igual a campo, com a desvantagem que afunda”.*  
(Luis Fernando Veríssimo)

É comum encontrar, em listas nominativas elaboradas em Curitiba, na Lapa e em outras regiões vizinhas a essas duas localidades, fogos em que o chefe ou algum filho estava “ausente para o sul” ou, mais especificamente, “ausente para o Viamão”. Essa alternância entre uma imprecisão maior ou menor é sugestiva do fato de que a maior parte dos moradores do planalto paranaense não tinha muita clareza sobre aquelas regiões de onde vinham tantos animais. Sabiam que era ao sul. E que se chamava Viamão. Da mesma forma, a correspondência da Casa Doadá, instituição que arrecadava os meios direitos em Curitiba e Sorocaba, tem algo de interessante. Por um lado, não encontrei referência ao Viamão nos escritos de Antonio Francisco de Aguiar, que redigia suas missivas de Sorocaba. Por outro lado, Manuel José Correia da Cunha, em Curitiba, fez referência ao Viamão em nove das 75 cartas que encontrei. Essa situação tinha sua razão de ser, e não era apenas por falta de cosmopolitismo dos habitantes do planalto.

Viamão parece mesmo ter sido uma região. E não apenas do ponto de vista dos curitibanos. É comum as escrituras públicas de Porto Alegre, na década de 1780, apontarem o local como “Porto Alegre de Viamão”. Fundada em 1772, Porto Alegre ainda não tinha a força de capital que o governador Marcelino de Figueiredo queria e, mesmo com todo o seu esforço, ela seguia sendo parte da periferia viamonense. Apesar do passar dos anos, com o crescimento de sua importância e com o debilitamento do Viamão, Porto Alegre continuaria, junto com sua antiga “metrópole”, a fazer parte de uma mesma região, que abarcava também as localidades de Triunfo, Caí, Anjos e Santo Antônio da Patrulha. Por conveniência e por acatar a denominação êmica, vou chamar todo esse espaço de Viamão.

Podemos encontrar outras regiões que, à semelhança do Viamão, exportavam animais pelo caminho das tropas. A maioria fazia parte do continente do Rio Grande, da Capitania do Rio Grande de São Pedro. Todavia, como pudemos ver, tais regiões se organizavam de modo diverso ao administrativo, e é preciso ter isso em conta. Vou incluir, no modelo espacial que estou propondo, as seguintes regiões: a “Fronteira do Rio Pardo”, a “Fronteira do Rio Grande” e os “campos de Montevideo”, nos territórios espanhóis. Não deixaremos Viamão de fora, evidentemente. Começemos pelo mais distante do caminho.

Em 1796, um carpinteiro de Curitiba era preso em Cerro Largo, nos territórios espanhóis do Rio da Prata, nos chamados Campos de Montevideo. Joaquim José da Silva, de cerca de vinte anos, havia sido preso por contrabando de animais, mais exatamente éguas e potros. Segundo seu depoimento, ele havia chegado àquela fronteira havia um mês, mais ou menos, com o objetivo de conduzir uma cavalhada comprada de um tal “Don Juan”. Segundo ele, quando chegou àquelas paragens, deu-se conta de que seus companheiros, José Pereira e “El Rubio”, tinham interesse em apenas roubar as estâncias espanholas e conduzir os animais e que não se afastou deles, mesmo sabendo que eram ladrões, porque esperava que o levassem de volta para sua terra, uma vez que não conhecia ninguém naquele território. E ele jamais voltou. Poucos dias depois, antes do julgamento, ele acabou adoentado e morreu na prisão.

Para onde iam estes animais ditos espanhóis? Não apenas eram vendidos para carpinteiros curitibanos. O principal destino eram as estâncias de súditos portugueses nas proximidades do Rio Piratini, parte integrante da chamada “Fronteira do Rio Grande”. O entorno do Rio Piratini vinha sendo ocupado pelos portugueses especialmente desde o final dos conflitos entre Espanha e Portugal, em 1777 (OSÓRIO, 1999). A elite local, especialmente os grupos envolvidos nas disputas de reconquista lusa de Rio Grande, tratou de reservar para si o quinhão mais precioso

daquelas terras.<sup>1</sup> Percebemos que esta expansão territorial sobre novas terras se dá simultaneamente ao surto de contrabando de gado e couro naquela região.

A Vila de Rio Grande e seu entorno não eram as áreas de maior produção pecuária nos terrenos lusos, mas sua produção não era desprezível. Tinha um estoque animal bastante expressivo, especialmente de bois mansos, mas também de equinos, muares e reses. A maior força dessa região, contudo, estava na forte agricultura, especialmente de trigo, e no dinâmico comércio com a Praça do Rio de Janeiro. A Vila fora fundada em 1737, durante o esforço de povoação da parte sul da América Portuguesa, em direção à Sacramento. Foi povoada por diversos grupos nos seus primeiros anos de existência, até ser invadida pelas tropas espanholas em 1763, sendo posteriormente recuperada pelo esforço luso em 1777, após os combates de 1774, 1775 e 1776. Os conflitos militares e o repovoamento luso do território devem ter sua parcela de efeito no tamanho do rebanho rio-grandino, ainda que fosse um número de cabeças impressionante para qualquer área consolidada dos territórios portugueses na América (OSÓRIO, 1999; PRADO, 2002; HAMEISTER, 2002).

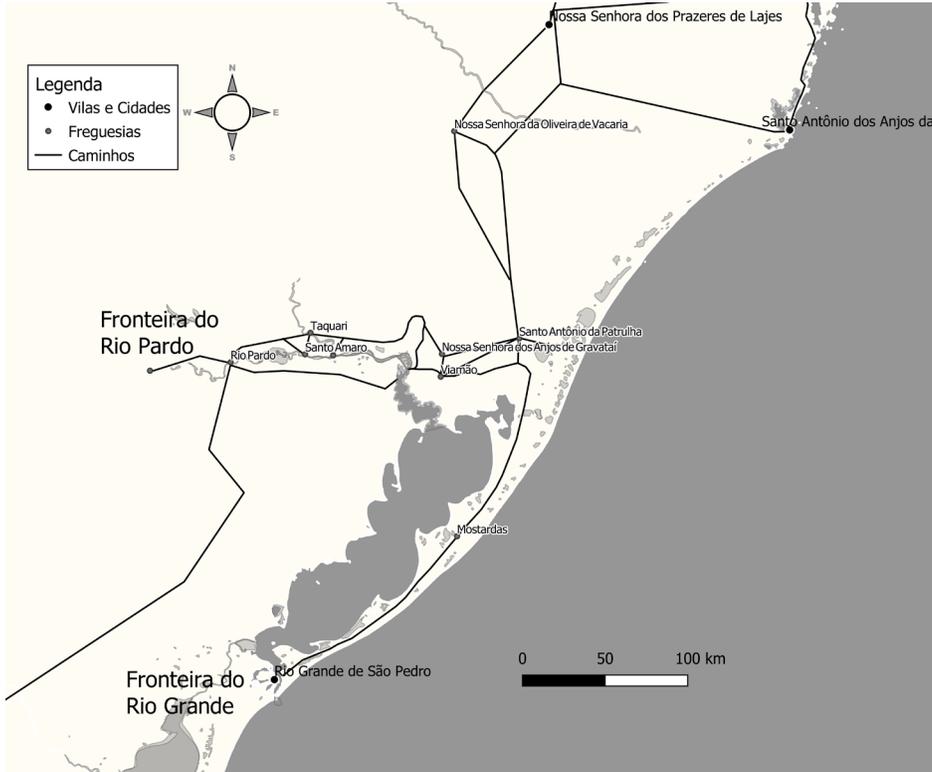
A Fronteira do Rio Grande não era a única em produção de animais. Rio Pardo, entre 1780 e 1791, detinha o maior rebanho de reses, cavalos e muares (OSÓRIO, 1999). Certamente, boa parte desse rebanho foi formada a partir da captura ou compra desses animais, até mesmo porque havia pouco tempo que os portugueses estavam ali estabelecidos e não há registro de deslocamentos de grandes manadas para aquela região. Rio Pardo era, assim, uma das principais portas de entrada dos gados espanhóis, mas não só isso. A produção pecuária nesta região, na época designada fronteira, era muito grande (OSÓRIO, 1999). Compreendia diversas localidades: as Freguesias de Santo Amaro e Cachoeira, o distrito da Encruzilhada, o povoado de Canguçu (fundado oficialmente em 1800, mas com ocupação lusa anterior) e, inclusive, Rio Pardo. Apesar da extensão da localidade, seu crescimento

---

<sup>1</sup> Uma parcela da elite local esteve envolvida nesses conflitos, iniciados com a tomada de Sacramento e Rio Grande pelos espanhóis, a partir de 1762. Sobre isso, ver: Gil (2007) e Monteiro (1979).

foi tanto, nos últimos vinte anos do XVIII, que ela conquistou áreas ao Império Espanhol, especialmente às margens do Rio Piratini.

**Figura 7:** Mapa das fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (final do século XVIII)



Fonte: BN. Mss. 005,04,035.

A produção pecuária na Fronteira do Rio Pardo era, já nos anos 1780, maior do que a do Viamão ou do Rio Grande (OSÓRIO, 1999). Destacavam-se, nesse cenário, a Freguesia de Santo Amaro e o distrito de Encruzilhada. Santo Amaro tinha uma produção pecuária que ultrapassava as 60 mil cabeças em 1784. Os animais produzidos eram bovinos, equinos e asininos. A produção de mulas ocupava um lugar fantástico, com um rebanho asinino (machos) superior a 1.800 cabeças. Ao dizer isso, creio que convém esclarecer o significado desses números e o que significa produzir uma mula.

A mula é um animal híbrido, resultado do cruzamento de um burro (*equusasinus*) com uma égua (*equuscabalus*) e, assim, é um animal estéril. Os criadores necessitavam organizar de modo especial sua produção: havia a necessidade de separar os burros em dois tipos, os burros *hechores* e os burros burreiros. Os *hechores* eram destinados à cobertura das “égua de cria de mulas”, enquanto os burreiros eram encarregados de cobrir as burras, para a produção de seus semelhantes. O burro e a égua não procriam naturalmente, portanto, a criação depende da indução humana. É correto que, mesmo que os outros animais (bois, éguas, cavalos, vacas, burras e burros) se reproduzissem naturalmente, sua criação exigia um manejo constante.

A produção pecuária em Rio Pardo, no início da década de 1780, é marcada por um forte intercâmbio mercantil e de ideias (especialmente em relação a técnicas agrárias) com os territórios espanhóis. Da mesma maneira, há uma forte presença de uma parcela da elite ligada à reconquista portuguesa das terras em disputa com os espanhóis (herdeira declarada dos primeiros povoadores do Rio Grande de São Pedro), controladora do contrabando e com forte participação no processo de concessão e reconhecimento de terras. Era uma produção que se estabelecia visando ao abastecimento de outras regiões da América lusa, a partir da experiência que se estabelecia desde a década de 1730. Os grupos que interagiam nesse cenário poderiam ter várias divergências, mas estavam de acordo com as formas de compor o rebanho, obter as terras e negociar, e tais atividades não passavam, necessariamente, pelo mercado. A guerra, o contrabando e as relações pessoais tinham um peso gigantesco.

Passemos um pouco mais a leste, chegando à região de Triunfo. Entendo que esta é composta pela pujante Freguesia de Triunfo e, nas suas margens, a Freguesia de Taquari. A Freguesia de Triunfo foi fundada em 1756, a partir do núcleo de povoamento que se inaugurou com a chegada de algumas famílias vindas da Freguesia do Viamão. Em 1760, tinha pouco mais de 600 habitantes, contando, em 1780, com 1.200, duplicando a sua população em meio à conquista da fronteira agrária, com o estabelecimento e a expansão de diversas unidades de criação animal. A Freguesia de Taquari (ou Tabiquari) tinha 689 habitantes em 1780, número superior à Triunfo da

mesma época. Todavia, em 1798, contava com 954, apresentando um crescimento bem inferior ao da povoação vizinha. Taquari se caracterizava por uma produção predominante agrícola, desenvolvida em pequenas propriedades, as chamadas “datas de terra”. Essa freguesia foi ocupada, no início da década de 1770, por casais das ilhas.

Os 97 proprietários mencionados na relação de moradores, feita em 1784, em Taquari, somados, possuíam pouco mais de 5 mil animais, número inferior ao rebanho de José Francisco da Silveira Casado, de Triunfo, que possuía mais de 9 mil cabeças, ou ao de Antonio Ferreira Leitão, que mantinha um estoque de mais de 6 mil peças. Em ambos os casos, as grandes manadas eram bovinas. Em relação aos equinos e asininos, animais de maior valor, destacava-se Vitorino José Centeno, com mais de 1.500 cabeças, que fazia parte de um grupo de cerca de oitenta criadores que possuíam mais de dez cavalos em estoque, de um universo de 140 proprietários em Triunfo. O rebanho total de Triunfo era certamente o maior em comparação com Rio Pardo, Rio Grande e Viamão. Ao todo, contava com mais de 100 mil cabeças, das quais mais da metade era composta de bovinos, seguidos por um expressivo número de equinos. Em comparação com outras regiões, o rebanho asinino e muar era igualmente impressionante.<sup>2</sup>

Entre esses, destacava-se João Francisco de Almeida, que possuía, em 1784, um rebanho superior a 3 mil cabeças, entre as quais cavalos e burros tinham especial destaque (em comparação com outros produtores). Em janeiro de 1779, ele vendeu uma porção de animais para Luis Antonio de Albuquerque para a montagem de uma tropa. Eram 19\$200 em animais, sem especificação, além de outros cem potros, no valor de 200\$000. Percebemos, assim, o quanto o estoque era importante na decisão de comprar de um ou de outro negociante. Quanto a Albuquerque, sabemos que era de Curitiba, mas não o encontramos em outras atividades relativas ao trato dos animais.<sup>3</sup>

Triunfo não era caracterizada apenas por seu amplo rebanho. Era ali também que viviam alguns dos mais prestigiosos homens da Capitania do Rio Grande de

<sup>2</sup> AHRS. Relação de moradores. 1198 A e B.

<sup>3</sup> 1TABPOA-006.

São Pedro, ou, ao menos, possuíam propriedades. Tal era o caso do capitão-mor do Continente, Manuel Bento da Rocha, o capitão de ordenanças, Manuel José de Alencastre, o sargento-mor, Alexandre José Montanha, e mais sete capitães, entre eles dois membros da família Pinto Bandeira, Felisberto e Evaristo, além de Antonio Ferreira Leitão, falecido em 1810 e dono de uma das maiores fortunas da época, e José Francisco da Silveira Casado, sócio do mencionado Bento da Rocha. Juntos, estes três últimos participavam do que Kühn (2006) designou o “bando dos cunhados”, uma aliança horizontal forte e articulada que atuava em diversos negócios no continente do Rio Grande no final do século XVIII

A região do Viamão exportava animais para Curitiba e Sorocaba desde os anos 1730/1740, o que continuou ao longo de décadas, só acabando fora dos limites desta pesquisa, ou seja, a partir de 1810, mesmo em tempos de guerra e mesmo com o crescimento constante da Fronteira do Rio Pardo. Neste trabalho, entendo Viamão como uma região que se estendia para além da Freguesia, incorporando Porto Alegre, Anjos, Caí e, inclusive, Viamão. A primeira povoação nesse território iniciou a partir do estabelecimento de propriedades agrárias na década de 1730, compostas por migrações vindas da Laguna, especialmente por parte da elite daquela localidade. Tendo sido ocupada Laguna por volta de 1680, ela já começava a dispersar gente mais para o sul, processo que continuaria ao longo do século XVIII. A Freguesia do Viamão foi criada em 1747 (KÜHN, 2006). Porto Alegre, em 1772 e, na mesma época, a Freguesia dos Anjos.<sup>4</sup> Caí era um distrito de Triunfo que me parece tão próximo ao Viamão quanto à sua sede.

Durante a ocupação espanhola em Rio Grande, a Câmara daquela localidade deslocou-se para o Viamão, ali permanecendo até sua transposição para Porto Alegre, em 1773. Mas não só a Câmara. Viamão acabou recebendo uma grande leva de “refugiados” da ocupação espanhola, inclusive o governo luso e a provedoria da Fazenda, além de outras instituições oficiais. A partir do início da década de 1770, houve investimento do governo luso no estabelecimento de Porto Alegre como sede da

---

<sup>4</sup> Há divergência sobre o ano de fundação da Freguesia dos Anjos.

Câmara e do governo (KÜHN, 2006). Igualmente, foram criados tabelionatos já na nova localidade, e Viamão começou a perder algo que nunca teve, ou que teve por pouco tempo. Contra a imagem de decadência, difundida à época e reproduzida pela historiografia, Viamão seguiu crescendo em termos demográficos e continuava a ser uma referência importante em Curitiba, por exemplo, muito mais que Porto Alegre.

Chegamos aos anos 1780, e todas as localidades do Viamão estão em franco crescimento. Porto Alegre contava 1.300 almas em 1779 e, um ano depois, 1.512. Anjos registrava um número anual de batismos crescente. Viamão passava de 1.300 habitantes, em 1778, para 1.891, dois anos depois. E todas cresceram em boa proporção até o final do século, à exceção da Freguesia dos Anjos.

**Tabela 1:** População das localidades do Viamão (final do século XVIII)

Local	1780	1798
Nossa Senhora dos Anjos	77,8	104
Porto Alegre	11,1	32
Viamão	55,6	48

Fonte: BN. Mss. 9, 4, 9, n. 134; AHU.RS. Cx. 9. Doc. 44.

Os núcleos populacionais de Porto Alegre, Viamão e Anjos distavam entre si 15 a 25 quilômetros sem grandes acidentes geográficos. Considerando os recursos disponíveis para aqueles homens, sua tecnologia de movimentação e transporte, essa distância se manifestava em um dia de viagem, talvez um dia inteiro, no caso da distância entre Porto Alegre e a Freguesia dos Anjos, ou em uma tarde a cavalo, com uma boa velocidade. Vinte e cinco quilômetros por dia foi a velocidade com que o sargento-mor de São Paulo, Joaquim José de Macedo Leite, viajou em 1790. Saindo da Fazenda Sapucaia, ele chegou ao Rio dos Sinos, percorrendo aproximadamente oito quilômetros neste dia. No seguinte, percorreu cerca de 12 quilômetros para chegar à Fazenda de Luis Leite. Nos seguintes, aumentou sua marca, até chegar ao Rio Pardo, com média de 23 quilômetros por dia de jornada.

É muito provável que Macedo Leite não conhecesse o território e pisasse no chão devagar, além do fato de que ia longe, ao Rio Pardo, e não podia abusar dos animais. Mas era uma velocidade possível, dentro das limitações tecnológicas do momento, dadas pelo uso do cavalo como instrumento mais veloz de transporte terrestre. Manuel José de Alencastre, fugindo da prisão, como contava, em 1786, ao vice-rei em uma carta, parece ter feito o percurso de sua estância, no Caí, até a casa do Provedor Inácio Osório em Porto Alegre, que distavam cinquenta quilômetros, em um mesmo dia (o documento não deixa isso claro). Era preciso considerar a distância final, o tempo disponível em dias, as eventuais cargas, as condições da estrada (se estava alagada, embarrada ou cheia de irregularidades) e o preparo e a qualidade dos cavalos, quando havia cavalos. Uma viagem de mais de quarenta quilômetros poderia demandar, sob certas circunstâncias, dois dias ou mais.

**Figura 8:** Mapa de Triunfo e do Viamão (final do século XVIII)



Fonte: BN. Mss. 005,04,035; outras fontes (citadas ao longo do texto).

Viamão era composto de três núcleos urbanos, ou quase isso, e uma vasta área de produção de alimentos e animais. Uma produção tríticola bastante desenvolvida abastecia esse espaço, garantida pelos pequenos lavradores que havia no Caí, no entorno de Porto Alegre e na Freguesia do Viamão, além de ser igualmente expressiva nas grandes estâncias. A criação de animais estava largamente difundida, sendo encontrada em praticamente todas as propriedades (OSÓRIO, 1999).<sup>5</sup> Os núcleos populacionais eram abastecidos de instrumentos domésticos por meio das cerâmicas feitas pelos indígenas da Aldeia, na Freguesia dos Anjos (SIRTORI, 2008). Camponeses vindos dos Açores, indígenas missionários emigrados, minhotos enriquecidos (ou não), africanos de vários locais, paulistas e seus descendentes, crioulos e aqueles que se reivindicavam descendentes dos conquistadores atuavam nesse cenário, compondo diferentes hierarquias e produzindo animais para o caminho das tropas.

A produção pecuária estava disseminada em todo esse espaço, ainda que algumas regiões, ou, mais especificamente, alguns produtores, tivessem certa primazia. O destaque maior estava para os criadores do Caí. Somente Custódio Ferreira de Oliveira Guimarães tinha, em 1784, mais de 5 mil animais, dos quais setecentos eram éguas e cinquenta, burros. Seu vizinho contíguo, Manuel José de Alencastre, possuía mais de 2.500 peças, das quais 150 eram éguas e 14, burros. Anjos também mantinha uma pecuária em crescimento, com destaque para a Estância de Taquara, de João Pereira Chaves, onde eram criados 2.200 animais. A Fazenda Itacolomi, de Dona Bernardina de Jesus Pinto, possuía um expressivo rebanho asinino, com cinquenta animais, além de trezentas éguas.

A Freguesia do Viamão continuava a ser uma importante produtora de animais no início dos anos 1780. Somente o padre João Diniz Alves de Lima possuía mais de 10 mil animais em suas duas propriedades. Também na Fazenda de Itapuã, Domingos Gomes Ribeiro mantinha mais de 5 mil animais (KÜHN, 2006). Kühn (2006) percebe uma transformação na estrutura agrária dessa freguesia que, segundo ele, estaria

---

<sup>5</sup> AHRS. Relação dos moradores de 1784. Códices 1198 A e B.

adquirindo um “aspecto camponês”, com a contínua diminuição do tamanho dos plantéis e o aumento gradativo do número de pequenas. Esse fator, somado à fuga das antigas famílias tradicionais do povoado, seria argumento para se considerar a decadência daquela pequena urbe. Não pretendo discutir aqui o argumento da decadência, mas me parece que, antes disso, houve um reordenamento espacial que deslocou as grandes unidades produtivas para a fronteira agrária, no caso da região do Viamão, do norte da Freguesia dos Anjos e do distrito do Caí, dentro de um processo que já havia começado nos anos 1760. O mesmo fenômeno explicaria a expansão no Rio Pardo, nas direções oeste e sul, assim como o contínuo crescimento da Freguesia de Triunfo, especialmente no tamanho de suas fazendas. O avanço português fundava postos avançados na “fronteira imperial”, mas também garantia o avanço na fronteira agrária.

Os negócios entre tropeiros e produtores de animais davam-se diretamente, ainda que não tenha condições de saber exatamente como os tropeiros faziam sua seleção. Encontrei referências em Livros de Notas sobre compras fiadas de animais, mas esses documentos quase nunca expõem algum vínculo prévio entre as partes, nem mesmo sugerem uma regularidade.<sup>6</sup> Tal informação, somada a de que poucos foram os tropeiros que fizeram mais de uma viagem, leva-me a pensar que a seleção do vendedor se dava pelo preço ou por outra conveniência, como o aceite de um fiador (talvez este sim conhecido), a proximidade da rota ou a disponibilidade de animais na ocasião da viagem de compra. Mas nem sempre a escolha era tão livre, ou a aquisição tão certa.

No momento em que foram produzidas as relações de moradores de Anjos, Viamão e Caí, havia, nessas áreas, pouco mais de trinta produtores de animais que dispunham de mais de dez mulas, de um universo de mais de quinhentos criadores, com Rafael Pinto Bandeira, Bernardo José Pereira (cunhado deste último) e Custódio Ferreira entre os donos dos maiores estoques, somando cerca de 490 bestas. Mas isso também confirma que havia outras possibilidades, dentro e fora do Viamão. Quanto à oferta de cavalos, encontrei cem criadores com estoque superior a dez unidades.

---

<sup>6</sup> Apergs. Primeiro e Segundo Tabelionato de Porto Alegre.

O Caí mantinha o maior estoque e os maiores criadores, destacando-se João Pereira Chaves, em Anjos, com cem bestas. De qualquer maneira, a propriedade de Chaves não ficava tão distante do Caí, no que poderíamos chamar de “complexo pecuário Sinos–Caí”, que se iniciava ao norte do Rio Gravataí e acabava às margens do Caí, onde estavam as maiores fazendas em número de animais de todo o Viamão.<sup>7</sup>

Os animais produzidos por esse imenso espaço eram escoados pela rota que se afunilava em São Francisco de Paulo de Cima da Serra. Até ali, havia uma diversidade de caminhos possíveis entre as muitas regiões. Até onde pude explorar, havia duas possibilidades de subir a serra em direção a São Francisco, uma pelo vale do Rio Rolante, próxima à Patrulha, e outra pelo vale do Rio da Ilha, na direção norte da Freguesia dos Anjos. Ruben Neis destaca o caminho de Rolante, que interligava a localidade de Santo Antonio da Patrulha, junto ao Viamão, e São Francisco (NEIS, 1975). Entretanto, em 1788, o sargento-mor de São Paulo, Joaquim José de Macedo Leite, escreveu um roteiro de uma viagem que teria feito ao Rio Pardo, desde as proximidades de Vacaria, e me parece que percorreu outro caminho, seguindo por uma escarpa mais ocidental ao Rio Rolante, passando pela “Ilha” e pela então Fazenda Sapucaia. Em ambos os casos, era preciso enfrentar uma subida abrupta, para uma altitude de cerca de oitocentos metros.

### 2.1 O mar

#### *O Registro e os Campos de Cima da Serra*

Tomemos o caminho de Santo Antonio, parando antes nesta localidade. Ela foi fundada em 1763, pouco depois de Triunfo, pouco antes de Anjos e quase na mesma época que Lages, aonde já chegaremos. Entendo que Santo Antonio fazia parte de uma região maior, composta também pela Freguesia de Conceição do Arroio, pelo

---

<sup>7</sup> AHRS. Relação de moradores de 1784. 1198 A e B.

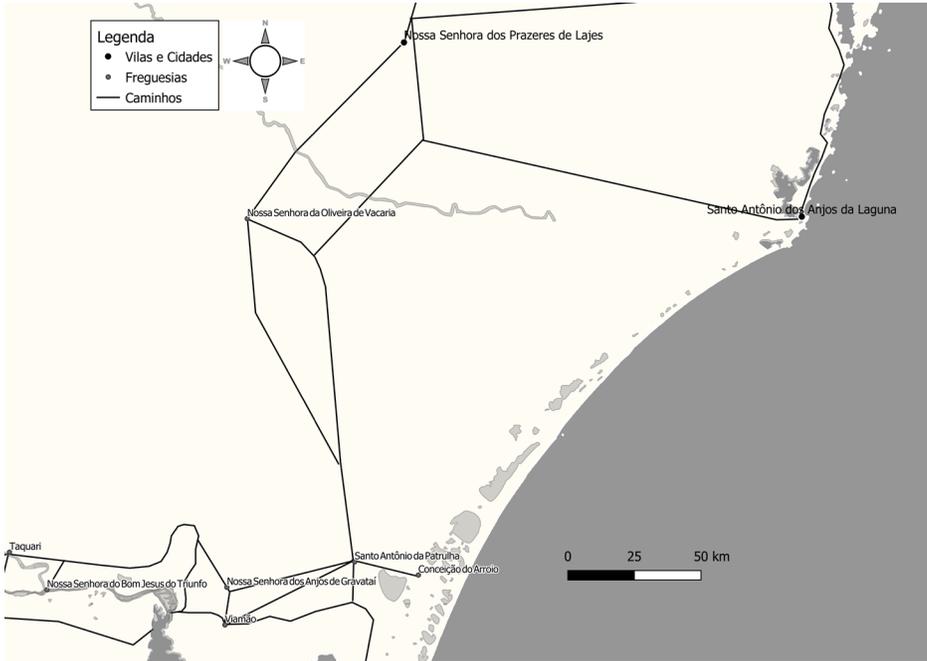
Distrito de Cima da Serra e por Vacaria. Tratava-se de uma extensa área, dedicada um tanto à produção pecuária, um tanto às invernadas.<sup>8</sup> Era nessa área também que estava o caminho para Lages, de onde os animais partiam para Curitiba e Sorocaba. Não nos demoremos muito. A viagem é longa. Por ali, ficava o Registro de Viamão, unidade arrecadadora dos tributos cobrados sobre os animais. No início dos anos 1780, a administração daquele Registro estava concedida ao contratador Manuel de Araújo Gomes, do Rio de Janeiro. Em 1785, passou para o controle de Bernardo Gomes da Costa, da mesma praça, para, depois, parar nas mãos de Anacleto Elias da Fonseca, outro negociante carioca, entre 1788 e 1790 (NEIS, 1975). Tal Registro parece ter permanecido nas mãos de negociantes cariocas até sua última arrematação, em 1805, quando José Antonio de Azevedo assumiu a administração (JACOBUS, 2000).

Depois de subir a serra, chegamos à Capela de São Francisco de Paula, que estava estabelecida desde a década de 1760. Para chegar aí, havia uma “ridícula picada” que ligava Santo Antonio e a Patrulha (SILVA; FONTOURA, 1780 *apud* DUARTE, 1997). Ali havia um bom número de grandes propriedades. Dos 41 proprietários de terras que encontramos no censo agrário de Vacaria (a Relação dos Moradores), nove tinham terras na Capela de São Francisco. De São Francisco de Cima da Serra, havia três caminhos para Vacaria, segundo um registro feito em 1824. O autor do relato, Manuel Carneiro da Silva e Fontoura, escreveu que o caminho mais antigo, pelas nascentes do Rio Tainhas e do Rio das Antas, era ainda bastante utilizado. Todos eram de difícil passagem, não somente pelos rios que deveriam ser cruzados, mas também pela presença de gentios não aliados aos portugueses, com os quais os moradores de Cima de Serra mantinham um histórico de sangrentos conflitos. Até a Freguesia da Vacaria, “distavam de 25 a 30 léguas pelo caminho mais direto” (SILVA; FONTOURA, 1780 *apud* DUARTE, 1997), cerca de 150 quilômetros.

---

<sup>8</sup> Invernadas são pousos para descanso do gado, geralmente feitos ao longo dos meses de inverno. Por analogia, pode fazer referência ao descanso ordinário dos animais após uma viagem ou durante a noite.

**Figura 9:** Mapa de Patrulha, Vacaria e Lajes (final do século XVIII)



Fonte: BN. Mss. 005,04,035; outras fontes (citadas ao longo do texto).

A Freguesia de Nossa Senhora da Oliveira da Vacaria foi instalada no final de 1768, quase ao mesmo tempo em que era fundada a Vila de Lajes. Já era bem habitada antes, o que se pode verificar na própria ata de ereção da Freguesia:

Fazemos saber que atendendo Nós ao que por parte dos moradores do Sertão de Vacaria, distrito de Viamão, deste nosso Bispado, nos foi representado que eles padeciam a desconsolação de não terem Pároco, que lhes administrasse os Sacramentos, *por ficarem em extraordinária distância para qualquer Freguesia*, a que quisessem recorrer, e achando-se já bastante estabelecidos com suas famílias, e com a esperança de que concorram outros muitos para o dito lugar, por ser este de grande extensão, e de sua natureza muito fértil, e produzir com abundância todos os frutos da terra, pedindo-nos que para o bem das suas Almas quiséssemos erigir o dito lugar em Freguesia, concedendo-lhes licença para nele o terreno, que se julgasse melhor e mais cômodo para todos, poderem fundar uma Igreja para Matriz com o título de Nossa Senhora da Oliveira, para a qual

*já tinham tirado seiscentos mil réis de esmolas em dinheiro, e havia quem desse a Imagem de Nossa Senhora e todos os paramentos necessários para a celebração dos ofícios Divinos*<sup>9</sup>

Em 1780, a localidade tinha 571 habitantes. Em 1798, a povoação somava 746 habitantes, apresentando um pequeno crescimento. Em termos espaciais, a Freguesia da Vacaria dividia-se entre a povoação de mesmo nome e a Capela da Entrada da Serra de São Francisco de Paula que, por sua vez, pertencia ao distrito de Cima da Serra, parte integrante de Santo Antonio da Patrulha. A análise dos registros de batismo da Freguesia de Vacaria indica uma alta concentração da propriedade de escravos nas mãos de cinco senhores que, juntos, detinham um quarto de todos os rebentos cativos da localidade. Apenas o tenente José Antonio dos Santos teve 12 filhos de cativos seus registrados. O mesmo Pedro da Silva Chaves (e, depois de sua morte, os seus herdeiros) também possuía doze rebentos, mesmo número que Manuel da Fonseca Paes, comandante da Guarda de Santa Vitória. Uma localidade com muitos escravos e poucos senhores, alguns absenteístas, como Pedro da Silva Chaves e João Batista Feijó, moradores no Rio de Janeiro, Antonio da Costa Ribeiro, de Laguna, Antonio de Freitas Branco, de São Paulo, além de Manuel da Fonseca Paes, comandante da Guarda de Santa Vitória, que, à época da relação de moradores, estava preso em Rio Grande.

Vacaria, em 1784, mantinha um estoque de animais superior a 40 mil cabeças, com destaque para os bovinos. O rebanho equino contava um número superior a 15 mil cabeças, além dos mais de quatrocentos burros e burras, número elevado se comparado com o das demais regiões produtivas, mas longe da grandeza dos rebanhos de Triunfo, por exemplo. É difícil saber exatamente se essas produções são apenas fruto da reprodução local ou se os campos de Vacaria eram apenas usados para internadas. Certamente a resposta está em ambas as possibilidades, e variava de acordo com o proprietário. Antero Ferreira de Brito, por exemplo, mantinha um campo de internada que, no momento da relação de moradores, estava vazio.

---

<sup>9</sup> Ata de ereção da Freguesia de Vacaria (*apud* BARBOSA, 1984).

Pedro da Silva Chaves (e seus herdeiros) parecia jogar com suas cinco propriedades dando a cada uma delas um perfil. Uma delas era provavelmente um campo de internada, com destaque para éguas, mulas e uma pequena porção de cavalos e bois. Já outra propriedade da mesma família armazenava 6 mil bovinos, caracterizando-se como unidade produtora desses animais. Inácio Álvares Machado também parecia dispor de uma unidade para internada, onde depositava equinos e muars que somavam trezentas cabeças. Pelas dimensões do rebanho, é bem provável que fosse a tropa de algum negociante. Já José de Campos Bandebur, um dos primeiros povoadores, possuía uma propriedade onde parece que criava bovinos e equinos para a venda, sem que fique claro se fornecia campos de internada para outrem.<sup>10</sup>

O acesso aos campos de internada era um elemento fundamental para o sucesso de uma tropa. E não servia apenas para a engorda dos animais, mas também como ponto de parada estratégico depois da primeira subida de serra. A engorda poderia ser em Curitiba, de acordo com a conveniência do tropeiro, mas as paradas do caminho exigiam o acesso a campos, ao menos por poucos dias ou por uma noite, o que poderia ser facultado ou negociado. A principal vocação dos campos da Vacaria, aos olhares de Curitiba, particularmente para o inspetor do Registro de Curitiba, Manuel José, era de campo de internada.<sup>11</sup>

Em Vacaria, o caminho seguia para o norte, na direção de Lages, cruzando o Rio Pelotas, onde estava o Registro de Santa Vitória, unidade arrecadadora que era concedida por triênios pela Coroa. No início da década de 1780, a unidade estava sob o controle de Manuel de Araújo Gomes e seus sócios. Tal posto fora instalado em 1772, quando passou a ser arrematado no Rio de Janeiro, juntamente com o Registro de Viamão (JACOBUS, 2000). O caminho que ligava Patrulha a Lages era, em 1824, objeto da apreciação de Silva e Fontoura. Dizia ele que naquela via:

---

<sup>10</sup> AHRS. Relação de moradores. F1198 A e B.

<sup>11</sup> BN-II-35,25,17.

jamais houve o menor benefício, e nenhuma providência; tanto assim que a vereda por onde se transita tem sido feita pelos encontros de muitos animais vacuns e cavalares que ali têm passado, sendo ao mesmo tempo aquela estrada *precisa, não só a benefício d'aqueles habitantes, como também ao giro do negócio.* (DUARTE, 1997, p. 208).

Parece que a estrada das tropas, mesmo depois de quase um século de uso, era muito semelhante à maioria dos caminhos coloniais, tal como nos conta Sérgio Buarque de Holanda (1990). Em geral, uma picada sem manutenção, larga o suficiente para um animal passar por vez, sendo poucas carroçáveis (HOLANDA, 1990). E certamente esta tecnologia viária favorecia ainda mais a demanda por animais de transporte, capazes de passar por pequenas veredas por onde as carroças não cruzavam. Mas é por esse caminho que vamos. De Vacaria a Santa Vitória, percorremos pouco mais de trinta quilômetros. Para Lages, faltam uns setenta quilômetros.

### *Lages*

Em 1766, Antonio Correia Pinto chegava na paragem chamada *Lages*, com o objetivo de estabelecer uma povoação, sob ordens do Morgado de Mateus. Nesse mesmo ano, foram contabilizadas 16 propriedades, onde residiam cerca de 82 almas (PEREIRA, 2008). Em 1769, segundo uma planta da localidade, já estava feito o traçado das ruas, terrenos estavam divididos, o espaço para a matriz, apontado (não fica claro se estava concluída, provavelmente não) e uma olaria estava prevista ou já em funcionamento. Nesse documento, é possível verificar a existência de, ao menos, 23 residências demarcadas. No final do século XVIII, Lages era composta por oito bairros: o “circunvizinho”, Restinga Seca, Tributos, Pedras Brancas, Caveiras, Lageado, Taipas e Costa da Serra.

Por meio dos maços de população, podemos verificar o crescimento da localidade: em 1783, é possível contar quase 400 habitantes, 553 em 1790, 606 em 1803 e 618 em 1810, numa curva lenta, mas ascendente.<sup>12</sup> Pelos dados do maço populacional

---

<sup>12</sup> Aesp. Listas nominativas de Lages.

de 1798, podemos ver que a economia da localidade estava alicerçada em três elementos: uma modesta agricultura, uma ainda mais modesta pecuária (em comparação com as unidades produtivas do Continente do Rio Grande) e o comércio.

As culturas do milho, do feijão e do trigo eram as mais expressivas, nesta ordem. A maior parte da produção, ao menos é o que diz a fonte, estava destinada ao consumo familiar, com safras que variavam entre cinco e duzentos alqueires de milho, por exemplo. Da produção destinada à venda, contabilizei apenas 205 alqueires de milho, procedentes de cinco produtores, além de 43 de feijão e 12 de trigo, cujo destino principal era, provavelmente, a própria aldeia. A produção pecuária, no ano de 1798, somou, entre bovinos, equinos, muares, asininos e ovinos, quase 3 mil cabeças, com predomínio de equinos e bovinos que representavam mais de quatro quintos do total de bestas. As mulas contavam quase trezentas peças e os burros e as burras não passavam de 17. Parte desses animais era exportada para Curitiba e/ou São Paulo. Em 1798, o número de animais vendidos para fora da localidade foi de 425, bem distribuídos entre bois, cavalos e mulas.

Em 1803, os negócios foram um pouco melhores. Temos os dados contabilizados incluídos no próprio maço populacional. Foram exportadas 250 mulas, trezentos potros, quinhentos bois e 102 couros, que geraram uma receita de 1:632\$640, considerando todos os produtos vendidos para fora da localidade. Para esse mesmo ano, temos informação sobre os produtos importados de outras capitânicas e que chegavam a Lages por meio da “Marina de Laguna”, distante 170 quilômetros de Lages: 16 barris de aguardente, sete arrobas de açúcar e cinquenta alqueires de sal, além dos cinquenta rolos de algodão vindos de São Paulo. No total, um débito de 534\$000, com uma balança favorável para o pequeno povoado.

Os produtos adquiridos em Laguna eram vendidos por alguns poucos comerciantes. Os rolos de algodão, o sal e o açúcar podiam ser adquiridos no negócio de Bernardino da Costa, que, além de guarda-mor, era o contratador dos dízimos da vila. Quem quisesse cachaça poderia procurar o “secos e molhados” de Vicente Rodrigues do Azevedo ou

de Miguel Brando. Azevedo alegou ter ganho 10\$000 ao longo daquele ano, enquanto Brando, que também era inspetor do Registro das Canoas, havia faturado 150\$000.

O capitão-mor Bento do Amaral Gurgel estava entre os maiores produtores, com duzentos alqueires de milho, quarenta de feijão e 18 de trigo, além de ser o maior criador de animais, com mais de quinhentas cabeças. No outro extremo, um grupo amplo, como era de se esperar: um sujeito como José do Amaral foi considerado como “sumamente pobre” na lista de 1798, ainda que possuísse uma escrava e tivesse uma produção anual de sessenta alqueires de milho, 15 de feijão e 12 de trigo. Talvez pesasse o fato de ter nove filhos e seis agregados. Mas não era, certamente, o mais miserável, para o que competiam muitos, como Ana, viúva de 32 anos, mãe de Joaquim, de 8 anos, e de Ana, de 3, que viviam de esmolas, dada sua “suma pobreza”.

A população escrava oscilou ao redor de 20% ao longo de todo o período. Todavia, dos 28 proprietários de 1790, 11 tinham apenas um cativo, e sete tinham dois. Do outro lado, quatro senhores possuíam metade de todos os cativos. No censo de 1798, a concentração era ainda maior: dos trinta proprietários de escravos, apenas um senhor possuía quase a metade deles, e os cinco maiores detinham mais de 60%. Entre esses, estava Bárbara Maria, que adquiriu todos os seus sete cativos após a morte de seu esposo, Angelo de Farias, e o capitão-mor, Amaral Gurgel, que nunca aparece como maior senhor, ainda que possuísse sempre plantéis numerosos, em comparação com seus pares locais. Fora dessa elite senhorial, estava um sujeito chamado José Damasceno de Córdoba, conhecido músico “compositor de valsas”, que possuía quatro escravas. Damasceno é, inclusive, incluído entre os grandes músicos brasileiros do barroco. Contudo, essa concentração de escravos não se manifestava no aumento do número de cativos na área: a população escrava tenderia a se manter em cada vez menos mãos, enquanto a população livre tenderia a crescer (PIAZZA, 1990).

O mesmo Bernardino da Costa que vendia em seu “secos e molhados” fazia negócios envolvendo animais. Ele devia aproximadamente 800\$000 em impostos

de suas tropas no Registro de Curitiba, em 1798.<sup>13</sup> Não fica claro se as bestas eram produzidas ou apenas negociadas por ele. De qualquer forma, não encontrei, nos maços populacionais, registros de produções desse negociante. Foi um dos poucos que encontrei em fontes diversas dos maços populacionais de Lages. Essas fontes, contudo, apresentam outros tropeiros, tais como Francisco Simões e Francisco José de Santana, que viviam de seu “negócio de conduzir tropas”, além de Jeronimo de Paes, do Bairro da Restinga, e Severino Alves, do Bairro dos Tributos, os quais, além de plantarem para seu sustento, conduziam animais para Curitiba. Da mesma forma, Manuel Gonçalves contava com a ajuda de seu agregado Pedro José de Arruda, que, na ocasião do censo de 1803, estava ausente para o sul. Nesse mesmo censo, encontrei três ausentes para Curitiba, quatro para o Viamão e cinco para o sul, sem que ficasse claro se iam em tropas. Todos eles, Francisco, Jeronimo, Severino, Manuel e Pedro, assim como a maioria dos ausentes, viviam entre os mais empobrecidos de Lages, sem dispor de animais e com pequenas lavouras, nas quais a mão escrava não chegava.

Já temos outros elementos para nosso cenário. À margem da estrada das tropas, havia uma “microeconomia” local que tratava de aproveitar os negócios da rota de escoamento dos animais do sul. E não estou falando da pequena produção pecuária de Lages que seguia na mesma artéria até São Paulo, mas de um punhado de pastores, condutores de animais e pequenos negociantes que encontravam alternativas de sobrevivência naquela rota, em paralelo à pequena lavoura. Havia também fazendas de criação de bom porte, com grande número de escravos, como a Fazenda Morro Agudo, a Pedras Brancas e a São Luis, cujo proprietário, Joaquim José Pereira, criava um bom número de animais para exportação. Da mesma forma, a Fazenda do Araújo, do negociante do Rio de Janeiro Manuel de Araújo (Gomes), visava a uma larga produção para o abastecimento do mercado paulista.

Em Lages, havia outro posto fiscal, conhecido como Registro do Rio das Canoas. Ele fora arrematado em 1783 pelo capitão Manuel Antonio de Araújo, morador em

---

<sup>13</sup> BN-II-35,25,03-024.

São Paulo, que arrematou conjuntamente os meios direitos de Curitiba. Em 1786, o contrato passou para as mãos do capitão-mor daquela vila, Manuel de Oliveira Cardoso, e de seu sócio, o tenente-coronel Paulino Aires de Aguirre, que igualmente tomaram os meios direitos de Curitiba. Era mais uma forma de inserção de Lages em um contexto maior, no qual a Vila de São Paulo tinha grande destaque, juntamente com Sorocaba, e toda essa economia estava voltada para o comércio de animais (JACOBUS, 2000).<sup>14</sup>

Voltemos à rota, desta vez no caminho de Curitiba. Mas, antes de chegar à Lapa, precisamos passar por um dos pontos mais árduos do caminho. Como já disse, a rota não era uma via de qualidade, larga ou bem conservada. Era uma picada estreita e irregular, como a grande maioria dos caminhos coloniais (HOLANDA, 1990). Isso não significa que fosse homogeneamente ruim, havia trechos piores que outros. Em março de 1806, o governador de São Paulo, Antonio José da Franca e Horta escreveu ao visconde de Anadia, então secretário de Estado e ultramar, falando sobre um projeto para “beneficiar 30 léguas de caminho do sertão que há na estrada que segue desta capitania para o Rio Grande”. Segundo ele, sob seu governo, os caminhos para Santos, Itu e Rio de Janeiro estavam em boas condições, porém:

Não acontece assim com a estrada que há desta capitania para o continente do Rio Grande, estrada tão interessante ao público como a Sua Alteza Real, pois basta dizer-se que por ela passam anualmente tantos mil animais vacuns, mulares e cavalares [...] Nesta estrada que só da Vila de Curitiba até a Serra de Viamão se contam 160 léguas de maus caminhos há sobretudo um sertão de matos gerais que pouco excede 30 léguas situado entre a Freguesia de Santo Antonio da Lapa e a Vila das Lages na extrema desta capitania, em cujo sertão pelos maus passos que tem e passagens de rios se calcula morrerem todos os anos a metade dos animais que nele entram.<sup>15</sup>

<sup>14</sup> AHU.SPMG. 3136; 1COAPOA-07-084. JACOBUS.

<sup>15</sup> AHU.SP. (avulsos). Doc. 1232.

Certamente o governador exagerava um tanto em sua argumentação. Não encontramos referências que confirmassem tamanha mortandade, apesar das notícias de dificuldades dos tropeiros serem frequentes nos Registros de Curitiba e Sorocaba. De qualquer modo, havia a noção de que Lages estava separada de Curitiba por um penoso sertão, como sugere Manuel José Correia da Cunha, inspetor de Curitiba, em 1796, ao falar de uma tropa do capitão Cesar: “O Capitão César já saiu do sertão ainda não passou nem veio a este Registro está com a tropa pesteada e com algum prejuízo de mortandade e me vendo com ele hei de fazer tudo quanto puder a benefício da Casa”.<sup>16</sup> Da mesma forma, Antonio Francisco de Aguiar, de Sorocaba, falava das dificuldades de algumas tropas, em 1801, “parte delas pelo prejuízo que tiveram no sertão por ameaçados de não chegar para os direitos”.<sup>17</sup> Era um périplo necessário para se atingir o Arquipélago Curitiba, que começava na Lapa.

### *A Lapa, o Registro, Curitiba e Castro*

Santo Antonio da Lapa tornou-se freguesia em junho de 1769, mas sua povoação, ainda que discreta, data de finais do século XVII (LOPES, 2007). No início da década de 1780, a população da Lapa estava próxima de mil moradores, crescendo lentamente ao longo dos anos seguintes. Ela passa para cerca de 1.500 habitantes em 1807, mas o crescimento relativo da população escrava é maior, passando de 9% para 20%, no mesmo período. Até onde se sabe, esse tímido crescimento estava diretamente relacionado ao negócio dos animais. A lista de moradores de 1798 apresenta um cenário complexo, no qual o trato dos animais tem destaque (ANDREAZZA, 2000; 2002). Quase a metade dos fogos da Lapa estava envolvida com a atividade de comércio de animais, especialmente com a condução de tropas. Outra parcela importante estava organizada em torno da

<sup>16</sup> BN-II-35,25,03-002.

<sup>17</sup> BN-II-35,25,25-27-070.

produção de alimentos, para o mercado ou para a subsistência, além da criação de animais, de ofícios diversos e daqueles que diziam viver de esmolas. Um cenário em diversos pontos semelhante ao encontrado em Lages, baseado na pequena lavoura, no pequeno pastoreio e no comércio de animais.<sup>18</sup>

Os principais gêneros agrícolas produzidos na Lapa, em 1798, eram o trigo, a farinha de trigo, o milho e o feijão. A produção pecuária tinha como principais mercadorias os gados bovino, equino e suíno, produzidos em pequenas quantidades (ao todo, 177 cabeças de todas as espécies em 1798), tendo Sorocaba como destino preferencial. Tanto a lavoura como a criação não eram expressivas a ponto de tornar a Lapa um “celeiro” regional ou um rebanho importante. Os pastos de internada e os negócios com animais eram as atividades mais rentáveis e socialmente importantes na localidade.

O abastecimento era feito principalmente através de Paranaguá, por onde entravam cachaça, fumo, sal e vinho. Algodão vinha de Sorocaba, geralmente transportado por José Maria Pereira, que disso vivia. Tais mercadorias eram negociadas nas poucas casas de negócio que havia na localidade, entre as quais a do capitão de ordenança (em Santos) Salvador Gomes Ferreira, que também criava animais, ou aquela de João Ferreira da Rosa, que também atuava como carpinteiro. O algodão podia ser encontrado para venda no negócio do alferes Joaquim Vicente, onde o pardo José da Costa Colaço fazia, às vezes, de caixeiro, enquanto não cuidava de sua pequena lavoura. Quem só quisesse fumo ou cachaça podia procurar o mulato Salvador Rodrigues, com quem a medida da aguardente podia sair 560 réis, geralmente o preço cobrado nas outras vendas. Para outros serviços, a freguesia contava com cinco carpinteiros, dois sapateiros e um alfaiate.<sup>19</sup>

Em 1807, as coisas não mudaram muito. A localidade agora contava com um ferreiro e um fabricante de telhas, mas dois terços do total de fogos ainda incluía, entre suas atividades, a prática da agricultura, e dois quintos dos fogos

<sup>18</sup> Listas nominativas de habitantes. Aesp.

<sup>19</sup> Lista de moradores da Lapa, 1798. Cedope.

se aplicavam unicamente à lavoura, quase sempre de subsistência ou de pequeno porte. Do total de fogos, um quinto contava, além das colheitas, com o “salário de conduzir tropas”. Sete por cento diziam viver, unicamente, do salário de condutor de tropas. A “matriz produtiva” local continuava plenamente baseada na pequena lavoura e no comércio de animais.

Francisco Teixeira Coelho foi o capitão na Lapa durante mais de vinte anos, sempre figurando como primeiro das listas nominativas e tornando-se capitão-mor quando da elevação da freguesia à vila, em 1806. Nesse ano, ele mesmo se apresentou como quem “vive de comprar e vender tropas de animais vacuns, e cavalares além dos que vende de sua fazenda”.<sup>20</sup> Ele consta na documentação da Casa Doadada como tendo conduzido duas tropas, ambas em 1803.<sup>21</sup> Bernardo José Pinto também teve uma breve aventura com duas tropas, uma em 1793 e outra no ano seguinte, dedicando-se, ao longo dos anos posteriores, à sua lavoura e à criação de animais.<sup>22</sup> Em 1807, ele se tornou alferes de milícias da Lapa.<sup>23</sup>

Antonio Gonçalves da Silva é indicado como alguém que vivia de “ir ao continente de Viamão comprar gado e vender nesta Capitania”. Ele aparece com duas tropas, uma em 1800 e outra em 1806. Em 1805, ele levou, por gentileza, um ancorote de manteiga a pedido do inspetor do Registro de Curitiba, Manuel José Correia da Cunha, ao tesoureiro da Casa Doadada em São Paulo, Antonio Manuel Fernandes da Silva. Como Antonio e Francisco, havia, na Lapa, outros tropeiros de porte que tratavam animais de sua propriedade. Entretanto, a grande maioria que vivia desse trato o fazia na condição de peão, atuando na condução das bestas.

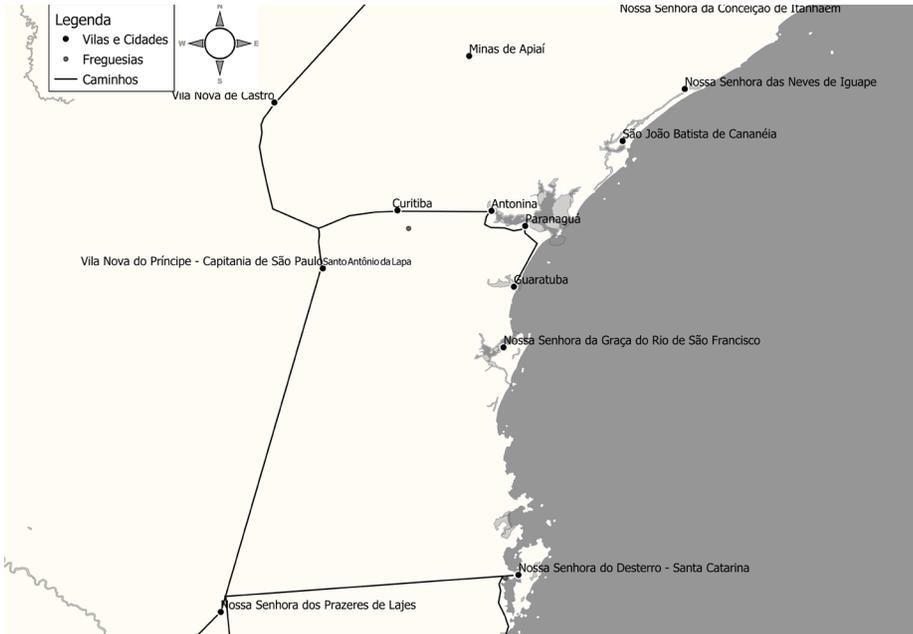
---

<sup>20</sup> Lista de moradores da Lapa, 1806. Cedope.

<sup>21</sup> BN-II-35,25,05.

<sup>22</sup> BN-II-35,25,05; Listas de moradores da Lapa. Cedope.

<sup>23</sup> AHU.SPMG. 4824.

**Figura 10:** Mapa de Curitiba, Castro, Lapa e Campos Gerais (final do século XVIII)

Fonte: BN. Mss. 005,04,035.

Na lista nominativa de 1798, encontrei 109 peões condutores, dos quais três quartos, além de exercerem essa atividade, mantinham pequenas lavouras para seu gasto, e um quinto era qualificado como mulato ou pardo. Eles pareciam pertencer à ponta oposta dos negociantes de animais, quase sempre senhores de escravos e qualificados com títulos militares, mas nem sempre. A elite local da Lapa estava longe de ter o mesmo brilho das famílias da elite local de Curitiba e Sorocaba. Se observarmos as listas nominativas dessa localidade, entre 1780 e 1809, veremos que não havia muitas honras militares distribuídas entre seus moradores. Francisco Teixeira Coelho foi o único capitão que encontrei até 1809. O mesmo acontecia com os postos de sargento, tenente, alferes e furriel, quase sempre com um único representante.

Muito perto da Lapa ficava o Registro de Curitiba, cerca de 15 quilômetros ao norte, ou umas três léguas, como se media na época. Era uma unidade fiscal que, à semelhança dos Registros de Viamão, Santa Vitória e Lages, cobrava um valor

fixo sobre cada animal que por ali passasse, e tal quantia era paga a um arrematador que tinha pago à Coroa pelo direito de cobrar esse imposto. Mas Curitiba tinha uma diferença em relação aos outros três registros: apenas a metade dos rendimentos era arrematada por um contratador, eram os chamados “meios direitos de Curitiba”. Tal prática se estabeleceu desde o começo, quando o Registro foi fundado. Ao finalizar a abertura do caminho das tropas, em 1733, Cristóvão Pereira de Abreu pediu, como mercê, a metade do rendimento da unidade arrecadadora, que então já existia. Quando da morte de Cristóvão Pereira, esta mercê foi passada para o conselheiro ultramarino Tomé da Costa Corte Real por seus serviços, o que continuou até o final da existência do Registro.

Em 1780, o arrematador dos “meios direitos de Curitiba” era Manuel de Araújo Gomes com seus sócios, os mesmos que administravam os direitos do Registro de Viamão e Santa Vitória. Essa sociedade controlou a arrecadação desses impostos até 1786, quando o tenente-coronel Paulino Aires de Aguirre e seu sócio, o capitão-mor Manuel de Oliveira Cardoso, entraram no negócio. Não tenho certeza sobre até quando esses oficiais controlaram aquele Registro, mas tenho informações de que, em 1793, quem assumiu o controle foi a sociedade formada por José Vaz de Carvalho, José de Andrade e Vasconcelos e Francisco José de Sampaio. Tal sociedade ficaria com os meios direitos até 1808, principiando em 1806, para quando encontrei o último registro de sua arrematação. A mesma sociedade, comandada por José Vaz de Carvalho, também controlava a “passagem do Rio do Registro de Curitiba” e o “rendimento que pagam os animais do Registro de Sorocaba”, isso em meados da década de 1790. Vale ressaltar que Vaz de Carvalho e Aires de Aguirre eram sócios em diversos outros negócios, desde, ao menos, 1786, particularmente controlando os dízimos da Capitania.<sup>24</sup>

A outra metade dos rendimentos de Curitiba era dada como mercê. Até 1759, era Cristóvão Pereira de Abreu quem recolhia esse tributo. Em maio de 1760, Tomé Joaquim da Costa Corte Real passava a receber esses valores.<sup>25</sup> Era o início de uma

<sup>24</sup> AHU.SPMG. 3479; AHU.SPMG. 3136.

<sup>25</sup> Arquivo Nacional. Códice 448. V. 5. p. 54.

nova administração. Em 1794, a rainha indagava diretamente sobre a observância dos pagamentos dos meios direitos à Casa Doadada. Segundo a resposta dada pela Junta da Fazenda de São Paulo, aquela mercê tivera:

sua indefectível observância em todo o tempo que se arrecadaram por parte da Real Fazenda aqueles meios direitos pertencentes ao Donatário entregando-selhe a respectiva metade. E depois que este mandou fazer a sobredita arrecadação separada da outra metade, pertencente a Real Fazenda que uns anos se administra outros se arremata; tem os seus procuradores e administradores cobrado e arrecadado executivamente o dito rendimento com os mesmos privilégios com que se cobra a outra metade rematada ou administrada por conta da Real Fazenda.<sup>26</sup>

Até o momento, não encontrei documentação referente ao período entre 1760 e 1780 que diga respeito aos meios direitos da Casa Doadada. Como indica o trecho transcrito, o donatário, Corte Real, nos primeiros anos desta mercê, recebia a metade do que era nominalmente arrecadado, fosse pela Coroa, fosse por arrematadores. Em algum momento, o doado decidiu inspecionar e cobrar essa arrecadação, mas não consegui saber o momento exato em que isso ocorreu.

Em 1783, o inspetor da Casa Doadada em Sorocaba era Paulino Aires de Aguirre, membro de uma importante família local. O capitão-mor de São Paulo, Manuel de Oliveira Cardoso, era o procurador de Tomé Joaquim da Costa Corte Real em São Paulo e seu tesoureiro, e, em Curitiba, trabalhava como inspetor Francisco de Paula Teixeira, sobrinho de Oliveira Cardoso. Francisco apontava as dívidas que deveriam ser pagas em Sorocaba a Paulino Aires, que deveria enviar os recursos a São Paulo, na pessoa de Oliveira Cardoso.<sup>27</sup>

Em meados da década de 1790, o grupo responsável pela cobrança da metade dos direitos da Casa Doadada muda. Antonio Manuel Fernandes da Silva assume o cargo de tesoureiro em São Paulo, Manuel José Correia da Cunha ingressa no Registro de

<sup>26</sup> Arquivo Nacional. Códice 448. V. 5. p. 54.

<sup>27</sup> BN. Documentos da Casa Doadada.

Curitiba, Antonio Francisco de Aguiar assume em Sorocaba, e Luis Pereira Machado atua como procurador de Tomé Joaquim da Costa Corte Real em Santos. Tanto Antonio Manuel como Luis Pereira já trabalhavam para a Corte Real pelo menos desde o início dos anos 1790, mas, ao que tudo indica, assumiram a cobrança dos meios direitos apenas em 1795.<sup>28</sup> Esse grupo vai permanecer na arrecadação do *doado* até a extinção dessa cobrança, que se dá oficialmente em 1808. Contudo, as dívidas pretéritas seguiriam sendo cobradas até os primeiros anos da década de 1810.<sup>29</sup>

Tanto os arrematadores da cobrança dos meios direitos quanto a Casa Doadada mantinham funcionários trabalhando no Registro de Curitiba. Os administradores do contrato dos meios direitos poderiam dispor, ainda, de uma loja de fazendas para “assistência” aos tropeiros. Tal estabelecimento foi previsto no contrato de arrematação, provavelmente pela primeira vez, em 1793, quando, além de estar prevista a existência de uma loja dos contratadores, foi decidido que não poderia haver outra na linha de cinco léguas “por qualquer dos lados”, pouco mais de 27 quilômetros. Tal determinação provocou conflitos com a população da Lapa e do povoado da Capela do Tamanduá, que ficavam dentro desse limite (LOPES, 2007). A pressão local surtiu efeito, contraria à vontade dos administradores do Registro, e, posteriormente, o alcance da proibição foi reduzido a uma légua, já que, como dizia um encarregado da Real Fazenda, avaliando o contrato, em 1805:

havendo mais lojas especialmente em Santo Antonio da Lapa cujos donos como interesse de vender a fazenda quererão também fazer as assistências, ficam os tropeiros com liberdade de escolha, e livres daqueles males que podem resultar de um privilégio exclusivo que é como um monopólio. Ao menos não terem motivos para clamar contra os contratadores e fazer odioso o nome da Fazenda Real.<sup>30</sup>

Não encontrei dados sobre os negócios feitos na loja do Registro por parte dos administradores do contrato. Entretanto, há alguma dúvida sobre quem exatamente

<sup>28</sup> BN. Documentos da Casa Doadada.

<sup>29</sup> BN. Documentos da Casa Doadada; Arquivo Nacional. Códice 469. V. 4.

<sup>30</sup> Arquivo Nacional. Códice 474. V. 2. p. 100.

estaria utilizando a possibilidade de manter uma loja, se os contratadores, se os procuradores da Casa Doadada. Há documentos em que Manuel de Oliveira Cardoso afirma ser o maior interessado, junto com Francisco de Paula Teixeira, na manutenção de uma loja no Registro (LOPES, 2007). E talvez isso seja correto para esse período da administração da Casa Doadada. Para a administração de Manuel José Correia da Cunha, em Curitiba, não encontrei nenhum indício de qualquer forma de comércio varejista desempenhada por ele nas mais de setenta cartas de sua lavra. O que ele nos conta, e com frequência, é dos queijos e da manteiga que fabricava ali mesmo, na cozinha do Registro.

Talvez pela preocupação de Manuel José com os queijos, tenha investido 4\$000 na reforma do telhado da casa e, nesta ocasião, conta que havia uma casa de madeira para a Casa Doadada e outra para a administração do contrato, vizinhas e vítimas dos fortes ventos que, com frequência, destelhavam as edificações, para pavor de Manuel.<sup>31</sup> Mais tarde, em 1810, encontramos nosso inspetor empenhado na reforma da senzala de seus escravos. Ele estava disposto a cobri-la de telha, se o rendimento da extinta Casa Doadada bancasse, caso contrário, faria com palha, pois a madeira já possuía.<sup>32</sup> Mas, entre escravos e coronéis, Manuel José ia tratando dos negócios das tropas, que se concentravam entre a primavera e o fim do verão, época em que também se ocupava de suas manteigas e de seus queijos, provavelmente pelo aumento da quantidade de leite produzido pelas vacas. A primavera trazia novo alento para a economia local.

E já que Manuel José tocou no assunto, convém falar um pouco da intempérie que os tropeiros enfrentavam. Os ventos que destelhavam a Casa Doadada não os atingiam sempre. Só consegui encontrar a data exata da passagem de apenas 56 tropas, mas considero relevante analisar estes dados. A grande maioria das tropas, cerca de 70%, passou no Registro de Curitiba na primavera e no verão. Apenas 7% no outono. Mas, no rigoroso inverno, de ventos fortes, chuvas contínuas e frio, 21% das tropas estavam em Curitiba. Importa, contudo, salientar que a maioria destas passou em setembro, quando já se encerravam os rigores do inverno.<sup>33</sup>

<sup>31</sup> BN-II-35,25,17-022.

<sup>32</sup> BN-II-35,25,17-043.

<sup>33</sup> Documentos da Casa Doadada. BN-II-35,25,25-27; BN-II-35,25,03; BN-II-35,25,17.

A correspondência produzida por Manuel José, Antonio Francisco de Aguiar e Antonio Manuel Fernandes da Silva, da administração da Casa Doadada, indica duas estações claras: verão e inverno. O verão era o tempo da chegada das tropas, o que começava em setembro, talvez fins de agosto. O inverno é o tempo em que Manuel José menos escreveu cartas (sendo menos prolixo também) e é o tempo do “desengano” dos tropeiros que se atrasaram e precisavam vender a tropa por preços inferiores.<sup>34</sup> Este período foi consagrado no mundo dos tropeiros pela expressão “invernada”, momento de a tropa parar e evitar a mortandade dos animais, como a que aconteceu em meados de 1796, conforme Antonio Francisco de Aguiar escreveu em janeiro do ano seguinte.<sup>35</sup> Sabemos, ainda, que, no verão de 1805 e 1807, houve muita chuva. As precipitações complicavam a vida do tropeiro de várias formas, mas duas são mais salientes: pelo aumento de volume de água dos rios,<sup>36</sup> pois muitos precisavam ser cruzados e quase não havia pontes, e pela piora nas condições de tráfego na estrada das tropas, o que era agravado pela topografia do percurso onde as serras eram abundantes. Em um roteiro de viagem pelo caminho das tropas de 1745, havia a referência a consertos de barrancos, necessários para a continuidade da viagem (JACOBUS, 2000).

Voltemos ao caminho. Precisamos chegar na Capela do Tamanduá, que fica a uns dez quilômetros do Registro, umas duas léguas, na medida da época. Foi ali que Manuel José participou da festa de São João, em 1798, quando se encontrou com o antigo inspetor, Francisco de Paula Teixeira.<sup>37</sup> Era uma localidade muito pequena, pertencente a Curitiba, tal como a Lapa seria até 1806, que tinha cerca de oitenta habitantes em 1790, chegando a duzentos em 1795, graças ao aumento da população livre, mas também graças ao aumento do número de escravos e aos 22 administrados índios que ainda eram utilizados como força de trabalho naquela região, tal como em Lages.

---

<sup>34</sup> BN-II-35,25,17-009.

<sup>35</sup> BN-II-35,25,25-27-032.

<sup>36</sup> BN-II-35,25,17-029.

<sup>37</sup> BN-II-35,25,03-026.

Mesmo com tão poucos moradores, o pequeno lugarejo tinha três capitães que ali habitavam ou, ao menos, tinham propriedades em 1795: Francisco de Paula Teixeira, José dos Santos Rosa e José Francisco Cardoso. Os dois primeiros certamente envolvidos no mundo das tropas.<sup>38</sup> Veríssimo José Gomes, tenente, igualmente conduziu tropas suas em 1809.<sup>39</sup> Com exceção desses capitães e do tenente, que possuíam mais de cinco escravos cada um, havia alguns pequenos senhores com plantéis entre um e cinco cativos, além de um número razoável de fogos chefiados por forros, sem cativos, morando em casas com seus filhos e netos.

Da Capela do Tamanduá, vamos seguindo pelo caminho, passando próximo às fazendas Butuquara, Porcos de Cima e Porcos de Baixo. Poderíamos ter feito como alguns tropeiros e evitado o Registro de Curitiba utilizando passos e picadas diversas e atravessando fazendas, tudo para evitar o quinto. De fato, o valor de uma besta na Lapa era de 6\$000, dos quais 1\$250 ficariam naquele posto fiscal.<sup>40</sup> Mas não nos demoremos mais aqui. Já cruzamos o paralelo de Curitiba, mas ainda estamos no território da Vila, ainda que o núcleo urbano diste uns quarenta quilômetros do caminho. Curitiba já era ocupada desde meados do século XVII, mas tornou-se vila em 1685, no contexto da exploração aurífera da região (SANTOS, 2011). Sua população, por volta de 1780, era de cerca de 3.800 moradores, descontados os habitantes da Lapa, os quais já calculamos. Quinze anos depois, em 1795, a população havia crescido mais de 60%, atingindo 5.889 moradores.<sup>41</sup> Em 1803, a Vila, formada também por suas freguesias (Lapa e São José), contava com 11.334 habitantes. Era um contingente nada desprezível para os padrões da Colônia.

Houve uma grande estabilidade política ao longo do tempo na Vila de Curitiba. Quanto aos capitães-mores, o posto passava de pai para filho, ou seja, de Lourenço Ribeiro de Andrade para Antonio Ribeiro de Andrade, que assumiria em 1804.

---

<sup>38</sup> Listas nominativas de Curitiba. 1790, 1791, 1792, 1793, 1795 e 1796. Cedope; BN-II-35,25,25-27-004.

<sup>39</sup> BN-II-35,25,05.

<sup>40</sup> Lista nominativa da Lapa, 1798. Cedope.

<sup>41</sup> Listas nominativas de Curitiba. Cedope.

Antonio havia atuado como tropeiro em algum momento da sua vida e era amigo de outros negociantes de gado, como o coronel José Joaquim Mariano da Silva Cesar.<sup>42</sup> Outras figuras tinham também peso em Curitiba, como Manuel Gonçalves Guimarães, arrematador de contratos,<sup>43</sup> tropeiro de muitas viagens, capitão desde o início dos anos 1780, tenente-coronel em 1798 e coronel em 1809.<sup>44</sup> Em 1804, quando Francisco Teixeira Coelho se tornou capitão de ordenanças da Lapa, foi diante de Lourenço e Aguiar que ele prestou juramento.<sup>45</sup>

Já percebemos a estabilidade que havia em Curitiba e seu total envolvimento com o mundo das tropas de gado. Agora, devemos seguir viagem, tomando o caminho de Castro, onde faremos nova parada, não sem antes passar por diversas fazendas à beira da estrada. Havia ao menos duas possibilidades de passagem após o Registro, passando por Tamanduá durante o período que estamos estudando. Uma delas era o caminho que ia pelas fazendas São Luis, Butuquara, Porcos de Cima e Porcos de Baixo, daí seguindo até chegar à Fazenda Maracanã, em Castro, e daí para Jaguariaíva. Esse caminho parece ter sido o principal até o final do século XVIII, cedendo importância para outro, que fazia uma curva a partir de Tamanduá na direção da Palmeira e de Ponta Grossa, passando por Carambeí Castro, até chegar também em Jaguariaíva. Segundo Lopes (2005), esse caminho adquiriu importância a partir dos últimos anos do século XVIII, tornando-se o principal no século seguinte.

Castro tornou-se vila em 1789 (LOPES, 2005) e contava com 2.797 moradores em 1793, dos quais aproximadamente 20% eram escravos e 5% eram agregados.<sup>46</sup> Em 1803, a população cresceu 57%, atingindo os 4.862 habitantes. Os bairros rurais mais povoados eram, geralmente, os mais próximos do caminho que passava por Palmeira e Ponta Grossa: Fazenda São João, Carrapatos, Ponta Grossa, a própria área próxima da matriz e o Bairro do Lago. Talvez esta demografia explique, ou

<sup>42</sup> AHU.SPMG. 4170.

<sup>43</sup> AHU.SPMG. 3479.

<sup>44</sup> BN-II-35,25,05.

<sup>45</sup> AHU.SPMG. 4307.

<sup>46</sup> Lista nominativa de Castro, 1793. Cedope.

ajude a explicar, os motivos que tornaram mais frequentado este caminho a partir do final do século XVIII. Talvez o fato de o capitão-mor de Castro habitar Ponta Grossa, onde estava a maior escravaria, também tenha contribuído para tal modificação. Na lista nominativa de 1793, o primeiro nome mencionado é o do reverendo Vigário José de Santa Teresa de Jesus, seguido do capitão Inácio Taques de Almeida. A família Carneiro Lobo, umas das mais importantes da localidade, estava no Bairro de Santo Antonio, o segundo mais populoso de cativos, enquanto o alferes Luis Castanho de Araújo encabeçava o Bairro do Lago.<sup>47</sup> Esta distribuição também deve ter tido sua parcela na mudança da rota, já que os Carneiro Lobo e Luis Castanho de Araújo estavam profundamente envolvidos no negócio de animais.<sup>48</sup>

Os caminhos se afunilavam em Jaguariaíva, fazenda que, em 1780, pertencia à família Correia Penteado. Em 1795, a propriedade foi comprada por Luciano Carneiro Lobo e passou a produzir animais. No inventário da esposa de Luciano, em 1806, a fazenda, na qual trabalhavam 18 escravos, possuía mais de mil animais, entre estes, quase quinhentas éguas, sete burros, trinta potros e mais de seiscentas vacas, um número muito expressivo para a região de Castro, que já despontava na produção pecuária (LOPES, 2002). Em 1825, ainda nas mãos dos Carneiro Lobo, a Fazenda Jaguariaíva estaria entre as cinco maiores do Paraná, tanto em área quanto em cabeças de gado (GUTIÉRREZ, 2004). Da Jaguariaíva, o caminho seguia por uma série de fazendas e chegava a Sorocaba (JACOBUS, 2000). Não sem antes passar por seu Registro.

### *Sorocaba*

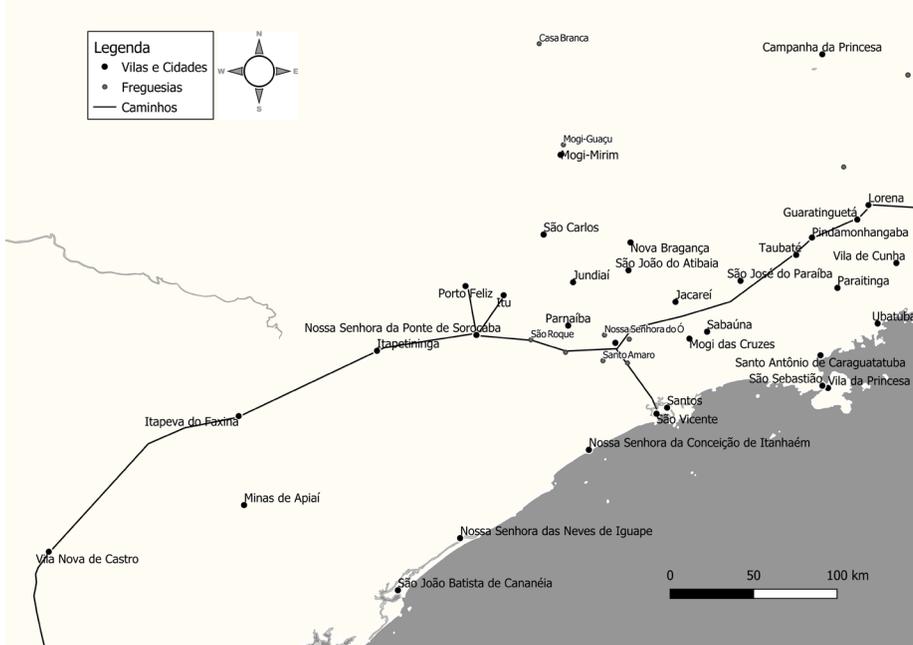
Nas últimas léguas do caminho, está Itapetininga. Não nos demoremos muito por aqui. Convém saber que tal localidade se destacava pela produção de animais, realizada em grandes propriedades, boa parte delas de grandes senhores de Sorocaba. O próprio capitão-mor de Itapetininga é um dos mais importantes homens daquela

<sup>47</sup> Lista nominativa de Castro, 1793. Cedope.

<sup>48</sup> BN-35,25,05.

outra praça, Salvador de Oliveira Leme, desde 1776<sup>49</sup>, posto que será passado para o filho, Salvador de Oliveira Aires, em 1800.<sup>50</sup> Ali também possuíam propriedades, entre 1783 e 1800, o capitão-mor de Sorocaba, Cláudio de Madureira Calheiros e seu concunhado, o capitão-mor de Itu (BACELLAR, 2001),<sup>51</sup> Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, assim como era morador, camarista e tabelião outro sócio de Calheiros, Francisco Marim Machado.<sup>52</sup> A povoação contava, em 1803, com mais de 4 mil moradores, a maior parte envolvida nos negócios de tropas, de abastecimento dos tropeiros e nas faíscas de ouro de Paranapanema, distrito da Vila.

**Figura 11:** Mapa de Sorocaba, São Paulo e seu interior (final do século XVII)



Fonte: BN. Mss. 005,04,035; AHU.SP. Cx.23 - Doc. 9.

<sup>49</sup> AHU.SPMG. 2794.

<sup>50</sup> AHU.SPMG. 3823.

<sup>51</sup> AHU.SPMG. 3094.

<sup>52</sup> AHU.SPMG. 3044.

Pouco antes da Vila de Sorocaba, estava o Registro, que começou a funcionar em 1750 (ALMEIDA, 1969). No início da década de 1780, ali atuava, como inspetor e recebedor dos novos impostos,<sup>53</sup> Paulino Aires de Aguirre, importante personagem na comunidade local e genro de Salvador de Oliveira Leme, o qual trabalhava no comércio da Vila de Sorocaba desde os anos 1750, onde fazia negócios com fazenda seca (BACELLAR, 2001). Paulino ocupou este posto até 1783,<sup>54</sup> e não sei quem o assumiu depois. Em 1788, o posto era ocupado por Bernardo José Vieira Bessa, seguido por Manuel da Costa Cardoso e, em 1795, por Antonio Francisco de Aguiar, genro de Paulino Aires de Aguirre, que permaneceria ali até a extinção. É a partir de Antonio Francisco que temos fontes mais regulares e ricas para a análise desta unidade fiscal.

Aguiar era, mais que inspetor do Registro, administrador de “todos os contratos das rendas Reais”, como mencionou a Câmara de Sorocaba, em 1798.<sup>55</sup> Mas cabia a ele administrar o Registro e, juntamente com Manuel José, em Curitiba, e Antonio Manuel Fernandes da Silva, em São Paulo, fazer as cobranças para a Casa Doadada. A cobrança dos direitos do Registro de Sorocaba, diferentemente do que era praticado em Curitiba, era uma prerrogativa da Câmara de Vereadores, que se encarregava da administração, indicando o funcionário que iria trabalhar no Registro.<sup>56</sup> Até o início da década de 1780, tal tarefa não era remunerada, ainda que Paulino Aires de Aguirre tenha pedido remuneração por seus serviços, o que não sabemos se foi deferido pela Junta da Real Fazenda.<sup>57</sup> Entretanto, Antonio Francisco de Aguiar recebia um pagamento regular por parte da Casa Doadada, que, no seu ponto de vista, nunca era suficiente.<sup>58</sup>

Ao longo do período entre 1795 e 1811, ele escreveu mais de cem cartas, tendo como objeto a administração da Casa Doadada.<sup>59</sup> Estava entre suas funções cobrar

---

<sup>53</sup> AHU.SPMG. 2916.

<sup>54</sup> BN-II-35,25,67.

<sup>55</sup> AHU.SPMG. 3946.

<sup>56</sup> AHU.SPMG. 2916.

<sup>57</sup> AHU.SPMG. 2916.

<sup>58</sup> BN-II-35,25,25-27.

<sup>59</sup> BN-II-35,25,25-27.

os tropeiros ou exigir fiança, no caso de promessa futura de pagamento, e, depois, enviar os valores para São Paulo, muitas vezes em barras de ouro e prata e moeda sonante. Para fazer o envio desses valores, contava com a ajuda de pessoas de sua confiança que iam para São Paulo a outros interesses e que aceitavam conduzir tais quantias, já que o sistema de cobrança não dispunha de mensageiros ou próprios. Esta correspondência apresenta o cotidiano do trabalho de inspeção das tropas, da forma como os tropeiros podiam negociar e de suas dificuldades. Por isso, sei das dificuldades que tiveram os tropeiros no inverno de 1796, da falta de sal e de pastos que havia para o costeio das tropas. Uma nova crise surgiu em 1801, quando havia falta de compradores e houve uma grande oferta, o que causou uma carência de pastos, enquanto os tropeiros aguardavam a venda, fenômeno que se estendeu de forma intensa até o ano seguinte e só teve fim após 1805.

As primeiras tropas de animais chegavam a Sorocaba em novembro e seguiam no mesmo ritmo até o mês de maio, quase sempre um mês, pouco mais, após sua passagem por Curitiba. Estimo que o número de tropas que chegavam por ano variou entre dez e oitenta, ao longo do período que vai de 1780 a 1810. A distribuição desse número de tropas, ao longo dos meses preferenciais para a chegada das tropas, de dezembro a março, dilui um pouco uma imagem corrente na historiografia da grandiosa feira de animais que se armava na pequena Sorocaba (BACELLAR, 2001; ALMEIDA, 1969; BRAUDEL, 1998). Tal imagem, me parece, talvez faça sentido para o alto século XIX, quando o volume de animais e de tropas parece ter aumentado consideravelmente (PETRONE, 1976; WESTPHALEN, 1995). Em dezembro de 1796, Antonio Francisco de Aguiar nos deixou alguma pista de como se faziam os negócios na “feira” de Sorocaba:

será louvável facilitar com a segurança devida por ameaçar infalível prejuízo do nosso Doador *pelas muitas tropas que aqui se amontoam sem pastos* e sem compradores e parte delas pelo prejuízo que tiveram no sertão por ameaçados de não chegar para os direitos.<sup>60</sup>

---

<sup>60</sup> BN-II-35,25,25-27.

Chegados em Sorocaba, os tropeiros deveriam tentar vender rapidamente seus animais, já que sua manutenção diária implicava gastos que comprometiam o negócio. O tempo da venda não era medido em horas, mas em dias. Era preciso encontrar um campo de pasto onde os animais pudessem permanecer até a venda. Em diversas épocas, como vimos, os negócios não foram bons, tanto pela oferta abundante quanto pela falta de sal e de pastos. Em 1807, o guarda-mor de Araçariguama, Rodrigo Pedroso de Barros, teve prejuízos com suas bestas e cavalos “magros pela falta de pastos”.<sup>61</sup> Os negócios se organizavam nos campos próximos ao núcleo mais arruado, preferencialmente onde havia pastos. A “feira” ia ocorrendo assim, ao longo de toda a Vila de Sorocaba.

A população de Sorocaba, em 1780, era de 6.815 habitantes, chegando a 9.576 em 1810, num crescimento constante, com pequenas oscilações, e com uma população escrava que variou entre 16,2% e 25,8% ao longo de todo esse período, tendendo a acompanhar o crescimento total da população (BACELLAR, 2001). Por meio da lista nominativa de 1790,<sup>62</sup> podemos verificar a distribuição espacial dos habitantes. Nesse censo, verificamos 6.864 habitantes, dos quais 1.208 (17,6%) eram escravos e 5.257 (76,6%) eram livres, além de um contingente de 399 (5,8%) agregados. Os bairros mais populosos eram os do Iperó, do Pirajibu e a parte central, mais urbana e mais próxima da matriz. Esses fragmentos eram habitados por 60% da população total, bem distribuída entre livres, escravos e agregados.

Na matriz, ficava o maior número de escravos, quatrocentos, que representava um terço do total de cativos. Ali também estavam os maiores senhores: dos trinta maiores plantéis de toda a vila (que detinham a metade do total de cativos), 11 estavam na matriz. Os demais grandes senhores (os trinta que possuíam mais de nove cativos) estavam distribuídos entre os demais bairros ou zonas: havia seis no Pirajibu, três no “Rio Acima”, três em Bacaetava, dois no Iperó, dois no Campo Largo, um no Itapevu, um no Capotera e um em Bossoroca. Em Campo Largo,

<sup>61</sup> BN-II-35,25,25-27-100.

<sup>62</sup> Aesp. Lista nominativa de Sorocaba, 1790.

no Iperó, em Pirajibu e na matriz, os grandes senhores correspondiam àqueles homens com maior patente sociomilitar, geralmente aqueles que encabeçavam as listas nominativas. Tal é o caso, na matriz, de Cláudio de Madureira Calheiros, dono do maior plantel e capitão-mor; no Bairro do Parajibu, do capitão Manuel Álvares de Castro; e, no Iperó, do capitão João Pires de Almeida Taques. Esses dados me remetem à ideia de que as elites de Sorocaba estavam geograficamente distribuídas no espaço da vila, de modo que cada bairro tinha uma liderança própria e sua hierarquia local, mesmo que inferior em comparação aos capitães da matriz. Mesmo a localidade de Itapetininga, próxima de Sorocaba, tinha como capitão-mor Salvador de Oliveira Leme, membro de um importante clã sorocabano, com propriedades na vila.<sup>63</sup>

Até a matriz tinha uma elite heterogênea. Em 1780, o capitão-mor era José de Almeida Leme, que falecera em dezembro daquele ano. Sua sucessão foi um pouco lenta. Em 30 de janeiro de 1782, após um ano de indefinição, a Câmara voltou à carga, exigindo a presença do corregedor da Comarca para presidir a nomeação de três homens, dentre os quais sairia o novo comandante. Justificavam, os vereadores, urgência, pois:

[...] esta vila é a mais importante desta capitania; pois por ela passam as tropas que vêm [do Rio Grande] de São Pedro do Sul, os ouros que pagam os quintos a Vossa Majestade, vindos das minas de Apiaí e Paranapanema e as boiadas e potradas dos sertões de Curitiba [...] e por causa deste comércio há muitos ajuntamentos de homens da maior parte desta capitania, e fora dela, e por isso esta, mais que nenhuma outra, precisava de capitão-mor [...]<sup>64</sup>

Mas não era tudo. Aqueles mesmos vereadores temiam algo pior do que ajuntamentos e possíveis desordens de forasteiros. A preocupação tinha endereço certo:

---

<sup>63</sup> Aesp. Lista nominativa de Sorocaba, 1790.

<sup>64</sup> AHU.SPMG. 3009.

Se acha esta vila em contínua desordem por miscelâneas e orgulhos do Tenente Coronel Auxiliar da Cavalaria Ligeira Paulino Aires de Aguirre, e seu sogro Salvador de Oliveira Leme, pretendente e interessante ao dito posto, sendo este um sujeito totalmente insuficiente para o exercer tanto pela sua qualidade por ser de baixa esfera e ter exercido nesta vila por si, e seus antepassados, anos bastantes, ofício de taberneiro público, como pela sua capacidade por ser de gênio orgulhoso e intrigante, e ter saído por vezes criminoso de vários crimes [...].

Assinavam o documento o juiz João de Almeida Pedroso, os vereadores José Pires de Arruda, Felix Mendes da Silva, Joaquim José de Almeida e o escrivão da Câmara, Gonçalo Leite de Sampaio. Paulino não se tornou capitão-mor de Sorocaba. Salvador era capitão-mor de Itapetininga, vila vizinha, desde 1776. É certo que a Câmara de Sorocaba era mais prestigiosa, e certamente os vereadores tinham razão em argumentar pela importância daquela localidade. Na disputa entre grupos, venceu a parcialidade de Cláudio de Madureira Calheiros, que assumiu o posto em 1783.

Não tenho como verificar as ligações entre os membros da Câmara e Calheiros, mas sei que este último, além de ser um dos mais ricos da comunidade, tinha parentesco com boas famílias da vizinha Itu (de onde muitos sorocabanos provinham), especialmente com o capitão-mor, Vicente da Costa Taques Goes e Aranha (BACELLAR, 2001), o que devia vinculá-lo à nobreza local, de algum modo. Além de possuírem terras em conjunto em Itapetininga (rota da passagem das tropas), em 1788, os dois capitães-mores, em conjunto, fizeram uma proposta para criar uma fábrica de ferro e aço a partir do minério extraído de um morro em Araçoiaba.<sup>65</sup> Um documento de 1797 talvez nos ajude a compreender as razões que separavam Calheiros de Oliveira Leme, para além das diferenças de qualidade que poderiam se borrar no fato de o primeiro também negociar fazenda seca (BACELLAR, 2001). Ambos eram interessados nas arrematações dos registros de passagem de rios e tropas, Paulino, em sua sociedade com José Vaz de Carvalho; Calheiros, juntamente com Francisco Marim Machado. Ambos os grupos arremataram diversos contratos entre 1780 e 1810.<sup>66</sup>

<sup>65</sup> AHU.SPMG. 3207; AHU.SPMG. 3094.

<sup>66</sup> AHU.SPMG. 3488.

Este me parece o cenário político da Vila de Sorocaba: uma elite rural disseminada nos diversos bairros e zonas que compunham a paisagem daquela localidade, tendo a referência de poder local da vila na matriz, nos grandes senhores da urbe que disputavam o controle da Câmara, o posto de capitão-mor, a arrematação dos contratos e os negócios de animais, matizados, também, pelo tamanho de seus plantéis. A economia não se baseava apenas no negócio de animais, ainda que este fosse o mais saliente. A diversidade apresentada pelos vereadores é visível em outras fontes, que também confirmam a opulência relativa de Sorocaba no cenário regional. Manuel Cardoso de Abre narrou, em 1783, algumas impressões sobre a Capitania de São Paulo:

[...] os habitantes da cidade vivem de várias negociações: uns se limitam a negócio mercantil, indo à cidade do Rio de Janeiro buscar as fazendas para nela venderem; outros das extravagâncias dos seus ofícios; *outros vão à Viamão buscar tropas* de animais cavалares ou vacuns para venderem, não só aos moradores da mesma cidade e seu continente como também aos andantes de Minas Gerais e exercitam o mesmo negócio vindo comprar os animais em São Paulo para os ir vender a minas, e outros finalmente, compram alguns efeitos na capitania, como são panos de algodão e açúcar, e vão vender às Minas [...] Os moradores da estrada de Viamão, como são os da vila de Sorocaba, *vivem do fabrico de algodão, de criar seus animais e tirar seu ouro* das frisqueiras dos seus subúrbios e, ultimamente, do comércio dos que labutam neste negócio, e por isso *há suas casas ricas*. Os moradores da vila de Itapetininga, distantes dela 10 léguas, *vivem de criar os seus animais, e de tirar algum ouro das frisqueiras, e vender mantimentos aos tropeiros*, porém com tal tenuidade que não dá aumento. (GODOY, 2002).

As produções de açúcar e algodão eram importantes atividades desenvolvidas em Sorocaba e encontravam, nas localidades do mesmo caminho das tropas, importante escoamento, como vimos, até Curitiba e a Lapa. O próprio Antonio Francisco de Aguiar, inspetor do Registro de Sorocaba, era interessado neste ramo e mantinha um funcionário que levava algodão à Lapa com alguma regularidade e do qual o inspetor de Curitiba, Manuel José Correia da Cunha, serviu-se algumas

vezes como portador de cartas, queijos e manteigas para Sorocaba.<sup>67</sup> No mesmo clã, Paulino Aires de Aguirre e Salvador de Oliveira Leme possuíam engenhos de açúcar, mostrando a diversidade de negócios que aquela elite manipulava.<sup>68</sup> Ainda que essas unidades produtivas não fossem as maiores, estavam entre as 14 que existiam em 1798, quando a produção açucareira de Sorocaba crescia rapidamente, mas ainda era pequena se comparada à da vizinha Itu.<sup>69</sup>

## 2.2 O espaço consumidor

Partindo de Sorocaba, os animais trazidos do sul eram redistribuídos para diversas regiões, tendo predominância o Rio de Janeiro, Minas e a própria Capitania de São Paulo, além de Goiás. Após o Registro de Sorocaba, havia outros que cobriam a circulação regional desses animais, que, certamente, somavam-se às produções da capitania paulista, além das produções das Minas, que cresciam significativamente no final do século XVIII e início do XIX.

O Rio de Janeiro se apresentava como um dos principais centros consumidores. Marcondes (2001) aponta a circulação de reses que, pelo caminho de São Paulo, chegavam à metrópole fluminense. Em dezembro de 1801, passaram por esse caminho cerca de 874 cabeças de gado; em 1802, cerca de 6.807; em 1803, umas 8.310 e, em 1806, 7.663. O número chegaria a 13.671 em 1811. O mesmo autor destaca que o principal consumo carioca de animais que vinham do caminho das tropas era o de reses, carne verde, para o abastecimento alimentar da cidade.

O consumo de cavalos e bestas muares era mais forte nas capitanias de São Paulo e Minas, especialmente para o transporte de cargas diversas do interior até os principais corredores de circulação e portos. Relembro aqui que o próprio caminho das tropas era uma via muito rudimentar e que vários poderiam ser os

---

<sup>67</sup> BN-II-35,25,17.

<sup>68</sup> AHU.SP. (avulsos). Doc. 698.

<sup>69</sup> AHU.SP. (avulsos). Doc. 698.

exemplos de estradas em péssimas condições ou apenas muito simples que ligavam pontos importantes da América lusa, como nos lembra Sérgio Buarque de Holanda (1990). Cavalos e mulas eram os principais meios de transporte, capazes de circular por qualquer picada, em oposição às carroças, para as quais haveria ainda poucos caminhos em condições de trafegar. Mesmo a estrada São Paulo–Rio de Janeiro, que ainda passava por importantes vilas paulistas, era bastante primitiva, e sua circulação restringiu, por diversas vezes, a própria passagem das tropas de animais com destino ao Rio de Janeiro (MARCONDES, 2001).

De acordo com Suprinyak e Restitutti (2006), os animais vindos de Sorocaba abasteceram de forma elástica a região das Minas ao longo dos séculos XVIII e XIX. Os animais seguiam de Sorocaba para o Vale do Rio Paraíba, onde permaneciam algum tempo para descansar, antes de tomar o montanhoso caminho da capitania mineira. Dados de Angelo Carrara apontam alguns números que, apesar do sub-registro, são relevantes para considerar o movimento de tropas de animais para o abastecimento das Minas. Entre 1788 e 1799, teriam entrado cerca de 1.700 mulas, conforme os Registros de Mantiqueira e Jacuí, além de 105 cavalos. Certamente esses eram números mínimos, e não consegui dados mais precisos para esta circulação.

Considero que o maior consumidor dos animais vindos de Viamão, Lages e Curitiba fosse mesmo a capitania paulista. Apenas em 1813, o movimento do planalto paulista aos seus portos demandou 91 mil viagens de tropas de mulas carregadas com artigos (SUPRINYAK; RESTITUTTI, 2006). Além disso, havia a própria capitania de São Paulo, que tinha grande carência de cavalos. Encontro constantes referências a viagens de militares paulistas ao sul em busca de cavalos para as tropas regulares. Em 1790, o sargento-mor de São Paulo, Joaquim José de Macedo Leite, foi buscar duzentos cavalos no Rio Pardo,<sup>70</sup> e, em 1808, Antonio Francisco de Aguiar, José de Andrade e Vasconcelos e João Lopes França foram encarregados de ir ao sul comprar cavalos e mulas para a Fazenda Real.<sup>71</sup>

<sup>70</sup> BN-II-35,25,62.

<sup>71</sup> Arquivo Nacional. Códice 469. V. 4.

Acabamos de cruzar o enorme arquipélago, pontilhado de povoados, fazendas e postos fiscais. Observamos alguns traços de cada ilha e sua relação com o alto-mar e com o comércio de animais. Todas as ilhas eram importantes, nem que fosse para um pouso, para o abastecimento ou para algum negócio. É claro que Viamão, Curitiba e Sorocaba eram as estrelas de maior magnitude daquela pequena constelação. Mas vejamos este cenário em partes. Entendo que é possível pensar a “Campanha de Montevideo”, a “Fronteira do Rio Pardo”, a região de Triunfo e do Viamão como áreas distintas dentro de um grande espaço de produção de animais. O caminho, por sua vez, me parece ser dividido em quatro trechos: a Patrulha e Cima da Serra; Lages e o sertão; Lapa, Curitiba e Castro; Sorocaba e suas adjacências.



## CAPÍTULO 3

---

# O passivo sobrenatural e outras categorias

*“[...] para grande desespero dos historiadores, os homens não têm o hábito, a cada vez que mudam de costumes, de mudar de vocabulário”  
(BLOCH, 2001, p. 59).*

Os homens e as mulheres que estamos estudando parecem pouco diferentes de nossos contemporâneos: formavam famílias, trabalhavam, divertiam-se, encontravam seus amigos e parentes, alimentavam-se, emprestavam dinheiro a juros, brigavam, compravam para revender, rezavam e procuravam, muitas vezes, passar a perna em alguém, por assim dizer. E poderiam ser ainda mais semelhantes, se não fossem tão diferentes. Para um historiador, no meu lugar, é muito fácil encontrar pontos de identidade com aqueles que estudo. Boa parte das coisas que sei que fizeram me são conhecidas. Eles batizavam os filhos, casavam-se, iam ao cartório reconhecer documentos, escreviam cartas e passavam testamentos. E tudo isso pode ser encaixado facilmente na mentalidade de hoje, sem que deixe de fazer sentido. Aliás, é muito fácil rir e descartar alguns indícios estranhos que chegam do passado, como as cômicas descrições de bens de inventários ou certos caprichos dos testadores, quando tudo isso poderia servir para repensar o significado que os agentes históricos davam às suas práticas, algumas que até hoje existem, ainda que tenham sido ressignificadas ao longo do tempo.

### 3.1 O passivo sobrenatural

A cerimônia começava com a preparação do corpo, envolto em tecidos especialmente preparados para este ritual que expressava as filiações sobrenaturais do morto. O corpo, assim, era colocado dentro de uma grande caixa, também preparada

para a cerimônia. Tudo era conduzido em um cortejo fúnebre do qual participavam o sacerdote principal e alguns auxiliares que oravam aos deuses pelo espírito do morto e invocavam a sua piedade. A grande caixa era, então, conduzida a um altar, onde permaneceria publicamente exposta por algum tempo, enquanto se faziam rezas a diversas forças espirituais. Novamente em cortejo, o morto era conduzido ao local onde seria, como era costume, enterrado. Nessa cerimônia, o morto era acompanhado por diversas pessoas, entre aliados, parentes, vizinhos e religiosos, além de pessoas interessadas em potenciais esmolas que fossem distribuídas aos pobres por honra de seu espírito, solicitadas antes do falecimento. O ritual não se acabava assim. Antes de morrer, o morto indicava suas vontades pela realização de outras futuras cerimônias pela defesa de seu espírito, pelo espírito de seus parentes e criados mortos e daqueles com quem havia feito comércio. Para sua alma, pedia cerimônias específicas de suas preferências sobrenaturais. Havia aqueles que cultuavam certos mistérios, mas a grande maioria cultuava a figura da mãe de um dos deuses e de certos espíritos especiais. Entre os mistérios, havia o culto à Santíssima Trindade, uma tríade de deuses, Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo, que eram entendidos como um só e verdadeiro deus. Além disso, o culto às Cinco Chagas de Cristo (o Deus Filho), e às Onze Mil Virgens eram adorações possíveis, invocadas diante da morte.

O mundo dos tropeiros que estudamos era um mundo profundamente católico, mas há muitas formas de ser católico. Nos capítulos anteriores, esquecemos de incluir alguns atores sociais importantes, mas que não estavam particularmente em nenhuma das localidades que abordamos, nem no caminho. Estavam em todos os lugares. Um, em especial, não apenas estava em todas as partes, como sabia de tudo. Mas não negociava com animais, para a sorte dos tropeiros. Mas todos eles entravam, de algum modo, nas contas dos negociantes e dos seus contemporâneos. Vejamos como funcionava a balança de pagamentos de alguns homens com o além. Para essa tarefa, vou apresentar algumas análises de uma fonte pouco utilizada e muito rica: os testamentos.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Aesp. Testamentos de Sorocaba; ACMPOA. Testamentos de Porto Alegre. Livro T1.

Analisando os testamentos, percebemos que a maior parte deles foi produzida dentro de um modelo formal, uma fórmula, que informava sobre o contexto da redação do documento, geralmente uma enfermidade aliada a dúvidas sobre o que Deus guardava ao testador. Clemência era pedida à Santíssima Trindade, aos santos e às santas da corte dos céus, ao santo do nome da pessoa e ao(s) santo(s) de devoção, em especial, e ao seu anjo da guarda. As variações dentro dessa fórmula são, na maioria dos casos, de estilo, mas havia a possibilidade de também aqui inventar. Esse foi o caso de Inácio de Souza Lima, em 1789, em Sorocaba. Não sei exatamente que forças o motivaram, mas, ao manifestar suas últimas vontades, ele frisou não ter dado a devida adoração em vida à Santíssima Trindade e à Virgem Maria, pontuando cada um de seus erros, como ao Deus Filho, dizendo: “deixando na Santa Igreja remédios para que eu me aproveita-se sendo que tão ingrato que não soube aproveitar-me como devia”, da mesma forma ele pedia:

perdão ao Santo Anjo de minha guarda, *porque guiando-me sempre pelo caminho da verdade eu lhe repudiava o ministério da sua obrigação com as minhas maldades*. Da mesma sorte ao santo do meu nome que *devendo venerá-lo e o imitar somente fiz coisas que contradissem o nome que tinha*.<sup>2</sup>

As partes destacadas são a exceção à regra, fragmentos não encontrados em outros documentos, mas que, provavelmente, eram compartilhados ou conhecidos pelos contemporâneos do mundo em que Inácio vivia. Talvez tenha sentido algum remorso antigo quando começou a sentir as dores no peito que, segundo ele, “Deus foi servido” lhe dar. Talvez fosse apenas para causar uma boa impressão. Mas eram ideias possíveis e que nos ajudam a perceber que as contínuas repetições da fórmula do testamento não eram inócuas, ainda faziam sentido para aqueles homens e aquelas mulheres, que se preocupavam, na hora da morte, em afirmar um santo de sua especial devoção, o santo de seu nome e invocar seu anjo da guarda. A referência

---

<sup>2</sup> Aesp-C05478. Testamento de Inácio de Souza Lima.

ao santo do nome do testador parece ser apenas uma rotina, ainda que, em alguns casos, não o fosse. Paulino Aires de Aguirre, por exemplo, mencionou exatamente qual São Paulino era o exato, já que havia mais de um, e dedicou-lhe uma capela de missas (cinquenta celebrações), um número que parece vultoso, mas era a oferta mais baixa de missas feita por Aires de Aguirre.

Para além da fórmula de escrita usada nos testamentos e raramente subvertida pelos testadores, havia um razoável espaço de decisões. De uma fonte controlada, padronizada, o testamento se tornava, até certo ponto, um documento cujo formato não possuía muita ordem. Podemos encontrar casos nos quais apenas ficava expressa a vontade do testador sobre seu funeral ou apenas seus acertos de contas de dívidas e créditos. Havia quem descrevesse cada um de seus bens e, ainda, aqueles que diziam que seus herdeiros sabiam de tudo o que possuía. Alguns faziam uma breve partilha, enquanto outros se dedicavam a indicar com mais afínco como sua terça devia ser gasta em missas, tantas para um santo, tantas para outro. De um modo geral, essas eram as preocupações dos testadores, e este era geralmente o seu limite. Ao final do documento, um certo padrão era retomado, quando o testador pedia às justiças de Sua Majestade fidelíssima que aceitassem suas últimas vontades expressas naquele testamento. Ainda no começo do documento, logo depois das ressalvas sobrenaturais, o testador deveria indicar quem gostaria que fossem seus testamenteiros, aqueles que deveriam se empenhar em cumprir aquelas últimas vontades.

Os testamentos podem servir a diversas análises. Neste momento particular, vamos observar a contabilidade dos homens com as forças sobrenaturais, aquilo que deviam, mais exatamente, já que as forças do além tinham formas diversas de cobrar e de controlar e podiam indicar seu descontentamento de muitas maneiras, até mesmo na hora do juízo final de cada devoto. Essas forças sobrenaturais não se resumiam aos deuses (Deus, Jesus Cristo, o Espírito Santo ou a Santíssima Trindade), à Virgem Maria ou aos santos e às santas e anjos “da corte celeste”. Incluíam também as almas dos mortos, conhecidas e desconhecidas. Ambas eram boas para fazer negócio. As almas do purgatório, por exemplo, eram boas para se

fazer caridade, tal como se fazia com os “pobres e necessitados” das vilas. As almas de mortos conhecidos eram parceiras econômicas diferentes. Não fica muito claro o seu poder, mas há algum temor de sua intervenção, nos céus ou na terra, ou por uma alma não ter atingido o melhor dos caminhos. Vejamos mais detalhadamente.

Computei mais de 2:000\$000 oferecidos de diversas formas, como missas, doações e esmolos, ao longo do período entre 1782 e 1812, em Sorocaba, encontrados em 18 dos trinta testamentos que localizei para a vila no período recortado, o que resulta uma média de aproximadamente 110\$000 por cada testamento, ou seja, o valor de um escravo. Esse número é indicativo de duas coisas: nem todos faziam doações (em 13, não encontrei oferendas para seres sobrenaturais), e aqueles que o faziam eram generosos. Mas não podemos acreditar muito neste último dado, já que esta média não considera o quanto cada um podia dar e efetivamente deu, além do fato de o desvio-padrão ser gigantesco. Só Paulino Aires de Aguirre contribuiu com mais de 45% de todas as doações. Há, ainda, outro problema: alguns deixaram tudo o que possuíam ou suas terças em oferendas, valores que não pude recuperar, mas que aumentariam consideravelmente o total de ofertas verificado.

O que mais importa para nossa análise não é o peso das oferendas, algo um pouco mais difícil de ser calculado, já que precisaríamos dispor do monte-menor dos testadores, algo de que não dispomos. O único caso claro, ao menos se acreditarmos no testador, é o do nosso já conhecido Inácio de Souza Lima, o qual, dos 700 mil e tantos de que dispunha líquidos, gastou pouco mais de 6 mil com missas para si e seus pais, ou seja, menos de 1%. Mas ele mesmo se considerava um sujeito mau e estava muito preocupado com a possível pobreza de sua esposa. Logo, é preciso ter cuidado. Paulino Aires de Aguirre, que deixou um monte-mor de 29:000\$000, fez oferendas no valor de 896\$000, ou seja, cerca de 3% do seu montante. Ainda que esses números sejam pouco confiáveis, podem ser úteis para termos uma noção a respeito do significado das doações.

O ponto mais relevante para esta análise não é o total doado, ou seu valor em relação ao que o testador possuía, mas saber quais ofertas eram as mais recorrentes.

tes, valorizadas ou possíveis simplesmente, ou seja, quais eram as devoções mais recorrentes. Tal análise pode permitir avaliar as diferenças de catolicismo existentes e possíveis sincretismos. Para confrontar, recolhi algumas amostras de testamentos de Porto Alegre do mesmo período, o que permitirá algumas comparações. Do que pude contabilizar, os maiores investimentos eram as missas pela alma dos próprios testadores, seguidos das esmolas aos pobres e necessitados. Logo atrás, vinham as missas e as esmolas para as Nossas Senhoras, que agrupei para este cálculo e que, depois, serão todas detalhadamente. Na sequência, estava uma categoria interessante: missas para os vivos e mortos que haviam feito negócios com o testador. Logo após, encontramos ofertas à Santíssima Trindade, ao Santíssimo Sacramento, à Santa Ana, às Onze Mil Virgens e aos anjos da guarda, além de outras tantas entidades. Em Porto Alegre, havia uma razoável preocupação com os pais dos testadores, numa notória variação de comportamento em relação a Sorocaba.

### *Pela própria alma e pelos pobres: o potlatch funeral*

As almas dos testadores foram as maiores beneficiadas. Como já foi dito por outros autores, a prática do *potlatch* remete à difusão da ideia de purgatório no Brasil Colônia e ao culto às almas (CAMPOS, 1997, 2004; SANTOS, 2003). Na preparação de sua passagem para o além, os testadores procuravam colocar sua alma no “caminho da salvação”, e, assim, a crença de que havia um estágio intermediário entre os céus e o inferno, somada às dúvidas sobre quais eram os desígnios que o Senhor tinha para com cada um, era matéria suficiente para o investimento em missas, já que havia igualmente a noção de que as orações feitas na Terra podiam, quando oportunamente acumuladas, livrar a alma do purgatório e permitir sua entrada definitiva no céu. Mas, apesar de seu caráter sobrenatural, de ser uma forma simplificada de se obter a salvação, elas também tinham um caráter social, hierarquizante. Penso que posso colocá-las, de uma forma especial, é claro, dentro do mesmo quadro em que coloco os serviços funerais e as doações fúnebres.

Analisando os pedidos de funerais, encontrei diversas solicitações, sem saber se foram exatamente cumpridas. Mas sei que foram desejadas e imaginadas pelos testadores, ou seja, eram instrumentos mentais disponíveis naquele contexto, ainda que não fossem igualmente distribuídas na sociedade. Os pedidos variavam desde aqueles que deixavam aos testamenteiros a decisão sobre todo o ritual até aqueles que manifestavam detalhadamente como tudo deveria ocorrer, indicando inclusive por onde o cortejo deveria seguir e sobre a velocidade das missas de corpo presente. Entre as variáveis mais relevantes, estavam: o tecido com o qual seria envolto o corpo, se religioso, de especial confecção ou um simples lençol; que ordens religiosas e quantos padres deveriam acompanhar a procissão; o número de missas de corpo presente; e a distribuição de valores entre os pobres que acompanhassem o cortejo ou carregassem o caixão.

Germanda de Camargo pediu um cortejo muito diverso, uma verdadeira procissão. Além de ser enterrada na matriz da vila, queria que seu corpo fosse:

[...] carregado na tumba das almas acompanhada do Reverendo Vigário e coadjutor e rezaram quatro responsos o primeiro em casa, o segundo na rua ao pé da casa do Capitão Francisco Luis de Oliveira, o terceiro junto à casa do Guarda-mor João de Almeida Leite, e o quarto na Igreja e se dirão missas de corpo presente que ocupe todos os sacerdotes da ocasião.<sup>3</sup>

Uma grande cerimônia, como poucas que encontrei entre as solicitadas, mesmo tendo em conta que, entre os testadores, havia grandes figuras da elite sorocabana do período. O que mais chama a atenção, para além do espetáculo, é o fato de que Germana era provavelmente a dona de uma venda, onde devia atender ao balcão, e o fato de ser aparentada de escravos e filha de pai incógnito. Ela se casou, já tendo mais de sessenta anos, com Inácio Pereira Viana que, segundo ela, “nada trouxe ao monte”. Em suas palavras: “antes me constava ocultara o dinheiro que tinha dizendo lhe custara muito a ganhar e que se eu apanhasse havia gastado todo em

---

<sup>3</sup> Aesp-C05490. Testamento de Germanda de Camargo.

libertar os meus parentes”. É possível encontrá-los na lista nominativa de Sorocaba de 1790, na qual aparecem agregados ao fogo chefiado pela mãe de Germana, o que confirma, em parte, sua história. Pela atitude do marido, ela o julgava “isento de herança”, até mesmo porque agora sabia que ele havia morrido no sertão da Bahia.

A herança de Germana, em nada desprezível, composta de casas, objetos de ouro e prata, mercadorias, entre outras coisas, foi deixada às tias Luiza e Rita, à prima Joana, à sua afilhada Ana Esméria, que fora criada como filha por Germana, e à Nossa Senhora das Dores, a quem especificava uma quantia. Fora isso, havia investido 41\$600 em missas, das quais cinquenta (16\$000) eram por sua alma. Para além da intenção de Germana de salvar sua alma, surgia, como resultado mais concreto, o benefício de suas herdeiras, não apenas pelos valores transmitidos, mas pela imagem pública e pelo reconhecimento da grandiosidade da falecida, na hora de seu enterro e por ocasião das missas. Ao fazer isso, Germana, de algum modo, borrava eventuais motivos de estigma e produzia, no longo prazo, a ascensão dos seus. E entre as missas que encomendava, havia também cinquenta por sua mãe, dez por seu marido e outras dez por “restituição” de negócios malfeitos por ela própria, pela mãe e pelo marido. Não deixava de ser, no mundo dos vivos, uma purificação de sangue retroativa de alguém que tinha um pé na senzala e outro na venda, em uma sociedade escravista, na qual, geralmente, negócio era coisa de homem. A estrela de Germana também iluminava o passado de seu grupo familiar, não apenas seus herdeiros, ainda que também fosse parte da herança.

Até o momento, não sei se Germana atingiu seus objetivos espirituais, mas sei que não foi a única a tentar. Bem acima dela, na sociedade sorocabana dos setecentos, Paulino Aires de Aguirre também queria atingir o paraíso, para o qual, acreditava, Deus havia criado sua alma. Também ele sofria do estigma de ter sido dono de venda ou, como diziam os vereadores de Sorocaba, em 1780, “por ser de baixa esfera e ter exercido nesta vila por si, e seus antepassados, anos bastantes, ofício de taberneiro

público”.<sup>4</sup> Em seu testamento, ele não ficou atrás de Germana. Não pediu o funeral desejado por ela, mas uma cerimônia comum, na qual seria envolto no hábito da mãe santíssima do Carmo, com missas de corpo presente no altar privilegiado da matriz, de onde partiria para ser enterrado em um campo próximo ao altar da Senhora do Carmo na Capela do Rosário. Para um dos homens mais ricos da Capitania de São Paulo, foi até humilde. Mas pediu nada menos que 2.800 missas, das quais duas mil eram por sua alma. Ao todo, ele gastou 832\$000 em missas, o suficiente para comprar nove escravos. Isso fora outras oferendas e doações que fez às suas devoções, que, ao todo, juntamente com as missas, totalizaram 1:163\$000.

Paulino e Germana escreveram seus testamentos em 1798 e 1801, respectivamente. Mas, além de seus funerais, podemos encontrar, em outros momentos de fins do século XVIII e começo do XIX, outros funerais imponentes ou requisitantes de vultuosas missas. Em 1784, José Vieira Nunes fazia seu testamento e ali pedia para que seu corpo fosse acompanhado pela Irmandade do Santíssimo Sacramento, da qual era irmão, e pela Irmandade das Almas, a quem se pagaria 12\$000 de esmola. Da mesma forma, mandava distribuir 8\$000 aos pobres que o acompanhassem à sepultura e 50\$000 para os demais pobres e necessitados da vila ou paragem onde ele falecesse. Pedia também 450 missas para si e 150 para seus pais. Tudo somado, previa gastar 415\$200 em seu funeral.

Este comportamento, este gasto vultoso de recursos por ocasião do funeral, poderia ser entendido como uma espécie de *potlatch* funeral. Tanto o caso de Paulino como o de Germana parecem ter relação direta com o desejo de ascensão social. O caso de José Vieira Nunes não me parece diverso. Ele vinha da Ilha Terceira, Açores, e não me consta que tivesse adquirido um *status* muito elevado, a despeito de sua riqueza. O consumo de cerimoniais e dos artefatos necessários para tal, como velas, trajes (os hábitos), esmolos aos pobres, entre outros, era uma forma de troca que envolvia forças sobrenaturais, sacerdotes, membros de irmandades chamados

---

<sup>4</sup> AHU.SPMG. 3009.

a participar na cerimônia, pobres, entre outros. Com cada um o morto fazia um câmbio diferente, ainda que o maior interlocutor fossem as forças divinas que avaliavam as doações aos pobres e que tinham seus representantes uma vez mais legitimados e autorizados e ainda recebiam serviços religiosos e doações vultosas.

O resultado paralelo desta troca sobrenatural era o reforço da ordem social, o reconhecimento de quem era pobre, de quem era irmão e da hierarquia da própria Igreja Católica. Um movimento conservador, de certo modo, mas que permitia àqueles próximos ao morto um reforço de suas posições e um relativo enobrecimento, reconhecido e legitimado, ou não, pelos presentes no cortejo, no funeral e nas missas posteriores, que poderiam se repetir por anos. Não sei se os deuses se sentiram pagos, mas os homens tinham a exata dimensão do valor daquelas oferendas. É importante ressaltar que este não era o comportamento padrão ou mais regular. Foi um comportamento diferencial que encontrei, entre muitas possibilidades, em relação ao qual não identifiquei um padrão claro. Mesmo entre aqueles que realizaram funerais, há quem tenha deixado tudo aos cuidados dos testamentários ou pedido apenas uma missa de corpo presente ou que tenha sido enterrado em um “pobre caixão” com tudo feito “sem vaidade”.<sup>5</sup> Talvez fosse mais uma forma de diferenciação social, no escopo das fronteiras étnicas locais.

Como vimos, os benefícios adquiridos em uma cerimônia dessas ou em demandas vultosas de missas poderiam ser repartidos com o grupo denso mais próximo ao testador, especialmente seus herdeiros, mas também poderia valer retroativamente, beneficiando também as almas (ou a imagem pública) dos ancestrais. Esse parece ter sido um claro desejo de Germana de Camargo, ainda que não tenha sido a forma mais comum de manifestação ritual em Sorocaba. Em Porto Alegre, contudo, as encomendas de missas para as almas dos pais falecidos, considerando a pequena amostra que coletei (oito casos), eram expressivas, tendo em conta que ali havia menos missas encomendadas a divindades e santos, algo mais comum em Sorocaba.

---

<sup>5</sup> Aesp-C05479. Testamento de Antonio de Arruda Penteadó.

## *Nossas Senhoras*

Continuemos nossa análise, considerando, agora um pouco mais, as forças sobrenaturais e suas relações com os nativos que estamos observando. Entre os 18 testamentos nos quais encontrei encomendas de missas e oferendas a divindades, oito incluíam Nossa Senhora, somando 13 oferendas. Essa entidade não deixava de ter seus mistérios. Além de ser mãe de Deus Filho e seguir virgem, ela também tinha muitas formas. Não precisamos nem sair de nosso caminho para perceber isso. Os tropeiros, com seus animais, saíam geralmente de Nossa Senhora da Conceição, no Viamão, ou de Nossa Senhora Madre Deus, em Porto Alegre, cruzando, talvez, Nossa Senhora dos Anjos, para chegar em Nossa Senhora das Oliveiras, em Vacaria, de onde seguiam para Nossa Senhora dos Prazeres, em Lages, Nossa Senhora dos Pinhais, em Curitiba (mais exatamente na Capela de Nossa Senhora da Conceição, em Tamanduá) e finalmente atingir Nossa Senhora da Ponte, em Sorocaba.

Mas nem todas tinham a mesma popularidade. Quatro delas tinham especial destaque: Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Ponte (padroeira de Sorocaba) e Nossa Senhora do Carmo. Uma doação, em particular, foi feita em missas às “dores de Nossa Senhora”. O destaque maior, na região, era para Nossa Senhora da Conceição, também conhecida como Nossa Senhora da Imaculada Conceição ou Nossa Senhora da Conceição Aparecida, numa referência específica à virgem cultuada em Guaratinguetá, que tinha seus fiéis também em Sorocaba. Ela também era a Virgem de Jacareí, de Itanhaé e de Cunha, além de nas já mencionadas Viamão e Tamanduá. Nossa Senhora Aparecida aparece em duas oferendas, uma de missas, outra de uma promessa. Eram primórdios da dimensão que o culto tomaria nos séculos seguintes (SOUZA, 2006). Conceição era também padroeira de Portugal, e seu culto era especialmente apreciado pelos padres jesuítas.

Nossa Senhora das Dores não ficava para trás, sendo a favorita entre as mulheres. Das três doações que encontrei a essa entidade, todas eram de testadoras. Mesmo Bárbara Maria de Jesus, natural da Capela do Tamanduá, cuja padroeira

era a Virgem da Conceição, fez sua oferenda à Senhora das Dores, sem mencionar a da Conceição. Em Porto Alegre, também houve expressiva referência à Virgem das Dores. Também havia uma irmandade desta devoção que, em 1807, iniciou a construção de uma igreja de grande porte em uma área central da localidade. A Senhora das Dores tem profunda relação com a maternidade, com as dores que a Virgem Maria teria sentido nos momentos finais da vida de Jesus.

Nossa Senhora da Ponte aparece quase sempre relacionada ao fato de ser padroeira da Vila de Sorocaba. As oferendas ocorreram em 1780, 1781 e 1784, em três testamentos. Em dois deles, encontramos apenas uma missa para esta virgem, juntamente com outras tantas oferendas, a maioria delas mais significativas. Chama a atenção uma oferta de 50\$000, de 1784, que era maior até que o valor gasto com as cem missas encomendadas pela alma do testador, no caso, Antonio de Barros Lima. O mais curioso é que Lima vivia trafegando com mercadorias entre Tocantins e Sorocaba, passando ainda boa parte do tempo em Minas, tendo, ainda, filhos naturais expostos em Tocantins.

A Virgem do Carmo foi devoção especial de apenas dois dos testadores que encontrei para o período, em Sorocaba. Salvador de Almeida Lara pediu, em 1781, uma missa, entre outras tantas, para a Senhora do Carmo, enquanto Paulino Aires de Aguirre, em 1798, fez a maior oferta que encontrei para uma virgem: duzentas missas, nas quais gastou 64\$000, ainda que fosse um valor pequeno diante da totalidade de anúncios de investimentos sobrenaturais realizados por Paulino quando de seu testamento. A Ordem das Carmelitas tinha grande penetração no Rio de Janeiro e em São Paulo colonial, onde havia estabelecimentos carmelitas para o abrigo de mulheres (ALGRANDI, 1995).

Até aqui fomos um tanto “terrenocentristas”, dando voz aos testadores, mas tirando a agência dos santos. E Nossa Senhora, independentemente de sua forma, não pode ser entendida sem capacidade de agência. Ela era uma excelente intercessora, em suas diversas aparições. Nos testamentos, ela era sempre mencionada na abertura, um texto baseado em um modelo de escrita, como já apontei, com pedidos de proteção e intercessão junto ao Senhor. Ela tinha esse papel claramente

definido e, a despeito do fato de que todos realmente acreditavam na vida após a morte, não havia jeito de descobrir se ela era mesmo eficiente neste ministério. Mas ela podia ser muito boa em outras atividades. Como vimos, Jeronimo Paes de Almeida fez uma promessa à Nossa Senhora Aparecida, provavelmente em troca de algum pedido, e fez menção pública a isso em seu testamento. E, como vimos, Germana de Camargo deixou uma doação à Nossa Senhora das Dores, diretamente, enquanto outros optaram por deixar doações a religiosos. Não era a mesma coisa.

As Virgens Marias ainda podiam ser madrinhas. Sirtori (2008) apresenta três casos da Freguesia dos Anjos, onde encontrou menção à Senhora da Conceição, à dos Anjos e à da Oliveira, ao lado de padrinhos da melhor elite local, ao longo do período entre 1760 e 1784. A autora também encontrou muitos outros exemplos desta prática na Freguesia do Viamão, onde constava um bom número de afilhados da Conceição e alguns da Senhora da Oliveira, entre 1759 e 1769 (SIRTORI, 2008). Utilizando também os livros de batismos do Viamão e de Porto Alegre, encontrei a Senhora do Rosário batizando em 1782 (no Viamão) e Nossa Senhora, sem especificação, batizando em 1774 e 1789 (em Porto Alegre).<sup>6</sup> Hameister (2006) também encontra este comportamento em Rio Grande para as últimas décadas do século XVIII, assim como Brügger (2007) o faz para São João del Rey no final do século XVIII e início do XIX.

É preciso considerar a agência histórica da Virgem, independentemente de sua existência. Na interação com ela, real ou não, os homens e as mulheres daquele tempo moldavam seu comportamento. Recursos eram transferidos, decisões eram tomadas, parentescos eram organizados tendo em conta sua existência e sua intervenção nos céus e na Terra. Isso tudo sem falar de seu significado na estruturação da identidade dos agentes, tanto entre cristãos (os que a adoravam e os que não o faziam), como entre a diversidade de devoções possíveis dentro do catolicismo. Como vimos, a devoção à Nossa Senhora poderia tomar feições de diferença de gênero, como no caso da Senhora das Dores, ou étnica, como no caso da Senhora do Rosário.

---

<sup>6</sup> ACMPOA. Livro de batismo de Porto Alegre, n. 1; Livro de batismos de Viamão, n. 4.

*Santas e santos*

Encontrei quatro ofertas à Santíssima Trindade. Paulino Aires de Aguirre ofertou cem missas, enquanto Antonia Pacheco de Arruda e José Vieira Nunes ofertaram trinta cada um, e Salvador Almeida Lara ofereceu uma. Em todos os casos, foram ofertas “medianas”, sem grande destaque nem pouca importância. Mesmo sendo a mais alta entidade sobrenatural do mundo católico, a Tríade Divina não agradava tanto como a Virgem nas suas diversas aparições. Mas, ainda assim, era um culto relevante. Na aclamação popular, mesmo com a ampla difusão da ideia de unidade composta de três pessoas num único deus, era o Deus Filho, Jesus Cristo, o mais aclamado.

Somente a figura do corpo de Cristo na forma da eucaristia, o chamado Santíssimo Sacramento, recebeu mais missas do que toda a Trindade, ainda que fosse pela iniciativa de Paulino Aires de Aguirre, que ofertou trezentas missas para esta devoção, mas foi também lembrado por outras duas pessoas. Da mesma forma, o culto às chagas de Cristo e à paixão e morte de Cristo também estavam disponíveis. Antonia Pacheco de Arruda, assim como José Vieira Nunes, fez ofertas para esses cultos, assim como para a Santíssima Trindade.

Em todos esses casos, o fato de as ofertas terem existido não indica, ao menos para mim, uma alta popularidade desses cultos, mas apenas a sua disponibilidade naquele universo mental. No entanto, me parece que há um peso desigual no consumo de deuses da Trindade, com o filho tendo uma popularidade superior aos demais deuses. Mais do que isso, parece que a figura do Deus Filho está sempre associada à ideia de sofrimento, na imagem das chagas, da paixão e da morte, do corpo de Cristo na eucaristia e, até mesmo, na própria figura da Senhora das Dores, na compaixão sentida pelo filho. Até mesmo as populares festas de *Corpus Christi*, comuns na América Portuguesa, eram referentes à paixão e à morte do mesmo deus (TINHORÃO, 2000). Isso parece ter forte relação com a presença jesuítica nessas regiões.

Outra festa comum na América lusa era a procissão às Onze Mil Virgens. Era um culto católico que fazia referência ao sacrifício de supostas 11 mil acom-

panhantes de uma moça chamada Úrsula, que teria ocorrido nas proximidades de Colônia, no baixo Reno, entre 238 e 451 (TINHORÃO, 2000). As tais virgens teriam resistido bravamente ao assédio dos hunos e, por isso, acabaram todas mortas. Faltou conversa. Úrsula virou santa, assim como todas as suas acompanhantes que, de onze, passaram a onze mil, já que a má interpretação de narrativas desse acontecimento fez o número aumentar sensivelmente. Tal culto chegou a Portugal em 1517, por meio da doação de umas relíquias dessas virgens pelo imperador Maximiliano à sua irmã, Dona Leonor, rainha de Portugal. Em 1575, chegaram a Salvador, vindas no galeão São Lucas, as cabeças de duas das Onze Mil Virgens, que foram, na ocasião, declaradas padroeiras da América lusa pelo bispo de Salvador, que ainda recomendou festas locais na passagem das cabeças pelas vilas americanas (CYMBALISTA, 2006).

As festas das Virgens na Bahia começaram ainda no século XVI e se estenderam até o XVIII. Em São Paulo, havia, igualmente, uma das cabeças das virgens. Não sei identificar o momento em que as festas na capitania paulista em honra às Virgens foram iniciadas, mas, em 1728, os estudantes do colégio jesuítico promoviam esses festejos, que se alargavam em muitos dias, entre o preparo e a realização (CYMBALISTA, 2006). A difusão dessa devoção é perceptível em outras fontes. Encontrei o nome Josefa de Santa Úrsula em Curitiba, no final do século XVIII, nas listas nominativas, e também outras Úrsulas em geral, não só em Curitiba, mas também na Lapa, em Lages e em Sorocaba.

Encontrei duas oferendas de missas a estas Onze Mil Virgens, as duas em Sorocaba: uma em um testamento de 1780, de Antonia Pacheco de Arruda, outra no testamento de Salvador Almeida Lara, em 1781. Ambas foram doações expressivas, tendo em conta o conjunto ofertado. Depois dessas duas, próximas temporalmente, não encontrei mais nenhuma incidência dessa devoção. Analisando a amostra de testamentos de Porto Alegre, não encontrei nenhuma referência. No Rio Grande de São Pedro, em geral, nem mesmo o nome Úrsula era muito disseminado, como pude

observar em róis de confessados e livros de batismos.<sup>7</sup> Nos livros de batismos, nas poucas vezes em que aparece, está associado a pessoas vindas de Braga, Bahia (lugares onde havia o culto às Virgens) ou Laguna, fundada por paulistas (MARTINS, 2004).<sup>8</sup>

O culto às Onze Mil Virgens tinha grande inclinação jesuítica, e sua disseminação na América lusa sempre esteve associada às atividades festivas promovidas pelos estudantes de colégios da Companhia, especialmente em São Paulo e Salvador. A difusão geográfica desse culto, mais concentrada em São Paulo e muito menos nos localidades mais ao sul, também confirma esta hipótese. E não deixa de ser interessante que, das três crianças que encontrei sendo batizadas com o nome de Úrsula nos livros de Porto Alegre, Viamão e Anjos, uma fosse filha de guaranis vindos da Missões, que também haviam recebido uma educação jesuítica.<sup>9</sup>

É possível verificar, contudo, a historicidade dos cultos associados ao sofrimento de Cristo. As referências que encontramos de ofertas a essas manifestações foram todas da primeira metade da década de 1780. Os anos seguintes assistem ao crescimento das ofertas feitas aos pobres e necessitados, à “*redenção dos cativos cristãos*”, enquanto a adoração à Virgem Maria e aos santos segue contínua até o final da nossa amostra. Vovelle (1987, p. 357) sugere, tendo em conta seus estudos sobre a *provence* no século XVIII, que a laicização poderia ser avaliada a partir das fórmulas dos testamentos:

[...] encontramos na maioria das curvas que o exame dos testamentos provençais permitiu estabelecer: missas, escolhas de sepulturas, legados ou filiação a confrarias. Mais profundamente, surpreendemo-nos com a laicização das próprias fórmulas e a redução, nesses atos, da invocação à Virgem e aos santos protetores.

---

<sup>7</sup> ACMPOA. Róis de confessados de Gravataí (1780, 1782, 1784, 1789, 1790 e 1791); Rol de Confessados de Viamão (1778); Rol de Confessados de Triunfo (1758); Livro de batismos dos Anjos, n. 1; Livro de batismos de Porto Alegre, n. 1; Livro de batismos de Viamão, n. 3 e 4.

<sup>8</sup> ACMPOA. Livro de batismos dos Anjos, n. 1; Livro de batismos de Porto Alegre, n. 1; Livro de batismos de Viamão, n. 3 e 4.

<sup>9</sup> ACMPOA. Livro de batismos dos Anjos, n. 1; Livro de batismos de Porto Alegre, n. 1; Livro de batismos de Viamão, n. 3 e 4.

Comparando com os casos que estamos observando, não apenas as fórmulas da abertura dos testamentos não se alteram, e seguem invocando a Trindade, a Virgem, os santos e anjos, assim como as encomendas de missas seguem fazendo referência à Mãe de Deus, aos anjos e santos. O que percebo é uma transformação no estilo católico, rumando de um culto barroco para uma crescente adoração mariana. E não acho que se tratasse de um câmbio apenas religioso. As ofertas de Antonia Pacheco Arruda são eloquentes, neste caso: entre as ofertas às “chagas de Nosso Senhor Jesus”, às “chagas de São Francisco”, às “dores de Nossa Senhora e às “Onze mil virgens”, encontramos, mais importante que estas, ao menos em valores, uma oferenda às almas de seus escravos, administrados e agregados. Eram os estertores da escravidão indígena em Sorocaba, que, de algum modo, coincidiam com o fim daquele culto pesado, que facilmente podíamos rotular de barroco. Eram os últimos anos do século XVII na capitania paulista.

No início do século XIX, encontramos Germana de Camargo ofertando à Nossa Senhora das Dores, e não às dores da Senhora, enquanto Jeronimo Paes de Almeida invocava São Francisco, mas não as suas chagas. Acredito que a manutenção deste estilo católico mais pesado estivesse relacionada com os padres da companhia. Não só a devoção às Onze Mil Virgens, mas também a filiação à imagem mariana das Dores e da Conceição, assim como a Santíssima Trindade e o Santíssimo Sacramento, eram argumentos espirituais muito ligados ao culto jesuítico (MARTINS, 2004). Mas isso é mais uma hipótese do que uma afirmação. Restaria investigar com cuidado a circulação dos preceitos jesuíticos em São Paulo colonial para verificar até que ponto eles tinham difusão. De qualquer maneira, as oferendas feitas ao sobrenatural na década de 1780, nos testamentos sorocabanos, me parecem um forte indício dessa difusão.

A mesma historicidade encontrada para o culto às chagas de Cristo e outras passagens do martírio divino podem ser vistas para o culto aos santos, de um modo geral. A maior parte das oferendas feitas a santos ocorrem também no início da década de 1780, só se repetindo em 1798, com o grande *potlatch* de Paulino Aires de Aguirre. E também aqui encontramos algumas marcas jesuíticas. Os santos preferidos estão no

panteão principal da Companhia de Jesus: São Miguel e Santa Ana aparecem com certo destaque, embora não sejam os únicos. Também há espaço para São Francisco, São Francisco de Paula e São José (MARTINS, 2004). Mas o mais interessante, ainda que não seja exatamente o mais recorrente, são algumas ofertas especiais a santos “caseiros”.

Salvador Almeida Lara, em 1782, pediu missas para o “Glorioso Santo Antonio de Domingos Vaz”, para o “Senhor Bom Jesus de minha casa”. Em 1797, Antonio de Arruda Penteado dedicava um dobra (12\$800) ao Santo Antonio de sua casa, e, em 1798, Paulino Aires de Aguirre dava instruções de como queria construir um nicho para colocação de um São Francisco de Paula na esquina de sua casa. Eram manifestações diversas de um catolicismo familiar, muito ligado ao culto aos santos e que, tendo origem em Portugal, certamente encontrava referência nos cultos africanos e americanos e poderia mesmo se remodelar a partir dessas experiências.<sup>10</sup>

### *O fogo do purgatório*

Semelhante ao inferno, o purgatório era uma possibilidade bastante concreta para todos os cristãos, especialmente se lembrarmos do grande repertório de pecados existente. As poucas pessoas que podiam se orgulhar de não ter pecados já estavam pecando por soberba, e o purgatório já era uma instituição popular entre os fiéis. Como já vimos antes, a prática de encomendar missas à própria alma era recorrente nos registros que encontramos e está perfeitamente relacionada com a expectativa do purgatório, que, para muitos, poderia ser até otimismo. Melhor que o inferno, o purgatório era temporário e com saída paga em missas. Mas não era apenas a salvação da própria alma que inquietava. As vicissitudes da vida e as relações terrenas acabavam tendo longa continuidade no além, e de diversas formas. Vejamos primeiro o que nos dizem nossos amigos.

---

<sup>10</sup> Aesp-C05476-1; Aesp-C05479-4; Aesp-C05484. Testamentos de Sorocaba.

Os testamentos de Porto Alegre nos apresentam uma grande preocupação com os pais e aparentados dos testadores, o que já interpretamos como um problema terreno e social. O problema, contudo, certamente não se resume a isso, especialmente porque havia casos que não supunham a ascensão dos pais, mas a salvação de sua alma. Mesmo em situações nas quais não havia herdeiros que pudessem engrandecer-se com as encomendas de missas, esse investimento era feito e foi, depois das encomendas das almas dos testadores, a maior inversão em “produtos de consumo além-túmulo”, sem contar o fato de que eram geralmente as únicas duas oferendas feitas. Talvez essas diferenças entre Porto Alegre e Sorocaba seja grande devido ao “filtro” realizado pelos escrivães ou sacerdotes. Uma crítica mais apurada desses documentos e das orientações valorativas dos escrivães poderia apontar detalhes importantes para investigação.<sup>11</sup>

Em Sorocaba, o cenário era um pouco diverso, mas também confirma a preocupação com os espíritos da casa e amigos: Antonia Pacheco de Arruda, de uma importante família local, ofereceu vinte capelas às almas dos “Pais, irmãos e demais de obrigação” e 25 capelas às almas dos escravos, “administrados e agregados”. Salvador Almeida Lara ofereceu bulas pela alma do seu pai, de seus padrinhos, do Padre José de Anhaia, de José, seu escravo, e pelas “almas dos que tem morrido por estes sertões”, curiosa oferenda, semelhante à feita por Jeronimo Paes de Almeida muito tempo depois, em 1807, à alma de “um camarada que morreu no sertão”. Da mesma sorte, Germana de Camargo legou missas à alma da mãe, marido, “parentes e benfeitores”.

Eram igualmente comuns e importantes as oferendas feitas àqueles “defuntos” com quem se teve negócio. Jeronimo Paes de Almeida foi precavido e mandou rezar oitenta missas, segundo ele, “pelas almas daqueles defuntos com quem tive negócios e poderia ter algum encargo”. Não havendo encargo, as missas serviriam para as almas de seus parentes e escravos falecidos. Esta era visivelmente a maior oferta que ele fazia, cerca de 90% de todo o seu passivo sobrenatural, além de duas promessas de baixo valor, três bulas e 12 bois. Também em Sorocaba, Paulino Aires de Aguirre

---

<sup>11</sup> ACMPOA. Livro 01 de testamentos, n. 1.

ofereceu cinquenta missas aos vivos e mortos que com ele negociaram, e Germana de Camargo, já nossa conhecida, fez uma “restituição por negócios malfeitos”, oferecendo dez missas. Nesses dois últimos casos, o valor da oferta específica era relativamente baixo, tendo em conta todo o passivo de ofertas.<sup>12</sup> Da mesma sorte, em Porto Alegre, encontrei José Joaquim Pereira oferecendo três cerimônias à mesma causa.<sup>13</sup> Em 1802, em Porto Alegre, Manuel Francisco Ribeiro anunciava dever míseros 1\$200 (doze tostões) a uma senhora em Lisboa, que, pela idade calculada, já deveria ter morrido, e determinava seu pagamento em forma de missas por esta alma.

Encontrei também algumas oferendas às almas do purgatório em geral, prática bastante comum e recorrente na América lusa (SANTOS, 2003; CAMPOS, 1997; RODRIGUES, 2007). Essas ofertas eram feitas não por interesse direto neste benefício, situação já criada pelas missas à alma do falecido, mas, principalmente, pela insegurança que os vivos tinham em relação às capacidades de ação das almas no plano terreno ou no seu real sofrimento, no caso de parentes, amigos e aliados. Da mesma forma, quando as almas atingissem um plano superior, o céu, poderiam também orar pelas que ficaram no purgatório e até mesmo interceder pelos vivos. João José Reis apresenta alguns elementos que podem ajudar a aumentar as possibilidades de “problemas de relação” entre os vivos e mortos, que, certamente, fazia parte da vida dos homens e das mulheres que estamos observando:

A doutrina do castigo purgatorial, entretanto, se incorporou ao imaginário popular sem eliminar antigas concepções. Por exemplo, se no discurso eclesiástico as almas penavam no purgatório, uma longa tradição que entre nós remonta a Portugal, sugere que elas podiam circular entre o Purgatório [...] e a Terra, ou vagar sem rumo entre os vivos. Essa inquietação errante representava uma punição ainda mais dura do que o Purgatório. Mais dura, tanto para os vivos quanto para os mortos, porque contrapunha mundos e seres essencialmente antitéticos. (REIS, 2004, p. 203-204).

<sup>12</sup> Aesp. Testamentos de Paulino Aires de Aguirre (C05484), Germana de Carmargo (C05490) e Jeronimo Paes de Almeida (C05489).

<sup>13</sup> ACMPOA. Testamento de José Joaquim Pereira. Livro T1. p. 132.

Bem ou mal, esses agentes sobrenaturais se faziam presentes e interferiam nas decisões dos vivos, ainda que fosse só na hora da morte. Isso produzia um significado importante. Ainda que fosse uma doação preocupada com aspectos do mundo dos vivos, era orientada por aspectos sobrenaturais. As dívidas com os deuses orientavam o acerto das dívidas entre os vivos e suas inversões, ao menos no momento da morte.

### 3.2 Alguns modelos nativos

Em abril de 1778, chegava à Lisboa um requerimento enviado por aqueles que se denominavam “os negociantes que vivem de comprar cavalos, mulas e gados nos continentes do sul”.<sup>14</sup> Tal carta tinha um foco claro: denunciar o contratador do Registro de Curitiba, Santa Vitória e Viamão, Antonio Fernandes do Vale. Isso porque o sujeito mantinha uma atitude danosa, na visão dos requerentes, que prejudicava seus negócios.

Escrita numa linguagem confusa, a carta dos tropeiros nem por isso deixa de ter seus artifícios retóricos. É certo que seu redator pretendia convencer seus leitores e, para tanto, utilizou-se de alguns recursos de que dispunha, ainda que não fossem muito sofisticados. O primeiro deles é a identificação de um inimigo, no caso, Antonio Fernandes do Vale, arrematador da cobrança dos direitos dos Registros de Curitiba, Santa Vitória e Viamão. O texto tenta apresentá-lo como um mau sujeito, em oposição aos “pobres tropeiros”, vítimas de sua opressão, gerando um antagonismo explícito, trazido como sendo de longa data.

O texto inicia com uma apresentação do cotidiano daqueles homens: pagar um valor expressivo na passagem dos Registros, com tempo para pagamento de seis meses findos os quais se cobriam juros da lei (5%), tudo isso depois de chegarem “cansados de uma tão dilatada jornada, caminhos tão íngremes, como o de uma mata, onde gastam vinte e mais dias, todo sertão”. O pagamento destas dívidas se dava após

---

<sup>14</sup> AHU.São Paulo (avulsos). Cx. 9. Doc. 475.

a venda dos animais e o recebimento do dinheiro. Isso poderia levar mais de dois anos. O valor do tributo de passagem dos gados era uma constante para eles, mas nunca com aqueles juros, ainda que fosse frequentemente arrematado por diversas pessoas.

O argumento de Fernandes do Vale era simples: o tempo que se passou, o que não foi bem aceito pelos requerentes. Eles insistiam na novidade da cobrança, afirmando que outros contratadores não procediam dessa maneira e que pouco importava quem fosse o arrecadador, pois esse não era o costume. Fernandes do Vale também argumentaria que ele próprio tomava dinheiro a juros para não lhe faltar a palavra. Para os requerentes, isso não era motivo para repassar a cobrança e ressarcir-se “nos bens dos pobres negociantes”. Ao fim e ao cabo, esse problema atingiria até a Fazenda Real:

Tem vossa majestade imensuráveis prejuízos e há de ter conservando rematantes como este que se cogita por todo o modo, de esgotar aos negociantes vexando-os, rematando-lhes seus bens e tomando e *comprando crédito para cobrar dos ditos negociantes a frieza do contrato*, cobrando juros ilicitamente *homem tão terrível* que não consente vender animais sem que primeiro se lhe pague quanto se lhe dever.<sup>15</sup>

Os requerentes argumentavam pelo fim dos remates e pela administração régia das unidades arrecadadoras, o que traria maiores ganhos à Sua Majestade, além de pedirem tempo para “dispor” das suas tropas, de forma a poderem tratar de seus negócios e pagar adequadamente os tributos. As petições, contudo, não paravam por aí. As práticas de Antonio Fernandes do Vale voltariam a ser assunto na carta, mas havia outros problemas igualmente importantes, que se misturavam com este naquela representação-desabafo: o acesso à justiça, a participação e o financiamento dos corpos militares auxiliares, a liberdade de circulação de animais de ventre e o abuso perpetrado pelos dizimeiros.

Em meio à lista de solicitações, uma dizia respeito pontualmente à falta de justiça. Os requerentes pediam, em seu nome, “do bem comum e do serviço de Deus”, que a rainha determinasse que qualquer pessoa, de qualquer *qualidade*, poderia dirigir-se

---

<sup>15</sup> AHU.SP. (avulsos). Cx. 9. Doc. 475.

à Sua Majestade ou a algum seu representante para pedir justiça, “único remédio para o sossego desta capitania”. Acabavam igualmente pedindo proteção para quem fizesse queixas, desde que verdadeiras e, uma vez apuradas, com a punição das falsas.

Outro problema capital era o serviço nas tropas auxiliares. Eles não queriam mais passar pela vexação de serem tornarem soldados “de pé e cavalos”, tendo que custear as fardas e descuidar de seus negócios, deixando de lado o ouro de suas lavras e seus animais, “sem que haja operação de guerras”. Na continuação, manifestavam sua fidelidade, afirmando que a rainha certamente não ignorava que os vassallos do Brasil, especialmente os da Capitania de São Paulo, eram “tão firmes e leais que se não rendem”. Parece razoável pensar o impacto do alistamento de um filho de uma destas famílias quando lembramos que, como vimos antes, boa parte das famílias do caminho das tropas se dedicava à lavoura, atuando simultaneamente, em certos casos, no comércio de animais. A fidelidade, contudo, estava alicerçada em outras coisas: pediam que não lhes fossem tiradas as conveniências em postos e ofícios, nem as conveniências em fundições e erários régios já que aqueles que recebessem “conduzidos da obrigação, honra, e espírito, mais fácil será morrer, do que entregar sem ação alguma”.

Os impostos também entravam na pauta de reivindicações, mas não de todo. Queixavam-se de uma nova tributação sobre cada animal para o pagamento dos ocupantes dos postos de sargento-mor e ajudantes. Segundo os requerentes, haveria pessoas suficientes para aqueles serviços que poderiam servir sem nenhum soldo. Concluía pedindo a suspensão daqueles tributos. Da mesma forma, pediam permissão para circularem com “animais de ventre, como éguas e vacas” entre diferentes distritos, para que, assim, pudessem criar os animais onde lhes parecesse melhor. Igualmente, pediam isenção dos direitos de passagem daqueles animais, já que a produção destes já era tributada.

Um último problema dizia respeito aos dizimeiros. Segundos os requerentes, os cobradores daquele tributo não estariam dando atenção aos mandamentos da Madre Igreja, que ordenavam a cobrança “de dez um”, mas cobrariam mais 4:000\$000 por pessoa, cobrando juros quando houvesse demora. Mencionavam, ainda, as

dificuldades que tinham nas suas produções, que só aumentavam com aqueles tributos exagerados. Todas essas coisas se passavam pela distância que havia até Sua Majestade: “nada nos havia suceder se Vossa Majestade estive se mais perto de nós, ou se o mar nos não impedisse”. Diziam ainda que as queixas se suspenderiam se fossem governados como eram “antigamente”.

Em seu final, a carta retornava ao problema de Antonio Fernandes do Vale, contando o caso de um incidente envolvendo tropeiros e um contratador: este último havia proposto a não cobrança de metade dos importes e, além disso, mais tempo para pagar, caso aqueles passassem suas tropas antes de uma determinada data (quando Antonio Fernandes temia perder o contrato, numa nova arrematação). Após esse acordo, o mesmo contratador teria seguido suas cobranças como sempre fizera, ignorando a proposta que havia feito e exigindo de muitos o pagamento integral dos importes, além de manter cobrança de juros. Os autores da carta, que se reivindicavam “os de maiores tropas e mais conhecimento”, não teriam passado por esse problema, pois haviam recorrido à Real Junta de Comércio. Os juros, contudo, ainda foram cobrados, por ser Antonio Fernandes do Vale tesoureiro daquela mesma instituição régia.

Como entender esse documento? Como caracterizar seus autores? Podemos iniciar apontando alguns eixos principais por onde caminham os argumentos. Entendemos que tal carta se concentra, basicamente, em dois pontos-chaves: um certo entendimento de como deve funcionar a economia e uma relação ambígua com certas manifestações do processo que levaria ao fortalecimento do Estado luso, ainda bastante incipiente naquela região. Há também nesse texto uma clara diferenciação que considera a existência de juros legítimos, em contraposição àqueles cobrados ilicitamente. Segundo o critério aparente na avaliação desses tropeiros, o problema estava no grande prejuízo que essas cobranças causavam ao negócio das mulas, especialmente aos pequenos mercadores, o que fica implícito em várias passagens.

Outro aspecto, relacionado com a avareza, era a “ambição”. O antagonista principal, Antonio Fernandes do Vale, era, por essa característica, considerado um homem “terrível” que, além de contratador, também estava interessado no negócio

de animais, sob os quais não pagava os tributos de passagem. Fica claro que os tropeiros, na sua estratégia argumentativa de apresentar Antonio Fernandes como um antagonista, indicavam seu provável interesse em prejudicar os demais negociantes, o que provocaria grande ruína ao comércio e aos interesses da Coroa, tendo “S. Majestade inumeráveis prejuízos e há de ter conservando rematantes como este”.

Esse apelo faz referência bastante clara a uma outra noção que parece importante para aqueles sujeitos: o “bem comum”. Não era apenas um problema individual ou exclusivo do grupo de negociantes. A ambição de Antonio Fernandes prejudicava o conjunto dos súditos de Sua Majestade, uma vez que tal negócio era manipulado por inúmeras famílias. O mesmo panorama se mostra no repúdio a certas práticas dos dizimeiros, numa ambição que prejudicava a economia local. Aqui novamente encontramos o problema com a cobrança de certo tipo de juros. Para aqueles homens, identificar quem mantinha essa prática era uma forma de separar o joio do trigo.

Um elemento apresentado em certa altura da carta é particularmente interessante. Os tropeiros afirmavam que Antonio Fernandes comprava créditos para cobrar a “frieza do contrato”. Tal prática pode ser bem relacionada à emissão de letras de câmbio, comum em outros espaços americanos e europeus (SANTOS, 2003a; FRAGOSO, 1998; FLORENTINO, 1997; BRAUDEL, 1998) e que era igualmente possível em Curitiba de finais do século XVIII, como indicam as escrituras, ainda que pouco aparecesse naqueles documentos. De qualquer forma, o modo como a narrativa é construída pelos autores utiliza esse dado para corromper ainda mais a imagem de seu antagonista, o que era estrategicamente válido. Mesmo tendo isso em conta, não deixa de ser evidente a forma como tal problema era tratado. Não era uma coisa totalmente aceita, se fosse, nem seria mencionado, ainda que pudesse ser praticada pelos próprios redatores.

Alienar a relação existente entre as partes contratantes de um crédito, algo possível quando um crédito era comprado ou virava letra, era saliente para aqueles homens, algo do que se podia temer, algo que remodelava o próprio significado daquele negócio. O fato de que a pressão exercida pelo contratador (e por outros, como os dizimeiros) importunava aqueles tropeiros a ponto de se queixarem à Coroa sugere que a

atitude daquele sujeito prejudicava muito os negócios dos tropeiros, atrapalhando seus projetos de enriquecimento ou sobrevivência. As queixas do documento são claras nesse sentido, ainda que fossem, evidentemente, apresentadas de forma a dramatizar ainda mais o cenário. Podemos compreender melhor o real significado dessas queixas se tivermos em conta outros problemas expostos na mesma carta.

Os tropeiros pediam dispensa do serviço militar nas tropas auxiliares. Na verdade, sua queixa era sobre o fato de servirem como soldados daquelas tropas, algo socialmente pouco expressivo, ainda que os postos de comandância daqueles regimentos pudessem ser atrativos. Em contrapartida, diziam-se prontos a ocupar postos de comandância como o de sargento-mor e outros, como aqueles que garantiriam a fidelidade em caso de conflito nas fronteiras. Os autores da carta não pareciam estar hierarquicamente no topo da elite local nem mesmo situados entre os grupos de boa qualidade. Sua reivindicação por justiça a “quem lhe faltar”, independentemente de sua “qualidade”, parece indicar que aqueles negociantes sentiam certo desconforto com sua posição, certamente reforçado pelo fato de se verem na posição de soldados auxiliares, ainda que manejassem com as “maiores” tropas.

Parece que estamos diante de um grupo de comerciantes que viram em Antonio Fernandes do Vale alguém que atrapalhava suas expectativas de ascensão social, talvez possível mediante seu crescimento econômico, em algum momento de suas vidas ou das de seus filhos e netos. Naquele momento, a possibilidade de galgar degraus sociais em curto prazo, naquelas paragens, era realmente muito pequena. Analisando a localidade de São José dos Pinhais (e apresentando dados semelhantes sobre Curitiba), Machado (2006, p. 117-118), apresenta um cenário onde “mesmo a elite tinha dificuldades em incorporar terras, escravos e dependentes aos seus domínios”.

Antonio Fernandes do Vale não era a única pedra no caminho daqueles tropeiros. Algumas medidas advindas da governança lusa eram questionadas, ainda que de forma parcial e ambígua. Os novos impostos eram indesejados, assim como a proibição do movimento de animais de ventre entre diferentes partes da Capitania. Da mesma forma, como já foi dito, o serviço militar era igualmente visto como um

problema. Ao mesmo tempo, a concessão de postos era desejada, do mesmo modo como a intervenção da Coroa na justiça e na economia local.

Esses elementos indicam certa reação daqueles homens em relação a algumas das medidas centralizadoras que partiam de Lisboa e passavam por São Paulo, sede da Capitania. Essa reação ao processo de centralização ainda era reflexo dos esforços realizados por Morgado de Mateus, que havia recentemente saído do governo daquela região. Essa reação é vista claramente quando os tropeiros afirmam que gostariam de ser governados como “antigamente”. Tal movimento, contudo, é estrategicamente ambíguo, na medida em que procura utilizar esta centralização no controle dos inimigos, no caso, de Fernandes do Vale e dos dizimeiros. Não era uma atitude saudosista, mas demandas racionais dentro do quadro de perspectivas de ação vislumbrado por aqueles homens.

Em janeiro de 1782, os vereadores de Sorocaba escreviam à Sua Majestade, Dona Maria, tratando de um sujeito bastante peculiar, Paulino Aires de Aguirre:

Se acha esta vila em contínua desordem por miscelâneas e orgulhos do Tenente Coronel Auxiliar da Cavalaria Ligeira Paulino Aires de Aguirre, e seu sogro Salvador de Oliveira Leme, pretendente e interessante ao dito posto, sendo este um *sujeito totalmente insuficiente para o exercer tanto pela sua qualidade por ser de baixa esfera e ter exercido nesta vila por si, e seus antepassados, anos bastantes, ofício de taberneiro público, como pela sua capacidade por ser de gênio orgulhoso e intrigante, e ter saído por vezes criminoso de vários crimes*, assim nas devassas dos corregedores como nas ordinárias, e entre esses por *usar de pesos e balanças falsificadas*, o que tudo não foi bastante, para que deixasse de conseguir o ser inspetor do Registro desta Vila, dos direitos de animais, vindos do continente de São Pedro do Sul e Viamão, que pagam a Vossa Majestade os tropeiros e comerciantes em cujo emprego se ensorbebeu ele, locupletou muito vexando aos ditos miseráveis tropeiros com capa dos Direitos de Vossa Majestade em tal maneira que uns para não sentirem maior prejuízo lhe tem dado e dão bestas; outros, cavalos; outros reses e outros finalmente tem desertado deixando seus animais com gravíssimo prejuízo seu, com *prejuízo do comércio e dos mercadores* que fazem assistências às ditas tropas, que ficam muitas vezes por se pagarem vindo ele inspetor a pegar em tudo e fazer rematar executivamente por preços ínfimos, para seus

pagamentos particulares com o pretexto de Direitos de Vossa Majestade, e outros absurdos maiores cometeria se continuamente não estivesse reprimindo o Exmo. General que nos governa.<sup>16</sup>

Apesar da posição social notoriamente distinta destes vereadores em relação aos tropeiros, impressiona a semelhança dos argumentos. Mesmo com a diferença de estatuto, os argumentos dos vereadores iam ao encontro daqueles apresentados pelos tropeiros em diversos pontos. A técnica discursiva é semelhante. Também os vereadores iniciam com a construção do antagonista, um sujeito ambicioso que “locupletou muito vexando aos ditos miseráveis tropeiros”. Nesse caso, diante da nobreza dos redatores, o elemento de comparação eram “eles”, os tropeiros, novamente. A “fronteira” que os vereadores estabeleciam entre si e aquele homem de “gênio orgulhoso e intrigante” era a hierárquica: além de sua ambição, salientavam sua vileza e sua baixa estatura social de “taberneiro público”, uma vez que falseava os pesos e as medidas utilizadas, o que só reforçava sua imagem de ambicioso.

Nesse sentido, a relação entre ambição e “prejuízo do comércio e dos mercadores” é um elemento comum. Tropeiros e vereadores, mesmo com estatutos diferentes, compartilhavam a ideia de que o ganho desmesurado de uns gerava o desequilíbrio social. Esse argumento se assemelha à ideia predominante em outra manifestação escrita, esta no Rio Grande, em 1783. Uma carta anônima, dirigida ao vice-rei, denunciava a demasiada ambição de Rafael Pinto Bandeira em seus negócios de contrabando na Lagoa Mirim. De forma semelhante à dos vereadores e tropeiros, essa carta constrói o antagonista em oposição aos “pobres da *Fazenda Real*”, aqueles que mais sofreriam com as atitudes do “monstro”.<sup>17</sup> Entre uma série de denúncias, o argumento do prejuízo causado pela ambição era o principal, ratificado por uma série de argumentos que reforçavam aquela acusação (SILVA, 1999; GIL, 2007). Concluía os autores pedindo ao vice-rei medidas para conter o poder avassalador de Pinto Bandeira na região.

<sup>16</sup> AHU.SPMG. 3009.

<sup>17</sup> Arquivo Nacional. Códice 104. V. 6. p. 143.

Os vereadores, por um lado, deixam claro que não reivindicam igualdade, mas equidade, ou seja, que cada um ganhasse conforme sua posição, e a de Paulino era “baixa”. Se os tropeiros parecem preocupar-se com as dificuldades de ascender socialmente, os vereadores, tendo em vista o mesmo universo, preocupavam-se com a facilidade com que um sujeito da “baixa esfera” pretendia se alçar a capitão-mor. Se esse era um contexto no qual a ascensão social era difícil, como fica sugerido na carta dos tropeiros e conforme nos diz Machado (2006), certamente tinha muito a ver com a força das elites locais estabelecidas nos postos de governo. No caso de Sorocaba, era uma elite muito ciente de si, que, em seus espelhos, via a nobreza da descendência dos conquistadores e das famílias mais importantes da capitania paulista e que controlava a Câmara e o posto de capitão-mor.

A hierarquia era um valor plenamente compartilhado naquela sociedade e entendido como resultado da colocação de cada um segundo sua “qualidade”. Mesmo quando pediam justiça independentemente de critérios de qualidade, os tropeiros não estavam exigindo direitos iguais e, ao fim e ao cabo, queriam condições para que, dentro de suas reduzidas possibilidades, pudessem garantir alguma ascensão, por “mérito”. Essa hierarquia se formava, especialmente, mediante concessões de mercês, “ofícios e mais postos”, como os desejados pelos tropeiros. Essa ordem nascia, então, das relações entre os súditos e a monarquia e garantia o equilíbrio necessário para a manutenção do Império. E este equilíbrio significava desigualdade. A mesma hierarquia pode ser vista nas listas nominativas, como já vimos, e em muitos outros documentos. Particularmente eloquente é a forma como Manuel José Correia da Cunha, do Registro de Curitiba, marcava suas fronteiras com outros membros daquele mundo:

pois quando o senhor coronel José Vaz me não serve em semelhante ridicularia [compra de uma faixa] quanto mais em coisa de maior suposição quando eu me persuado que de alguma forma me devia servir ainda que é sub-coronele *eu não sou nada* espero de vossa mercê resposta para me poder desculpar em que ma encomendou.<sup>18</sup>

<sup>18</sup> BN-II-35,25,17-005.

As relações entre os poderes locais e os poderes centrais (tanto Lisboa como aqueles presentes nas localidades) permeavam as três cartas que mencionei aqui. Os tropeiros não compartilhavam com os vereadores de Sorocaba a preferência pelo então governador Martim Lopes Lobo de Saldanha, que assumira no lugar do Morgado de Mateus. Mas, para ambos, a presença do poder central era uma peça-chave na resolução dos conflitos locais. Os tropeiros entendiam aquela ação como necessária para equilibrar o jogo *contra* Antonio Fernandes do Vale e sua política que, segundo eles, levava à ruína do comércio.

Os vereadores de Sorocaba, igualmente, percebiam na ação do governador a atitude necessária para conter os excessos e as “miscelâneas” de Paulino Aires de Aguirre e pediam a chancela da rainha para reforçar seus próprios poderes locais. Da mesma forma, a carta anônima escrita em Rio Grande pedia a ação da Coroa, na figura do vice-rei, contra o abuso do poder local, ainda que este poder tivesse a chancela de Lisboa. A monarquia permitia, assim, que todos pudessem encomendar seu principal produto oferecido: a justiça, entendida como equilíbrio desigual de possibilidades. Enquanto a Corte Celestial não fazia seu trabalho, cabia ao monarca arbitrar os homens e as casas que constituíam seus domínios.

Há ainda outro elemento que permeia as três cartas, que extraímos do negativo dessas três fotografias: a violência. Todas as manifestações apresentaram antagonistas violentos, sempre associados à prática de crimes diversos. A esta lista ainda poderíamos incluir o capitão-mor de São Paulo, Manuel de Oliveira Cardoso, e seu sobrinho Francisco de Paula Teixeira, acusados, por muitos, de cometer assassinatos, realizar cobranças abusivas e coagir diversas pessoas a tomar determinadas atitudes para benefício próprio (LOPES, 2002; 2007). A denúncia da violência sempre associa núcleos parentais: Paulino e seu sogro, Manuel de Oliveira Cardoso e seu sobrinho, Rafael Pinto Bandeira e seus cunhados e irmãos (GIL, 2007), apenas para ficar nas denúncias citadas até aqui. Por um lado, essas acusações fazem parte do cenário armado pelos redatores das cartas, mas certamente não eram informações

completamente fora de contexto nem inverídicas. A própria reiteração das denúncias, em alguns casos, sugere o quão precisas elas eram.

Parece-me claro que a violência era um valor importante compartilhado por aqueles homens e por aquelas mulheres, associado, em certas condições, à bravura, à honra e ao poder, ainda que passível de crítica quando em dose elevada ou feita sem justiça. Ela podia vir dos céus, das justiças de Sua Majestade ou de outras Casas. E me parece que a prática organizada da violência era um dos principais atributos das Casas mais poderosas, dos grupos familiares mais consolidados, como uma forma eficiente de impor seu nome e seus projetos aos demais membros da sociedade (FRANCO, 1997). Essa violência tinha reflexos diretos na economia e, mais do que isso, na concepção coeva de economia. Fazia parte do jogo das trocas a coação, o roubo, entre outras práticas consideradas, também naquele momento, agressivas. Tal como o prestígio, a prerrogativa do uso da violência estava desigualmente distribuída na sociedade.

Por último, é importante salientar um aspecto que está presente com força na carta dos tropeiros: a noção de uma economia fortemente edificada nas relações sociais. Ao ressaltar a atitude de Antonio Fernandes do Vale de vender dívidas e cobrar a frieza do contrato, os tropeiros estabeleciam uma fronteira entre suas práticas e as dele e reivindicavam trocas personalizadas e orientadas por uma ordem de valores difícil de definir claramente. Tais valores incluíam uma relativa recusa dos juros, o receio da ambição, a defesa do “bem comum”, o controle da violência e a maior presença da autoridade monárquica naquela economia, o que, no entender daqueles homens, garantiria suas possibilidades de sobrevivência e ascensão.



## CAPÍTULO 4

---

# Um tanto de ilha, um tanto de mar

Durante o século XVIII, uma moça de Sorocaba costumava casar antes dos vinte anos. Deveria ser com alguém do sexo oposto, normalmente mais velho e, especialmente, afim com o lugar da moça na hierarquia social. Isso restringia muito a escolha, independentemente de quem a fizesse, mas não inviabilizava as uniões, ao menos não da maioria. A maior parte dos noivos dessas moças era de Sorocaba ou de localidades que ficavam num raio de cem quilômetros. Ou seja: havia um bom estoque de moços disponíveis na comunidade, ainda que, em alguns casos, fosse interessante dar atenção a propostas vindas das redondezas e, eventualmente, de mais longe.

E um sócio, como se escolhe? De onde ele pode ser, seu *status* e sua idade eram questões que poderiam interferir na escolha? Há relações para as quais não há muito que escolher, ao menos entre estes nativos que estamos estudando, como é o caso dos vínculos consanguíneos. Mas há casos nos quais isso é possível, ainda que haja limitações, como na escolha dos sócios, dos esposos, dos amigos e, até certo ponto, dos vizinhos. Nesses casos, é possível romper com a relação. Mas divorciar-se, assim como deserdar um filho, era prática mais complicada. Para desempenhar a vida, o trabalho, os negócios, a religião, as festas, enfim, para o que quer que essas pessoas quisessem realizar, elas necessitavam de relacionamentos, o que é uma obviedade. Importa saber qual é a hierarquia dessas relações e porque algumas pessoas eram preferidas a outras. Isso nos fala dessa sociedade.

Neste capítulo, pretendo introduzir algumas ideias que permitirão elaborar um conceito de “mercado relacional”. Os critérios de seleção das relações gerais variam a ponto de incluir o casamento como uma delas. Mais do que responder como funciona esse mercado, espero, neste capítulo, introduzir o problema e tratar das limitações espaciais para os relacionamentos.

Boa parte da historiografia discute a mobilidade sem matizar as variações possíveis do movimento (FARIA, 1998; NADALIN, 2003). Migrar para outro continente é muito diferente de mudar de bairro ou para o povoado vizinho. Tendo em conta os projetos e desejos dos homens e das mulheres que estamos estudando, é preciso apontar diferentes velocidades possíveis para diferentes atividades/projetos que se estariam implementando, conscientemente ou não. Tenho certeza de que nenhum tropeiro sorocabano disse à sua esposa “Vou a Viamão buscar mulas e volto ainda hoje. Mas não me espere para jantar”. Uma tropa era um negócio que envolvia uma grande preparação, arrecadação de fundos, em muitos casos, e a certeza de um empreendimento que levaria muitos meses. O mesmo pode ser dito para uma atividade como a agricultura, que dependia do trabalho diário, mas também de elementos ambientais e do tempo de amadurecimento de cada planta. Diferente de tudo isso era, por exemplo, a decisão de ir à missa ou não, ou de combinar feijão e milho ou milho com feijão na alimentação diária. Diferentes atividades têm tempos de resolução diferentes, e é preciso ter isso em conta. E migrar para cinco, cinquenta ou 5 mil quilômetros fazia diferença na vida daquelas pessoas, tendo em conta as dificuldades de transporte da época, e os relacionamentos. Mas vamos devagar.

Qual o estoque de amigos, noivos e sócios potenciais disponíveis para uma família no contexto que estamos estudando? Vamos utilizar diferentes fontes para responder a essa pergunta. Irei lançar mão de uma grande quantidade de documentos, a maioria deles reiterativo, como registros de batismos, de casamento, escrituras, listas nominativas e inventários, entre outros. Isso vai permitir fazer um mapeamento amplo e tosco dos universos de cada localidade. Apesar de sua imprecisão, tal mapeamento poderá ser útil para compreender as limitações desses agentes. O problema é que cada uma dessas fontes foi elaborada tendo em conta um conjunto específico de relações e necessidades e, nesse caso, não podem ser comparadas diretamente. Mas o que pretendo fazer aqui não é definir a totalidade das áreas que mantêm relações com cada um dos lugares que são objeto deste trabalho. A ideia é apresentar os parceiros relacionais mais frequentes, e, repito, a imagem que resulta é imprecisa.

Para se discutir as relações sociais no espaço, é preciso certamente pensar em movimento. Nadalin (2003) propõe um modelo para se compreender a mobilidade na colônia como um comportamento bastante recorrente, tanto quanto a opção pela estabilidade. O autor associa certas práticas como próprias da vida estável, como a agricultura, a família nuclear e suas ramificações, entre outras atividades que exigiriam maior permanência em um território. Acredito que esta questão seja importante para o problema que aqui proponho. Diferentes relações envolvem diferentes formas de mobilidade e/ou estabilidade.

É preciso ter em conta que a vida é formada de diferentes ritmos, de acordo com as diferentes atividades e relações mantidas pelos homens e pelas mulheres. Há certas coisas que se devem medir em dias e horas, como o trabalho regular, o tempo para arar uma área, a missa e uma festa. Há aquelas que se medem em meses ou estações: as colheitas, o tempo de condução de uma tropa, uma viagem mais longa. Há também ritmos mais longos, que se medem em anos, décadas. E há aquelas coisas que são para toda a vida, assim como aquelas que se transformam de uma geração para outra, como a posição social ou sua mobilidade, por exemplo.

#### 4.1 Navegando pelo arquipélago Atlântico Sul Ocidental

##### *Sorocaba no continente paulista*

Para tentar definir vagamente a geografia das relações, seria necessário usar os mais diversos documentos, tendo em conta a forma como cada um foi construído, de modo a definir alguma hierarquia. Para Sorocaba, utilizarei os dados sobre casamentos, produzidos por Bacellar (2001) em seu estudo sobre a vila, e os dados de origem dos moradores, contidos na lista nominativa de 1801.<sup>1</sup> Essas fontes são distintas e se referem a diferentes ritmos de relações, tal como defini anteriormente.

---

<sup>1</sup> Aesp. Lista nominativa de Sorocaba, 1801.

As relações de matrimônio e de compadrio, por exemplo, são encaradas pelos coevos como feitas para toda a vida. Logo, eu as colocaria dentro do ritmo vital. Como tal, exigem uma criteriosa seleção.

Estudando a Vila de Sorocaba nos séculos XVIII e XIX, Carlos Bacellar chegou a importantes dados sobre a relação daquela localidade com outros espaços. Concluiu que, de 1.094 homens, chefes de família, que encontrou nas fontes as quais pesquisou, 61,52% eram da própria Vila de Sorocaba. Outra parcela importante, 26,59%, eram provenientes de Cotia, São Roque, Araçariguama, Itu, São Paulo, Santo Amaro, Paranapanema, Porto Feliz e Parnaíba, localidades que ficam a menos de cem quilômetros da vila, a maioria dentro de um raio de sessenta quilômetros. Para as mulheres chefes de fogo, o quadro era semelhante. Oitenta por cento delas eram originárias da própria Sorocaba, 5,94% eram de localidades dentro de um raio de sessenta quilômetros e 5,99% vinham de um raio de cem quilômetros. As localidades de origem eram as mesmas que as dos homens (BACELLAR, 2001).

Tomando os registros de casamento entre 1679 e 1830, Bacellar (2001) aponta outros dados. Em relação à origem dos noivos, 68,86% eram originários de Sorocaba, enquanto 12,57% vinham de localidades dentro do raio de sessenta quilômetros e 6% vinha de um raio de cem quilômetros. O restante vinha de localidades mais distantes, a maioria dentro da Capitania de São Paulo, como Curitiba (1,33%) e Taubaté (0,49%). Em relação às mulheres, 85,59% eram provenientes de Sorocaba, 6,22% eram de menos de sessenta quilômetros e 3% vinha de um raio de cem quilômetros. Esses dados devem ser analisados considerando dois elementos importantes, afora o subregistro: eles incluem dados do período formativo da vila, no final do século XVII, quando o crescimento da vila esteve muito baseado na recepção de imigrantes; são dados de matrimônios realizados na Igreja, o que sugere que há certa seleção dos noivos, sendo provável que a elite esteja mais representada.

A lista nominativa de 1801, apesar de incompleta, indica a origem dos chefes de fogos.<sup>2</sup> Como estou interessado em estabelecer uma geografia das relações, essa lista, mesmo que incompleta, pode trazer informações relevantes. Contei 414 chefes de fogos com informação clara sobre sua origem. Desse total, 308 (74,4%) eram de Sorocaba. Vejamos:

**Tabela 2:** Localidades de origem dos chefes de fogos em Sorocaba (1801)

Local de origem	#	%	Média de idade
Sorocaba	308	74,40	40
Itu	22	5,31	48
Porto Feliz	10	2,42	47
Cotia	10	2,42	42
Santo Amaro	9	2,17	50
São Paulo	8	1,93	42
Curitiba	5	1,21	49
Paranapanema	3	0,72	45
Parnaíba	3	0,72	43
Itapetininga	3	0,72	32
Mogi	3	0,72	60
Cidade do Porto	3	0,72	45
Lapa	3	0,72	41
Europa	2	0,48	38
Minas Gerais	2	0,48	35
Jundiáí	2	0,48	54

<sup>2</sup> Aesp. Maço de população de Sorocaba, 1801.

São Roque	2	0,48	33
Goiases	1	0,24	38
Santos	1	0,24	42
Sagoari	1	0,24	36
Lorena	1	0,24	46
Lisboa	1	0,24	30
Cuiabá	1	0,24	77
Ilhas	1	0,24	48
Juquiri	1	0,24	67
Araçariguama	1	0,24	33
Itapeva	1	0,24	22
São Francisco	1	0,24	27
Ubatuba	1	0,24	48
Apiaí	1	0,24	60
Cidade de Angra	1	0,24	65
Atibaia	1	0,24	64
Paranaguá	1	0,24	80
<b>Totais</b>	<b>414</b>	<b>100</b>	<b>46</b>

Fonte: Lista nominativa de Sorocaba, 1801. Aesp.

Observando essas informações, verificamos que quatro quintos dos chefes de fogo vêm de um raio de aproximadamente trinta quilômetros, cerca de cinco léguas, exatamente aquilo que era considerado o tempo necessário para uma viagem de um dia, durante a época moderna (SILVA, 1998). Outros 6% vinham de lugares que ficavam num raio de cem quilômetros, o equivalente a pouco mais de três dias de viagem. Localidades como Curitiba, Itapetininga e Lapa são as únicas ao longo

do caminho das tropas que aqui aparecem, somando míseros 2,66%. Nos últimos lugares, temos também oriundos do Porto, de Lisboa, de Lorena e de Goiás. Lorena e Goiás faziam, de certo modo, parte da rota de escoamento dos animais, mas somaram apenas 0,5%. A distância física parece ter certo impacto nesse cenário. Mas é preciso ter algum cuidado. Observando bem, temos que Araçariguama e Parnaíba, ainda que próximas, não tinham o mesmo peso, em Sorocaba, do que Cotia, Santo Amaro e São Paulo, que eram um pouco mais distantes. Da mesma maneira, Itu e Porto Feliz, sendo igualmente próximas, tinham pesos completamente diferentes, sendo Itu muito mais relacionada com Sorocaba.

Há outro elemento a ser considerado: a média de idade. A idade média do chefe de família sorocabano, nesta amostragem, é de quarenta anos, o que sugere, por um lado, uma certa estabilidade espacial consolidada no comportamento dos jovens sorocabanos. Por outro lado, me parece que as relações com Itu e Porto Feliz ou foram mais intensas nos anos pretéritos ou homens dessas localidades escolheram casar-se ou residir em Sorocaba depois de certa idade. Ambas as possibilidades me parecem razoáveis, já que vários dos apontados em 1801 já estavam instalados em Sorocaba quando da lista de 1790, que utilizei para comparar os dados.

Sorocaba tinha em Itu, Porto Feliz, Cotia, Santo Amaro, São Paulo, São Roque, Araçariguama e Parnaíba um bom estoque de relacionamentos potenciais, tanto no espectro de uma migração regional (inferior a cem quilômetros, neste caso) como em possíveis casamentos. Como vimos, há diferença entre a relação com as localidades de acordo com o tipo de relacionamento. Os noivos vêm de um grupo de cidades não exatamente igual ao das noivas, e os imigrantes regionais vêm de localidades diversas. Ou seja: para cada tipo de relação, há uma geografia particular, às vezes semelhante, mas não exatamente igual. E esta geografia é marcada pelo tipo de relação, e não o contrário, ainda que as distâncias limitem um pouco as vontades e os projetos daqueles homens e daquelas mulheres. Os noivos vinham mais de fora da comunidade que as noivas e mais de Itu do que de Porto Feliz, podendo vir até de Portugal, de onde não vinham noivas. Jundiáí, mesmo próxima, não parecia ter

muito a trocar com Sorocaba. Eram diferentes mercados matrimoniais, o que nos sugere que a economia relacional de Sorocaba era bastante sofisticada e seletiva.

O estoque demográfico de Sorocaba supria boa parte dos relacionamentos necessários para a vida daqueles homens e daquelas mulheres. A mesma comunidade oferecia noivos e noivas de acordo com as exigências das famílias, a gosto dos clientes, assim como era capaz de suprir de pequenos créditos seus próprios moradores, respeitada, é claro, a dimensão dos negócios, ainda que, por vezes, fosse necessário recorrer a outros espaços, o que também seguia uma hierarquia. A densidade das relações existentes em Sorocaba era eclipsada pela densidade de São Paulo, com suas Freguesias de Cotia e Santo Amaro e a própria capital. Parnaíba, mais próxima de Sorocaba que São Paulo, não oferecia tantos produtos sociais quanto a cidade.

Percebemos, assim, que a demografia influía profundamente no mercado relacional, oferecendo uma gama maior de opções de acordo com a necessidade dos consumidores. É por essa razão que o caminho das tropas não representa um parceiro relacional tão expressivo para Sorocaba. Com uma população rarefeita ao longo da estrada, Curitiba constituindo uma exceção, ele não representava um bom estoque de mercadorias sociais, muito mais cômodas de serem adquiridas na própria vila, em Itu ou na capital. Essa mesma ordem de problemas foi percebida por Carlos Bacellar (1997) em sua análise das famílias do oeste paulista entre meados do século XVIII e do XIX. Ele percebe uma expressiva endogenia geográfica como comportamento de famílias da elite do oeste paulista:

Haveria uma área, ou mesmo uma vila, em que o grosso dos membros de um tronco, caracterizados por uma ascendência genealógica em comum, se concentrariam. Desse modo, indivíduos primos entre si estariam residindo no mesmo local, ou muito próximos, tornando mais prováveis casamentos consangüíneos. (BACELLAR, 1997, p. 89).

Para além do grande número de uniões consanguíneas que encontrou em seu estudo, Bacellar (1997) detectou uma estabilidade geográfica como comportamento regular de certos grupos e, até mesmo, de comunidades inteiras. Analisando a per-

manência de indivíduos que casaram na vila em que nasceram, ele apresenta altos índices, em paralelo à migração regional, nas mesmas localidades do oeste paulista e, igualmente, com um comportamento seletivo, com algumas localidades sendo preferidas por migrantes de outras vilas: “[...] os naturais de Porto Feliz foram encontrados em Campinas, Moji-Mirim e Piracicaba, mas não em Jundiá ou Itu [...] os nativos de Jundiá foram localizados residindo em Itu e Campinas, mas não em Porto Feliz, Moji-Mirim ou Piracicaba” (BACELLAR, 1997, p. 104-105).

O autor ainda estabelece uma importante diferenciação de gênero na relação entre movimento migratório e matrimônio. Segundo ele, os homens da elite migravam previamente ao matrimônio, enquanto as mulheres migravam com os pais ou para/com os maridos, e tudo se articulava visando ao acesso à terra. Estou de acordo com essa posição e ressalto a importância da incorporação de homens vindos de fora, como genros, no comportamento das famílias de elite de São Paulo, de modo geral (NAZZARI, 2001). Isso poderia ser uma garantia para a manutenção do movimento regional, para que os homens da elite, quando migrassem, tivessem alguma expectativa de encontrar noivas de *status* equivalente disponíveis em outras áreas. Esse mesmo comportamento, a uxorilocalidade, poderia garantir a permanência de imigrantes vindos de terras mais distantes, atraídos por um mercado matrimonial que estivesse aberto para eles. A uxorilocalidade poderia ser entendida, me parece, como uma abertura seletiva de um mercado que, como nos mostra Bacellar (1997), era bastante restrito.

Vejamos algumas conclusões parciais. Há vários elementos restringindo as escolhas de relacionamentos na comunidade que estamos observando. Havia uma limitação demográfica, baseada no tamanho do estoque de parceiros potenciais (noivos, sócios, amigos, aparentados). Se o tamanho do estoque local for bom, ele deveria atender à boa parte das necessidades locais. Contudo, diferentes atividades humanas exigem diferentes tipos de relacionamento, gerando, assim, diferentes “necessidades de consumo”. A família de uma moça casadoira podia considerar que o estoque de moços disponíveis na localidade era grande, mas que nenhum deles servisse para ela. Da mesma forma, um negociante com vista a voos mais

altos podia não encontrar um sócio com recursos na mesma comunidade, assim como podia não encontrar alguém que lhe emprestasse um valor avultado no seu próprio bairro. Esse problema demográfico, contudo, não era resolvido por um acesso indiscriminado às povoações vizinhas. Ele era seletivo, baseado em dois elementos: por um lado, o tamanho do estoque das comunidades acessíveis e, por outro, as próprias relações que atualmente vigoram e as portas que elas podem abrir. Afinal, era de bom tom que noivos e sócios fossem devidamente apresentados.

Sorocaba possuía um bom mercado e mantinha uma discreta e seleta balança comercial de noivos, como vimos. Mas nem tudo é tão perfeito. Passemos ao estudo de algumas empresas econômicas, algumas sociedades, particularmente, na tentativa de estabelecer uma “prova dos nove” que não apenas teste essa geografia das relações como também traga novos elementos para refinar o modelo.

### *O arquipélago curitibano*

Para Curitiba, não tenho muitas fontes. Disponho de um precioso artigo de Ana Maria Burmeister, de 1981, sobre a nupcialidade naquela vila, baseado nos registros de casamento. Ao longo do texto, a autora expõe como se dava a endogenia geográfica na escolha dos cônjuges. Segundo ela, 51,4% eram nascidos em Curitiba. A maior parte dos que provinham de outras vilas eram homens, majoritariamente de localidades da Capitania de São Paulo, segundo a autora, principalmente de vilas situadas na rota do gado. Antonina, Paranaguá, Campo Largo, Castro, Lapa e São José estavam também entre as principais localidades fornecedoras de noivos (BURMEISTER, 1981). Notemos que, das localidades especificadas, a maior parte estava em um raio de cem quilômetros, com exceção de Castro, que, pelas rotas mais comumente usadas, distava uns 150 quilômetros.

Outra fonte de que disponho são as escrituras públicas de crédito, dívidas e obrigações. Não são fontes muito preciosas para este tipo de estudo, mas podem dar alguma noção. De um total de 358 referências espaciais que pude encontrar,

289 (quatro quintos) faziam referência à própria vila, especificamente. Cerca de 5% indicavam São José como uma localidade relevante naquelas fontes. Tais negócios são reflexo da importância da Confraria do Rosário dos Pretos, instituição localizada em São José. Paranaguá ocupava a terceira posição, seguida do Rio de Janeiro, ambas com pouco mais de 2% das referências espaciais encontradas. Essa é a fatia “relacional” dos vínculos comerciais de Curitiba com o comércio atlântico de cabotagem entre Paranaguá e Rio de Janeiro. Em quinto lugar, vinha a pequena, mas prestigiosa, Capela do Tamanduá, distante cinquenta quilômetros de Curitiba, onde poucos e ricos fazendeiros com suas famílias e escravarias compunham a população. Lages e o “continente do sul” não somavam 1% das referências nas escrituras.<sup>3</sup>

A lista nominativa de Antonina, de 1808, é uma terceira possibilidade de observar este problema, uma vez que indica a origem dos chefes de família. Das 74 indicações que encontrei, 33 apontavam a vizinha Paranaguá (cerca de 35 quilômetros distantes de Antonina), de onde se originava metade do total de indicações. Curitiba e Lisboa empatavam em segundo lugar, seguidas de Iguape (cerca de 150 quilômetros, mas com ligação marítima com Antonina). Talvez o contraponto entre a sertaneja Curitiba e a costeira Antonina seja relevante. Certamente, as distâncias tinham pesos diferentes em viagens terrestres ou embarcadas, e isso também tinha seu significado nas relações de uns lugares com outros.

### *Os recifes do sertão: a pequena Lages*

A população de Lages variou entre quatrocentos e seiscentos moradores ao longo do período que estamos observando. Mas, sendo uma vila e tendo seus próprios bairros, ela era menor que um bairro sorocabano de bom porte, como o Iperó. E ficava distante da Lapa mais de duzentos quilômetros, mais de cem de Santa Catarina (atual Florianópolis) e Laguna, e uns cem de Vacaria, onde a

---

<sup>3</sup> Escrituras do Primeiro Tabelionato de Curitiba. Cedope.

população tampouco era muito grande, sendo próxima à de Lages. Fundada em 1766, Lages era uma povoação que crescia, não apenas pelo caminho das tropas, mas igualmente porque era um espaço em que o acesso à terra era relativamente fácil, haja vista a quantidade de pequenas propriedades. Era uma localidade com um mercado relacional reduzido e distante de qualquer estoque razoável que garantisse o abastecimento contínuo. Mas ela vinha recebendo contínuas levas de imigrantes, especialmente de Curitiba, Santa Catarina, Laguna, São Paulo, Minas, Parnaíba, Rio de Janeiro, Viamão, Rio Grande, Santos e Sorocaba, nessa ordem.

No entanto, as listas nominativas também informam os fluxos comerciais de que Lages fazia parte. Havia um comércio regular de secos e molhados vindos da marina da Laguna e da Ilha de Santa Catarina, e ao menos sete sujeitos indicaram essa atividade como desempenhada por seu núcleo familiar. Paralelamente, havia uma exportação pequena, mas regular, de animais para São Paulo (provavelmente Sorocaba), com algodão vindo no fluxo contrário. O fato de São Paulo ter impacto no número de migrantes talvez se explique, por um lado, pelo fato de Lages ter sido ocupada, já nos seus primeiros anos, por membros da família Amaral Gurgel. Talvez por isso o músico santista João Damasceno de Córdova tenha migrado para aquela localidade, uma vez que era casado com uma Amaral. Ao chegar ali, arrumou um noivo santista para sua filha Maria Jacinta, provavelmente aparentado: Bento Ribeiro de Córdova.

Motivo semelhante pode ter feito Baltasar Joaquim de Oliveira, vindo da Parnaíba, casar-se com Maria Joaquina do Amaral Gurgel. Em Lages, ele passou, em poucos anos, de tenente à comandante da cavalaria e juiz ordinário da vila. E talvez essas possibilidades de ascensão, mais prováveis numa pequena vila em crescimento, com Câmara e todos os postos locais de governança, fossem um elemento atrativo para alguns paulistanos com alguns recursos. A maior parte dos indicados como vindos de São Paulo era composta por fazendeiros e pequenos arrematadores. Além disso, havia um mercado matrimonial interessante para certos recém-chegados, entre 1790 e 1803: mesmo que o número de moços em idade para casar fosse sempre superior ao de moças, havia um bom número de moças que acabava encontrando união com

rapazes de fora do mercado local. Isso se deu, certamente, porque a qualidade daqueles moços locais não satisfazia os desejos das melhores famílias locais, e, diante de um mercado tão pequeno, não havia muito o que esperar.<sup>4</sup>

Lages me parece interessante para pensar alguns elementos já expostos aqui. Primeiramente, casos como o de João Damasceno de Córdoba, que parece ter vindo por contatos e trouxe, posteriormente, um noivo para a filha, ou mesmo o de Baltasar Joaquim de Oliveira, vindo por relações familiares pretéritas, parecem paradigmáticos do efeito das relações pretéritas na construção de novas relações. Porém, mesmo com a iniciativa de Córdoba, Santos tinha um impacto pequeno no mercado relacional de Lages, dominado por Curitiba, Laguna e Santa Catarina. Apesar de ser mais próxima a Lages, Vacaria não oferecia um estoque populacional muito atraente. Laguna possuía uma população próxima a 4 mil habitantes em 1805, e Santa Catarina (também referida como Desterro) e São José possuíam, juntas, mais de 7 mil habitantes na mesma data.<sup>5</sup> Curitiba, por seu turno, somava mais de 11 mil habitantes, em 1803.<sup>6</sup> Uma vez mais, a rota das mulas, embora apresentasse peso superior à de outras localidades, não se apresentou como elemento mais importante para explicar o universo de relação da pequena Lages. Testemos outros casos.

### *As Ilhas Vacarias e a Patrulha*

De Vacaria, tenho apenas os registros de batismos de escravos. E, para medir o alcance destas relações, vou utilizar a origem dos pais e padrinhos dos cônjuges e, igualmente, a localização dos padrinhos. São coisas diversas: Vacaria, tal como Lages, era uma localidade recente e de expansão, onde havia contínua chegada de muitos imigrantes, provocando uma distorção na análise da origem dos pais. Explico: o fato de haver açorianos e benguelas numa pequena comunidade do ser-

<sup>4</sup> Aesp. Listas nominativas de Lages.

<sup>5</sup> AHU.SC-Doc. 523.

<sup>6</sup> AHU.SP. (avulsos). Cx.23. Doc. 9.

tão não me parece indicativo de que essa localidade tenha Angola e as Ilhas como parceiros relacionais, com os quais houve uma troca reiterativa ao longo do tempo, tal como Lages e Laguna faziam. Mas os registros de batismo de Vacaria, apesar de suas limitações, podem contribuir para observarmos algum padrão.

Nem todos os padres foram caprichosos e apontaram as origens ou as residências de padrinhos, madrinhas, pais e avós. Mas tenho informação a respeito do local de residência de 95 pessoas (92 padrinhos e madrinhas, dois pais e um senhor), entre os 209 registros de batismo. Com exceção do senhor de Francisco da Costa Sena, que habitava no Viamão, todos os demais eram da própria localidade de Vacaria, exceto dois, de São Francisco de Paula, apontados quando das visitas que o padre fazia para batizar naquela Capela. Esse dado sugere uma grande endogenia geográfica no comportamento desses agentes. Tal imagem se agrava se considerarmos que houve cem padrinhos para batizar 209 crianças. Desses cem, 48 eram claramente apontados como moradores de Vacaria ou São Francisco, além de terem relações de parentesco nas localidades explicitadas na fonte.

Talvez as escolhas dos escravos possam lançar alguma luz sobre os critérios geográficos de escolha do padrinho. Dos 209 registros, três quartos preferiram escolher padrinhos livres, e, entre esses, boa parte era da própria comunidade, ainda que seja difícil mapear sua localização precisa. Entre aqueles que escolheram padrinhos cativos, cerca de um quarto, ao menos vinte contavam com padrinhos da mesma senzala, enquanto 28 escolheram padrinhos de senzalas diversas. Todavia, dentro desses 28, encontramos algumas regularidades, duas pequenas “redes” de compadrio se estruturando a partir das senzalas de Joaquim José Pereira, Miguel Felix de Oliveira, Manuel da Fonseca Paes, Manuel de Campos Bandebur e Antonio Pinto Ribeiro.

Outra rede, mais discreta na documentação, unia as senzalas de João Batista Feijó, Antonio Gonçalves Padilha e dos herdeiros de Pedro da Silva Chaves. Noto uma possível proximidade geográfica entre as propriedades desses sujeitos, especialmente tendo em conta que a primeira rede se estruturava mais ao norte de Vacaria, nas proximidades da Guarda de Santa Vitória, enquanto a outra era mais

ligada a São Francisco de Paula, dentro da densidade daquela “capela”. Mas me parece que, além disso, tais relacionamentos podem ser explicados pelas agências daqueles escravos ou, como disseram Hameister (2006) e Hameister e Gil (2007), pela reinvenção escrava das relações de seus senhores.

Cinco “andantes” foram padrinhos, além de Agapito de Matos, “casado em Sorocaba”, que também devia ser andante. Agapito chama a atenção. Em maio de 1790, ele aparece, em um registro de batismo, como padrinho de uma criança escrava (em relação à qual não constavam nem os pais, os quais eram escravos de Antonio Gonçalves Padilha), e é nessa ocasião que ele é descrito como casado em Sorocaba. Em outubro, ele aparece como pai de João, filho de Felisberta, escrava dos herdeiros de Antonio Gonçalves Padilha, a qual, provavelmente, morreu no parto. Ele não apenas assume o rebento como paga por sua alforria com “duas doblas em dinheiro”, entregues formalmente pelo padrinho, Antonio Manuel Velho, morador local e senhor de vários escravos. Por alguma razão, Matos criou alguma raiz na senzala de Antonio Gonçalves Padilha, e talvez a relação com Felisberta fosse essa razão. Ou o seu resultado.

Outros indícios apresentam um espaço relacional maior. Há um registro de batismo de uma criança livre, feito por engano, no livro dos escravos, e assim sabemos que um sujeito de São Paulo era casado com uma moça da Freguesia do Estreito, próxima à vila do Rio Grande. Os pais da moça, entretanto, eram também de São Paulo. Da mesma forma, encontramos entre os padrinhos alguns sobrenomes bastante peculiares: Catarina Aires de Aguirre, Emerenciana Bárbara dos Prazeres Gurgel. Sobre Dona Emerenciana, pouco sabemos, além do fato de que ela era “senhora da Estância Grande”. Já em relação à Catarina, há fortes indícios de que ela fosse irmã do nosso caro Paulino Aires de Aguirre, negociante de Sorocaba, ainda que fossem ambos nascidos em São Sebastião. Ela era casada com Joaquim da Silva Chaves (matrimônio realizado em Sorocaba em 1772), filho de Pedro da Silva Chaves, que se casara, em Itu, com dona Gertrudes de Godoi Leme, em 1726, e já estava atuando nos Campos de Cima da Serra em 1766 (PEREIRA, 2008).

Outro caso relevante é o de Antonio Rodrigues de Oliveira Fam. Ele aparece nos registros de Lages casado com Maria Inácia do Amaral Gurgel, em 1790. Juntos, eles batizaram Vasco, filho de Joana, escrava de Dona Ana Maria. Da mesma forma, havia ao menos mais cinco pessoas que pude identificar como sendo de Lages nos batismos de escravos de Vacaria, sem que fossem descritas como vindas de Lages. Em um caso específico, o de Joaquim José Pereira, ele não apenas possuía terras nas duas localidades como também possuía terras próximas à fronteira entre ambas, junto à Guarda de Santa Vitória. Outro exemplo é o do casal formado por Alexandre da Silva Esteves e Liberata Maria de Jesus, que foram padrinhos, em junho de 1800, de João, filho de João e Maria, escravos de Capistrano João da Costa Pereira.

Do mesmo modo, Brígida Maria da Silva apadrinhou Gertrudes, filha de José e Lucrecia, escravos dos herdeiros de Pedro da Silva Chaves, em 1782, assim como Mateus José da Silva, em 1779, havia batizado Miguel, filho de Francisco Gonçalves e Ana Maria da Silva Cardoso. São todos indícios do quanto Vacaria manteve contato, ao longo do tempo, com a Vila de Lages. Certamente, a presença de Vacaria também era sentida em Lages, mas, como vimos, ela iria esmaecer na comparação com o peso de locais como Curitiba, Santa Catarina e Laguna. É preciso ainda considerar que muitos senhores de Vacaria eram absenteístas, mantendo-se à distância do pequeno povoado. João Batista Feijó vivia no Rio de Janeiro, assim como Antonio de Freitas Branco era morador de São Paulo e Antonio da Costa Ribeiro era da Laguna.

Parece que, mesmo mais distantes de Laguna e de São Paulo, aquelas duas localidades também se faziam sentir em Vacaria. Lages também tinha ali seu peso. Contudo, as escolhas dos escravos nos sugerem uma maior endogenia geográfica no comportamento daqueles agentes, ainda que contassem gente de boa cepa vinda de Lages para apadrinhar alguns de seus filhos. Mas, mesmo em relação à endogenia, não seria esse um problema de hierarquia social, no qual a elite teria mais recursos para se movimentar?

*De volta ao Viamão e seu arquipélago*

Os registros de batismos de Viamão podem nos fornecer informações relevantes sobre a geografia das relações.<sup>7</sup> É fato que o povoamento dessa localidade, bem como dos locais mais próximos, deu-se a partir da imigração de grupos de diversas origens: São Paulo, Sacramento, Minho, Sorocaba, Ilhas Atlânticas portuguesas e mesmo do continente do Rio Grande. Ao observarmos o critério espacial de seleção de padrinhos (não pela sua origem, mas pela residência no momento do batismo), encontraremos um cenário bem diferente. Tomando apenas os registros em que há referência ao domicílio (vinte registros), encontrei 16 para Porto Alegre, um para Rio Pardo, um para Santo Antonio da Patrulha, um para Rio Grande e um para Viamão. Como havia igualmente um expressivo número de batismos por procuração (59), acreditei ser importante dar atenção a esses registros, que poderiam comprometer os resultados, já que eram potencialmente de pessoas de fora do Viamão.

Entre os 1.944 registros considerados, 1.865 (97%) eram, muito provavelmente, da própria povoação ou de lugares muito próximos, dentro de um raio de 15 quilômetros. Outros 2% eram de padrinhos e madrinhas vindos de localidades vizinhas, como Porto Alegre, Anjos e Santo Antonio da Patrulha, num raio de quarenta quilômetros. Os casos referentes às localidades mais longínquas, nas quais estariam Santo Amaro, Rio Pardo e Rio Grande (ainda dentro do continente do Rio Grande) e talvez Paranaguá, somadas àqueles casos nos quais não foi possível identificar o agente (14 casos), chegariam a 1%, num total de 19 casos. Esses dados me levam a pensar que a geografia das relações do Viamão inclui Porto Alegre, Anjos e Santo Antonio da Patrulha, em sua parte mais central, tendo como “periferia” as regiões do Caí e Triunfo, estas últimas, povoadas originalmente por famílias vindas do Viamão (KÜHN, 2006; SIRTORI, GIL, 2012).

Outro problema é o da fonte. Os batismos são qualitativamente diversos dos registros de casamento. Inclusive, optei deliberadamente por não considerar os matrimônios do Viamão, aparentes nos batismos, por considerá-los inadequados para a

---

<sup>7</sup> ACMPOA. Livro de batismos de Viamão, n. 4.

análise que aqui apresento. Tenho motivos: ao contrário de Sorocaba, que considero ter sido uma zona de estabilidade demográfica, nos termos propostos por Nadalin (2003), Viamão ainda estava recebendo levas de imigrantes, dada sua ocupação relativamente recente, o contexto recente de guerra (até 1777) e a expansão da fronteira agrária nas regiões do Caí e do Triunfo e também em Rio Pardo. Nesse sentido, a análise dos matrimônios do Viamão, para a pergunta que estou fazendo, apresentaria um cenário caótico. A migração de uma região como Portugal ou Minas para Viamão não significava o início de uma troca constante, tal como pensamos para Vacaria.

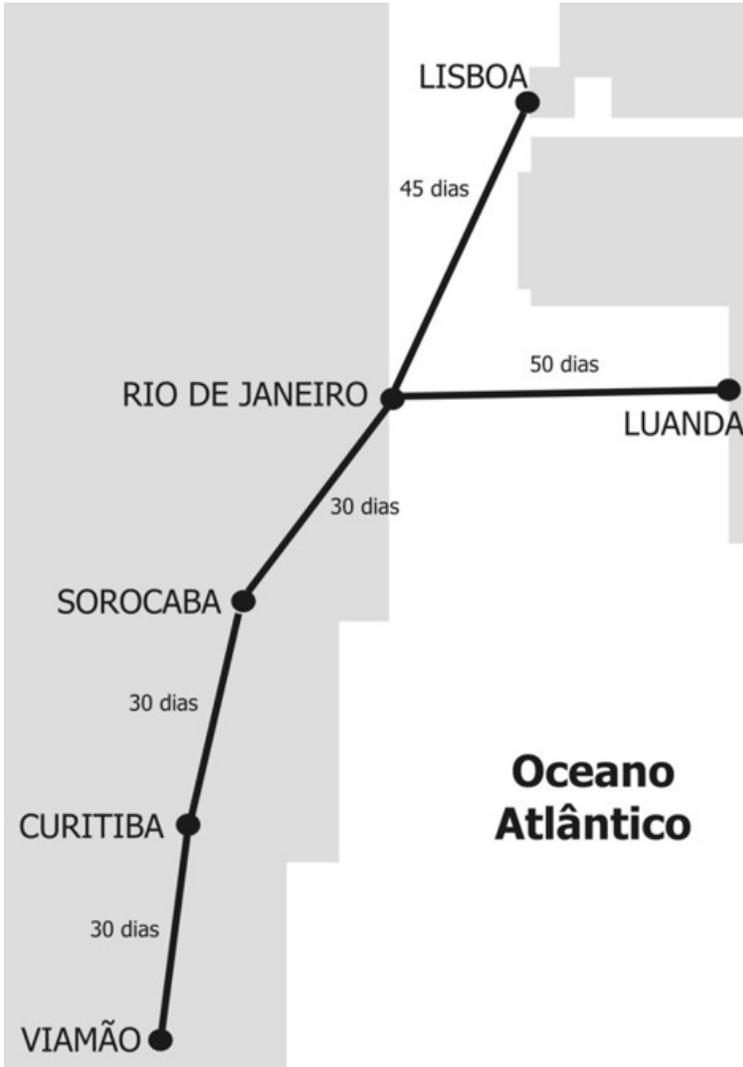
Usando os mesmos critérios para Porto Alegre, isto é, os registros de batismos de livres e escravos entre 1772 e 1797, foi possível encontrar resultados equivalentes, mas com algumas diferenças. Entre mais de 2 mil registros, dos quais a grande maioria não fazia referência à localidade, 24 referências eram da “residência” dos padrinhos, além de outros 58 padrinhos por procuração. Das 24 referências, 11 eram de Porto Alegre, três do Viamão, três do Rio dos Sinos (proximidades de Gravataí), três de Rio Grande, duas de Triunfo, uma de São Paulo e um do Rio de Janeiro. Entre os padrinhos por procuração, usando o mesmo procedimento executado para Viamão, ou seja, rastrear nas bases de dados, encontrei 32 dos 58, dos quais dez eram de Porto Alegre, sete de Rio Grande, quatro de Anjos, três de Triunfo, três do Rio de Janeiro e dois do Caí. Viamão, Lages e Curitiba tinham, cada uma, um (KÜHN, 2006; SIRTORI, GIL, 2012).

A conclusão é a de que, para o compadrio, o mercado relacional mais interessante (ou possível) era o local. Em uma comparação entre os padrinhos de Porto Alegre, Viamão e Anjos, verifiquei que a maior parte acabou se restringindo à sua localidade, sendo poucos os que apadrinhavam em mais de uma, quase sempre, pessoas da elite, disputadas para apadrinhamento em muitos quilômetros. Viamão e Porto Alegre, entretanto, parecem ter uma proximidade maior nesse aspecto, com a troca de padrinhos ocorrendo com maior frequência. Mesmo com esta densidade local, a região do Viamão, Porto Alegre, Anjos, Sinos e Caí, parece manter um mercado relacional maior, que incluía Rio Grande, prioritariamente Patrulha, Rio Pardo e Triunfo.

Em termos demográficos, o conjunto formado por Viamão, Porto Alegre, Anjos, Triunfo e Patrulha somava, em 1780, mais de 8 mil habitantes, chegando a superar os 11 mil em 1798. Talvez isso explique a densidade das relações entre essas localidades, que eventualmente recorriam a outras “praças” do mercado relacional. Para uma relação como o compadrio, a escolha seguia uma geografia muito restrita, local mesmo, talvez porque a organização política local propiciasse padrinhos e madrinhas de prestígio em quantidade suficiente para a demanda local, especialmente se considerarmos quantos capitães e donas haviam ali, além do fato de que um mesmo capitão podia batizar muitas crianças, como de fato ocorria (SIRTORI, 2008). Já quanto aos relacionamentos econômicos, medidos parcialmente mediante a análise das dívidas, as coisas eram um pouco mais complicadas. Os recursos locais não garantiam todas as necessidades, de modo que um intercâmbio maior e mais abrangente era necessário.

Acredito que a análise dos diversos tipos de documentos que apresentei aqui seja um bom começo para pensarmos sobre os limites demográficos e geográficos que se apresentavam para os agentes em estudo. Penso, por um lado, que, de algum modo, as distâncias acabavam complicando um pouco a vida daqueles homens e daquelas mulheres, dificultando a expansão de seus relacionamentos. Por outro lado, a densidade demográfica podia, de algum modo, resolver ou complicar essa limitação. Os diferentes tipos de relação envolviam diferentes geografias, de acordo com a oferta local e com os contatos previamente estabelecidos. O esquema a seguir apresenta as distâncias da época medidas não em léguas ou quilômetros, mas por meio da medida que encontrei como mais indicada para os deslocamentos na época: os dias de viagem. Assim, temos um mapa deformado, mas coerente com a experiência cotidiana daqueles agentes. As viagens marítimas estão em contraponto para mostrar que, afinal, África e Portugal ficavam longe, mas os pontos terrestres também estavam muito afastados entre si.

**Figura 12:** Distâncias da época, medidas em dias de viagem



Fonte: NB-II-35,25,03; BN-II-35,25,17; AHU.SP. (avulsos). Cx. 9. Doc. 475; Schwartz (1999).

Apresentei um modelo que parte do pressuposto de que os agentes sociais tendiam a construir suas relações dentro de comunidades densas, preferencialmente recorrendo ao “mercado externo” apenas em caso de escassez interna, seja de quantidade ou qualidade. É momento de esclarecer algumas coisas. Acredito

que a grande maioria desses agentes não estava muito preocupada com o fato de seus interlocutores sociais serem nascidos na sua comunidade ou em outra ou serem andantes. Eles necessitavam de relacionamentos e procuravam tecer os melhores possíveis, tendo em conta as orientações valorativas que possuíam. Mas a proximidade geográfica (ou a distância), a densidade demográfica e as relações preexistentes eram forças constrangedoras dessa iniciativa. É apenas nesse sentido que penso que a densidade local era alternativa fácil para os sujeitos que estudo, já que ela era produzida por todos aqueles elementos cotidianos da vida. Ela era quase inevitável.

Até aqui, detive-me a observar a reiteração de relações no espaço, tendo como objeto as localidades que se vinculavam à rota das tropas. A conclusão que saliento aqui é a fragmentação do caminho, de acordo com outros tantos interesses e possibilidades de cada comunidade que pude observar. Contudo, tomar apenas as relações práticas, a partir de algumas fontes, de alguns tipos de relações apenas, não basta. É preciso ter em conta como os nativos percebiam o espaço em que atuavam. Talvez eles concordem com o modelo que apresentei, talvez não. Indaguemos.

## 4.2 Da percepção geográfica coeva

A percepção que as pessoas têm do espaço varia socialmente e é em muito determinada pela experiência do observador, por sua própria intervenção no espaço (LYNCH, 1997). Vejamos um pouco como os contemporâneos organizavam mentalmente o caminho e as localidades marginais, como construía seus mapas mentais. Começamos em Sorocaba, utilizando não qualquer visão, mas a de Antonio Francisco de Aguiar, inspetor do Registro de Sorocaba e diretamente interessado nos negócios de tropas e nesse caminho.<sup>8</sup> Curitiba tem destaque na sua escrita. Por razões óbvias, isto é, o controle das tropas, Aguiar deveria tratar muito daquela localidade, mas não

---

<sup>8</sup> BN-II-35,25,25-27.

era apenas isso. Ele sabia da ordem política local, quem era o capitão-mor, quem eram os demais comandos locais, além de saber, por sua necessidade, que tropeiros e tropas estavam em Curitiba à espera de tomar o rumo de Sorocaba, por invernadas ou falta de recursos. Segundo seu discurso, Curitiba é muito próxima, enquanto locais como Itu, São Roque ou Cotia não aparecem. De um modo geral, as localidades importantes do interior de São Paulo, tão relevantes para Sorocaba, como vimos em outros documentos, aqui são esporadicamente referidas: Taubaté, Jundiá e Araçariguama surgem apenas como locais de onde veio algum tropeiro. A Lapa, nas vizinhanças de Curitiba e do Registro, era tão importante quanto Taubaté.

A cidade de São Paulo aparece com maior destaque, já que era para lá que os recursos obtidos por Aguiar eram enviados. A proximidade entre as duas urbes fica patente não apenas no discurso de Aguiar, mas também na quantidade de viagens entre ambas por ele anunciadas. Da mesma forma, fica a impressão de um movimento importante entre Taubaté, São Paulo, Sorocaba e Curitiba, especialmente pela descrição que Aguiar fez do comportamento dos tropeiros.

Apesar de se referir pouco às vilas do interior de São Paulo, havia precisão na sua narrativa. O mesmo já não ocorria em relação às áreas mais distantes. Para além de Curitiba, havia de nítido o seu Registro, o de Santa Vitória e o da Patrulha, unidades arrecadadoras que aparecem, no discurso de Aguiar, como os lugares de onde provêm algumas listas de tropas. O local de onde vêm os animais é um nebuloso “continente do sul” ou apenas “sul”. Viamão, Rio Pardo, Triunfo ou Porto Alegre não aparecem nos escritos de Aguiar. O mesmo pode ser dito em relação a Minas. Não há exatidão: alguns tropeiros vêm de Minas para ir ao sul buscar animais. A pequena Lages sequer é mencionada.

De Curitiba, da lavra de Manuel José Correia da Cunha,<sup>9</sup> inspetor daquele Registro, temos um espaço organizado de modo um pouco diverso. Sorocaba ocupava o maior destaque, de forma espelhada, mas Correia da Cunha era um pouco

---

<sup>9</sup> BN-II-35,25,03; BN-II-35,25,17.

mais prolixo que seu “amigo” de Sorocaba. Enquanto Aguiar só fez 45 referências a lugares, Cunha fez 91. Desse total, a maior parte era para se referir a localidades ou espaços mais próximos do Registro, como Curitiba, Lapa, Castro, Lages, a Capela do Tamanduá e o sertão próximo à Lapa. Localidades mais próximas a Sorocaba, como Itapetininga, Taubaté ou Jundiá aparecem, mas sem o mesmo destaque.

Viamão, diferentemente do mapa feito por Aguiar, tem uma posição clara. É a segunda localidade mais referida, atrás apenas de Sorocaba, e fica claro que, para Cunha, é de lá que vinham os animais. Lages tem igual destaque, sendo a terceira localidade mais mencionada. Da mesma forma, Porto Alegre, Vacaria e Cima da Serra são lugares bem situados e diferentes do Viamão, ainda que eventualmente Cunha utilize também a fórmula “Continente do Rio Grande” ou “sul” para se referir genericamente a algum problema. Tal precisão não parece ter sido adquirida ao longo do tempo. Ele sempre manteve cuidado ao se referir ao espaço, e Viamão e Lages, por exemplo, ausentes no discurso de Aguiar, aparecem com distinção desde as primeiras cartas de Cunha.

A visão do sul como um lugar (o que era diferente de perceber localidades distintas), tal como fez Manuel José, não era algo próprio apenas de Antonio Francisco de Aguiar. Era a percepção, grosso modo, que vigorava em Sorocaba sobre a origem dos animais. Em 1794, Jeronimo da Costa Guimarães ditou seu testamento (curiosamente, o escrivão era o próprio Antonio Francisco de Aguiar), no qual anunciava dever uma quantia a um homem do:

*continente do sul* a quem passei crédito cujo nome ignoro e sabe João Ribeiro filho do defunto Antonio José Guimarães e tenho feito diligência pelo pagar e por não saber do homem ordeno se indague e no caso de se não saber dele ou seus herdeiros se entregará a referida quantia ao Reverendo Vigário para aplicar conforme for justo.

Era uma percepção geográfica comum em Sorocaba compreender as diversas localidades do sul como algo genérico, uma região específica. E me parece que esse era o padrão compartilhado. Encontrei, todavia, alguns exemplos que demonstram diferentes percepções. Na lista nominativa de 1801, em Sorocaba, havia seis ausen-

tes, três para o “sul” e três para “Viamão”, ou seja, havia diferentes percepções sobre os locais de onde provinham as manadas. De modo diverso, encontrei algo semelhante em Lages, onde a maioria tinha destino certo (Curitiba, São Paulo ou Viamão), mas havia quem fosse para os “Campos Gerais” e para o “Sul”, ambas referências bastante imprecisas. A conclusão é interessante: quanto mais distante a localidade com a qual se tinha algum contato, mais borrada era a imagem de sua geografia. Isso, evidentemente, varia de acordo com o observador. É certo que um tropeiro que andou pelo sul tinha uma ideia mais precisa dos terrenos, mesmo assim, sua comunicação com quem não conhecia passava também pela generalização. Mas sobre a forma como as pessoas modificam suas opiniões (ou reforçam) no diálogo com outras, veremos mais adiante.

\* \* \* \* \*

Voltando ao problema da mobilidade e dos diferentes ritmos de relacionamento, penso que a grande maioria dos homens e das mulheres que viveram nas comunidades à margem da rota das tropas não tinham condições iguais de mobilidade. Como vimos no primeiro capítulo, a maior parte das pessoas que viviam em Lages, Lapa e Sorocaba, por exemplo, estava envolvida na agricultura, boa parte plantando “para seu gasto”. No Viamão, como em Rio Pardo, em Cerro Largo, em Cima da Serra, em Curitiba e em Castro, a maior parte das pessoas estava envolvida na criação de animais e na agricultura. Esse fato, reforçado pela estrutura demográfica das localidades, em que as mais povoadas criavam um campo de atração às vizinhas, e pelas dificuldades de transporte e pelas distâncias (dias de viagem para se atingir um povoado vizinho), garantiu a produção de uma forte endogenia geográfica, relativizada por uma mobilidade regional, esta última, matizada pelos estoques relacionais vizinhos.

Diferentes tipos de atividades produziam, como resultado, diferentes tipos de relações. E em diferentes espaços. A estabilidade tinha como seu corolário

a dificuldade na ampliação de laços. A mobilidade, por seu turno, garantia a expansão de vínculos, em número e no espaço. Esse mesmo contexto, contudo, garantia a mobilidade para um pequeno grupo, que não dependia de seus braços para trabalhar na lavoura ou costear os animais. Havia um grupo de senhores que podia circular entre diversas localidades, mas não era sempre que eles se encontravam. Havia uma teia de contato que os ligava intermitentemente, uma teia formada por relações diárias, na vizinhança, no trabalho diário, na circulação dos tropeiros entre os postos de arrecadação, entre os andantes que percorriam os caminhos entre Sorocaba, São Paulo e Rio de Janeiro.



## CAPÍTULO 5

---

# A informação: movimento, intensidade e controle

*“Faz um ano em Janeiro, que aqui pousou um tropeiro, o  
cujo prometeu de, na derradeira lua, trazer notícia tua, se  
vive ou se morreu”  
(Elomar)*

### 5.1 A informação

Na sociedade que estamos abordando, o principal veículo de informação era a conversa. A circulação de livros era relativamente escassa (além do elevado índice de analfabetismo), e a transmissão oral cumpria uma importante função na circulação das ideias e das informações. De qualquer modo, há diversas formas de se fazer circular informações a partir da oralidade, e a identificação dessas formas pode contribuir para compreendermos como aquela sociedade se organizava. Um agente faz escolhas, selecionando conteúdos e interlocutores (entre outros elementos) ao transmitir determinados dados.

A antropologia econômica já salientou a importância do parentesco nas mais diversas economias, e não caberia lembrar aqui a diversidade de contribuições sobre esse tema (CLAVERO, 1990). A família era um destacado meio de circulação de informações, especialmente pela confiança criada mediante a experiência prévia no núcleo parental. Jorge Pedreira (1996), ao estudar o corpo mercantil da praça de Lisboa, aponta a relação tio-sobrinho como uma das chaves de reprodução daquele grupo. Um dos primeiros empregos dos sobrinhos seria o de caixeiro, administrando as contas do tio e, necessariamente, buscando e recebendo informações para o controle contábil (PEDREIRA, 1996; COSTA, 2006).

O parentesco fictício também cumpria uma função importante no acesso à informação. Paloma Fernandez Perez, em seu estudo sobre os comerciantes da cidade de Cádiz no século XVIII, destacou a função primordial do matrimônio para a atividade mercantil e a continuidade dos negócios por meio da figura do genro:

*El matrimonio permitía en estos años a la masa de migrantes recién llegados del resto de Andalucía, Castilla, el Levante y el Norte peninsular y el resto de Europa obtener apoyo humano, información y, en los casos que medió la entrega de dote, un capital necesario para más adelante poder matricularse y comprar mercancías que vender en territorios de la América española. (FERNANDEZ PEREZ, 1997, p. 132).*

O parentesco não apenas servia para a seleção dos quadros da empresa mercantil como também garantia um controle sobre os agentes. O conjunto dos parentes tinha formas de punir um membro que eventualmente não honrasse a confiança nele depositada ou agisse de uma forma não cooperativa. A autora argumenta ainda que, na Cádiz do século XVIII, era bastante comum a uxori-localidade, com maior incorporação e controle do genro ao grupo familiar, especialmente por visar à manutenção do dote na mesma unidade doméstica. A obediência ao “patriarca” era também uma constante naquele meio.

Em 1779, quando da confecção do inventário da falecida Maria Rodrigues de Lima, houve um litígio (uma “Autuação de Ação de Justificação de Crédito”) entre o viúvo Domingos Gomes Ribeiro e André Pereira Maciel a respeito de negócios efetuados entre ambos. O juiz de órfãos, responsável pela preparação do inventário, fez interrogatórios sucessivos a diversas pessoas, com o objetivo de dirimir dúvidas sobre o conflito. Dessa fonte, interessa-nos não exatamente o negócio entre Gomes Ribeiro e Pereira Maciel, mas a forma como as testemunhas narravam seus conhecimentos. João Pereira dos Santos disse que sabia “pelo ver” que Gomes Ribeiro comprara coisas de Maciel. Antonio Mendes Pacheco sabia por “ver” e “ouvir” do próprio Ribeiro sobre a compra efetuada. Inácio Luis da Cunha disse que sabia, “por ser notório”, que Ribeiro devia a Maciel. As três testemunhas haviam ido por solicitação de Maciel. Mas, mesmo que tendenciosas, certamente pertencentes ao

“círculo fechado” de Maciel, utilizavam argumentos aceitáveis para aquele mundo: ver e ouvir sobre os negócios dos outros eram coisas públicas e “notórias”, para usar a expressão de Inácio Luis.

Em outro litígio semelhante, José Joaquim Flores declarou que sabia: “tão somente pelo ouvir dizer que o dito Francisco da Costa tinha deteriorado em sua vida a legítima da dita sua mulher o que era público e constante no Quartel do Rio Pardo mas que não sabe se com ela pagou a algumas dívidas do tempo de solteiro”. E ainda acrescentou:

sabe de certo ser falecido o dito Francisco da Costa Navais e que depois a mulher do dito se casara com Luis Severino José de Carvalho o qual recebera todos os bens da dita sua mulher e que os vai governando de forma que ainda há pouco tempo comprara um campo misto ao da dita sua mulher e que outrossim sabe pelo ouvir dizer como coisa pública que o dito Luis Severino pagara uma dívida de quatrocentos mil réis ao Padre Francisco Rodrigues Xavier Prates pelo dito seu antecessor do tempo de solteiro de uma sociedade *oculta* que com ele tivera.

Nem mesmo a “sociedade oculta” ficou de fora do conhecimento público. Importa ressaltar que todas as quatro testemunhas comentaram sobre esse pagamento. Tanto no Viamão, no primeiro caso, como em Porto Alegre, no segundo, percebemos um contexto no qual a disseminação de informações é dinâmica. Em outra disputa, o capitão Manuel Bento da Rocha disse conhecer um dos litigantes “por um dos homens comerciante da cidade do Rio de Janeiro, tratando sempre boas contas e verdade em todos os seus negócios”. Em todos os outros casos, foi possível verificar a presença de circuitos fechados de relacionamentos. No depoimento de Bento da Rocha, é possível notar relacionamentos não tão próximos, mais amplos, característicos das redes abertas, no caso, vinculando diferentes espaços.

Uma instituição importante era aquela que chamo de *banco de informações*. Refere-se a um agente ou estabelecimento que, independentemente de sua função mais aparente, acabou servindo como espaço para os agentes trocarem dados, sem que isso signifique uma troca equilibrada. Um exemplo desse tipo de agente ou estabelecimento

é perceptível no trabalho de Rosenthal, Hoffman e Postel-Vinay (2000), o qual assinala a importância dos notários para o encontro entre quem dispunha de dinheiro e quem precisava dele. Por estarem envolvidos diretamente com todo o tipo de transação e por conhecerem razoavelmente o patrimônio de seus clientes, os notários eram procurados de modo informal para a obtenção de informações, o que viabilizava o funcionamento do mercado de crédito (ROSENTHAL; HOFFMAN; POSTEL-VINAY, 2000).

Os Registros de Curitiba e Sorocaba eram exemplares desse fenômeno. Eram paradas obrigatórias para os tropeiros que iam negociar animais do sul em Sorocaba. Nesse sentido, o administrador do Registro e outros empregados nesse trabalho acabavam recebendo informações de diversos tropeiros, trocando dados e, até mesmo, mantendo o controle sobre a cobrança de tributos devidos. Sobre uma cobrança efetuada em 1796, Manuel José da Cunha dizia ter recebido “a [carta] de [dia] 19 do mesmo com uma inclusa para o alferes Antonio Borges de Almeida o qual ainda não chegou a este Registro mas tenho notícia que breve chegará”.<sup>1</sup>

Nesse trecho, não fica claro quem fora o seu informante. Entretanto, em outra carta, o mesmo administrador recebia informações diretamente de um tropeiro sobre seus negócios: “o capitão Cezar ainda não recebeu a sua carta de que faz menção na minha e *em conversa* me disse tem mandado pedir dinheiro no D.or José Joaquim para custeio da tropa”.<sup>2</sup> Em outra correspondência, vemos que Manuel José também era informado de uns tropeiros por outros e como estes se dirigiam ao Registro de Curitiba para trocar dados:

O Capitão Cezar já saiu do sertão e ainda não passou nem veio a este Registro esta com a tropa pesteada e com algum prejuízo de mortandade e me vendo com ele hei de fazer tudo quanto puder a benefício da Casa. João Fernandez Cruz *não há notícia de que saia este verão e só o dito Cezar poderá dar notícias mais certas de quando chegará e de tudo que passar a este respeito o participarei a vossa mercê*.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> BN-II-35,25,03.

<sup>2</sup> BN-II-35,25,03.

<sup>3</sup> BN-II-35,25,03.

Não se tratava apenas de receber ou dar informações dos tropeiros aleatoriamente. Os próprios interesses e curiosidades manifestados no diálogo acabavam informando seus partícipes sobre as intenções do outro. Os Registros cumpriam, assim, a função de dispersar informações, mas de forma muito desigual, já que a proximidade entre os administradores do Registro e seus diversos interlocutores (por meio da amizade, do parentesco, etc.) acabava fazendo com que uns tivessem uma “conta-corrente” mais abastada que outros em matéria de informação.

A circulação de novas por meio do caminho não estava baseada apenas nos Registros. Em janeiro de 1781, em Porto Alegre, um sujeito chamado Fabiano encerrava a redação de uma longa carta, a quem não sei, mas provavelmente a alguém em Curitiba, na qual falava de diversos assuntos da intimidade do remetente e do destinatário. Em certa altura da escrita, falava sobre algumas dúvidas sobre a saúde:

o que vossa mercê me diz que lhe sucedeu das misérias que passou e que não tinha quem lhe desse reconso de água mas com a chegada do filho de Salvador Martins que me deu notícias certas de que estava logrando boa saúde que para mim foi a melhor notícia que me podia dar que para mim tanto me serviu de alegria como de contentamento porque em havendo saúde tudo o mais se remedeia não posso deixar de lhe dizer que quanto a alegria e gosto tive com as primeiras notícias quanto tenho sentido duas que tive haverá cousa de um mês que me deu um sujeito que dessa veio *mas como são coisas do caminho não sei o que será, mas muitas vezes do longe se sabem as coisas mais depressa do que do perto*.<sup>4</sup>

Não fica claro se o portador das novas era um tropeiro, mas seria bem possível, já que levava notícias de Curitiba para Porto Alegre. E, como diz a própria carta, ao contrário do esperado, as notícias vindas de longe, muitas vezes, poderiam chegar mais rapidamente que as vindas de perto. Coisas do caminho. O vai e vem dos tropeiros contribuía para a difusão das informações e, de algum modo, alinhavava os vínculos sociais entre regiões que, como o próprio autor da carta dizia, ficavam longe uma da outra.

---

<sup>4</sup> 1TABCUR-021. p. 119.

Em 1782, em Santo Antonio da Guarda Velha, um sujeito (provavelmente da Lapa),<sup>5</sup> Manuel Antonio Resende, dava instruções a Manuel da Silva Lira (provavelmente de Curitiba) sobre como este deveria proceder. Pedia que Lira tomasse uns animais de sua tropa e os levasse para Sorocaba. Mas não falava apenas da tropa, pedia, entre diversas outras providências, que Lira falasse “na Ponte da Cotia com Gertrudes de Almeida Mota sobre o seu negro. [...]”. Manuel Antonio Resende dizia, ainda:

Falará com o Antonio José da Silva e saberá dele o que tem passado em Minas com Antonio Teixeira Pena e caso Antonio José da Silva tenha trazido créditos ou dinheiro de Minas vossa mercê mo remeta para cá ou os mesmos recibos que param em poder do mesmo Antonio José. [...] Saberá de Cláudio de Madureira o que passou a respeito de um crédito que devia o defunto Chapéu de Palha [...] Saberá de João Pinto se uma carta que lhe dei de abono para o surdo lhe assistir no Registro teve efeito caso não tivesse veja se pode recolher a carta a si.<sup>6</sup>

Esses são apenas alguns exemplos do périplo que Lira teria pela frente em sua jornada pela capitania paulista. Em pouco tempo, ele receberia e transmitiria diversas informações sobre diversos negócios paralelos às tropas de animais e que envolviam diversas regiões.

## 5.2 Os caminhos da novidade: a correspondência da Casa Doadada e o controle das informações

A principal fonte de que dispomos para esta pesquisa é a correspondência trocada entre os administradores da Casa Doadada. São mais de duzentas cartas, das quais priorizei o conjunto formado pela correspondência do tesoureiro Antonio Manuel Fernandes da Silva, do inspetor de Sorocaba, Antonio Francisco de Aguiar e do inspetor de Curitiba, Manuel José Correia da Cunha. Na verdade, não disponho da correspondência ativa de Antonio Manuel, mas acabei conhecendo muitos dos argumentos de suas cartas e a sua

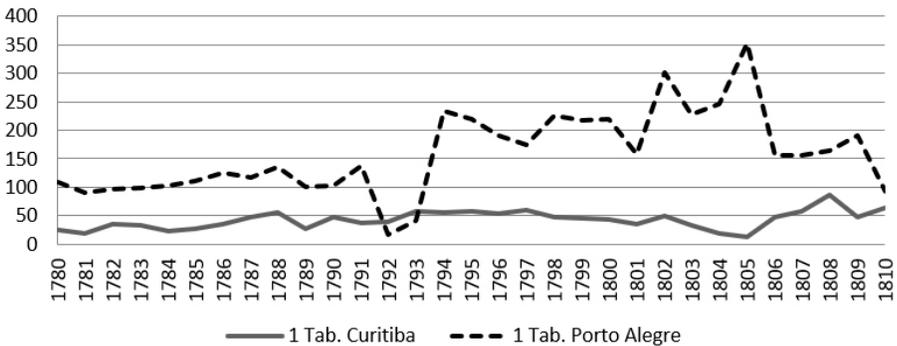
<sup>5</sup> Maços populacionais da Lapa. Cedope.

<sup>6</sup> 1TABCUR-022-051.

regularidade a partir das respostas dos inspetores de Curitiba e Sorocaba. Esses dois funcionários escreveram, ao longo do tempo, 192 cartas, das quais 189 foram dirigidas ao tesoureiro Antonio Manuel. Dessas, 115 foram enviadas por Antonio Francisco de Aguiar e 74 por Manuel José. Pelas cartas desses dois, sabemos que Antonio Manuel escreveu ao menos 154 missivas, cem na interlocução com Antonio Francisco de Aguiar, uma com o ex-funcionário Bernardo de Souza Bessa e o restante na troca com Manuel José.

As cartas que saíam de Curitiba eram enviadas para Sorocaba, de onde eram reenviadas para São Paulo. O meio disponível eram os próprios negociantes de gado que cruzavam o espaço entre Curitiba e Sorocaba, ou os chamados “portadores seguros”, na designação muitas vezes feita por Antonio Francisco de Aguiar que se referia a conhecidos e amigos que percorriam o caminho entre Sorocaba e São Paulo. A frequência das cartas teve seus altos e baixos ao longo do período entre 1795, quando se inicia a série, até início da década de 1810, quando acabou. Tomaremos como ponto de referência a perspectiva de Antonio Manuel Fernandes da Silva, em São Paulo, espécie de epicentro da administração dos meios direitos.

**Figura 13:** Correspondência ativa e passiva do tesoureiro Antonio Manuel Fernandes da Silva



Fonte: BN-II-35,25,03; BN-II-35,25,17; BN-II-35,25,25-27.

A perfeita sincronia entre ativo e passivo não se dá apenas pela intenção, visivelmente percebida nesses documentos, de que, para cada correspondência, houvesse uma resposta. Há um problema de fonte: não dispomos das cartas escritas por Antonio Manuel. Sabemos das cartas que escreveu graças à sua correspondência passiva, escrita por Antonio Francisco e Manuel José. Ambos tinham, notoriamente, instruções para mencionar, em suas correspondências, a carta a que estavam respondendo no seguinte estilo: “Recebi a de vossa mercê de 18 do passado em resposta a minha de 8 e com ela os necessários documentos da remessa que a mesma acompanhou”.<sup>7</sup> Talvez fosse um protocolo de escribas da época, mas, certamente, Antonio Manuel exigia isso de seus colegas/subordinados. Antonio Francisco de Aguiar nunca se esquecia desse procedimento enquanto Manuel José, de Curitiba, esqueceu-o mais de uma vez, tendo que se explicar em cartas posteriores, talvez a pedido de Antonio Manuel.

Nesse sentido, é possível mapear sequências lineares de cartas e respostas ao longo do tempo, por meio das indicações de continuidade presentes nesses documentos. Apenas entre Antonio Francisco e Antonio Manuel encontramos séries inteiras de “perguntas e respostas”, de correspondências ativas e passivas em sequência. Em suas cartas, Antonio Francisco sempre lembrava à qual missiva respondia, salvo quando escrevia uma carta nova, para falar de um tema novo ou algo excepcional. Da mesma forma, como o material de que disponho é exatamente a correspondência passiva de Antonio Manuel Fernandes da Silva, pude quantificar as anotações deste último que indicam se respondeu suas cartas e em que data. Isso permite o rastreamento do “diálogo” constante, propiciado pelo detalhamento presente nessa interessante documentação.

Importa destacar que a média de tempo das respostas para as cartas entre Curitiba e São Paulo era de aproximadamente sessenta dias, enquanto entre Curitiba e Sorocaba era de trinta. Considerando as distâncias, a “quilometragem” de uma carta partindo de ou chegando a Curitiba era de aproximadamente seis quilômetros por dia, enquanto as cartas com destino ou origem em Sorocaba percorriam na média 2,8 quilômetros

---

<sup>7</sup> BN-II-35,25,25-27-012.

por dia. Mesmo com todas as dificuldades do caminho, como já vimos, o sistema de comunicação do Registro de Curitiba funcionava bem, tendo no caminho das tropas seu “correio”, por meio do fluxo humano garantido pela atividade dos tropeiros.

### *Informação e controle contábil*

Em 1494, era publicada, em Veneza, a “*Summa de Arithmetica, geometria, proportioni et proportionalità*”, escrita por Luca Pacioli. Era a primeira vez que alguém descrevia detalhadamente o chamado sistema italiano ou, mais precisamente, a forma de contábil *alla veneziana*. Pacioli fazia referência a um modo eficiente de controlar as contas de negociantes, amplamente utilizado pelos mercadores vênetsos e em diversas regiões da península italiana, especialmente Florença e Gênova. Tal aplicação foi uma das grandes inovações no mundo comercial europeu do medievo, juntamente com a introdução dos números árabes, em substituição aos romanos, decorrente da obra do matemático e mercador Leonardo de Pisa, “*Liberabaci*”, em 1202 (YAMEY, 1990).

O sistema descrito por Pacioli, também conhecido como *método das partidas dobradas*, ainda hoje utilizado pelos contadores, não se tornou um sucesso no século XV nem pelo esforço de Pacioli nem pela preponderância comercial das cidades italianas. Sua disseminação é muito posterior. Ela chegou entre os mercadores franceses no início do século XVIII, mesmo que outras formas contábeis tenham coexistido ainda até finais do século (CARRIÈRE, 1973). A difusão das “partidas dobradas” em Portugal se deu a partir da década de 1760. Três obras literárias da época ilustram o crescimento da preocupação metodológica contábil, visível também nas reais ordens para o uso do método veneziano. O “Mercador exacto nos seus livros de contas”, de João Baptista Bonavie, escrito em 1758; o “Tratado sobre as partidas dobradas”, de 1764, editado em Turim em língua portuguesa, de autor desconhecido; e “*Arte e dictionario do commercio e economia portuguesa*” são provavelmente as mais antigas obras lusas sobre contabilidade e, particularmente, sobre as “partidas” (TRATADO..., 1764; ARTE..., 1784; BONAVIE, 1771).

As três obras procuravam servir como manuais práticos para pequenos e grandes negociantes. O “Tratado sobre as partidas dobradas”, por exemplo, usava a forma de perguntas e respostas para facilitar o entendimento do novo método. O mesmo era pretendido pelo “Mercador exacto nos seus livros de contas”, obra na qual abundavam exemplos de negociações possíveis e as formas adequadas de se registrar cada evento nos novos livros, “para que todos negociem e governem seus bens por cálculo e não por conjectura” (ARTE..., 1784). Um excerto da obra de Bonavie (1771) é significativo:

Considerando não há em Portugal uma regra geral para a arrimação das contas dos mercadores por um método claro, para em poucas horas um mercador exacto saber ao certo o estado do seu negócio sem mais escrita do que a que se acha nos seus livros, intentei fazer este método formado pelo princípio das partidas dobradas.

Essas inovações contábeis chegaram aos mercadores de formas desiguais. Na administração da Casa Doadada, elas se estabeleceram formalmente com a ascensão do novo grupo, em meados da década de 1790, ainda que já fossem precariamente empregadas há alguns anos. Quando Manuel José assumia a administração de Curitiba, noticiava ao seu tesoureiro, a respeito de seu antecessor: “Entregou-me todas as clarezas precisas para a boa Administração e igualmente a cópia dos mapas anuais de seu tempo: os mais livros do Registro não se acham em seu poder”.<sup>8</sup>

Antonio Manuel Fernandes da Silva passou a exigir aos funcionários da Casa Doadada o uso de livros específicos, variedades de papéis, a identificação dos documentos e a correspondência regular. O resultado foi uma mudança qualitativa no material usado como fonte neste trabalho. O controle numérico de tropas era mantido e constantemente atualizado, sendo regularmente remetido para a tesouraria de São Paulo. O cuidado com os livros era constante. Em uma carta de 1796, Antonio Francisco de Aguiar apontava a necessidade de usar um livro novo para registrar a nova numeração, recentemente

---

<sup>8</sup> BN-II-35,25,03-001.

adotada. Algumas dezenas de cartas depois (nas quais tal assunto era recorrente), em março de 1809, Aguiar tornava ao tema, em uma carta escrita somente para isso:

Meu amigo. O livro que Vm mandou para o Registro das guias doadas se não pode escrever nele pela má qualidade do papel que todo se trespassa em termos que eu mesmo que escrevo o não leio e isto já VM veria nas rubricas do ministro e declarações feitas no princípio e fim não se pode escrever de outro lado, conhecendo VM que para livros se precisa do bom e melhor papel e por isso veja VM que este foi despesa facilitada e perdida e necessito o quanto antes de outro que não seja da qualidade do papel deste e quero logo a decisão.<sup>9</sup>

O manejo contábil da administração da Casa Doada apresenta-se aqui inserido em dois quadros ou estruturas. Por um lado, havia a preocupação com aquilo que os contemporâneos chamavam de “boas contas”, a exatidão dos valores; por outro, este sistema era importante por algumas das características daquela unidade arrecadadora, que deveria garantir o recebimento “impessoal” dos tributos em uma economia profundamente “pessoal”. O problema das contas bem feitas não era um simples capricho mercantil. A exatidão nos cálculos, a ausência de erros, era uma sinalização da honestidade do negociante e falava sobre seu modo de fazer negócio. A mesma ideia estava presente no pensamento de um contemporâneo dos administradores da Casa Doada, Manuel Bento da Rocha, criador de animais no Viamão que, ao servir de testemunha em um litígio, argumentava pela honestidade de um dos acusados, afirmando que este andava “tratando sempre com boas contas e verdade”.<sup>10</sup> Ao apresentar seu livro sobre o “mercador exacto”, João Baptista Bonavie (1771) argumentava que o método apresentado servia para:

[...] segurar a verdade, e boa fé indispensável entre os negociantes [...] Não faltavam até agora nesta Nação as virtudes para sustentar o negócio e mercancia com a honra, e singeleza, que gera a boa fé nos contratos. Muitas pessoas tenho conhecido neste Reino que podiam servir de exemplares nesta matéria; mas a ignorância de outras na falta de mestres, ou diretores impedia (algumas vezes

<sup>9</sup> BN-II-35,25-27.

<sup>10</sup> ICOAPOA. L. 08. 105.

inculpavelmente) o exercício dessas virtudes, por que carregados os homens com a multiplicidade de negócios, em que eram diferentes os sucessos, nem se lembravam de todos [...]

Mas era mais do que isso. A aplicação do método das partidas dobradas e de todo o aparato contábil e de controle poderia se dar de muitas formas. Se ao “doador” interessava a arrecadação, uma simples numeração das tropas bastaria para o controle, mas não era assim que funcionava aquela sociedade. O sistema da Casa Doador funcionava assim: um tropeiro chegava ao Registro de Curitiba, sua tropa recebia um número, e os animais eram contados para a definição do valor da cobrança. Se ele possuísse dinheiro, pagaria, e isso seria registrado juntamente com o nome do tropeiro responsável e o valor. Se não tivesse, os mesmos dados eram anotados e seriam futuramente incluídos no “mapa” das tropas que passaram, regularmente enviado para a tesouraria em São Paulo. O valor podia ser pago em Sorocaba, antes da chegada na vila ou, dependendo, uma fiança podia ser aceita e os animais liberados para venda. Aparentemente, um sistema bastante impessoal.

A impessoalidade, contudo, ficava apenas na aparência. A simples preparação das listas dos devedores e pagantes já respeitava as hierarquias daquela sociedade ao apresentá-los com qualificativos como “capitão”, “preto”, “tenente” e “reverendo vigário”. Mas havia mais. Os devedores eram especialmente “cadastrados” em listagens especiais, nas quais outras informações eram incluídas, especialmente sobre os relacionamentos sociais daqueles sujeitos, ou seja, das redes a que pertenciam e por meio das quais se poderia fazer a cobrança. Em uma sociedade em que a noção de indivíduo ainda era muito incipiente, se é que existia, relacionar uma pessoa a um grupo maior era como pedir seus documentos.

Essa preocupação estava na ordem do dia para Manuel José Correia da Cunha quando, em 1798, ele trabalhava na cobrança de alguns devedores: “[...] que estão para Viamão para pagarem e alguns que moram para a Vila de Curitiba e por eu os não

conhecer tenho dado essa incumbência e dizem-me que respondem que nada devem quero pela Páscoa ir aquela vila a ver se me encontro com eles para me desenganar”.<sup>11</sup>

Uma cobrança para a Casa Doadada poderia prescindir do conhecimento prévio entre cobrador e cobrado? Não era o que pensava o novato Manuel José. Igualmente, Antonio Francisco de Aguiar conduzia assim sua obra na Casa Doadada. Quando chamado a esclarecer algumas dúvidas sobre os pagamentos de certos tropeiros, explicara que:

Nas relações que tenho da Patrulha e Santa Vitória, não encontro se não com o nome de Manuel Francisco de Sales e Manuel Francisco de Lima, aquele é bem conhecido nessa cidade e este vou sobre o mesmo a [?] diz-me ser cunhado de um José Lopes de Oliveira, que foi ao continente fazer uma tropa de certo valor dessa cidade, que pertence, hoje ao capitão João Lopes França.<sup>12</sup>

Em outra circunstância, agora para cobrar uma dívida certa, Manuel José informou a um membro da família: “procurei o tenente coronel Manuel Gonçalves Guimarães como fiador do filho por este não estar na terra ele me pediu espera até setembro eu lhe concedi se vm.ce conviesse na dita espera e fiz por ver que o nosso Doadado não recebe o dinheiro”.<sup>13</sup>

Nesse caso, outro membro da família foi acionado na falta do primeiro, indicando o quão familiar era aquele empreendimento. Poderíamos minimizar essa situação lembrando que o pai era o fiador, argumento indicado por Manuel José. Contudo, a decisão de ter como fiador um membro da família partiu da própria família, se quisermos fragmentar, pela escolha do filho e aceitação do pai. Do mesmo modo, Manuel José sondava um devedor, em 1800, para saber notícias de seu paradeiro. José Manuel Tavares da Cunha devia 7\$960: “com título de afilhado do Coronel José Vaz sem dizer onde era morador, e quando aqui esteve procurei lhe pelo mesmo e diz estar casado em Jundiá.” Também o devedor entendia sua vinculação parental como uma espécie de confirmação de endereço, dentro de Jundiá.

<sup>11</sup> BN-II-35,25,03-029.

<sup>12</sup> BN-II-35,25,25-27-026.

<sup>13</sup> BN-II-35,25,17-004.

Não se tratava de uma postura dos cobradores, um meio de associar as pessoas a determinados grupos ou localidades com um objetivo pragmático. Era a própria forma da sociedade de se organizar em termos de referências, de modo a atribuir ao membro do grupo toda uma série de prerrogativas do conjunto a que ele pertencia. A associação, a facilidade na identificação, era apenas o corolário disso, a forma que aquela sociedade havia inventado para orientar cada um de seus membros.

Uma listagem de 1796 é particularmente interessante. Ela indica uma série de devedores e porta informações preciosas sobre cada um, além dos valores por eles devidos. Francisco Borges da Costa, por exemplo, “foi um simples capataz do falecido João de Oliveira Preto”. Outro, José Lopes da Costa, havia sido “açoitado na Vila de Castro e se passou para o Rio de Janeiro”. José Plácido Moreira, por sua vez, era apontado como morador de Sorocaba e irmão do “Cônego Lourenço”, do qual Antonio Francisco de Aguiar havia cobrado 4\$000. De Antonio Mateus Lima, Aguiar sabia que o tropeiro havia morrido “Lazaro e vivendo de esmolar”. Já Vicente José, que devia há muitos anos, era difícil de encontrar: “Deste tropeiro nada sei, foi inspetor no tempo desta guia Bernardo José Vieira Bessa, morador hoje na Freguesia de Aritataguaba [Araritaguaba] o qual pode bem responder”. Com este último caso, paramos um pouco para observar.<sup>14</sup>

Começamos com a falta de informação. Sobre Vicente José, devedor incógnito, o meio para se obter algo era Bernardo José Vieira Bessa, ou seja, com base na memória e no conhecimento pessoal daquele antigo fiscal. A ideia de fichas individuais não existia, e mesmo a simples menção em uma lista era carregada de vinculações familiares, hierárquicas e de amizade.

Antonio Mateus Lima havia morrido lázaro, informação que não escapou ao controle fiscal da Casa Doadá, nem quando da captação da informação nem na sua transmissão ao tesoureiro em São Paulo. Até mesmo esse dado trágico era importante. Não era à toa. Ela situava o devedor na sociedade, tal como as outras informações, e sugeria que ele não mais possuía vínculos sociais que lhe permitissem sobreviver de outra forma antes da morte nem herdeiros para depois dela. Um indivíduo não era um indivíduo

<sup>14</sup> BN-II-35,25,25-27-006 (1796).

nem quando estava sozinho no mundo, nem mesmo em termos fiscais. Ele possuía um lugar na sociedade e uma inserção no que se poderia chamar caridade cristã.

Os administradores da Casa Doadá trabalhavam com um público possível de tropeiros muito grande, considerando-se que a atividade tropeira era relativamente viável mesmo a um pequeno produtor, como já vimos. Somente na Capitania de São Paulo, onde residia a maioria dos tropeiros que pudemos identificar, havia mais de 150 mil habitantes, dos quais mais de 40 mil eram homens entre 15 e 60 anos, faixa em que se enquadravam praticamente todos os tropeiros.<sup>15</sup> Ainda assim, tratava-se de um número absurdo, em que um controle relacional, baseado nas relações pessoais, diádicas ou não, aparentaria um total fracasso. Mas não era assim e, como vimos, o controle das cobranças era bastante eficiente e garantia que poucas fossem as dívidas que ficassem para trás ou que nunca fossem pagas. Como era possível?

O primeiro trunfo dos administradores era que nem todos os 40 mil potenciais tropeiros realmente se interessaram por ou podiam negociar animais. De qualquer forma, eles não conheciam pessoalmente todos os mais de quinhentos tropeiros e peões que passaram pelos Registros entre 1796 e 1810, e estes mesmos tropeiros eram uma amostra, digamos, aleatória da população masculina entre 15 e 60 anos, oriunda de diversas localidades das capitanias de São Paulo e Rio Grande, além das Minas. A pergunta continua. Como era possível? A resposta estava nos próprios administradores.

A vasta correspondência produzida por Aguiar e Correia da Cunha nos informa muito sobre os relacionamentos mantidos pelos administradores da Casa Doadá durante o período que estamos analisando, e não apenas por Aguiar e Cunha, mas também por Antonio Manuel Fernandes da Silva. Seus contatos não incluíam todos os tropeiros, mas incluíam pessoas que conheciam pessoas que conhecia outras, o que possibilitava aos administradores estender sua presença para além de seu campo visual, para além do seu conjunto mais imediato de relacionamentos. Certas relações garantiam a cobertura de uma grande quantidade de grupos sociais e, em certo sentido, acabavam cobrindo praticamente toda a Capitania de São Paulo,

---

<sup>15</sup> AHU.SPMG. 3507.

especialmente no entorno da capital, além de parte significativa das Minas e do Rio Grande. Essas redes amplas, pela sua dimensão espacial, acabavam repercutindo nas densas redes locais, nas quais a fofoca cumpria um papel regulador.

## CAPÍTULO 6

---

# A confiança: geração, valor e manutenção

Em outubro de 1788, o tropeiro Antonio Gonçalves Guimarães passava pelo Registro de Sorocaba sem pagar, alegando como fiador Francisco Luis de Oliveira. O tropeiro não pagou, e Oliveira acabou oferecendo o pagamento em algodão, o que não foi aceito. Somente em 1793 o fiador fez o depósito em dinheiro referente a Guimarães e uma tropa. O dinheiro foi entregue pelo padre Manuel Caetano de Oliveira, filho de Francisco Luis, no montante de 445\$946.<sup>1</sup>

Alguns anos depois, provavelmente em 1792, uma outra tropa do mesmo fiador, passou por Sorocaba, e novamente o próprio Francisco Luis acabou ficando responsável pelo pagamento, agora no valor de 51\$500. Em outubro de 1796, foi notificado o pagamento da dívida, depois de alguns anos de dúvidas sobre a real responsabilidade de Francisco Luis. O fiador foi diversas vezes ao encontro de Antonio Francisco de Aguiar para discutir essa dívida e outras, relativas ao pagamento dos dízimos. Em uma dessas, “respondeu de honra e verdade” sobre as contas que mantinha junto a Aguiar e os demais responsáveis pela arrecadação da Fazenda Real. Afirmava dever “quatro mil e tantos cruzados” pelos tributos de uma boiada e que mandara alguma “porção de dinheiro” para saldar os dízimos devidos.

Pouco mais de seis meses depois, o filho de Francisco Luis, o cônego Manuel Caetano de Oliveira, era encarregado, pelo administrador Aguiar, de ser portador de 629\$730 réis de Sorocaba para São Paulo, dinheiro arrecadado na cobrança de tributos. Dois meses depois, ele levaria mais 215\$860 para a mesma cidade e, em outubro de

---

<sup>1</sup> BN-II-35,25,62; BN-II-35,25,25-27.

1797, levaria documentos da contabilidade da Casa Doadada de Curitiba para São Paulo, por pedido do inspetor Correia da Cunha, que ficava no Registro de Curitiba. Manuel Caetano ainda faria outras remessas nos anos seguintes: 3:500\$000 em dezembro de 1798, 1:000\$000 em fevereiro de 1800, outros 1:500\$000 em abril daquele ano e 4:500\$000 em 1807. Paralelamente, a partir de 1798, ele aparece na correspondência ativa de Antonio Francisco de Aguiar como o “compadre e amigo Cônego”.

Francisco Luis mantinha boas contas, o que criou e manteve sua reputação. Assumiu as falhas de quem foi fiador e sempre se preocupou em saber de suas dívidas. Sua palavra “sincera” foi o suficiente para os cobradores da Casa Doadada. Em diversos momentos, ele poderia ter assumido a postura daqueles de quem foi fiador, mas sua opção foi outra. Essa postura o aproximou do pequeno grupo dos administradores das rendas reais, mas não apenas de si, também de seu filho, o qual igualmente se beneficiou dessas relações. Aqui percebemos uma reputação passada de pai para filho. Manuel Caetano, que também deve ter se beneficiado da imagem austera provocada pela batina, acabou ingressando, juntamente com seu pai, nos negócios da Casa Doadada. E Manuel Caetano soube como manter e aumentar a confiança depositada por Antonio Francisco de Aguiar.

Esse parece ser um modelo relevante de construção de confiança, baseado no acúmulo de boas experiências mútuas ao longo do tempo, coroado, simultaneamente, por outras aproximações, de parentesco fictício, no caso. Mas certamente não era a única forma possível. Antes, contudo, convém verificar o peso disso que chamamos de confiança naquela sociedade e como os próprios contemporâneos definiam este valor.

### 6.1 Definições êmicas e seu significado social

Bluteau (1728) nos apresenta alguns significados para a palavra “crédito”, a maioria relacionado diretamente à ideia de confiança, como “fé que se dá a alguma coisa”, ou “seguindo o parecer de alguém, ou dando fé ao que ele diz”, com frases de efeito como “por meio de coisas pequenas o engano se granjeia crédito ou a suspeita de que

o ódio e a paixão os fizesse obrar, foi causa de que não se desse crédito ao que eles testemunhavam”. E havia os ditos populares, como “a velhice dá crédito”. Podemos encontrar exemplos discursivos, nas fontes que utilizamos, de todas essas formas de compreender crédito e confiança, nesse caso entendidos como sinônimos. Mas esta última forma, “a velhice dá crédito”, é particularmente eloquente. Por um lado, ela pode ser interpretada de forma abstrata, de modo semelhante àquele modelo de construção de confiança que apresentei anteriormente, associando tempo e experiência nas relações à confiança. Por outro lado, ela pode ser entendida literalmente, dentro de uma visão de mundo que percebe, nos mais velhos, maior reputação e respeito.

Essa mesma concepção pode ser vista, por exemplo, em uma carta da Casa Doadá, de 1796, em que Antonio Francisco de Aguiar nos fala de um “troteiro velho, e de todo o conceito e verdade”.<sup>2</sup> Muitos anos depois, em 1807, ele viria a ratificar o significado daquelas palavras, ao “confiar do Tenente Coronel Francisco Antonio e fazer dele o conceito devido”.<sup>3</sup> Sem querer ser confuso, a noção de “conceito” era um recurso discursivo útil para classificar as pessoas e avaliar seu comportamento, ou melhor, para classificar a opinião que uns tinham sobre os outros. Mas só encontrei esse verbete na pena de Antonio Francisco de Aguiar. Mais popular parece ter sido o vocábulo “crédito”. Em uma devassa realizada em 1787, no Rio Grande de São Pedro, diversas testemunhas afirmaram saber de certos fatos por “pessoas dignas de crédito”, um em particular que falava de um escravo que fez o possível para “defender o crédito de seu senhor”, depois de escutar de vizinhos “que não aprendesse a ser ladrão com seu senhor”.<sup>4</sup>

Forma prática de classificar as pessoas e monitorar seu comportamento, as noções sinônimas de “crédito” e “conceito” eram extremamente importantes nos jogos cotidianos, como nos sugere novamente Antonio Francisco de Aguiar, agora

---

<sup>2</sup> BN-II-35,25,25-27-026.

<sup>3</sup> BN-II-35,25,25-27-106.

<sup>4</sup> Arquivo Nacional. Códice 104. V. 9.

em carta de 1796. Ele dizia das dívidas que José Joaquim de Oliveira Cardoso, filho do falecido capitão-mor de São Paulo:

[...] [esperava] que o Doutor José Joaquim formalize as suas contas judiciosas e verdadeiras, por crédito seu, e *boa reputação as cinzas de seu pai*, e daquilo que se liquidar, se pagou com os bens e isto já sem demora, *para sossego de tantos espíritos desinquiets* ao que me satisfaz ter no princípio procurado liquidá-los comutando vários partidos [...] a conta do seu crédito o que como *homem de bem e conceituado*, declarasse a quem desse paga [...].<sup>5</sup>

A mesma preocupação que vinculava o sossego das almas com o crédito público pode ser percebida no testamento de Antonio Carvalho da Rosa. Naquele maio de 1783, instruía sua esposa e testamenteira da seguinte forma: “[se aparecesse] pessoa de reconhecida verdade dizendo que lhe devo alguma coisa se lhe satisfaça para descargo de minha alma”.<sup>6</sup> Além disso, estava claro para ele que havia pessoas de reconhecida verdade que poderiam ser facilmente identificadas.

Vou partir dessas definições êmicas para elaborar meu referencial teórico, entendendo “confiança” ou “crédito” como o “conceito” que as pessoas tinham umas das outras, um instrumento de medição, uma forma de *classificar* o comportamento social, de avaliar quem eram os “homens de bem”. Uma pessoa só podia ser confiável conforme era avaliada como tal por outro(s), ou seja, o uso do instrumento de medição variava de acordo com quem o usava, o que poderia trazer resultados muito diversos, considerando que os recursos estavam desigualmente distribuídos, especialmente as informações e os fatores que modificavam as opiniões. E a própria circulação de opiniões diversas iria contribuir para modificar esse cenário, num quadro dinâmico, que podia mesmo ser dinamicamente conservador. Toda-via, a medida que devemos usar para isso não é a métrica. Deve ser uma medida

<sup>5</sup> BN-II-35,25,25-27-023.

<sup>6</sup> Apergs. Inventário de Antonio Carvalho da Rosa. Primeiro Cartório de Órfãos e Ausentes de Rio Grande, 1783.

semelhante à utilizada naquele momento, como já vimos anteriormente. Deve ser equitativa, com uma medida própria para cada um.

Há quem pense que confiança é uma predisposição correlata a relacionamentos fortes e que relacionamentos fracos produzem desconfiança ou falta de confiança. Boa parte da teoria sociológica sobre o tema aborda o problema a partir desse pressuposto. É o caso, por exemplo, do clássico “Família e Rede Social”, de Elizabeth Both (1976), no qual a autora aponta a densidade das relações como um elemento que determinaria o comportamento dos agentes, no caso, famílias nucleares de Londres em meados do século XX. Para ela, a forma como o casal distribuía seu tempo e suas atividades domésticas (em função de gênero, por exemplo, se quem cuidava da casa era a mulher ou se o casal dividia as tarefas) tinha direta relação com o círculo mais próximo de relações do casal e com a forma como cada um ou ambos construía suas relações com terceiros. O tema da confiança não é abordado diretamente nessa obra, mas a ideia de que as redes moldam o comportamento é desenvolvida.

Avner Greif (1989), trabalhando com os negociantes *Maghribis* no mediterrâneo do século XI, apresenta outros elementos. Partindo de uma vertente neoinstitucional e questionando vários pressupostos neoclássicos, ele procura entender os mecanismos que tornavam possível a economia mediterrânea, na qual judeus, árabes e cristãos de diferentes lugares movimentavam mercadorias em um arriscado comércio em que as perdas acidentais eram comuns, mas desvios poderiam ocorrer por oportunismo dos agentes, tudo isso em um contexto no qual os contratos não garantiam minimamente a segurança do negócio e os tribunais de comércio eram considerados muito lentos. Greif (1989) salienta que mais importante do que os sistemas de controle social e a ética era a visão de que o ganho a longo prazo era mais interessante (maior) que o ganho oportunista de curto prazo, o qual induzia os agentes a não se arrisquem em quaisquer formas de desvios. O registro público, social, coletivo das atitudes dos agentes ao longo do tempo formaria sua imagem pública, sua reputação, e informaria os demais agentes (GREIF, 1989).

Para Greif (1989), contudo, os negociantes mediterrâneos do século XI encontraram formas mais práticas, rápidas e baratas de resolver o problema da confiança, criando, ao longo do tempo, ligas (*coalition*) de mercadores, de modo que o pertencimento a uma liga era sinônimo, para os pares, de honestidade do agente. Desvios poderiam significar a exclusão do agente da liga e uma mancha na reputação que poderia provocar um longo ostracismo do meio mercantil. Nesse sentido, a perspectiva de Greif (1989) é análoga: a rede densa da liga é capaz de determinar o comportamento de seus membros. Ainda que ele insista que o principal fator seja a visão de longo prazo, ela só é possível pelos benefícios garantidos pelo pertencimento à liga.

A análise de Greif (1989) permite avanços nos estudos sobre confiança e redes densas de cooperação mercantil. No entanto, a paisagem relacional que ele apresenta é uniforme, tanto para o espaço mediterrâneo (mesmo que apresentasse algumas diferenças culturais entre grupos identitários que ali atuavam) quanto, especialmente, para o interior das ligas. A impressão que fica da leitura é que as ligas eram ilhas de informação simétrica num oceano de incertezas. Há muita expectativa de coerência no comportamento dos membros da liga. É certo que destacar o papel dessas instituições no cenário mercantil medieval é um avanço, como salienta o autor ao afirmar que a família não era a única forma de empresa medieval. Mas, deste postulado, ficam algumas dúvidas sobre o quanto família e liga podiam estar associadas no cotidiano daqueles agentes, por meio de parentesco, por exemplo, ritual ou consanguíneo (como a sucessão de pai para filho na condução dos negócios). E até que ponto a visão de cooperação de longo prazo não estava orientada por práticas religiosas (LEVI, 2000b), por uma visão de maior longo prazo, visando à salvação da alma? De certo modo, a forma como o autor manipula separadamente categorias ditas “econômicas” e “sociais” provoca um indesejado mecanicismo nas suas análises.

Cenário mais interessante é o apresentado por Biagio Salvemini (2007), ao estudar pequenos mercadores no final do século XVIII na Puglia, dando especial atenção às formas orais de circulação de informações, em um contexto no qual boa parte daqueles pequenos mercadores era analfabeta. A relevância de seu estudo reside no

fato de priorizar um pequeno mercado obscurecido por outras grandes rotas do Adriático, nas quais os pequenos negociantes precisavam articular redes muito sólidas e densas para sobreviver diante de companhias bem estabelecidas. O problema é que ele apresenta um cenário de grande homogeneidade na circulação de informações nas redes daqueles marinheiros. A mesma noção de uniformidade é presente na análise de Greif (1989). A informação circulava entre os portos do Adriático com “*estrema facilità*”. Nesse caso, restaria indagar sobre aquilo que não circulava com facilidade, isto é, aquelas informações a que poucos tinham acesso e que distinguiam uns negociantes dos outros, contribuindo para a peculiar hierarquização que marcava a vida daquela gente. No entanto, se a informação circulava tão rapidamente, o que dizer da fofoca? E até que ponto uma informação equivocada, vinda de um aliado confiável, podia levar a péssimos negócios ou perda de tempo? (SALVEMINI, 2007).

Estudando grupos de empresários atuais, Ronald Burt (2001b) propõe rediscutir alguns elementos clássicos da teoria sobre redes sociais. Para ele, há duas “escolas” de interpretação do chamado *capital social*: os defensores do primado das redes fechadas, densas, na formação deste capital e os defensores da *brokerage* (mediação). Para Burt (2001b), não há correlação direta entre densidade das relações e confiança, como postula boa parte da teoria sociológica sobre redes, que geralmente utiliza um modelo de duas posições, ego e alter, cuja interação contínua promoveria a criação de confiança. Burt (2001b) inclui o contexto social no modelo, ao considerar a presença de terceiros na dinâmica das relações de ego e alter. E, nesse sentido, o papel da fofoca, para ele, é muito relevante. Agora ego sabe coisas de alter não apenas por seu contato direto, mas também pelo que sabe por terceiros, e o volume destas notícias vai variar de acordo com o número de conhecidos em comum que ambos tenham. E estas avaliações alteram a visão de um sobre o outro.

Tomando elementos da psicologia social sobre interação, Burt (2001b) acredita que mais do que reforçar laços, redes densas podem reforçar predisposições de uns sobre os outros. O que ego ouve repetidamente dizer de terceiros sobre alter não significa a aceitação de ego sobre essas opiniões, e talvez signifique um reforço

das ideias de um sobre o outro em direção a opiniões polarizadas no que se refere à confiança, se honesto ou desonesto, por exemplo. E ego vai transmitir a terceiros as informações sobre alter que forem consistentes com sua predisposição. Essa visão permite um aprofundamento no problema, apontando caminhos alternativos à linearidade proposta por outros autores e abrindo espaço para se pensar o desequilíbrio em relações densas. Ademais, permite que pensemos além da causalidade “relações densas” mais “interação” igual à “confiança”. Se seguissemos pensando nesses termos, não haveria razões para pensarmos conflitos dentro de grupos. Mas eles existem. E existiam. Logo, abre-se caminho para pensarmos diferentes densidades de relacionamento atuando ao mesmo tempo (BURT, 2001b).

Tenho, contudo, alguns pontos para observar sobre o trabalho de Burt (2001b). Em um diálogo de ego e terceiros sobre alter, ele dá demasiada atenção ao que muda na opinião de ego e terceiros sobre alter e pouca atenção ao que muda entre ego e terceiros ao falar de alter. Simplificando: ele se ocupa da fofoca, da opinião dos fofoqueiros, mas não da relação entre os fofoqueiros, do que pode mudar nela. Não se atém ao fato de que a fofoca, mesmo reforçando as posições de uns e outros, pode unir ou afastar os fofoqueiros. E podemos discutir isso tendo em conta os mesmos pressupostos. Se há uma tendência para que haja reforço, é possível que a conversa se dirija (como o próprio Burt afirma ao longo do texto) a um consenso nas posições, de modo que possa criar ou reforçar laços entre os interlocutores, ou uma briga. O que importa ressaltar é que a fofoca não serve apenas para fazer circular informação aproveitável ou não, mas também para criar/impedir relações entre os fofoqueiros. E nesse caso, o tema não precisa ser outro agente, mas as opiniões sobre qualquer tema, como se a virgem era virgem mesmo. Mas este não foi um bom exemplo, pois, nesta obra, a virgem era agente.

Um elemento pode enriquecer muito este modelo: a noção de escala. Se pensarmos no império luso, os tropeiros do caminho do Viamão a Sorocaba talvez pudessem ser considerados uma rede densa. Mas, se observarmos a própria rota, veremos que há diferentes relações com diferentes densidades sendo mantidas e

reproduzidas nesse recorte. Nesse sentido, talvez os habitantes de Curitiba possam ser entendidos como uma rede densa. Já vimos que havia um mercado matrimonial endógeno naquela localidade. Mas, se tomarmos como referência o espaço de uma vila, veremos que ali também há diferentes grupos com relações desiguais, distribuídos por um espaço no qual as distâncias tinham seu peso para os contatos diários. Nesse caso, poderíamos considerar a família Pinto Bandeira, de Rio Grande, como uma rede densa. Também ali, entretanto, veremos que, por um lado, havia um “núcleo duro”, formado pelos genros, pelos cunhados e pelo “capo” Rafael Pinto Bandeira, e que, por outro, este núcleo *denso* tinha relações *amplas*, que se estendiam por todo o território do chamado Rio Grande de São Pedro, pela Banda Oriental, e chegavam até Curitiba, metade do caminho das tropas.

Mesmo que consideremos as diferentes densidades, até que ponto as redes densas contribuem para criar confiança? Existe alguma escala privilegiada para isso? Qual era a hierarquia (ou as hierarquias) de relações que vigorava(m) naquela sociedade? A partir de agora, vou tentar confrontar esses modelos que apresentei com alguns casos empíricos. Mas, neste momento, estou mais interessado em tentar mapear as formas e os limites do comportamento disponível no caminho das tropas do que em aceitar ou refutar imediatamente aspectos teóricos. Mais do que responder, interessa agora refinar as perguntas. Antes, contudo, é preciso indagar sobre o último aspecto teórico que é central para compreender o período que estamos observando. Os modelos expostos, com exceção daquele proposto por Salvemini (e até certo ponto, por Both), têm como pressuposto que a unidade básica social é o indivíduo, o que me parece teoricamente adequado se considerarmos que estudam contextos nos quais esta me parece ser a regra. Mas, e no caminho das tropas de fins do século XVIII, até que ponto podemos utilizar esse referencial? Até que ponto havia agência individual? Não seria a família a unidade social básica? Deixemos as perguntas por ora. Vejamos alguns casos.

## 6.2 Alguns casos

Começemos com umas dúvidas surgidas sobre quem deveria pagar os impostos de uma tropa, os direitos da Casa Doadada, em Sorocaba. O inspetor Antonio Francisco de Aguiar era responsável pela cobrança, e o tesoureiro Antonio Manuel Fernandes da Silva era interessado em receber as remessas cobradas por Aguiar. Em abril de 1803, Antonio Francisco de Aguiar precisava fazer o envio, para São Paulo, de uma remessa de dinheiro da Casa Doadada, em Sorocaba. Como muitos dos tropeiros devedores eram afiançados por ele, acabou assumindo o compromisso e passou uma letra para o “amigo Tenente Coronel” Francisco Antonio de Souza pagar, em São Paulo, ao tesoureiro da Casa, Antonio Manuel Fernandes da Silva.<sup>7</sup>

Passados mais de dois anos, em setembro de 1805, Aguiar comentava, em carta ao seu tesoureiro: “Francisco Antonio de Souza tendo de afiançar a guia n. 470 de 362\$250 *me avisa o cônego* de que teve prazo de vossa mercê para o fazer quando lhe fosse oportuno”.<sup>8</sup> Alguns meses depois, em junho de 1806, Aguiar escrevia mais uma vez tratando do tenente-coronel Francisco Antonio de Souza: “Sequioso fico por saber que efeito ou produção teve a carta do C. Pedro Ortiz de Camargo escrita ao Tenente Coronel Francisco Antonio de Souza”.<sup>9</sup> Em novembro de 1807, essa transação teve continuidade, e surgiu uma dúvida sobre a honestidade de Souza:

Sendo certo termos outros devedores que se [ilegível] para dentro deste Registro em pior figura que deles não dou cópia por fiar na mesma incansável diligencia algum fruto, e *só receber sobre mim a falta do capitão Pedro Ortiz de Camargo. por eu confiar do Tenente Coronel Francisco Antonio e fazer dele o conceito devido, porém faltou como vossa mercê sabe em paliando-me com a espera que dizia vossa mercê lhe dava e tratando com vossa mercê de pagar tudo afim de fazer marchar a tropa, temendo fosse seqüestrada e logo que marchou se desdisse como vossa mercê sabe e portanto*

<sup>7</sup> BN-II-35,25,25-27-077.

<sup>8</sup> BN-II-35,25,25-27-089.

<sup>9</sup> BN-II-35,25,25-27-097.

inda lhe rogo vossa mercê me faça o obséquo escrever ao dito Ortiz com as palavras últimas deste embolso e ele não dando de avanço se quer se os termos judiciais por essa executoria nossa privativa o que espero na nossa recíproca fé, e sua urbanidade sem poupar-me para outra igual comissão e nem me eximir não os t.e o proposto.<sup>10</sup>

Cenário: o amigo de confiança, o cônego Manuel Caetano de Oliveira falou ao inspetor Antonio Francisco de Aguiar que seu “amigo Tenente Coronel” Francisco Antonio de Souza tinha recebido prazo do tesoureiro Antonio Manuel Fernandes da Silva para pagar os tributos e, assim, poderia passar com sua tropa. Mas, pelo que parece, o tenente-coronel Francisco Antonio não tinha falado nada com o tesoureiro e blefou para poder passar com sua tropa. Ao menos foi isso que disse o tesoureiro. Vejamos a continuação do evento. Pouco mais de três meses se passaram e, em março de 1808, o inspetor Aguiar escrevia novamente para o tesoureiro Fernandes da Silva.

Refletindo melhor sobre Pedro Ortiz e inúteis as nossas diligências sobre a paga da guia n. não devemos ter com este homem ação judicial que boa seja por que com o aviso que vossa mercê me fez em 16 de março de 1806 em *que diz Francisco Antonio ainda não pagou por que me disse não tinha dinheiro mas que com brevidade possível satisfaria*. Estas palavras o constituem devedor em virtude das quais desonerei ao tal Pedro Ortiz entreguei a fiança ao fiador que prestamos na passagem e quando o dito Francisco Antonio sua isenção ou sequer excluir de pagar já não tinha lugar pelas razões ponderadas.<sup>11</sup>

Havia dúvida se o tenente-coronel Francisco Antonio assumiria sua dívida, ainda que o inspetor Antonio Francisco de Aguiar tivesse motivos para acreditar que ele não poderia voltar atrás, devido ao que havia dito, que era devedor, mas não tinha como pagar no momento exato. Mas o fazia. Aguiar sabia disso tudo pela pena do tesoureiro Antonio Manuel Fernandes da Silva. No entanto, algo de novo surgiu um mês e meio depois, em primeiro de maio de 1808. O inspetor Aguiar escrevia ao seu tesoureiro Fernandes da Silva dizendo:

<sup>10</sup> BN-II-35,25,25-27-106.

<sup>11</sup> BN-II-35,25,25-27-107.

veja que VM adiantadamente me pondera respeito ao tenente Francisco Antonio de Souza a quem escrevi o que consta do Ss [rasgado] e a proposta real e judiciousa e *a resposta que do mesmo tive em que nega as palavras da sua de 16 de março de 1806* e se desta me repete e nelas se funda todo o meu direito por serem do próprio tesoureiro e sobre o objeto de que se trataram sustentadas e provadas sem da resposta se brazonar em cumpri-las e pagando ao contrato como da mesma deve o nosso doado é de em [rasgado] condição, e inda dizendo que Pedro Ortiz lhe pagará como pagou por [?] aquele. *Eu desejo a proposta concertada e sem que se perceba quem é ou seja Francisco.*<sup>12</sup>

Aguiar agora tinha duas versões do mesmo fato. E ambos, Aguiar e Pedro Ortiz, poderíamos dizer, faziam parte da mesma rede densa. Não que ambos fossem amigos íntimos de Aguiar ou aparentados dele, mas me parece que, na comparação, estavam no mesmo “nível” de densidade relacional. Nesse momento, a primeira notícia, dada pelo cônego Manuel Caetano, não tinha mais importância. Talvez fosse melhor deixar o velho amigo fora desta dúvida. O desfecho dessa história (se é que houve) ocorreu pouco mais de um mês depois, quando Aguiar dizia ao tesoureiro:

Sobre a nossa questão com o Tenente Coronel Francisco Antonio de Souza me não conformo a resposta dos consultados que *tendo em vista o nome de quem se questiona quizeram obsequiar com meu prejuízo salvo se o tesoureiro da Ilma Casa Doada Capitão Antonio Manuel Fernandes da Silva me faltasse a fé nas suas palavras que me escreveu em carta de 16 de março de 1806 mas é impossível que ele em causa própria faltasse a fé* quando elas só conformam indo dito Tenente Coronel na inclusa escrita a Pedro Ortiz pedindo-lhe a guia das bestas para as afiançar que precisava delas para aquele fim estas palavras com as da dita carta que merecerem conceito e atenção e constituem devedor e fazem a proposta real e judiciousa.<sup>13</sup>

A conclusão é confusa. Aguiar coloca em xeque a palavra do tesoureiro Fernandes da Silva e imediatamente afirma confiar naquele personagem. Ao mesmo tempo, questiona os “consultados” pelo tesoureiro sobre uma pessoa, o tenente-coronel

<sup>12</sup> BN-II-35,25,25-27-108.

<sup>13</sup> BN-II-35,25,25-27-110.

Francisco Antonio, que parece, aos olhos de Aguiar, confiável ainda, mas que, ao final, é confirmado como o devedor. A confusão não se deve apenas ao complicado cenário em que a trama se desenrola, mas também à pena de Aguiar e às suas opiniões ambíguas, intencionalmente ambíguas, melhor dizendo, estratégicas. Na mesma carta, ao final, Aguiar dizia ao seu superior: “o gosto e incômodos desta laboriosa administração sendo o prêmio por VM ampliado insignificante ao trabalho, esperando que VM como bom amigo faça em meu nome requerer por maior prêmio”.

E não seria a única vez que Aguiar agiria com astúcia diante da dúvida entre duas pessoas confiáveis. Em julho de 1810, o tesoureiro indagou Aguiar sobre a diferença entre o valor escrito na correspondência e o que recebera em mãos. Os valores e as cartas haviam saído da mão de Aguiar para as de seu cunhado Américo Antonio Aires, e destas para as do tesoureiro. A resposta de Aguiar é exata e salomônica: “da fé do condutor não duvido e quanto mais da sua”.<sup>14</sup> Estamos diante de um rico e complexo emaranhado no qual é possível fazer alguns testes com os elementos teóricos que apresentamos. A primeira avaliação que faço é que a opinião de terceiros e o “disse me disse” presente no caso não parecem ter transformado a opinião de Antonio Francisco de Aguiar, o que reforça o argumento central de Burt (2001b). Contudo, me parece que, no caso de Aguiar, a manutenção de suas posições se deve a uma estratégia claramente definida deste agente, à sua astúcia.

Por outro lado, o diálogo entre o tesoureiro e o inspetor tomou um rumo tenso, no qual a dúvida sobre a verdade das palavras do tesoureiro foi explicitada de forma que, ao que me parece, variou entre a elegância e a ironia. A relação entre ambos parece ter se mantido a bom termo, o que não invalida a possibilidade de a discussão sobre terceiros gerar um conflito entre ambos. E Antonio Manuel Fernandes da Silva, o tesoureiro, não parece ter insistido na dúvida sobre a falta de dinheiro da remessa feita pelo cunhado de Antonio Francisco de Aguiar. Mais uma vez, diante da dúvida, a tendência foi a conservação das posições de cada um. E talvez

---

<sup>14</sup> BN-II-35,25,25-27-124.

Fernandes da Silva não tenha insistido, pois sabia da forte relação de Aguiar com seus cunhados e que brigar pela diferença em questão significava romper com Antonio Francisco de Aguiar e, conseqüentemente, arrumar fortes inimigos. Era um cálculo conservador. E começamos a ter alguma noção de como a agência envolve a família, neste cálculo.

Esse caso nos mostra um elemento interessante: as informações de terceiros, notícias sobre outras pessoas, conversas, são matéria corrente dos administradores da Casa Doadada. Nesse ponto, o uso de um instrumental teórico que tenha em conta a interação cotidiana na transformação das relações sociais e seu impacto na forma como os agentes classificam o mundo, a si próprios e aos outros mostra-se muito relevante. A forma como a fofoca funcionava entre os administradores da Casa Doadada produzia densidade relacional própria do caminho das tropas. Não era a mais forte densidade que podia haver. A familiar podia ser muito maior, ainda mais se tomarmos um grupo como os genros e filhos de Paulino Aires de Aguirre ou Francisco Pinto Bandeira. Mas era forte a densidade que dava liga àquele comércio e garantia uma dose de confiança suficiente para que poucas tropas fossem registradas em cartório. Contudo, não era só a fofoca que circulava entre os funcionários da Casa Doadada que cumpria essa missão. Uma série de redes cruzava o espaço e garantia as bases necessárias para o funcionamento daquela economia.

Há algo mais a acrescentar sobre a fofoca entre os funcionários da Casa Doadada. Ela ocorria num ritmo lento, anual ou mensal. As notícias sobre Francisco Antonio de Souza e as dúvidas em relação a ele assumir a fiança da tropa número 470 duraram anos. Isso permitiria muito espaço para o comportamento oportunista. Um tropeiro endividado poderia se valer dessa lentidão e fugir, tal como um marinheiro do mediterrâneo medieval de Greif (1989). Outro caso pode aportar detalhes sobre essa situação. Em dezembro de 1796, Antonio Francisco de Aguiar era consultado sobre um devedor em particular: o alferes Manuel Antonio Abrantes. Este devia dinheiro não para a Casa Doadada, mas para o sargento-mor das ordenanças do Arraial de Nossa Senhora da Conceição (Minas Gerais), João Lopes Batista,

de quem Antonio Manuel Fernandes da Silva, tesoureiro da Casa, era primeiro procurador. E Aguiar fora incumbido de localizá-lo para cobrar.<sup>15</sup>

Aguiar sabia bastante de Abrantes. Sabia que ele era cunhado do capitão-mor de Taubaté, João Francisco, e havia conduzido mulas pelo Registro de Sorocaba, onde, com esperteza, evitou pagar os tributos e aplicou um logro. Tudo isso Aguiar narrava no dia primeiro de dezembro de 1796. Alguns dias depois, ainda em dezembro, Aguiar já sabia algo. Abrantes estivera em Curitiba havia oito dias.<sup>16</sup> O próximo passo de Abrantes só seria conhecido em fevereiro de 1805, quando finalmente Aguiar pode atuar:

lhe não pude fazer embargo tanto pela falta de procuração do Sargento-mor João Lopes Batista como pela incúria dos documentos do tinteiro de tinta deitado neles: contudo, fazendo officio de bom *procurador tive várias falas e alegrias com o dito Abrantes e deixando de contar histórias que são fatigosas ao credor em suma se constitui devedor do principal do crédito* protestando-me mostrar documento do mesmo Batista em que lhe perdoa quantia do principal e no todo os juros.<sup>17</sup>

Apesar dos muitos anos de espera, Aguiar, quando teve a oportunidade, foi bastante convincente em cobrar a dívida. Talvez fosse a prática de cobrança dos tropeiros que os anos lhe deram. Talvez fosse a esperteza já demonstrada. Mas o que importa discutir aqui é a velocidade dos negócios. E o que ele obteve, nesse momento, não fora a quantia, mas a confirmação da dívida. O pagamento só se processou em abril de 1806, quando Aguiar remetia o montante de 691\$011.<sup>18</sup> Em um contexto como este, havia farta possibilidade para um sujeito como Abrantes “dar no pé” depois de muito se endividar. Mas ele não fez isso. Assumiu a dívida e voltou para pagar. O credor não deu a dívida como perdida, e Abrantes ainda voltou a passar no Registro de Curitiba em 1809, com uma das últimas tropas. Ou seja, teve crédito para montar

---

<sup>15</sup> BN-II-35,25,25-27-028; BN-II-35,25,25-27-095; AHU.MG. (avulsos). Doc. 5.

<sup>16</sup> BN-II-35,25,25-27-029.

<sup>17</sup> BN-II-35,25,25-27-083.

<sup>18</sup> BN-II-35,25,25-27-094.

uma tropa e não devia mais nada à Casa Doadada ou aos contratadores do Registro. De onde vinha a certeza que motivou Aguiar a cobrá-lo, mesmo depois do “logro”? E não era uma certeza “otimista”, ou pura insistência. Ela funcionava.

A primeira medição de confiança que se fazia era a confirmação da dívida. Dever não era considerado algo condenável. Era uma sociedade na qual a moeda sonante era escassa, o tempo de concretização dos negócios era lento e a chance da perda (considerando que boa parte da população vivia da agricultura ou da pecuária) era grande. Ficar devendo e demorar no pagamento não eram um problemas tão sérios *quanto negar a dívida*. “Constituir-se” devedor era agir com boa fé, honrar a palavra empenhada na hora da obtenção do capital (usado aqui em um sentido amplo). É possível acreditar nas palavras de um devedor “assumido”. Foi o que fez Antonio Francisco de Aguiar ao obter de Abrantes a confirmação da dívida, e ele estava certo. E foi a confirmação de que Francisco Antonio de Souza assumia a fiança que encerrou a outra polêmica. “Devedor” e “obrigado” eram formas corteses de se autorreferir na correspondência. Aguiar e Correia da Cunha sempre usavam esses instrumentos discursivos ao final das cartas. E eram as dívidas e obrigações as escrituras públicas mais comuns para o acerto de contas.

É claro que, quando afirmo que a primeira medição de confiança era confirmar a dívida, estou me referindo especificamente às práticas creditícias de outorga de capital, como empréstimos, vendas fiadas, dívidas, etc. Em termos mais gerais, assumir-se devedor significava “dizer a verdade”, ou, como disse Aguiar em outra carta, ser uma pessoa de “todo o conceito e verdade”. Era merecer “crédito”. É claro que havia outras graduações. O mundo não se dividia apenas entre aqueles que mereciam e aqueles que não mereciam crédito. E isso ainda era passível de mudança. A “pontuação” ou o “confiâncimetro” de Abrantes mudou ao longo do período no qual ele foi assunto entre os funcionários do Registro, ainda que não de forma absoluta. A pontuação do tenente-coronel Francisco Antonio oscilou ao longo de meses, durante a polêmica de Aguiar e Fernandes da Silva, mesmo que, em uma hipotética média decenal da confiança, apontasse um cenário estável. Novamente,

em termos de outorga de capital, podemos dividir as pessoas entre as que negavam e as que assumiam as dívidas. As diferenças entre quem assumia incluíam outras variáveis, como o ato de negociar condições de pagamento, arranjar um fiador, pagar uma parte ou os juros (quando cobrados), reforçar a intenção de pagar.

Negar a dívida não era uma prática alheia àquele mundo, evidentemente. Falando de vários devedores da Casa Doadada, Manuel José Correia da Cunha apontava, em setembro de 1798: “aos mais alguns dizem *hão de pagar* outros dizem *não devem* e outros não há notícia deles outros mortos a seu tempo darei a devida solução deles na forma que me tem determinado”.<sup>19</sup> Alguns anos depois, em 1806, ele novamente se queixava da dificuldade que havia em cobrar: “[uma] relação de devedores de Castro e Curitiba que não posso cobrar por bem como todos são pessoas que andam no sertão e não há dinheiro no contrato se desculpam com isso”.<sup>20</sup>

Vejamos algo das escrituras. Escolher as escrituras como fonte para estudar a confiança é uma escolha quase estúpida. Como veremos depois, as escrituras representam um pequeno percentual do total de negócios e, particularmente, são mais representativas dos casos nos quais faltou confiança. Só não é pior, pois, me parece, este é um problema que atinge muitas outras fontes. Há uma grande tendência para que, quando houvesse confiança, não houvesse documentação, salvo aquilo que ficava nos testamentos, nos inventários e, eventualmente, nas correspondências. Mas há um “caldo” a ser extraído das escrituras, e não podemos desperdiçá-lo.

Um caso interessante é o de Manuel Leite Valente. Ele tomou vários empréstimos ao longo do período entre 1779 e 1785 e, em algumas dessas vezes, ultrapassou o prazo combinado para pagamento sem apresentar nenhuma oferta.<sup>21</sup> Isso não foi impedimento social para que, em 1785, ele fosse o fiador do importante cargo de escrivão dos órfãos, quando Manuel Felix Correia assumiu este posto. E aquelas

---

<sup>19</sup> BN-II-35,25,03-027.

<sup>20</sup> BN-II-35,25,17-028.

<sup>21</sup> 1TABPOA-006-060; 1TABPOA-006-062; 1COAPOA-08-101; 1COAPOA-08-103; 1COAPOA-09-119.

dívidas não impediram também que Valente dispusesse de outro crédito no valor de 1:200\$000, concedido alguns meses depois por um antigo credor que ainda esperava pelo pagamento de 1:800\$000, Antonio de Carvalho da Silva. Silva, contudo, em janeiro de 1786, acabou registrando em cartório todos aqueles negócios.<sup>22</sup> Essa medida não significa a perda da confiança em Valente, pois, ao que me consta, ele teria falecido em fins de 1785, e aquele registro era a validação das dívidas de Valente com Carvalho da Silva, diante dos herdeiros daquele. E o próprio Silva teria atuado como inventariante.<sup>23</sup>

Outro caso é igualmente interessante. Silvino Pedroso de Moraes tomou 300\$000 do capitão André Alves Pereira Viana, em abril de 1804, para o “aumento de seu negócio”. Ele deveria pagar dali há 16 meses, mas de forma diversa do comum. Ele estaria livre dos juros se, com o dinheiro, comprasse touros e novilhos (dos melhores, no peso e no tamanho) no distrito de Cima da Serra e em Vacaria e os conduzisse até Santo Antonio da Patrulha. Caso contrário, pagaria aquele prêmio. Passado tempo superior ao combinado, ele apareceu ao credor com dois “couros de tigres” e outros 3\$200, o que somaria a quantia de 8\$320, *descontados* 1\$280 que o capitão supriu novamente ao devedor, pouco tempo após esta primeira parcela. Passados mais de dois anos, o devedor procurou novamente o capitão para ratificar a dívida em cartório, o que foi feito em agosto de 1806.<sup>24</sup> Era o que podia oferecer por ora. Como diria Antonio Francisco de Aguiar, “constituiu-se” devedor, não negando nem esquecendo aquele débito.

Esses foram casos em que vimos que dever não era sinônimo de enganar. E essas dívidas não parecem ter afetado a imagem pública dos devedores nem sua relação com o credor, ao menos não de todo. Mas isso não significa que todos os credores andavam tranquilos. João Antonio Costa, por exemplo, foi fiador de Agostinho José de Farias em uns negócios que havia feito com o Rio de Janeiro, na Curitiba da década de 1780. Agostinho não pagou, e Costa foi acionado, pagando o empenho.

---

<sup>22</sup> 1TABPOA-009-084; 1TABPOA-009-085.

<sup>23</sup> 1COAPOA-09-124.

<sup>24</sup> 1TABPOA-030-098.

E não titubeou. Ao pagar a despesa de seu fiado, registrou aquela despesa em cartório sem perda de tempo. Quem, num momento, teve confiança para ter fiador; no outro, não contava nem com este.<sup>25</sup> Há outros diversos casos nas escrituras em que uma sucessão de bons negócios acabou em desconfiança. A recepção da desconfiança de um, a do antigo fiador de Agostinho, por exemplo, não significou o fim dos negócios do devedor, como vimos nos casos mencionados. As notícias sobre calotes circulavam de modo muito irregular, e a crença nas notícias variava muito em função do agente.

Havia aqueles que sequer precisavam assumir, pois jamais deixavam qualquer dúvida sobre seu comportamento. Talvez isso seja mais um ideal que uma realidade, mas foi em busca dessa imagem que Manuel Gonçalves Guimarães foi à casinha da Casa Doadada, no início de 1796, para informar-se de dívidas que ignorava:

O capitão Manuel Gonçalves Guimarães veio a este Registro para averiguar pelo livro que tropas eram as das guias que vossa mercê lhe escreveu estava devendo e como os livros já tinham ido me pede para vossa mercê pelo livro examinar que tropas foram de conta de que por ter guiado várias tropas alheias e se acorda de alguma das guias se fez algum pagamento e quem o fez para assim vir no conhecimento da pessoa a quem pertence.<sup>26</sup>

Em janeiro de 1800, a família era novamente consultada sobre dívidas à Casa Doadada. Manuel José Correia da Cunha procurou “o tenente coronel Manuel Gonçalves Guimarães como fiador do filho por este não estar na terra” e disse: “ele me pediu espera até setembro eu lhe concedi se vossa mercê conviesse na dita espera”.<sup>27</sup> Apesar dessas duas dúvidas, de um modo geral, os Gonçalves Guimarães nunca ficaram devendo por muito tempo à Casa Doadada, figurando, no máximo, nas listas anuais de devedores do ano posterior ao da tropa. O mesmo comportamento pode ser percebido nas escrituras públicas de Curitiba, nas quais os Gonçalves Guimarães

<sup>25</sup> 1TABCUR-022-142.

<sup>26</sup> BN-II-35,25,03-002.

<sup>27</sup> BN-II-35,25,17-004.

aparecem como tomadores de empréstimos do Cofre dos Órfãos, como fiadores e como credores, jamais sendo acionados como devedores.<sup>28</sup>

Antonio Francisco de Aguiar também demonstrava sua preocupação com os devedores em uma carta de 1795, antes mesmo de Manuel José assumir seu posto em Curitiba. Ele fazia observar algumas regras importantes que o novo inspetor de Curitiba deveria praticar, como o cuidado em numerar todas as guias (inclusive as pagas à vista) e atentar para que as fianças fossem “com fiador idôneo, e não com os de costume”.<sup>29</sup> Novamente, temos aqui a imagem ideal do homem de “conceito e verdade”, como um tipo social disponível naquele mundo e cuja imagem deveria resistir a todo o tipo de conversações e fofocas. Este personagem, o homem de conceito, estava disponível (e era esperado) ao longo da rota. Como já vimos, na Rio Grande de 1783, Antonio Carvalho da Rosa instruíra seus herdeiros: “[se surgisse] pessoa de reconhecida verdade dizendo que lhe devo alguma coisa se lhe satisfaça”. E ele parecia estar certo de que alguns de seus credores conhecidos se encaixavam naquele perfil, já que, para pelo menos quatro deles, não especificou quanto devia, mas disse que deveria pagar “o que ele [pessoa hipotética] disser”.<sup>30</sup> A mesma imagem era esperada por Jeronimo Paes de Almeida, na Sorocaba de 1807. Ele instruiu seus testamenteiros: “se houver alguma pessoa de conhecida verdade que diga lhe sou devedor de alguma quantia em que pelas conjecturas dos meus negócios e costume se verifique ou haver me pago alguma quantia pede a minha mulher estejam pelas contas sendo assim averiguadas”.<sup>31</sup>

Esses elementos me remetem ao índice coletivo de confiança, uma média desproporcional de todos os “conceitos”, a imagem pública dos agentes, aquilo que chamarei de *reputação*. Ela era produzida nas experiências diárias, no convívio cotidiano e no “disse-me-disse” comunitário, podendo, inclusive, ser exportada para outras comunidades ou outros contextos. E me parece que a reputação tendia

<sup>28</sup> Escrituras do Tabelionato de Curitiba. Diversas escrituras de dívida, crédito e obrigação. Ver fontes.

<sup>29</sup> BN-II-35,25,25-27-001.

<sup>30</sup> Apergs. Inventário de Antonio Carvalho da Rosa. Primeiro Cartório de Órfãos e Ausentes de Rio Grande. 1783.

<sup>31</sup> Aesp-C05489. Testamento de Jeronimo Paes de Almeida. Aesp-C05489.

a assumir um caráter familiar, de grupo, de forma que a má atuação de uns podia obscurecer a boa atuação de outros. E isso podia acontecer mesmo em “corpos” que não fossem estritamente familiares, mas que estivessem baseados nesse modelo, como as irmandades, as confrarias e as corporações de ofício. Certamente, esta expectativa pública sobre a atuação presente e futura de um “familiar” (entendido aqui como membro de um corpo) era uma pressão bastante grande para condicionar o comportamento dos agentes, por um lado. Por outro, a densidade interna do grupo proporcionava um reforço que guiava o agente a atuar conforme o esperado, seguindo um comportamento adequado ao seu lugar no grupo e na sociedade. Quando falo de densidade interna, penso no convívio diário e nas inúmeras vezes que o agente é “lembrado” de sua posição e de suas obrigações.

Este modelo que apresento faz muito sentido para grupos familiares que tenham uma reputação favorável consolidada ou que estejam caminhando para a sua construção. Também havia, naquela sociedade, grupos com reputação desfavorável, para os quais não havia muitas opções de melhoria. Nas listas nominativas de várias das localidades aqui estudadas (Lapa, Lages, Curitiba), é possível encontrar diversos núcleos familiares designados como “vadios”, “vadios sem ocupação” ou que “vivem de esmolar”. Acredito que, nesses casos, a pressão para o bom comportamento era igualmente forte, mas diferenciada. Era esperado que assumissem suas dívidas, mas não o pagamento. Ao menos não era o *mínimo* esperado.

Isso pode ser visto de forma mais enfática em diversas fontes as quais apontam as dívidas de devedores falidos. Elas aparecem em alguns inventários, especificadas em listagens de dívidas ativas, indicando a impossibilidade do pagamento, mas informando da sua existência, geralmente comuns em processos de negociantes de loja ou grosso trato. Encontrei um caso de 1802, em Porto Alegre.<sup>32</sup> Mas tal situação é igualmente visível nas contas da Casa Doada de Curitiba. Em janeiro de 1798, Manuel José da Cunha informava sobre algumas dívidas:

---

<sup>32</sup> 1COAPOA-015-297.

Os mais devedores que não tem pago *alguns estão inteiramente falidos* por ausentes e falecidos outros são peões que quando vem em tropa lhe poderei tirar na assistência o seu dever ou parte assim como Bento Franco e Francisco Franco que me deram fiador para pagar quando chegassem do sertão e por isso me persuado os *não devo dar por falidos* os seus deveres.<sup>33</sup>

Voltando a como era difícil criar e manter uma reputação favorável, podemos acompanhar alguns negócios do capitão Cesar. Entre fevereiro e março de 1796, cada passo dele era informado por Manuel José ao tesoureiro Antonio Manuel em São Paulo. Cesar devia há meses, e a Casa Doadá esperava pelo pagamento. O problema é que Cesar não tinha dinheiro e havia comprado uma tropa pesteadá. Nesse meio tempo, ele obteve um dinheiro emprestado para custeio da tropa, das mãos de Manuel Gonçalves Guimarães, nosso conhecido, a pedido do doutor José Joaquim de Oliveira Cardoso (filho do falecido capitão-mor de São Paulo). Cesar passou no Registro de Curitiba sem pagar, novamente. Melhor que isso: passando por Sorocaba, o capitão foi consultado por Antonio Francisco de Aguiar se aceitaria ser portador de uma carta e de uma remessa de dinheiro. O dinheiro o capitão preferiu não levar, mas a carta sim. Ou seja, o mesmo sujeito que tinha os passos mapeados era confiável o suficiente para levar uma remessa e uma carta.<sup>34</sup>

É certo que ele pagou suas dívidas recentes, mas isso não faria o “confiancímetro” oscilar tão bruscamente. Ocorre que ele era sócio dos administradores do Registro de Curitiba, pessoa conhecida e reputada naquele grupo. Mesmo com o monitoramento, nunca foi sugerido que ele não pagaria. A dúvida era sobre se isso aconteceria rápida ou tardiamente. Havia grande expectativa a respeito do comportamento do capitão *Cesar*, e ele, pertencendo àquela rede densa que unia alguns tropeiros, os inspetores, os arrematadores e outros associados, era monitorado e controlado de diversas maneiras. Por essas razões, após o êxito de seus negócios, todas as tropas foram pagas, e isso continuou assim, em paralelo com a ascensão

<sup>33</sup> BN-II-35,25,03-029.

<sup>34</sup> BN-II-35,25,03; BN-II-35,25,25-27.

de títulos, até chegar ao posto de coronel. O mesmo acontecia com outra figura, Antonio Ferreira Amado. Ele era caixeiro do Registro de Curitiba já no início da década de 1790 e atuou nesta função até 1808. Conduziu ao menos quatro tropas e nunca ficou devendo por mais de um ano, geralmente por menos. Havia expectativa e controle sobre sua pessoa, o que condicionava seu comportamento.

Mas, ao contrário de Greif (1989), acredito que outros elementos importem até mais que a visão de longo prazo. Quando todos os indivíduos se comportam buscando a cooperação, como hierarquizá-los? Vimos que os elementos como o *potlatch* funeral, a hierarquia social e a pertença a famílias produziam uma imagem pública a qual, me parece, era mais eloquente aos olhos daquelas pessoas do que um comportamento cooperativo de longo prazo. Manuel José arrumou inimigos, e isso pode ter sido por uma discordância de posições ou pela negação da cobrança. E esta demonstração de força violenta influía nesta economia.



## CAPÍTULO 7

---

# Uma economia capitalizada

“O Brasil é uma república generalizada”.  
(Barão de Itararé)

Em 1932, Aparício Torely, o barão de Itararé, disse que o Brasil era uma república generalizada, ou seja, cheia de generais. Parafraseando o barão, argumentarei que a economia que estamos sondando era uma economia capitalizada: repleta de capitães. Eles estavam por toda a parte e em desigual proporção. Se observarmos as patentes de oficiais concedidas nas capitanias de São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, no final do século XVIII e início do XIX, veremos que havia mais capitães do que oficiais inferiores. De um total de 377 postos concedidos e confirmados entre 1760 e 1807, 156 (41%) eram capitães, enquanto 61 (16%) eram tenentes e 66 (18%) eram alferes.<sup>1</sup> Poderia ser um problema de fonte. Vejamos como os próprios habitantes da Capitania de São Paulo se apresentavam, por exemplo, nas listas nominativas de habitantes. Nesse caso, aparecem soldados e outros subalternos, como cabos e sargentos. Do total, encontrei 1.142 referências a postos militares. Deste total, 569 (50%) eram soldados, 182 (16%) eram cabos e 125 (11%) eram capitães. Havia oitenta tenentes, 97 alferes e 55 sargentos. Em quem mandavam aqueles capitães?

Outros indícios reforçam esse cenário. Em 1824, falando do distrito de São Francisco de Paula, Manuel Carneiro da Silva e Fontoura dizia que:

Há no mesmo distrito uma Companhia de Milícias, e tão mal organizada, que todavia não tem certeza a que Regimento pertença: não juraram Bandeiras, e se acha incompleta, pois *de Oficiais só existe o Capitão*. Há no mesmo distrito um *Capitão de Ordenanças*, mas esta *Companhia é imaginária*, ao mesmo passo que existem homens, que por sua idade só podem servir neste Corpo. (DUARTE, 1997, p. 189).

---

<sup>1</sup> Ofícios da Chancelaria. Arquivo da Torre do Tombo.

Ou seja: capitães havia, e por todas as partes, mesmo sem ter quem comandar. Mas isso do ponto de vista militar, o que, acredito, não era exatamente o mesmo raciocínio dos habitantes das capitanias de São Paulo e Rio Grande de São Pedro. Mesmo no Rio de Janeiro do período, João Gomes Barroso era coronel, enquanto Antonio Gomes Barroso e Brás Carneiro Leão eram capitães. Se a lógica do mercador-fidalgo cruzou o Atlântico e moldou o comportamento econômico, ela acabou incorporando a hierarquia militar como régua social. Nesse sentido, mais do que as armas, os capitães comandavam seus escravos, sua casa, suas regiões e, assim, controlavam a economia.

Além do mando sobre os escravos, os capitães também controlavam a política. Nos distritos, havia um comandante que atuava como capitão. Nas vilas, o capitão-mor. Na Capitania, o capitão-general. Sem falar dos capitães de ordenanças “da nobreza”. Mas ser capitão não era algo inato, ainda que, em muitos casos, fosse quase hereditário. Ser capitão era algo desejado, um reconhecimento da ascensão ou manutenção da posição social. Dessa forma, quem acaba regulando a reprodução da hierarquia no ultramar era a Coroa, que tinha o poder de conceder e confirmar aqueles postos, assim como os demais.

### 7.1 A força dos capitães (e outros oficiais) e seu impacto na economia do mundo das tropas

Em Sorocaba, 1790, os oito maiores senhores de escravos detinham 27% do total de cativos da Vila. Somente o capitão-mor era proprietário de 7% do total, somando 87 pessoas. Em seguida, vinha o capitão Manuel Alvares de Castro, do Bairro do Piraíbu, com 51 escravos. Os demais eram o alferes Francisco Paes, os guardas-mores Joaquim José de Almeida e João de Almeida Leite, o tenente-coronel Paulino Aires de Aguirre, José Pires de Arruda e o capitão Francisco Luis de Oliveira. Como percebemos, os maiores proprietários, com apenas uma exceção, eram todos portadores de patentes expressivas, e há uma notória correlação entre patentes e número de escravos, especialmente aquela maior da governança local, o posto de capitão-mor.

Em Curitiba, o maior senhor era também o capitão-mor, Lourenço Ribeiro de Andrade, por volta de 1789, com 25 escravos. O também capitão Francisco Xavier Pinto era o segundo senhor, com 24 cativos. O capitão Manuel Gonçalves de Sampaio era o terceiro, com 19, seguido de Antonio José Ferreira, com 15, e Rita da Conceição França, com um. Juntos, esses maiores senhores possuíam 26% do total dos cativos da Vila de Curitiba. E todos, com exceção de Rita da Conceição, eram capitães no momento de elaboração da lista nominativa.

Na Lapa, na Capela do Tamanduá e em Castro, a situação era a mesma. Em Castro, o capitão Francisco Carneiro Lobo, o alferes Luis Castanho (no Bairro do Lago) e o tenente Jeremias de Lemos (em Ponta Grossa) eram os maiores senhores. Em Tamanduá, imperavam os capitães e, na Lapa, o tenente Domingos Pereira da Silva era o maior proprietários de cativos, ainda que a proporção de grandes senhores com patente fosse menor do que nas demais localidades. Em Lages, o capitão Joaquim José Pereira era senhor de um quatro dos escravos, seguido do sargento-mor Joaquim José Monteiro e do capitão-mor Bento do Amaral Gurgel. Também em Vacaria os maiores senhores eram também capitães ou possuíam patentes próximas. Os maiores senhores eram os capitães Joaquim José Pereira, Antonio da Costa Pereira, Manuel da Fonseca Paes e Pedro da Silva Chaves. Na região do Viamão, igualmente, havia essa correlação. Em Anjos, João Pereira Chaves, alferes e depois tenente, era o maior senhor, um dos maiores do Continente do Rio Grande de São Pedro. Da mesma forma, havia uma grande concentração de cativos na mão de outros oficiais, e o maior plantel que pude localizar era o de Rafael Pinto Bandeira, coronel durante a década de 1780 e brigadeiro a partir de 1789 (SIRTORI, 2008; KÜHN, 2006).<sup>2</sup>

Baseados não apenas no número de escravos, os capitães controlavam suas regiões e localidades. Ainda no Viamão, em finais do século XVIII, no Distrito do Caí, o capitão Custódio Ferreira de Oliveira Guimarães era figura respeitada e impu-

---

<sup>2</sup> Registros de batismos de Vacaria.

nha sua força aos demais vizinhos. Em Anjos, o capitão Paulo Rodrigues Xavier Prates era igualmente prestigiado na comunidade, assim como o referido Pereira Chaves (GIL, 2007; KÜHN, 2006; SIRTORI, 2008). Tanto Custódio como Prates eram grandes proprietários de terras com grandes porções de rebanhos, assim com João Pereira Chaves e Rafael Pinto Bandeira, estes últimos detinham os maiores patrimônios registrados em inventários no período (KÜHN, 2006). Analisando as relações de moradores, vemos que os capitães estão entre os grandes proprietários de animais de Rio Pardo, Triunfo e Viamão.<sup>3</sup> Em São Francisco de Paulo, Antonio Gonçalves Padilha parece ter sido uma forte liderança, enquanto na mesma Vacaria, mas ao norte, Manuel da Fonseca Paes parece ter tido certa proeminência, mesmo que houvesse um número maior de capitães naquela localidade.<sup>4</sup> Tanto Manuel da Fonseca como Padilha, assim como outros capitães, alguns dos quais absenteístas, estavam entre os maiores proprietários de terras e produtores de gado.<sup>5</sup>

Em Lages, com base na lista nominativa, é possível perceber uma relativa distribuição geográfica dos postos. Na matriz, Bento do Amaral Gurgel era capitão-mor, e, no censo de 1803, seu filho João Anes aparece também com um fogo e com patente de capitão. No Bairro das Caveiras, Joaquim José Rodrigues era o único capitão, assim como Joaquim de Santana Alves, no Bairro das Taipas. No Bairro do Lageado, estava o tenente José Antonio da Silva, o único que não acusava a posse de cativos. Todos os demais tinham outro ponto em comum: eram proprietários de fazendas de criação de animais. Nem todos os criadores eram capitães ou oficiais, mas todos os capitães eram criadores e acumulavam ainda outras atividades, como a agricultura, em todos os casos, e o juizado ordinário, no caso de Joaquim de Santana Alves.

Seguindo para a Lapa, os capitães Francisco Teixeira Coelho e Salvador Gomes Ferreira negociavam fazendas secas e molhadas, além de animais. Os demais oficiais dedicavam-se quase que exclusivamente à lavoura, alternada com o negócio das tro-

<sup>3</sup> AHRS. Relação de moradores. 1198 A e B.

<sup>4</sup> Registros de batismo de Vacaria. Cúria de Vacaria.

<sup>5</sup> Arquivo Nacional. Códice 104. Relação dos moradores de Cima da Serra.

pas, em muitos casos atuando como condutores. Também em Curitiba, os capitães, alferes e tenentes ocupavam-se com os mais diversos negócios, atuando predominantemente no comércio, nas lavras de ouro e na criação de animais. A grande maioria ocupava-se da lavoura, ainda que diversos outros, não oficiais, também estivessem interessados no comércio, na criação de animais e na mineração.<sup>6</sup>

Em Curitiba, Lourenço Ribeiro de Andrade, além de capitão-mor, fora também juiz ordinário e era proprietário da Fazenda do Tucum, nas proximidades da Vila de Castro (LOPES, 2004). Antonio José Ferreira tinha negócios de comércio de animais, ao menos no final da década de 1770, e possuiu terras na paragem Santa Cruz, em Castro, a partir de 1796. Mas Curitiba tinha ainda outros dois importantes capitães, que figuravam entre os seus mais poderosos homens: Manuel Gonçalves Guimarães e José de Andrade. Guimarães sempre teve um bom número de escravos, e sempre crescente. Era negociante de animais e proprietário de terras em diversas partes nas proximidades de Curitiba, além de arrematador de contratos, especialmente o dos dízimos da Vila de Curitiba (LOPES, 2004). Andrade era negociante de animais e igualmente possuía diversas porções de terras na região entre Curitiba e Castro.<sup>7</sup>

Em Castro, o capitão Francisco Carneiro Lobo e sua família possuíam várias propriedades, em especial duas grandes fazendas, Varge e Nhoáiva. O capitão havia participado da fundação da localidade e também das campanhas de conquista do “sertão de Tibagi” durante a década de 1770 (LOPES, 2004, p. 191).<sup>8</sup> Também na fundação da vila estavam o capitão Inácio Taques de Almeida e o tenente Jeremias de Lemos Conde, o qual, nessa ocasião, foi eleito juiz de órfãos. Em relação a Castro, é notória, tal como em Lages, a divisão geográfica desses pequenos potentados, ainda que todos participassem da governança local. Lemos Conde tinha sua área de atuação em Ponta Grossa, mais ao sul da vila, enquanto o alferes Luis Castanho

---

<sup>6</sup> Diversas listas nominativas da Lapa. Cedope.

<sup>7</sup> Primeiro Tabelionato de Curitiba. Cedope.

<sup>8</sup> AHU.SPMG. 2588.

atuava no Bairro do Lago, e os Carneiro Lobo, no centro da vila, mas com interesses em áreas mais ao norte, assim como no Bairro de Santo Antonio.<sup>9</sup>

Em Sorocaba, não era diferente, ainda que houvesse uma maior disputa entre as elites locais. O tenente-coronel Paulino Aires de Aguirre era um sujeito com muita força, alianças locais e negócios. Investia no contrato dos dízimos, no contrato das passagens das bestas, em tropas e em negócios de fazenda seca e molhada. Em posição política oposta, estava o capitão-mor Cláudio de Madureira Calheiros que, igualmente, era negociante de animais e fazendas, além de ser aliado e parente do capitão-mor de Itu, Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, como já vimos em capítulo antecedente. Da mesma forma, em Sorocaba, havia também uma certa divisão espacial da área de atuação de certos capitães, ainda que a maioria fosse apresentada nas listas nominativas como residentes na matriz. Mas encontramos os capitães Jacinto José de Abreu no Capotera, Manuel Álvares de Castro e Francisco Manuel Fiuza no Piraibu, um tanto distantes uns dos outros; Manuel Gomes de Carvalho e João Pires de Almeida Taques estavam no Iperó, mas em subdivisões diferentes deste bairro, que era bastante grande se comparado aos demais.<sup>10</sup>

O conjunto desses dados nos fornece algumas informações importantes. Em primeiro lugar, devemos ter em conta a importância dos oficiais, especialmente dos capitães, na economia local, como agentes econômicos diretos, comandando negócios, criações de animais, lavouras, lavras de minérios, entre outras atividades que constituíam a base da economia regional, como vimos anteriormente. É certo que era uma economia relativamente pobre, se comparada, por exemplo, aos negócios desenvolvidos na Praça do Rio de Janeiro na mesma época (FRAGOSO, 2005). Mas eram esses capitães locais, a exemplo dos capitães e coronéis Carneiro Leão e Gomes Barroso, que comandavam a dinâmica econômica. No caso da rota das tropas, os capitães eram os senhores daquela pobre economia, como os do Rio de Janeiro eram de “grossa aventura”.

<sup>9</sup> Lista nominativa de Castro; 1793. Cedope.

<sup>10</sup> Aesp. Lista nominativa de Sorocaba, 1790.

O controle social geograficamente limitado também caracterizava a ação política dos capitães, que poderiam ser tenentes, alferes ou detentores de postos maiores. E talvez nem fosse o caso de ser capitão, pelo menos não até a chegada da carta de concessão da patente. Esses postos também estavam profundamente relacionados com o comando de escravos e de posições-chave na economia e na governança local. Não apenas em função do poder distrital e/ou local sobre livres e escravos, mas também em função da pertença ao grupo dos homens bons. Essas prerrogativas de mando garantiam inclusive a possibilidade de utilizar a violência como uma forma de controle e de reprodução da hierarquia.

Um elemento, contudo, chama a atenção: teriam as mesmas prerrogativas um capitão de bairro da Vila de Lages e um capitão-mor de Sorocaba? O capitão de Distrito do Caí e um capitão de ordenanças? Ou mesmo o capitão-mor de Lages e seu par de Curitiba? Demograficamente, alguns bairros de Sorocaba eram maiores que a população inteira de Lages. Mas, como já vimos, não era por meio desse tipo de medida que aqueles homens e aquelas mulheres faziam suas contas. Mesmo com a diferença de tamanho das localidades, os capitães-mores eram pares e, pelo que pude verificar, não encontrei distinção notável no que se refere ao peso político desses personagens, mesmo se comparando localidades muito diversas. Mas é preciso ter em conta que os casos da rota das tropas não eram tão discrepantes entre si. O capitão-mor de São Paulo, me parece, desfrutava de posição superior, mas isso provavelmente estava associado ao fato de ele estar na cabeça da Capitania e ser, ao menos simbolicamente, seu capitão, mesmo disputando poder com o governador.

A diferença maior estava entre os capitães-mores e os demais capitães, os de tropas pagas, milicianos (auxiliares) e de ordenanças. A maior parte dos capitães que mencionamos era composta de milicianos, das diversas companhias, que eram divididas, por sua vez, nas vilas e estavam sob comando dos capitães-mores. Esses capitães, uma vez confirmados para seus postos, deveriam prestar juramento diante do capitão-mor e outros oficiais superiores, como tenentes-coronéis e coronéis. De certo modo, havia diferenças qualitativas entre os ordenanças, os milicianos e as tropas

pagas. Ordenanças eram tropas superiores, da “nobreza”, sob comando direto do capitão-mor. Mas é igualmente certo que, em um conflito entre dois oficiais, era extremamente importante a *performance* de cada um e de seus grupos familiares. Como vimos anteriormente, o capitão de auxiliares Custódio Ferreira de Oliveira Guimarães pôde perseguir e vencer o capitão de ordenanças Manuel José de Alencastre, por razões pessoais, durante a década de 1780 no Distrito do Caí, em Triunfo.

Para medir e comparar esses oficiais, especialmente se temos em conta a isonomia dos capitães-mores, é preciso considerar algumas noções importantes daquela sociedade e sua forma peculiar de mensurar. Vimos, anteriormente, que havia medidas precisas para cada tipo de coisa, e disso não escapavam os oficiais. Por um lado, os ordenanças, particularmente, não seguiam a mesma estrutura das tropas pagas ou das milicianas e, por outro lado, eram iguais aos seus pares de outras localidades, o que tinha relação com a forma como o próprio império era organizado, composto por uma diversidade de localidades e não por um espaço contínuo abstrato.

Já vimos a forte presença dos capitães nas atividades econômicas locais e regionais, mas ainda não sabemos de seu impacto na rota das tropas. Por um lado, talvez seja eloquente, para começar, informar que, de todas as palavras utilizadas nas cartas da Casa Doadada, por Manuel José Correia da Cunha e Antonio Francisco de Aguiar, o vocábulo “capitão” foi o mais utilizado, entre verbos, substantivos e adjetivos, sendo empregado mais de 450 vezes em quase 250 cartas.<sup>11</sup> Por outro lado, do total de tropas que pude identificar (783), cerca de 4% eram conduzidas por pessoas designadas como “capitão” e cerca de 10% eram propriedade de oficiais em geral, como ajudantes, tenentes, tenentes-coronéis, alferes e capitães. São números pouco expressivos, mas significativos se considerarmos o peso relativo dos capitães e dos outros oficiais no total da população e o enorme subregistro na elaboração das listagens de condutores de tropas, que salientam os capitães em relação aos demais oficiais.

---

<sup>11</sup> Correspondência da Casa Doadada. BN-II-35,05,03; BN-II-35,05,25-27; BN-II-35,05,17.

Os tropeiros, como vimos no início deste trabalho, são um grupo muito heterogêneo e difícil de definir, o que é evidenciado pelo caráter oportunista e episódico deste tipo de negócio, pouco frequentado por profissionais e aberto a iniciativas “aventureiras” de famílias com poucos recursos. Talvez isso também explique o baixo percentual dos capitães. Se considerarmos que dois terços dos capitães (conforme os dados que pude coletar) fizeram mais de uma viagem e 42% mais de duas, enquanto dois terços daqueles apresentados sem títulos fizeram apenas uma viagem e 10% mais de duas, podemos concluir que os capitães tinham maiores condições de participar (diversas vezes) do comércio de animais. Mais do que isso, é preciso ter em conta que, afinal, não eram tantos capitães assim, mas um número limitado (identifiquei 21) que fez, ao longo do tempo considerado, mais de uma viagem. Isso não significa, de modo algum, negar a possibilidade de alguém sem patente fazer muitas viagens. Há diversos exemplos nesse sentido. Mas os que possuíam patentes, particularmente a de capitão, levavam certa vantagem.

Por outro lado, se observarmos as fianças de tropas, considerando que encontrei apenas 53 destes registros, veremos que o cenário varia um pouco. Se, no negócio de condução de tropas, os capitães tinham predominância numérica sobre outros oficiais, absoluta e relativa, inclusive sobre tenentes-coronéis e coronéis; no trato das fianças de tropas, a vantagem estava notoriamente entre os coronéis, com larga vantagem no total e na média. Apesar de aqui também trabalhar com subregistros e com lacunas, acredito que essa informação seja sugestiva de uma hierarquia mercantil baseada na hierarquia política, que, de algum modo, contribuía para reproduzir essa mesma hierarquia. Por outro lado, o fato de os coronéis atuarem mais na fiança do que nas trocas me faz pensar que a reputação pública dos agentes poderia ter profunda correlação com suas posições na hierarquia social.

Os coronéis foram responsáveis por aproximadamente 19,3% do valor total das fianças que encontrei, enquanto os capitães representavam 12,8%. Ambos, juntamente com o sargento-mor Tomás da Costa, representavam cerca de 40% do total daquelas fianças. Eram três os coronéis em questão. José Vaz de Carvalho foi fiador em pelo

menos quatro ocasiões e sozinho representa 8,7% do total das fianças. Francisco Xavier dos Santos e Francisco Pinto Farias são os outros dois coronéis. Santos foi fiador em no mínimo três ocasiões e representa 5,7% do total. E Farias, apesar de eu ter encontrado apenas uma fiança, representa 4,8% do total.

Parece clara a presença estratégica de sujeitos com patentes prestigiosas na economia das tropas de animais e nas economias regionais à margem da estrada. Eles participavam da governança local, da política nos seus distritos, do conjunto das atividades produtivas e comerciais, tendo garantida, ainda, uma reputação por sua posição na hierarquia social, sem falar no comando dos seus escravos e, não devemos esquecer, um lugar muito privilegiado na hierarquia militar e no comando dos outros homens livres. Mas de onde saem os capitães? De que matiz de azul é feito o sangue desses periféricos plebeus? Até aqui observamos a “capitalização” da economia da rota das tropas de uma forma estática. Sabemos das condições e dos poderes dos capitães, bem como de seus negócios e de seu prestígio. Mas não sabemos como alguém se torna capitão, tenente ou coronel. Vejamos agora, a partir de alguns casos concretos, como se dava essa formação e como alguém podia almejar algo mais em sua carreira.

## 7.2 Como se faz um capitão

### *Os Aguirre Aguiar*

Salvador de Oliveira Leme, também conhecido como Sarutaiá, era capitão-mor de Itapetininga em 1778. Ele já atuava como negociante de fazenda seca e animais havia algumas décadas e, ao longo desse tempo, seu patrimônio só cresceu (BACELLAR, 1997; 2001). Há indícios de que ele atuava como tesoureiro dos tributos da passagem dos animais em Sorocaba já na década de 1750 (ALMEIDA, 1969). Na década de 1770, era administrador do Registro de Sorocaba, negociante de animais e produzia grande quantidade de alimentos (BACELLAR, 1997; 2001). Ele havia lutado nas guerras do sul, provavelmente nas lutas de reconquista de

Rio Grande, onde foi “encarregado dos soldados doentes que fez curar e assistir a sua custa”.<sup>12</sup> Em 1776, a Câmara de Itapetininga o indicava capitão-mor, ainda que o posto fosse provido pelo governador da Capitania, Martins Lopes Lobo de Saldanha, por ser Oliveira Leme “homem de possibilidades para decoro do mesmo posto” e por ter naquela paragem uma propriedade. A própria criação do posto pelo governador foi questionada anos depois, ainda que nada tenha sido alterado.<sup>13</sup>

Em 1795, assumia o posto de sargento-mor de Itapetininga Salvador de Oliveira Aires, neto do Sarutaiá. Não sei até que ponto agiram os filhos de Oliveira Leme, mas, certamente, a figura com a *performance* mais destacada entre filhos e genros foi Paulino Aires de Aguirre, incorporado ao grupo familiar ao se casar com Ana Maria de Oliveira Leme, em 1765. Ele vinha de uma bem relacionada e tradicional família de São Sebastião (litoral da Capitania) e rapidamente ocupou espaços relevantes dentro do grupo dos Oliveira Leme. Ele já havia combatido como soldado de Bobadela na Campanha das Missões e na Praça de Santos como cabo de esquadra, segundo o governador de São Paulo, o Morgado de Mateus, que, em 1766, logo após seu matrimônio, deu-lhe o posto de capitão de auxiliares.<sup>14</sup>

Com o fim dos combates entre portugueses e espanhóis, Paulino parece ter se voltado para a Vila de Sorocaba e ao núcleo parental de sua esposa, assumindo o posto de inspetor do Registro de Sorocaba em 1779, sucedendo, assim, seu sogro.<sup>15</sup> Nas décadas de 1780 e 1790, ele entraria em diversos negócios de animais, fazendas secas e, principalmente, arrematações de contratos, inclusive os dízimos de toda a Capitania e os registros de passagem de animais (BACELLAR, 1997; 2001). Em 1784, Paulino foi feito tenente-coronel do Regimento de Cavalaria Ligeira Auxiliar de São Paulo, quando tinha cerca de cinquenta anos.<sup>16</sup> Importa lembrar, contudo, que, no início da década de 1780, em uma provável tentativa de tornar-se

<sup>12</sup> AHU.SPMG. 3067.

<sup>13</sup> AHU.SPMG. 2884.

<sup>14</sup> AHU.SPMG. 2498.

<sup>15</sup> Arquivo Nacional. Códice 457. V. 1. p. 124v.

<sup>16</sup> AHU.SPMG. 3946.

capitão-mor de Sorocaba, Paulino foi rechaçado pelos oficiais da Câmara, sendo acusado de ambicioso e de ser da “baixa esfera”.<sup>17</sup>

Em 1796, Antonio Francisco de Aguiar substituiu seu sogro, Paulino Aires de Aguirre, na administração do Registro de Sorocaba. Sua trajetória era razoavelmente semelhante à de Paulino. Aguiar era, provavelmente, natural de Sorocaba. Havia servido às tropas em Santos, por ocasião da guerra com os espanhóis, e depois fora para Sorocaba, onde seguiu carreira na Companhia de Auxiliares de Paulino Aires de Aguirre. Em 1776, ele passava de porta-bandeira para tenente, sendo logo depois enviado para Santos. Em 1784, ele fora promovido a capitão do Terço da Infantaria Auxiliar de Serra Acima, quando Paulino fora promovido a tenente-coronel. Entre 1788 e 1795, ele foi encarregado, em diversas ocasiões, de organizar diligências para a captura de prisioneiros fugitivos e criminosos, cumprindo um papel de polícia.<sup>18</sup>

Todas essas atividades foram destacadas pelos membros da Câmara de Vereadores em 1799, quando passaram, para Antônio Francisco de Aguiar, um atestado o qual salientava inclusive “que os seus soldados ou subordinados além de uma cega obediência lhe tinham amor paternal e os pais de família o procuravam para na Companhia do mesmo terem seus filhos praça pela boa doutrina com que os dirigia”.<sup>19</sup> Em 1797, era a vez de Aguiar se reformar como tenente-coronel, tendo pouco mais de quarenta anos. De 1795 até o início da década de 1810, Aguiar atuou como administrador do Registro e em outros contratos de arrematação nos quais estava interessado (BACELLAR, 1997; 2001). Durante esse tempo, construiu e reforçou diversos relacionamentos que tinha com senhores importantes de outras localidades, vereadores, oficiais e negociantes, o que garantiu uma ligeira expansão dos interesses da família para fora da vila.<sup>20</sup>

Temos aqui três gerações de capitães e tenentes-coronéis. Estamos diante de um clã que pôde e soube ascender no plano local e, ao longo das gerações, estender

---

<sup>17</sup> AHU.SPMG. 3009.

<sup>18</sup> AHU.SPMG. 3946.

<sup>19</sup> AHU.SPMG. 3946.

<sup>20</sup> BN-II-35,25-25-27.

seus interesses em um espaço maior. Não há dúvida de que os conflitos na parte sul, tanto a chamada Guerra Guaranítica quanto os diversos embates posteriores à tomada de Rio Grande pelos espanhóis, foram ocasião apropriada para a aquisição de *status* por aqueles cabeças de família. Mas, nesse caso, não podemos exagerar, afinal, em comparação com outros grupos, mesmo de São Paulo, os nossos heróis não estiveram no *front* nem perto dele, com exceção de Paulino na Guaranítica, já que mesmo Salvador de Oliveira Leme ficou encarregado dos doentes, ou seja, ficou na retaguarda. Mas o simples fato de terem estado alistados e participado em alguma convocação ou contexto de perigo era motivo para reconhecer formalmente suas prerrogativas de mando na sociedade, em tempos de guerra ou de paz.

Tanto no caso de Oliveira Leme, como no de Paulino e Antonio Francisco, há alguma relação direta entre aquele núcleo familiar e os poderes de centro atuantes na região. Paulino torna-se capitão pouco depois de esposar a filha de Salvador, assim como este último é feito capitão-mor pelo governador em ato que, ao seu tempo, foi considerado ilegítimo. Também o fato de Antonio Francisco de Aguiar seguir de perto os passos de seu sogro na hierarquia militar tinha as bênçãos do governador Lobo de Saldanha. A presença da monarquia como instituição que outorgava e legitimava poderes é, nesse caso, fundamental. Era ela que garantia a ordenação social em última instância e regulava o acesso àqueles postos. E, ao reconhecer a verdadeira nobreza, também se reconhecia.

Um elemento em particular caracterizou as primeiras duas gerações do caso em tela: a atividade comercial como base para o engrandecimento do grupo. Tanto Salvador como Paulino aparecem associados à imagem de baixos negociantes, promotores da ruína do comércio e cobradores ambiciosos. O grupo, contudo, soube modificar essa situação ao longo do tempo, por meio de várias estratégias, entre as quais estavam as doações faraônicas de Paulino para os poderes sobrenaturais, por ocasião de seu testamento, como vimos no capítulo sobre o “passivo sobrenatural”.

Se, no início da década de 1780, vemos a Câmara de Sorocaba considerar Aires de Aguirre uma pessoa da “baixa esfera”, que fazia uso de pesos e medidas falsos e tinha um

“gênio intrigante”; no final da década de 1790, vemos o mesmo Senado atestar as qualidades de Antonio Francisco. É certo que não eram os mesmos vereadores, mas a imagem pública da família, particularmente da nova geração, também não era mais a mesma. Nela já se encontravam elementos de “boa doutrina”. Aguiar fazia sucesso com os pais de família.

É certo que o controle do posto de capitão-mor de Itapetininga era algo relevante e ostentado pelo clã. Antonio Francisco de Aguiar, em suas cartas, referia-se a Salvador de Oliveira Aires como “meu cunhado capitão-mor”.<sup>21</sup> Mas o controle do Registro de Sorocaba era, talvez, mais atraente em um grupo que crescia em termos econômicos, políticos e sociais. Era uma forma simples de garantir contatos com negociantes de locais muito diversos. Não sei até que ponto Paulino soube aproveitar esse posto e criar relações com aqueles homens, ou se os camaristas realmente tinham razão em apontá-lo como alguém que perseguia os pobres tropeiros. Mas Antonio Francisco de Aguiar, em suas cartas, salienta, com alguma regularidade, as dificuldades dos tropeiros e a necessidade de se facilitar o pagamento e a concessão de fianças. Em 1806, diante de um cenário desfavorável aos negócios dos tropeiros que vinham do sul, Aguiar argumentava em tom forte ao tesoureiro da Casa Doadá: “A vista do meu exposto real fé do meu ofício deve vossa mercê mudar de projeto e fazer ver estes conceitos ao nosso constituinte [a Corte Real, o ‘Doadó’] com as expressões desta verdade que ignora e que a mim me lembra a fosse dos *miseros tropeiros...*”.

No ano seguinte, ele voltava à carga, agora com um caso em particular:

O Guarda-mor Rodrigo Pedroso de Barros portador desta se acha no termo desta Vila com sua tropa de bestas e cavalos magros pela falta de pastos compradores e o inverno aporta e sendo o prejuízo do mesmo e de nosso constituinte infalível deve vossa mercê acautelar do modo que vou ponderar. Dando o mesmo Rodrigo fiador abonado, concede-lhe vossa mercê tempo suficiente de ele passar os animais engordar, vender, cobrar, a pagar, pois destes milagres já não posso por mim [...].<sup>22</sup>

<sup>21</sup> BN-II-35,25,25-27.

<sup>22</sup> BN-II-35,25,25-27-100.

E o dito guarda-mor não foi o único que teve o benefício da intercessão de Antonio Francisco de Aguiar. Vários outros tropeiros, mas não todos, foram devidamente atendidos pelo inspetor de Sorocaba. Aguiar se valia dessa possibilidade para incrementar seus relacionamentos externos e, dessa forma, ampliava o espaço de atuação de seu grupo familiar. Mediante essa tática, mantida ao longo do tempo, Rafael Tobias de Aguiar, filho de Antonio Francisco, chegou ao posto de brigadeiro, ocupando o Governo da Província para, em 1842, liderar a Revolta Liberal Paulista, dispondo de aliados e contatos que iam do Rio Grande ao Rio de Janeiro, ainda que com forte ênfase em São Paulo (BACELLAR, 1997, 2001; MARTINS, 2007).

O trabalho de ascender, contudo, não passava apenas pelos sucessos do campo de batalha, pelo enriquecimento e pelas boas relações. Uma boa política doméstica era necessária. Para a conquista, a Casa Doada devia estar em ordem. A trajetória desse núcleo familiar sugere uma clara política de seleção de quadros de comando dentro da família, melhor dizendo, o sucessor do chefe era escolhido em uma seleção da qual podiam participar filhos, genros e cunhados. O investimento da família na formação de quadros podia resultar em mais de um homem (até vários) preparados para o comando da Casa, momento em que o grupo poderia dividir seus interesses em áreas de concentração e distribuir tarefas entre os comandantes. Tal foi o caso na geração de Paulino: seu filho Salvador era bom candidato para ocupar os postos do avô Salvador, ainda vivo, e do pai. O grupo, entretanto, havia feito uma importante contratação: Antonio Francisco de Aguiar, que ficou encarregado de uma parte dos negócios, mais exatamente da administração do Registro de Sorocaba, enquanto o neto sucedia o avô no comando da vila de Itapetininga.

Esse cenário promissor para o grupo, agora rico em comandantes e coincidente com uma época economicamente boa, não fora o mesmo encontrado por Salvador de Oliveira Leme. Pelo que pude investigar, ele até fez de seu filho Francisco Xavier de Oliveira herdeiro de parte de seus negócios (BACELLAR, 1997; 2001), mas isso até a figura de Paulino Aires de Aguirre eclipsar o rapaz. E, nesses casos, a *performance* dos agentes, as suas habilidades e os seus recursos faziam a diferença e podiam representar

uma transformação na estratégia familiar. Em termos estritamente familiares (numa operação de desmonte para observação), a relação entre Oliveira Leme e Francisco Xavier era de pai e filho, mas, em termos de política familiar, ser filho significava, mais do que ser herdeiro, suceder o pai no comando. Nesse sentido, entendo que genros, cunhados e filhos podiam, ainda que desigualmente, disputar o cargo de *filho político*. O príncipe doméstico não precisava ser de sangue, mas precisava de certas qualidades que eram cobradas desses nobres “de segunda”, como a valentia.

Assim, acredito que genros e cunhados, em certas circunstâncias, poderiam passar por um processo de *filiação política* ao grupo familiar, enquanto os filhos podiam refiliar-se. Com tudo isso, quero salientar o quão dinâmica era a constituição de um núcleo familiar com planos mais ambiciosos, como poderia ser conflituoso, no plano interno, o “fazer-se” de um bando, por exemplo. No caso particular, não encontrei semelhantes conflitos, e a família Aguirre/Aguiar pôde organizar-se bem para alçar voos maiores. Tal processo de refiliação era semelhante ao que ocorria nos processos de filiação da Casa Real, quando o rei, informado pelo mordomo-mor, decidia sobre aqueles que desejavam tornar-se fidalgo, filiar-se à Casa Real (SILVA, 2005). E tanto o rei escolhia seus cavaleiros como o pai escolhia seus filhos, os quais não precisavam ser naturais. E tanto os cavaleiros eram moradores da Casa Real como os genros e cunhados, na tradição paulista, muitas vezes, residiam na casa de seus sogros e cunhados. Todavia, como isso fazia parte da política familiar, nada impedia os filhos de oporem-se aos planos paternos. Nazzari (2001) apresenta vários exemplos de como os filhos podiam opor-se ao dote estabelecido pelo pai.

Há outro elemento relevante que vem à baila na política interna: as diferentes densidades de relações dentro de um mesmo núcleo familiar. No caso da família Aguirre/Aguiar, é possível perceber que, no ano de 1796, o grupo possuía quatro figuras proeminentes, com seus lugares específicos de mando, mas articuladas entre si: Salvador de Oliveira Leme, o velho patriarca; Paulino Aires de Aguirre, o patriarca sucessor; Salvador de Oliveira Aires, o futuro capitão-mor; Antonio Francisco de Aguiar, o genro promissor. Mas a família era composta de muitas outras pessoas, e

evidentemente as mulheres não faziam parte daquele núcleo duro de poder doméstico. Em 1806, Oliveira Leme e Paulino estavam mortos. A densidade interna se reordenava, e os poderes se concentravam. Se voltarmos no tempo, para os anos 1760, por exemplo, veremos Oliveira Leme como um pequeno patriarca alçando seus primeiros voos e pensando em um bom marido para sua filha (MACHADO, 2006).

Trazer membros selecionados para esse grupo reduzido dentro da família é uma forma de compreender o matrimônio das filhas. E não era uma tarefa fácil encontrar noivos de “igualha” naquele mercado matrimonial. Nesse sentido, a prática do dote pode ser entendida no jogo de dádivas e contradádivas que relaciona ou ressalta a relação sogro–genro. Me parece que o matrimônio era mais um momento de confirmação dentro de uma sequência de transações bem-sucedidas do que o início de um processo, ainda que tampouco fosse o fim. Mas nem todos os genros se colocavam da mesma forma dentro do grupo do genro. Antonio Francisco não fora o único a se casar com uma das filhas de Paulino Aires. Poucos dias antes dessa união, ainda em 1793, Escolástica Maria de Oliveira, filha de Paulino, casava-se com o alferes José Ferreira Prestes, de uma conhecida família sorocabana, morador do Bairro do Pirajibu, onde tinha sete escravos.<sup>23</sup>

Não encontrei nenhum indício de um envolvimento estável de Prestes na política doméstica dos Aires de Aguirre. Talvez isso esteja associado à posição inferior dele em comparação com a de Aguiar e Oliveira Aires. Era alferes, o que parece pouco para as pretensões do grupo naquele momento, e não me consta que estivesse entre os mais ricos ou bem relacionados. Consultei a lista nominativa de Sorocaba de 1790 e concluí que Ferreira Prestes era um dos poucos homens aptos para desposar uma filha de Aires de Aguirre naquele momento, já que os demais sujeitos com um perfil minimamente adequado estavam, em sua maioria, casados.<sup>24</sup> Mas aqui há pouco material para afirmações mais categóricas. De qualquer maneira,

<sup>23</sup> Aesp. Lista nominativa de Sorocaba, 1790.

<sup>24</sup> Usei os seguintes critérios, os quais, ao que me parece, foram também utilizados por Paulino: homem, entre 18 e 40 anos, senhor de escravos com patente. Encontrei dois capitães (casados), quatro alferes (dois disponíveis, entre eles, Ferreira Prestes) e quatro sargentos (dois disponíveis). De qualquer forma, a patente de alferes está hierarquicamente acima da de sargento.

a pouca visibilidade de Ferreira Prestes contribuía para fazer brilhar a estrela de Antonio Francisco e seu espaço no núcleo familiar de Paulino.

Torno a um ponto-chave: a existência de uma rede com distintas densidades sobreposta ao núcleo familiar que, em certo sentido, confundia-se com o próprio núcleo, mas que, dentro de si, tinha diferentes forças de atração. Havia o núcleo dos comandantes. Havia também outro, um pouco mais amplo, que incluía algumas mulheres e outros homens. Havia a família, em um sentido bem amplo, que reunia todos, inclusive agregados e escravos, como parte constitutiva da Casa. Este último elemento deve ser particularmente ressaltado: a presença de escravos e agregados como parte do grupo, como base social e, inclusive, como indicador de *status*. Como bem salienta Machado (2006), em momentos de dificuldade de aquisição de escravos, as famílias da elite disputavam agregados entre si e com famílias livres pobres. O núcleo familiar de Aires de Aguirre tinha, em 1801, somado 163 escravos, aproximadamente um décimo do total dos cativos da vila (BACELLAR, 2001), o que, de algum modo, deixava o grupo numa situação confortável no quesito dependentes, a ponto de poder dispensar agregados. Na lista nominativa de 1790, Paulino acolhia apenas Francisco Antonio, de 19 anos, nessa condição.<sup>25</sup>

Com o que vimos até aqui, podemos concluir que, para um homem se tornar capitão, não bastava ser tenente, e talvez isso nem fosse necessário. Posso destacar alguns elementos importantes: comandar a política doméstica (ou figurar entre os comandantes); construir relações no plano extrafamiliar; possuir escravos (e seria conveniente uma boa relação com estes, para garantir apoio aos projetos); contar com uma dose de aliança com os poderes de centro presentes na localidade; ser dotado de recursos econômicos e, em certa medida, ter participação militar na Conquista ou na guerra.

---

<sup>25</sup> Aesp. Lista nominativa de 1790.

*Os Pinto Bandeira*

Ligado ao mundo das tropas de animais, ainda que não tivesse nessa atividade sua principal negociação, o grupo familiar dos Pinto Bandeira atuava em uma região bastante extensa, que incluía a Vila do Rio Grande e seu sertão, Viamão, Triunfo e Rio Pardo. Na década de 1750, Francisco Pinto Bandeira era capitão de dragões e se destacava na Campanha das Missões, na Guerra Guaranítica, a mesma da qual teria participado Paulino Aires de Aguirre. Nos anos 1760, ele providenciou casamentos para suas filhas com recém-chegados ao Viamão, um dos quais, Bernardo José Pereira, era negociante; outro, Custódio Ferreira de Oliveira Guimarães, iniciou-se nos negócios após a Campanha das Missões, da qual também participara, para estabelecer-se também no Viamão (GIL, 2007; HAMEISTER, 2006; HAMEISTER, GIL, 2007; KÜHN, 2006; SILVA, 1999).

Ambos se casaram quase na mesma época em que Paulino desposava, em Sorocabá, a filha de Salvador de Oliveira Leme. Mas Custódio e Bernardo se aliaram à família Pinto Bandeira alguns dias após a tomada da Vila do Rio Grande, o que pode ter acelerado a política de atração daquela família, dado o contexto de guerra. Nesse momento, o filho mais velho de Francisco, Rafael Pinto Bandeira, já havia contraído núpcias com Bárbara Vitória, filha de um cacique minuano chamado Miguel Carai. Após a morte de sua esposa, Rafael se casaria novamente, dessa vez com Maria Madalena, uma guarani missioneira. Após nova viuvez, Rafael se casaria pela terceira vez com Josefa Eulália de Azevedo, de origem portuguesa, filha de importante família da Colônia do Sacramento.

Tanto no caso de Rafael e seu sogro Miguel Carai, como na relação entre Custódio, Bernardo e Francisco Pinto Bandeira, percebe-se a força, também nesse contexto, da relação sogro–genro. Rafael manteve relações com “Dom” Miguel até mais de duas décadas após o matrimônio, e a boa relação dos seus cunhados com seu pai foi deixada de herança. Na década de 1780, os negócios entre o novo chefe do grupo familiar e seus cunhados e irmãos iam de vento em popa. Mas é preciso

considerar alguns eventos importantes ocorridos na década de 1770. Durante esse período, Rafael pôde destacar-se em dois aspectos. Promoveu diversos saques a propriedades de espanhóis no outro lado da fronteira e comandou as tropas lusas nos embates de reconquista da Vila de Rio Grande.

Tais fatos garantiram um enriquecimento acelerado, em paralelo ao aumento de sua posição de comando e ao aumento de seu prestígio público, além de um estreitamento em suas relações com os poderes centrais. Para tanto, contou com a ajuda dos minuanos e de uma grande quantidade de pequenos lavradores e criadores que participaram dos combates, nos quais igualmente recebiam um butim. Todas essas conquistas e ganhos se juntaram ao hábito de Cristo, que Rafael recebia por suas vitórias militares, e à patente de coronel da Cavalaria Ligeira, uma tropa sob seu comando. Durante a década de 1780, Rafael alternou o governo interino da Capitania do Rio Grande de São Pedro com a prática de contrabando, além de possuir numerosas propriedades com grandes quantidades de animais produzidos anualmente, aumentando seu cabedal político, social e econômico. O grupo possuía ainda um grande número de escravos. Todos esses recursos eram, de alguma forma, redistribuídos no núcleo familiar, mas não apenas.

Em meados da década de 1780, os investimentos familiares já tinham tomado um volume muito grande, e Rafael era também o coronel de sua família, liderando diversos capitães, entre eles, seus cunhados e irmãos. Em 1785, Evaristo Pinto Bandeira e Felisberto Pinto Bandeira, irmãos de Rafael, eram capitães, assim como Bernardo José Pereira (capitão auxiliar), Custódio Ferreira (capitão auxiliar) e Carlos José da Costa e Silva (capitão de dragões). Vasco, irmão mais jovem, era apenas tenente e só se tornou capitão após a morte do irmão mais velho, em 1796. Durante a década de 1780, os Pinto Bandeira comandavam mais do que um grande núcleo familiar. Formavam um bando, algo difícil de ser construído e ainda mais difícil de ser mantido, o que, até certo ponto, fora possível pela *performance* de Rafael Pinto Bandeira, que conduziu a política doméstica de seu grupo com uma

política contínua de aquisição de dependentes, aliados e apoio do centro. Toda essa ação permitiu a ele atingir o posto de brigadeiro em 1789 (FRAGOSO, 2005).

Inácio Xavier Mariano, um modesto criador de animais e tenente de auxiliares no Distrito do Caí, foi chamado a testemunhar em uma devassa. Nessa ocasião, ele confirmou que seu vizinho, Custódio Ferreira de Oliveira Guimarães (que já vimos, tinha uma enorme produção) havia obrigado um:

homem tropeiro que lhe parece chamar-se Antonio de Almeida, para que casasse com uma índia, ou que lhe desse a dita china a tropa que levava para São Paulo; e que depois de várias dúvidas entre o dito tropeiro e o sobredito capitão se viu na necessidade de casar para se livrar da prisão em que ele informante ouvira dizer o tivera posto.<sup>26</sup>

Outro vizinho, Antonio da Silva Barros, pequeno produtor de animais, confirmou este comportamento mencionado por Custódio, agregando que:

por ser voz pública e constante que o dito capitão Custódio Ferreira por ter a inspeção de registrar as tropas para obviar os contrabandos, costuma confiscar alguns animais dos quais depois se utilizava vendendo-as, e que isto *fazia principalmente aos que não lhe compravam os animais da sua estância*, e que ele informante ouvira dizer a um Raimundo de tal capataz de uma tropa de Antonio Machado, que chegando ele dito capataz a Estância do Capitão Custódio Ferreira montado em uma mula que havia [p. 343v] com a marca do confisco e também contrato do tempo do capitão Mor Manuel Bento da Rocha, o dito capitão Custódio Ferreira lhe confiscara dizendo por ser de contrabando; mas que passados poucos dias, ele mesmo capataz Raimundo vira passar a própria mula carregada, e que perguntando a quem conduzia a dita mula por que título ela lhe pertencia, lhe respondeu que a tinha comprado ao capitão Custódio Ferreira.<sup>27</sup>

Essas denúncias, confirmadas por outros moradores do Caí, tiveram origem em uma longa carta-denúncia escrita por Manuel José de Alencastre, antigo morador daquele distrito e capitão de ordenanças do Continente. Este ainda teria acusado Cus-

<sup>26</sup> Arquivo Nacional. Códice 104. V. 9.

<sup>27</sup> Arquivo Nacional. Códice 104. V. 9.

tódio de forçar preços de animais por meio da intimidação dos tropeiros. Cunhado de Custódio, Rafael Pinto Bandeira também fora acusado, nessa devassa, de vender animais de contrabando para tropeiros, a partir de sua estância “Gravataí”, na Freguesia dos Anjos, alegando que, mesmo sendo visível sua ilícita origem, passariam nas inspeções sem problemas. Outro Pinto Bandeira, Evaristo, fora acusado de passar animais de contrabando pelo Registro da Patrulha, para Cima da Serra. Eram mãos bastante visíveis que atuavam na economia das trocas animais. Não podemos deixar de lado esses constrangimentos em nosso modelo. A ação do “bando” de Rafael Pinto Bandeira e Custódio Ferreira certamente repercutia naquela economia e marcava seu caráter. Verdadeiras ou não, tais notícias circulavam para além do Viamão.

A mesma investigação nos revela outro instantâneo interessante, narrado pelo tenente de dragões Manuel Carvalho de Souza. Custódio teria tentado prender um “filho de um capitão fulano Carneiro morador em Curitiba”, o qual teria conseguido fugir, mas perdera seus animais. Acreditando terem sido confiscados pela Fazenda Real, o antigo proprietário encontrou os animais sendo conduzidos para uma fazenda de Custódio, que ficaria nas proximidades do Camaquã. No entanto, “vendo-os marcados com a marca do dito capitão Custódio Ferreira, quando os supunha confiscados para a Real Fazenda, *se resolveu a tirá-los do poder do condutor e assim o pôs em execução*”. Na mesma devassa, encontrei relatos que destacam outra atuação semelhante. Uma partida de soldados a mando da Fazenda Real havia confiscado animais de contrabando na estância de Evaristo Pinto Bandeira, contudo, este foi atrás de quem a confiscou e recuperou a tropa, como consta no depoimento: “vindo o dito capitão Evaristo em seguimento da partida a alcançara no curral do dito Antonio Joaquim, *de onde violentamente tirara os cavalos e os levava para a sua estância*”. A ousadia, a destreza e a violência eram valores daquele mundo e, tal como vimos nas *performances* de Custódio, de Evaristo e do filho do capitão Carneiro, de Curitiba, eram elementos que atuavam nos jogos das trocas. Mas o recurso a esses comportamentos não cabia a todos os negócios, e muitos acertos eram firmados com base em outros elementos, como o crédito e a liquidez.

Em comparação com o grupo dos Aguirre/Aguiar, a vantagem dos Pinto Bandeira é saliente. Rafael era feito brigadeiro pouco depois de Paulino se tornar tenente-coronel, posto que sequer ocupou. Isso sem falar que Rafael era alguns anos mais jovem do que Paulino e sequer pôde participar da Campanha das Missões no tempo de Bobadela. Pelo que pude perceber, Rafael pôde jogar mais alto com o sucesso dos empreendimentos bélicos e, no limite, nos seus negócios de contrabando e saques, atividades que não estavam disponíveis para Paulino e seu grupo. Se a América era conquista, as fronteiras de Rio Grande e Rio Pardo, onde Rafael atuava, eram ainda mais. Mas o comportamento social, me parece, era bastante similar. A filiação política doméstica dos genros e a refiliação dos filhos ao comandante máximo da família são elementos importantes a serem destacados.

Por outro lado, a relação imbricada entre família, negócios e política é visível em ambos os casos. A comandância regional de Custódio Ferreira de Oliveira Guimarães, no Distrito do Caí, só se processou após seu ingresso no grupo familiar dos Pinto Bandeira e só se manteve como decorrência direta desse fato, ainda que eu deva ressaltar aqui a *performance* de Custódio em suas atuações locais, intimidando a população e perseguindo, com convicção, seus inimigos mais diretos. Ascensões semelhantes, como vimos, foram produzidas pelo grupo Leme/Aguirre/Aguiar, relacionadas com a ascensão familiar e do ator social dentro da família. Aqui também a “filiação” teve um significado importante na dinâmica interna dos grupos.

A violência como forma de ação política e como prerrogativa de poder local era também uma prática comum em ambos os grupos, mas não o tempo todo. Rafael pôde exercê-la, assim como Paulino e Salvador podiam. De acordo com o processo de consolidação da família na esfera local e sua projeção e seu reconhecimento em esferas mais largas, chegando até a Corte, no caso de Rafael, os grupos poderiam mudar sua estratégia, como de fato parecem ter feito. A morte de Rafael, em 1795, e as mortes de Paulino, em 1798, e Salvador de Oliveira Leme, em 1802, são momentos interessantes para se acompanhar o peso da perda destes chefes e a

estratégia de transmissão de liderança. Isso pode trazer luz ao significado de uma “filiação” bem elaborada.

Rafael não tinha um herdeiro para o posto de comandante do grupo, e sua posição extremamente centralizada dentro do seu grupo era eficiente no funcionamento do “bando”, mas acabou significando uma enorme dificuldade para a manutenção dessa estrutura após sua morte. De certo modo, seu primo Manuel Marques de Souza, acabou se tornando uma espécie de herdeiro político, mas sem o peso carismático e uma parcela importante das relações de Rafael. Os negócios da família continuaram sendo desenvolvidos pelos irmãos e cunhados capitães, especialmente as ligações com a economia das tropas de animais, por intermédio de Evaristo Pinto Bandeira, e do negócio de couros de contrabando, agora mais do que nunca administrado por Vasco Pinto Bandeira. De qualquer maneira, houve um notório esfacelamento do “bando” (HAMEISTER; GIL, 2007).

Na família Aguirre/Aguiar, a concentração dos negócios em Antonio Francisco e seu cunhado Salvador de Oliveira Aires garantiu certa coesão e continuidade ao longo dos primeiros anos do século XIX, o que permitiu ao grupo condições para, ao longo desse período, investir em espaços maiores e ampliar o quadro de relações externas com o objetivo de concentrar oportunidades para o grupo. Em Rio Grande, diversamente, os herdeiros de Rafael acabaram definindo uma estratégia ampla de alianças que permitiu a inclusão de uma grande quantidade de pequenos grupos antes supervisionados pelos Pinto Bandeira, entre os quais alguns negociantes de Rio Grande e de São José do Norte, assim como diversos criadores de animais, que antes orbitavam de modo inconstante ao redor do núcleo duro da família.

O processo era inverso: enquanto os Aguirre/Aguiar tinham condições de iniciar um processo de concentração de forças baseado nos relacionamentos, os Pinto Bandeira acabavam “dividindo sua torta” com antigos apoiadores, em um momento de enfraquecimento e divisão do grupo. Vasco Pinto Bandeira acabou se aliando a negociantes de Rio Grande e tomou uma ligeira distância do núcleo familiar. Manuel Marques acabou assumindo a comandância da Capitania, conquista que,

apesar de vultuosa, não parece ter sido capitalizada em benefício do grupo, de um modo geral, como os postos alcançados por Rafael o eram. Em caminho contrário, Antonio Francisco de Aguiar começou a centralizar, ou, ao menos, a insinuar a centralização, de uma importante rede de chefes locais, negociantes e aparentados, que provavelmente seria a base para a ascensão política de seu ilustre filho. Os Marques de Souza tiveram vida longa em Rio Grande, mas me parece que foram os únicos herdeiros dos Pinto Bandeira a obter esse sucesso.

### *Os Carneiro Lobo*

Família diretamente interessada nos negócios de animais, os Carneiro Lobo, de Castro, foram um grupo bastante coeso em finais do século XVIII. Francisco Carneiro Lobo ficou logo viúvo de sua primeira esposa e casou-se pela segunda vez em 1767, com Maria de Jesus, filha do então capitão-mor de Curitiba, Leão de Vasconcelos. Nesse momento, Francisco já tinha um bom volume de negócios, terras e escravos. O inventário de sua primeira esposa, de 1762, indicava um patrimônio de mais de 1:000\$000 (LOPES, 2004), que pode ser considerado pouco, mas nem tanto se considerarmos a pobreza daquela região. Seu título de capitão já estava consolidado quando, em 1769, comandou um ataque aos índios arranchados junto ao Rio Tibagi, que, segundo seu relato produzido logo após o fim dos ataques, constantemente atacavam as povoações portuguesas na região, especialmente na pequena aldeia de Castro que começava a ser ocupada.<sup>28</sup> Nos anos seguintes, ele voltaria à ação, novamente em combates contra gentios circundantes.<sup>29</sup>

Francisco continuou, ao longo das décadas de 1760 e 1770, com investimentos na criação de animais, em uma pequena lavoura familiar e no comércio, o que devia incluir animais e fazenda seca, ainda que eu não tenha conseguido identificar exatamente. Em 1776, eles já eram possuidores de 11 escravos, o que, se estivessem em

<sup>28</sup> AHU.SPMG. 2486.

<sup>29</sup> AHU.SPMG. 2588.

Curitiba, seria suficiente para estarem entre os dez maiores senhores locais. Nesse ano, o filho Luciano já fazia negócios junto ao seu pai, e isso deve ter permitido ao rapaz arrumar casamento, no ano seguinte, com Francisca de Sá, filha de Inácio de Sá Arruda, cuja família era de Parnaíba. Seu filho mais velho, Luis Castanho de Araújo, nasceu em Araçariguama, e mais tarde o grupo foi estabelecer-se na estrada das tropas, em Castro (LOPES, 2004).

Ao longo dos anos 1780, parece ter havido um interesse crescente da família nos negócios de tropas. Encontrei um relato de 1787 sobre os negócios, entre 1784 e 1786, do nosso amigo (nesta altura da leitura) Custódio Ferreira com um “filho de um capitão fulano Carneiro morador em Curitiba”, o qual muito provavelmente era Luciano, que estava no Viamão para tratar da compra de animais, os quais quase foram apreendidos por Custódio (GIL, 2007). Em relação aos anos 1790, encontrei ao menos três tropas conduzidas por Luciano, das quais duas, pelo valor, poderiam ter mais de cem mulas, pagando, somente no Registro de Curitiba, mais de 170\$000, ou seja, apenas em impostos, Luciano pagou o valor de uma grande fazenda de criação de animais.<sup>30</sup>

Os negócios conduzidos entre as décadas de 1770 e 1780 devem ter sido promissores, o que possibilitou ao grupo, na década de 1790, casar os filhos com membros de importantes famílias da região. Em 1792, Joaquim, seu filho natural, “fugiu” com Ana, filha de Jeremias de Lemos Conde (LOPES, 2004), um dos maiores senhores de escravos de Castro, segundo a lista de moradores do ano seguinte,<sup>31</sup> o qual fora criado pelo antigo capitão-mor de Curitiba, Rodrigo Felix Martins (LOPES, 2004). Em 1795, pouco depois da morte do patriarca, Francisco, uma das filhas, Francisca, contraiu núpcias com Antonio, filho do então capitão-mor de Curitiba Lourenço, Ribeiro de Andrade. É importante reparar, neste caso, que Lourenço (quando ainda não era o cabeça da Vila de Curitiba) fora companheiro de Francisco Carneiro Lobo numa das campanhas do Tibagi, ocasião em que ambos eram capitães de auxiliares.<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> BN-II-35,25,25-27-004. Livros de Notas do Primeiro Tabelionato de Curitiba.

<sup>31</sup> Listas nominativas de Castro, 1793. Cedope.

<sup>32</sup> AHU.SPMG. 2588.

Em 1797, Francisco, o filho, casou-se com Isabel de Sá, filha de Inácio de Sá Arruda, que já era sogro de seu irmão Luciano desde 1777. Era o reforço desses vínculos. Em 1798, um filho de Luciano, José, casava com Gertrudes Maria do Espírito Santo, do Viamão. Em 1806, outro filho de Luciano, Manuel, desposava Ana Teixeira, filha de Francisco Teixeira Coelho, capitão-mor da Lapa. Encontramos, na lista nominativa da Lapa de 1806, este último casal vivendo junto do pai da noiva, donos de três escravos, e Manuel, já alferes de milícias, vivendo de comprar e vender animais. Ao menos uma das escravas, Ricarda, parece ter sido doada pelo pai da moça.<sup>33</sup>

Em paralelo à boa política de casamentos, percebemos a continuidade dos negócios da família, especialmente no ramo de animais. Fora as menções ao fato de serem negociantes de vacuns e cavалares, que constam nas listas nominativas, encontrei mais referências às tropas conduzidas pelos Carneiro Lobo. Em relação ao período entre 1803 e 1805, encontrei três tropas de vulto (valores superiores a 100\$000, uma delas de quase 400\$000) conduzidas por Manuel e José, filhos de Luciano. Ambos estavam entre os 25 e os 28 anos, o que reforça a ideia de que a atividade dos tropeiros nessas famílias corresponde a um momento do ciclo de vida, neste caso, entre os vinte e os trinta anos, mas que, em alguns casos, poderia ser praticada até os quarenta, eventualmente mais. De qualquer maneira, acredito que a condução de tropas era tida como uma atividade adequada para jovens que iniciam seus negócios, particularmente aqueles que recentemente haviam casado ou que estavam para casar, como vemos com nosso amigos Manuel e José.<sup>34</sup>

Estamos diante de uma família com grande prestígio regional. Eram das mais importantes famílias de Castro, estando entre os fundadores da localidade, e casaram seus filhos, entre legítimos e naturais, com a “nobreza” correspondente ao seu *status* de localidades contíguas, Curitiba e Lapa. Eram negociantes expressivos e puderam manter seus negócios por meio da incorporação dos filhos à atividade, como forma de engrossar os pecúlios para o início de novas unidades domésticas. Além disso,

<sup>33</sup> Listas nominativas da Lapa, 1798 e 1806. Cedope.

<sup>34</sup> BN-II-35,25,05.

o patriarca Francisco Carneiro Lobo soube tirar proveito das campanhas de que participou, e não apenas como moeda de troca com os poderes centrais, mas para costura de relacionamentos que, muitos anos mais tarde, puderam valer preciosas uniões para seu grupo, o qual, ao longo do tempo, foi tomando ares de “bando”.

*Guimarães, Ferreira e o fabuloso coronel Vaz*

Manuel Gonçalves Guimarães nasceu no início da década de 1740, no povoado de São Salvador de Dalaens, arcebispado de Braga. Ainda jovem, foi para o Rio de Janeiro, onde se casou e teve uma filha. Em pouco tempo, sua esposa e sua filha haviam morrido. Guimarães foi para Paranaguá, onde se casou com Maria Madalena de Lima, filha de Manuel Nunes Lima (LOPES, 2004), o qual já era ou estava para se tornar capitão-mor de Paranaguá.<sup>35</sup> Da vida de Guimarães entre seu casamento e a década de 1780, tenho pouca informação. Sei apenas que teve dez filhos e fez bons negócios, o que justifica seu lance e arrematação do contrato das passagens do Cubatão de Curitiba e do Rio de São Francisco, em 1780, pelo período de três anos, quando Manuel tinha cerca de quarenta.

Em 1786, Manuel venceu novamente a arrematação. Não sei se também fora o vencedor em 1783. Em 1780, ele superou a oferta anterior passando o valor da arrematação de 50\$000 para 114\$000. Em 1786, contudo, ele superou muito os limites, oferecendo 1:420\$000, 12 vezes o valor de 1780, o que mostra a liquidez de Manuel Gonçalves, fosse em dinheiro, fosse em crédito. E ele permaneceu no controle deste contrato até pelo menos o final da década de 1790, quando devia cerca de 160\$000 à Real Fazenda por pagamento deste mesmo contrato. Um valor pequeno, considerando o montante das ofertas anteriores. Este período também coincide com sua ascensão social, quando ele passa de sargento-mor da Vila de Curitiba para capitão (provavelmente de auxiliares). No final da década de 1790,

---

<sup>35</sup> AHU.SPMG. 2657; AHU.SPMG. 3154.

ele já se destacava como tropeiro de animais, conforme nos indica Manuel José Correia da Cunha em uma carta de 1797:

O capitão Manuel Gonçalves Guimarães veio a este Registro para averiguar pelo livro que tropas eram as das guias que vossa mercê lhe escreveu estava devendo e como os livros já tinham ido me pede para vossa mercê pelo livro examinar que tropas foram de conta de que por ter guiado várias tropas alheias e se acorda de alguma das guias se fez algum pagamento e quem o fez para assim vir no conhecimento da pessoa a quem pertence.<sup>36</sup>

De 1798 até 1809, é possível encontrar Manuel Gonçalves Guimarães em ao menos sete tropas, todas elas de valores expressivos e das quais uma, de 1801, pagou mais de 500\$000 em tributos no Registro de Curitiba. Se levasse apenas mulas, deveriam ser mais de quatrocentas. Ele aparece na lista de moradores de 1806 como vivendo de negociar tropas e de uma fazenda de criar animais vacuns e cavalares (LOPES, 2004). E, neste período, Guimarães seguiu em plena ascensão hierárquica, passando de capitão para tenente-coronel, por volta de 1797, e daí para coronel, em 1808. Faleceu em 1815, mas sua filha Ana Ubaldina do Paraíso Guimarães casou-se com João da Silva Machado, que se tornaria, muitos anos depois, barão de Antonina.

Tomemos outro exemplo: José Vaz de Carvalho. Ele chegou em São Paulo em 1774, vindo do Aveiro, depois de se formar em Coimbra. Logo que chegou, casou-se com a filha de um grande negociante local, mas de origem lusa, Manuel de Macedo, herdando, de algum modo, a posição deste no grupo de mercadores locais (ARAÚJO, 2008). Nas décadas seguintes, atuou na contratação de importantes tributos da Capitania de São Paulo, por períodos ininterruptos, junto com sócios como Paulino Aires de Aguirre, Francisco José de Sampaio e José de Andrade e Vasconcelos. Paulino já conhecemos. Francisco José era negociante e, depois, casou-se com uma filha de José Vaz. José de Andrade e Vasconcelos era capitão-mor de Taubaté.

---

<sup>36</sup> BN-II-35,25,03-002.

José Vaz iniciou sua carreira na hierarquia militar já como mestre de campo do Regimento Auxiliar da Marinha de Paranaguá, posto que ocupou por seis anos até tornar-se coronel da Cavalaria de Milícias de Curitiba. Mas esses não são os cargos mais destacados por Vaz de Carvalho em sua folha corrida, apresentada em 1806 para requisitar mais honrarias. Ele salientava o fato de ter atuado como “Juiz das demarcações de terras”, encarregado de medir as concessões fundiárias locais, além de ter sido um dos maiores interessados em contratos da Capitania, sempre “doando avultadas” quantias para obras públicas.<sup>37</sup>

Ele apontou algumas viagens que fez para conduzir valores no imediato pós-guerra, em 1778. No documento, ainda ressaltava o cargo de juiz ordinário de São Paulo, ocupado nos anos imediatamente anteriores à redação da sua carta, que visava diretamente à concessão do hábito de Cristo, o que aconteceu logo depois. O coronel Vaz ainda foi fiador de diversos tropeiros que passavam pelo Registro de Sorocaba, os quais só poderiam passar com pagamento ou fiança.<sup>38</sup> Por outro lado, parece ter feito um bom investimento em relações de compadrio. No Registro de Curitiba, as relações de compadrio chegaram a ser utilizadas como garantia de pagamento futuro por parte do afilhado José Manuel Tavares da Cunha, de Jundiá, em novembro de 1797.<sup>39</sup> Ele ainda mantinha negócios em Curitiba, entre os quais o próprio Registro, além de ser, à época, sócio de gente em Sorocaba, Guaratinguetá e São Paulo.

Em paralelo à ascensão de José Vaz, ia seu cunhado, Joaquim José de Macedo Leite.<sup>40</sup> Segundo seu sobrinho, Joaquim Roberto de Carvalho e Macedo (que havia ganhado de herança os serviços do tio, por meio da herdeira sua avó), ele tinha trinta anos de serviços prestados, iniciados em 1774, quando sentou praça, pela ocasião da “Guerra do Sul”, e, em 1776, já comandava uma companhia à sua custa, tendo se recolhido em 1779. Era “Capitão de Cavalaria do Regimento de Voluntários Reais”,

---

<sup>37</sup> AHU.SP (avulsos). 1223.

<sup>38</sup> BN-II-35,25,05.

<sup>39</sup> BN-II-35,25,03-023.

<sup>40</sup> AHU.SPMG. 4801.

em 1781, passando a sargento-mor daquela companhia em 1788.<sup>41</sup> Naquele mesmo ano, ele produziu um relato de viagem ao sul, no qual destaca pontos de parada para descanso dos tropeiros. Na volta, trouxe animais para as tropas da capitania paulista, além de outros animais para seus negócios. Ele morreu em 1803.<sup>42</sup> José Vaz, antes de morrer, havia chegado a brigadeiro.

O grupo doméstico do qual o coronel Vaz fazia parte promoveu várias “filiações” durante o período que estamos observando. Antes mesmo de Vaz, Antonio Fernandes do Vale ingressou no grupo e, bem antes, Manuel de Macedo, falecido sogro do coronel, também o havia feito. Mas tal prática continuou funcionando, com a incorporação de Francisco José de Sampaio Peixoto ao se casar com uma das filhas de seu sócio. O filho do coronel, por outro lado, foi “refiliado” e apontado como herdeiro dos serviços de seu tio, Joaquim José de Macedo Leite, material suficiente para que ele, já iniciado no comércio, desfrutasse também, como o pai, do hábito de Cristo. Nesse sentido, também neste último grupo, percebemos uma grande mescla que envolve negócios e família. Os investimentos familiares e de relacionamentos dos membros do grupo poderiam ter como consequência a formação de um “bando”. Mas a estratégia relacional de José Vaz de Carvalho alternou entre os investimentos externos e familiares, ainda que estivesse orientada por estes últimos.

\* \* \* \* \*

Acredito que a hierarquia sociomilitar, expressa nos títulos de tenente, capitão, tenente-coronel, coronel e brigadeiro, é um excelente “índice de desenvolvimento” das economias domésticas. Ser capitão era comandar uma *oikonomia*. Ser coronel era comandar diversas, entrecruzadas. Por economia doméstica, ou *oikonomia*, entendo a unidade produtiva familiar, que pode variar entre um pequeno rancho com mãe e filho até os negócios de um grande bando articulado e recheado de capitães.

<sup>41</sup> AHU.SPMG. 3516.

<sup>42</sup> AHU.SPMG. 5019.

Vimos que os feitos bélicos eram bons motivos para a ascensão, mas não foram todos os exitosos capitães que estudamos que foram bravos no campo de batalha, a despeito de terem participado em alguma escaramuça. Acredito que, mais que a bravura, o aspecto militar fazia a ligação entre súditos e Coroa, de forma que os poderes naturais e mágicos do rei pudessem sacralizar a ordem social dos vassallos, carregando de significado aqueles postos das tropas auxiliares, vistos como títulos de nobreza local. Nesse sentido, é importante salientar o papel do Coroa lusa nesse processo. Os homens e as mulheres que estamos observando puderam inventar, até certo ponto, uma hierarquia, mas não dispunham de poderes para sacralizar aquela ordem, que só adquiria sentido quando era confirmada pelo “cabeça” da monarquia, o qual, dessa forma, também organizava sua própria economia doméstica (GODELIER, 2001).

Algo comum a todos os nossos heróis foi o enriquecimento. Mas não o simples enriquecimento. Ele sempre esteve associado à possibilidade de potencializar o controle político local, enobrecer os membros e reordenar o controle familiar. Como vimos, há uma grande correlação entre associações mercantis, familiares e plurifamiliares, comércio e ascensão política. Nesse sentido, parecem fazer sentido algumas noções expostas por Clavero (1990, p. 165) quando nos fala que a finalidade do comércio era a difusão do amor cristão, um amor orientado pela amizade e pela família:

*No hay economía general, pero existen particulares, de cada casa no arbitrariamente, sino según su estado. Composición oiconómica no supone dispersión familiar. La sociedad sigue integrándose, no por imposición política, sino por prácticas propias que a la política alcanzan. La propia oiconomía establece sus reglas. Hay clases de familia y, conforme a ellas, regímenes económicos; hay clasificación y así tipificación, esto es, regulación.*

Ainda falta acrescentar alguns elementos nesse modelo, conforme o que vimos até aqui. Havia certa circunscrição territorial de atuação dos capitães. Eles nunca eram capitães simplesmente. Estavam sempre vinculados a uma determinada área

de seu controle, e, em muitos casos, isso se tratava de bairros ou distritos. Mesmo os coronéis, que comandavam organizações plurifamiliares, tinham um espaço geográfico de atuação, que muitas vezes era bastante maleável. Apesar disso, alguns capitães circulavam por espaços muito amplos, construindo relações e multiplicando possibilidades. O coronel Vaz, por exemplo, circulava entre Curitiba, Sorocaba, Taubaté, Guaratinguetá e Jundiaí, ainda que tivesse residência em São Paulo. E isso tinha seu peso no fato de ele ser coronel: ele movimentava as relações, por meio do comércio, numa área muito maior, fazendo parentes pelo caminho.



## CAPÍTULO 8

---

# Os agentes do crédito

Vejamos as principais tendências do crédito na economia do caminho, observando quem eram os maiores credores e devedores, além de prestarmos atenção ao volume de negócios por eles realizado, à duração dos acordos, ao tempo de espera e a outras variáveis. Faremos isso usando dois tipos de fontes: os registros de notas e os inventários *post-mortem*. Temos os registros de notas e transmissões para Porto Alegre e Curitiba, além de alguns livros do tabelião de Sorocaba.<sup>1</sup> Os inventários utilizados foram os de Porto Alegre e de Sorocaba, que estavam disponíveis em bom número.<sup>2</sup>

Os registros de notas e transmissões eram feitos por um tabelião, tal como previam as “Ordenações do Reino”. O tabelião deveria manter seu escritório aberto e disponível pela manhã e pela tarde “para que as partes que houverem mister para fazer alguma escritura, os possam mais prestes achar”.<sup>3</sup> Era sua função identificar as partes, redigir os documentos requisitados e lê-los para que os interessados assinassem ao final. Era sua obrigação registrar todos os documentos nos chamados “livros de notas” e preservar o acervo por ao menos quarenta anos. Tive alguma sorte. O Primeiro Tabelionato de Porto Alegre iniciou suas atividades em 1763, antes mesmo da chegada da Câmara de Vereadores. Até 1780, havia produzido mais de 790 notas, algo em torno de cinquenta escrituras por ano, em meio aos conflitos territoriais entre Portugal e Espanha (1763–1777).

Entre 1780 e 1810, contei 4.967 registros, o que gera uma média de 165 por ano, algo como um a cada dois dias. Em 1805, contudo, o número de registros

---

<sup>1</sup> Arquivo Público do Rio Grande do Sul; Cedope/UFPR; Arquivo do Estado de São Paulo.

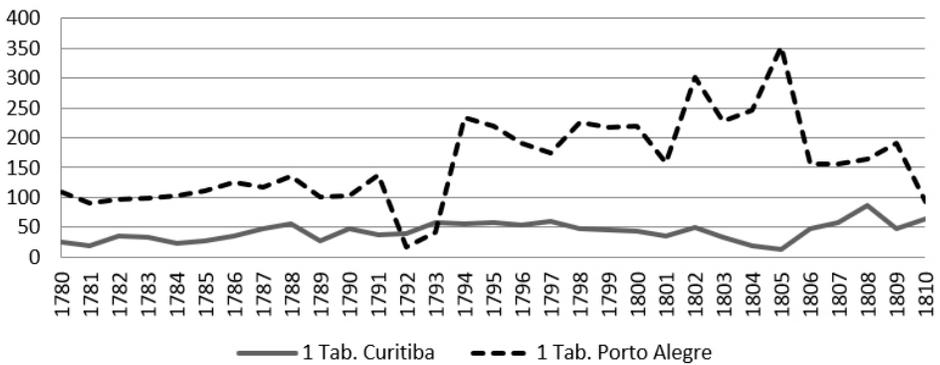
<sup>2</sup> Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

<sup>3</sup> Livro Primeiro das Ordenações Filipinas.

atingiu seu ápice, chegando a 352, quase um por dia. O tabelião ainda fazia um serviço itinerante, circulando por toda a Capitania do Rio Grande de São Pedro fazendo registros, especialmente em Rio Grande e em Rio Pardo, onde atendia a quem o procurasse. A área e a população de abrangência do Primeiro Tabelionato, assim, vão muito além de Porto Alegre. Os tipos de escrituras variam muito e se distribuem de forma bastante desproporcional. As procurações são a maioria ao longo de todo o período, representando 47% do total de registros. Já os registros de compra e venda ficam em segundo lugar, representando 24%, seguidos das alforrias, com 10%. As escrituras de crédito, dívida, hipotecas, fianças e obrigações, somadas, representavam 5%, totalizando 222 registros, numa média de sete por ano.

Curitiba já dispunha de um tabelionato desde o início do século XVIII, o qual era responsável por todo o Planalto. Identifiquei 1.325 registros para o período entre 1780 e 1810, o que gera uma média de 44 notas por ano, menos de uma por semana. A maior concentração de registros, dentro da minha amostra, ocorreu em 1808, com 86 escrituras, uma a cada quatro dias. Mesmo assim, a vida do tabelião não era muito corrida. Tal como ocorria em Porto Alegre, também em Curitiba os registros eram de coisas muito variadas. No Planalto, contudo, os registros de compra e venda eram a maioria, representando 31% dos total de registros. As procurações ocupavam o segundo lugar, com 28% da notas. A proporção de créditos, dívidas, hipotecas, fianças e obrigações atingia 14%, somando 190 registros, em torno de seis por ano, número comparável ao de Porto Alegre. A comparação no número total de escrituras nas duas localidades mostra uma diferença de volume.

**Figura 14:** Comparação do número de notas entre o Primeiro Tabelionato de Porto Alegre e o Primeiro Tabelionato de Curitiba (1780–1810)



Fonte: Livros de notas do Primeiro Tabelionato de Porto Alegre, Apergs; Livros de notas do Primeiro Tabelionato de Curitiba, Cartório Giovanetti (cópia do acervo do Cedope).

Os inventários *post-mortem* do Juízo dos Órfãos eram processos de levantamento patrimonial de um recém-falecido para comprovação de seus ativos e passivos e partilha dos resultados, com o objetivo de preservar o patrimônio dos herdeiros. Por se tratar de um documento relativo aos bens dos órfãos, a confecção dos inventários tinha foro próprio, o Juizado de Órfãos, encarregado não apenas de realizar o inventário, mas também de zelar pela propriedade dos órfãos solteiros menores de 25 anos, “no que devem ter grande cuidado pela muita confiança que neles é posta”.<sup>4</sup> Esse ofício não era exercido por técnicos, mas concedido aos vassallos na forma de mercês régias, sendo bastante valorizado pelas elites locais (HESPANHA, 1994). Mais que honorarias, o acesso a esse cargo significava possibilidades econômicas interessantes. Fragoso (2000) ressalta o controle da “Arca dos Órfãos” (como previam as Ordenações), cofres nos quais o dinheiro em espécie pertencente ao conjunto dos órfãos era depositado, o que conferia ao seu “portador” a possibilidade de fazer negócios, já que era exigido dos juízes que fizessem “aproveitar” os bens dos órfãos, como previam as Ordenações.

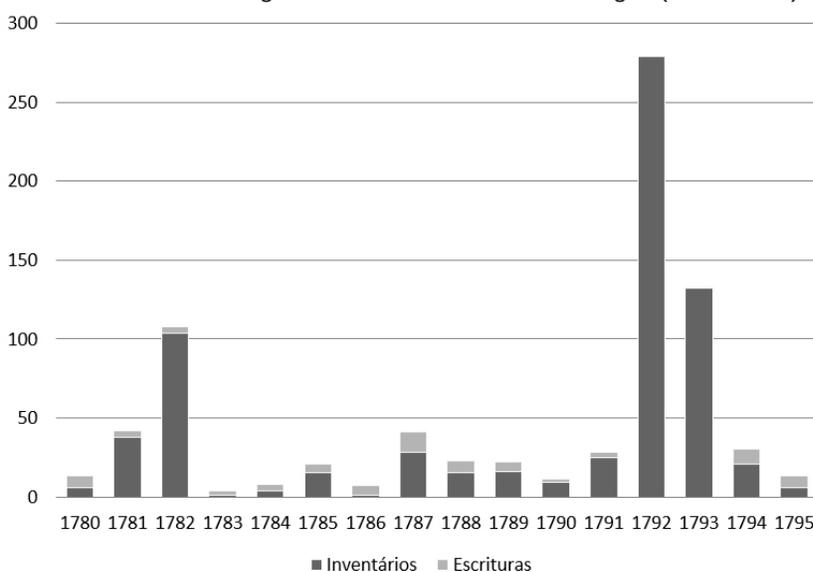
<sup>4</sup> Ordenações Filipinas, Título LXXXVIII. Dos Juízes de Órfãos.

Os inventários eram divididos em quatro partes: abertura, avaliação dos bens, apresentação dos documentos comprobatórios e partilha (FRAGOSO; PITZER, 1988). A avaliação dos bens distribuía os ativos materiais em categorias, geralmente bens de raiz, escravos, artefatos metálicos, dívidas, entre outras tantas possíveis. As dívidas eram geralmente descritas depois dos bens de raiz. Em alguns casos, eram classificadas como ativas ou passivas, além de outras classificações possíveis, como as dívidas pagas recentemente, as dívidas em sociedade, as dívidas anotadas em livros de controle contábil, entre outras. A própria forma como as dívidas estavam dispostas nos inventários pode contribuir para o conhecimento do inventariado. Os negociantes, quase todos, mantinham em separado as chamadas “dívidas de borrador”, geralmente relativas a compras fiadas. A grande maioria das dívidas incluía apenas o nome do credor ou devedor e o valor. Em alguns casos, há uma breve observação sobre o sujeito, como a referência a um posto militar, à profissão, a serem escravos ou libertos, etc. Algumas dívidas continham observações sobre o negócio que as originou, geralmente algum empréstimo ou compra.

O processo de criação e produção dos inventários *post-mortem* do Juízo dos Órfãos (e, conseqüentemente, a listagem de dívidas ativas e passivas) é totalmente diferente do processo de produção das escrituras e, por isso, constitui um interessante contraponto. As escrituras de crédito eram produzidas em função de um contrato de duas partes, podendo referir-se a uma dívida antiga, tornada pública e oficial no momento do registro, ou à criação de uma transação nova, oficial e pública desde o princípio. As condições para a produção de um registro de notas eram resultado direto da interação entre os agentes e a sua necessidade de tornar pública e oficial a transação. Os inventários não. Por um lado, se é certo que as dívidas ali contidas eram fruto da interação social, a produção da fonte é aleatória, dada pela fatalidade da morte de um dos agentes e do início e término do seu inventário. Por outro lado, a produção do inventário não significa a inclusão das dívidas ou a preocupação em incluir todas.

A qualidade dos dados, assim, era totalmente diversa, o que produziu séries de dados muito discrepantes. Enquanto as dívidas de escrituras podem ter sido fruto de um momento específico da transação, início, meio ou fim (o que permite a separação dos atos no tempo), as dívidas de inventários são um “consolidado” de transações não resolvidas, juntando negócios antigos e novos sem discriminação. Nessa diferença, reside a vantagem da comparação entre as duas fontes, que permite uma crítica da fonte que nos alerte sobre os limites de cada testemunho. Uma simples comparação do total de dívidas anual nos livros de notas e nos inventários já nos indica o tamanho da diferença, mas não só isso.

**Figura 15:** Comparação entre o número de dívidas encontradas em inventários e em registros de notas em Porto Alegre (1780-1795)



Fonte: Livros de notas do Primeiro Tabelionato de Porto Alegre, Apergs; inventários do Primeiro Cartório de Órfãos e Ausentes de Porto Alegre, Apergs.

Esses dados indicam também diferentes tipos de negócios. A grande maioria das dívidas de inventários não era registrada em cartório, sem falar daquelas produzidas entre agentes dos quais não se procedeu ao inventário *post-mortem*. São dívidas de

qualidades distintas que encontramos em cada fonte, ainda que possamos encontrar coincidência. Nesta pesquisa, só encontrei *uma*, que João Antonio Fernandes, de Porto Alegre, devia a Domingos Rabelo Leite e Cia, do Rio de Janeiro, anunciada em escritura poucos meses depois de ter sido listada no inventário. Tal situação reforça ainda mais o argumento da diferença de tipos de crédito em cada fonte. As dívidas contidas nos inventários poderiam ser acertos orais ou feitos por meio de papéis particulares, que poderiam depois ir parar em algum cartório, mas não necessariamente.

Além da aleatoriedade da morte e do subregistro, poucas eram as pessoas que faziam inventários, geralmente as mais abastadas. Esta seletividade, contudo, tem seu lado bom: ao “selecionar” os mais abastados, estava-se, provavelmente, incluindo aqueles que tinham maiores negócios, dívidas e créditos. Nesse sentido, teremos, nos inventários dos negociantes, uma enorme quantidade de pequenos devedores, o que nos permite uma aproximação àqueles grupos que ficaram ainda mais subregistrados em outras fontes. Em alguns dos inventários que tomei, alguns devedores eram classificados como “china”, “índio”, “velho”, “crioulo”, entre muitos outros termos.

Estamos, assim, diante de duas fontes diferentes e complementares, e acredito que, seguindo uma perspectiva comparativa, possamos obter alguns resultados interessantes sobre o crédito naquela sociedade.

### 8.1 Os credores

Começamos com estes e pelos documentos de Porto Alegre. Uma rápida comparação entre os inventários *post-mortem* e as escrituras reforça a imagem que tracei antes de que são fontes que apresentam diferentes qualidades de dívidas. Os valores manipulados nas escrituras são em média quatro vezes maiores que as dívidas de inventários. Tal cenário se repete no detalhe. Dividi os dados em décadas, como forma de acompanhar a mudança no decorrer do tempo.

Começamos com a década de 1780. Agrupando os dados dos inventários com as escrituras, formei um conjunto de 472 dívidas desse período. Separei as 236

maiores dívidas das 236 menores. Não havia nenhuma dívida de escritura entre as 236 menores. As dívidas de inventário, por sua vez, incluíam um número maior de dívidas pequenas (57%), ainda que um número expressivo estivesse entre as grandes. De qualquer maneira, é notório que as escrituras tendem a acolher as dívidas mais preciosas, de maior vulto, enquanto os inventários incluem todo tipo de transação. Entre os dez maiores credores do período, nessa amostra apenas três tinham seus negócios registrados em inventários, e apenas um, em ambos.

Quem eram esses sujeitos? As próprias escrituras nos esclarecem, ainda que parcialmente. O maior credor, Sebastião Francisco da Cunha, não aparece como um grande prestamista. Ele tinha negócios de fazendas em Rio Pardo, em sociedade com Antonio Gomes da Silva, e o valor de 15:000\$000 que o coloca como grande credor era o acerto de contas do fim daquela sociedade, ocorrido havia três anos, e a dívida deveria ser paga em outros quatro. Cunha era tenente de auxiliares em Rio Pardo pelo menos desde 1781.<sup>5</sup>

Antonio Carvalho da Silva, o segundo maior credor, tinha muitos interesses, e tudo leva a crer que fosse negociante. Já na década de 1770, era credor de importantes figuras da governança local, como João Pereira Chaves (figura importante na Vila dos Anjos), o capitão Francisco Xavier de Azambuja e o guarda-mor João Antunes da Porciúncula. Ele aparece com destaque tanto nos inventários como nas escrituras, em diferentes momentos e de diferentes formas. Nos anos 1770, ele surge em diversos inventários. Nos anos 1780, seguiu realizando empréstimos, valendo-se agora das escrituras, geralmente para outros negociantes, a maioria a fim de aumentar seus negócios. Nesse período, Manuel Leite Valente recebeu dois empréstimos, um em 1783, para “adiantamento” de negócio (deixando de garantia uma embarcação com seus tripulantes escravos), e outro anos depois, para a compra de uma tropa de mulas. Carvalho da Silva parece estar mais perto da figura do

---

<sup>5</sup> 1TABPOA-009-037; AHRS. F1245, 19v.

credor-financiador que Sebastião Francisco da Cunha, já que este último só era credor de um único sujeito, antigo sócio. Ele faleceu no final da década.<sup>6</sup>

O terceiro maior credor, Manuel Francisco de Sá, é também figura repetida nas escrituras, aparecendo em sete delas, mas sempre como devedor, tudo no início da década de 1780, valores entre 40\$000 e 125\$000, a maioria para a compra de fazenda seca. Seu único registro positivo foi um crédito de mais de 3:000\$000, em 1787, quando parece ter virado sua sorte e se tornado um negociante local expressivo, com possibilidade de outorgar um montante desse volume por um prazo de dois anos. Durante a década de 1770, ele apareceu várias vezes à pia batismal em Porto Alegre, assim como seus escravos.<sup>7</sup> Na mesma época, a partir de 1772, ele foi nomeado escrivão supranumerário da Contadoria da Fazenda Real da Capitania do Rio Grande, cargo que ocupou até o final da década. Não tenho registro para os anos 1780.<sup>8</sup>

Antonio Rodrigues Guimarães é o quarto grande credor, e este não parece ter se valido dos tabeliães para registrar seus negócios, que devem ter sido muitos, ainda que muito pequenos. Ele surge como credor em dois inventários alheios, um de 1782, com 6\$550, e outro de 1787, com 21\$530. No inventário de sua esposa, Antonia Pereira de Souza, em 1790, ele aparece como credor de Brás Domingues Nobre, de um montante de 1:404\$415, além de outra quantia de 1:684\$980 de ativos de diversas pessoas, que o credor não teve paciência de discriminar, e talvez até incluíssem aqueles dois devedores de 1782 e 1787. Ele foi padrinho de diversos rebentos entre 1776 e 1791 no Viamão e em Porto Alegre, atuando como almoxarife da Fazenda Real entre 1780 e 1783, chegando ao posto de capitão das ordenanças de Conceição do Arroio em 1800.<sup>9</sup> Não pude descobrir mais sobre seus negócios, mas, em uma carta do ins-

---

<sup>6</sup> 1COAPOA-03-24; 1COAPOA-04-38a; 1COAPOA-03-27; 01-03-1COARG; 1COAPOA-07-090; 1COAPOA-08-108; 1COAPOA-08-091; 1TABPOA-009-085; 1TABPOA-009-084; 1TABPOA-012-131.

<sup>7</sup> ACMPOA. Livro de batismos de Porto Alegre, n. 1.

<sup>8</sup> AHRS.F1244, 19, 20, 22 e 181v.

<sup>9</sup> AHRS.F1244, 173v; F1249, 218v; ACMPOA. Livros de batismos. Porto Alegre n. 1, e Viamão, n. 3 e 4.

petor de Curitiba, Manuel José, de 1798, este faz referência a um Antonio Rodrigues Guimarães do continente do sul, em Porto Alegre, que bem poderia ser este nosso.<sup>10</sup>

Manuel Alves de Carvalho é o quinto maior credor, e nunca encontrei seus negócios em escrituras, mas em quatro inventários diferentes, quase sempre como credor. No final da década de 1760, ele devia uma pequena quantia para o capitão Francisco Xavier de Azambuja. Não tenho dados para a década de 1770, mas, no início dos anos 1780 (quando do inventário de sua esposa), ele já tinha diversos devedores, com valores variando entre 20\$000 e 850\$000. Entre os devedores, o guarda-mor de Sorocaba, João de Almeida Leite, João José Cherem, morador do Rio de Janeiro (com dívida no valor de 850\$000), Belquior de Arantes, da Vila de Lages, e José da Silva, tropeiro, cuja dívida estava na mão do tenente-coronel Paulino Aires de Aguirre, de Sorocaba, para ser cobrada. Quando Manuel faleceu, em 1785, tanto Belquior quanto João José Cherem seguiram devedores, ainda que com valores um pouco menores.<sup>11</sup>

Passemos para Curitiba, local para o qual não encontrei inventários. Só teremos as escrituras como informantes, e não são muitas, ao todo, 190, distribuídas de modo desigual ao longo do tempo. Conteí 39 para a década de 1780, 70 para a de 1790 e 81 para a primeira do século XIX. Optei por analisar em detalhe as décadas de 1780 e 1800, na tentativa de perceber a transformação da economia. Tomando os anos de 1778 até 1790, estabeleci uma listagem de grandes credores. O primeiro era Francisco Xavier Pinto, nascido em Portugal, que ocupara os postos de capitão e sargento-mor ao longo da sua vida, na qual também fez negócios envolvendo o comércio de gado. Em segundo, estava Antonio Teixeira Álvares, o qual também fazia comércio de animais. O terceiro maior credor era Estevão José Ferreira, igualmente envolvido no comércio do caminho. O quarto maior era o padre Manuel Domingues Leitão, famoso por fazer empréstimos em Curitiba, inclusive

---

<sup>10</sup> BN-II-35,25,03-025.

<sup>11</sup> 1COAPOA-03-27; 1COAPOA-08-108;1COAPOA-09-120;1COAPOA-01-10f.

para tropeiros (LOPES, 2004).<sup>12</sup> Este grupo de quatro credores respondeu por 55% das outorgas de crédito nas escrituras nos anos 1780 (GIL, 2017).

Pelos exemplos, percebemos que o perfil dos credores na década de 1780 tinha grande relação com os negócios de gado do caminho e, o mais importante, eram negociantes *locais*. Não eram mercadores continentais, mas tinham condições de atender à demanda local por crédito. Na década de 1800, as coisas mudam de figura. O maior credor desse período é o capitão-mor Antonio Ribeiro de Andrade, filho do também capitão-mor Lourenço Ribeiro de Andrade, que atuara alguns anos como tropeiro.<sup>13</sup> O segundo maior credor fora o Cofre dos Órfãos, instituição prevista no direito português para cuidar das heranças. Nisso está a grande inovação. Somando 33 créditos para 21 devedores, o Cofre dos Órfãos respondeu por 43% de todas as dívidas registradas em escrituras na década, 18% do valor total dos empréstimos, com dívidas entre 27\$690 e 496\$196, uma média de 150\$000.<sup>14</sup> O terceiro maior entre os credores era o tenente João Antonio da Costa, cunhado do capitão-mor Antonio Ribeiro de Andrade (LOPES, 2015; 2004).<sup>15</sup> Ainda que a intensidade dos negócios do Cofre dos Órfãos representasse uma novidade, o cenário não era de transformação: ainda era a elite política local que comandava a liquidez. E a família era peça-chave nessa economia.

Para Sorocaba, temos o problema oposto ao de Curitiba. As escrituras não são muitas, estão em péssimas condições e há pouquíssimas de crédito. Os dados de

<sup>12</sup> 1TABCUR-022-126; BN-II-35,25,05; Listas nominativas de Curitiba. Cedope; 1TABCUR-021-093; 1TABCUR-021-011; 1TABCUR-021-053; 1TABCUR-022-065; 1TABCUR-022-099; 1TABCUR-023-043; 1TABCUR-022-091; 1TABCUR-027-022; 1TABCUR-029-004; 1TABCUR-031-097; 1TABCUR-020-151; 1TABCUR-021-026; BN-II-35,25,25-27; 1TABCUR-023-095; 1TABCUR-021-014; 1TABCUR-021-028; 1TABCUR-021-027; 1TABCUR-022-089.

<sup>13</sup> 1TABCUR-029-029; 1TABCUR-030-111; 1TABCUR-031-097.

<sup>14</sup> 1TABCUR-030-040; 1TABCUR-030-042; 1TABCUR-030-052; 1TABCUR-030-005; 1TABCUR-030-031; 1TABCUR-030-054; 1TABCUR-030-060; 1TABCUR-030-082; 1TABCUR-027-067; 1TABCUR-027-071; 1TABCUR-027-072; 1TABCUR-027-073; 1TABCUR-027-074; 1TABCUR-027-075; 1TABCUR-027-079; 1TABCUR-027-086; 1TABCUR-027-087; 1TABCUR-029-016; 1TABCUR-029-026; 1TABCUR-029-055; 1TABCUR-031-005; 1TABCUR-031-032; 1TABCUR-031-035.

<sup>15</sup> 1TABCUR-027-080; 1TABCUR-031-101.

inventários são mais generosos, ainda que eu não tenha encontrado essas fontes para o período de 1800 a 1810. Feitas essas ressalvas, vejamos o que há nesse material. Começamos com a década de 1780. Encontrei, ao todo, 298 dívidas, que paravam na mão de 106 credores, ainda que 70% deles fosse credor de apenas uma dívida, a maioria de pouco valor. Enquanto isso, os dez maiores credores detinham 84% dos valores devidos. Mas o leitor não deve se impressionar com essa concentração: o montante em jogo é relativamente pequeno, somando, ao todo, pouco mais de 8:000\$000, praticamente a metade do que dois sócios de Rio Pardo negociaram entre si nessa mesma época. Os valores negociados em Porto Alegre atingiam 26 contos, e estamos falando da periferia mercantil do Rio de Janeiro.

O maior ativo estava no inventário de Ana Maria de Oliveira, esposa do tenente-coronel Paulino Aires de Aguirre, e somava 2:800\$000, um terço do total de Sorocaba. Logo atrás, vinham Antonio José da Silva e João Batista, respectivamente, os quais, ao que tudo indica, eram sócios e mantinham contas entre si. As dívidas que os colocam na segunda e terceira posições do *ranking* de credores de Sorocaba são de um para o outro. O quarto da listagem é Domingos Vaz Monteiro, o qual, ao que me parece, era negociante de loja, tendo 61 devedores, que juntos somavam pouco mais de 700\$000. Entre os dez maiores, ainda estavam Luis Castanho de Moraes, com pouco mais de 200\$000 em 22 créditos, e o capitão-mor da Vila de Sorocaba, Cláudio de Madureira Calheiros, com 136\$000 distribuídos em cinco dívidas.

Na década seguinte, algumas coisas são notoriamente diversas. O valor total das dívidas de inventários pulou da casa de 8:000\$000 para 19:000\$000. O número de credores subiu para 136, dos quais a grande maioria ainda tinha poucos ativos para receber. A maior fonte de crédito ainda era a família de Paulino Aires de Aguirre, que agora (no inventário do patriarca) contava quase 8:000\$000 de ativos, cerca de 40% do total devido na Vila, somando mais de quatrocentos devedores. O segundo credor era agora o capitão Manuel Alves de Castro (pelo inventário de sua esposa, Andreza de Almeida Pacheco), que contava cerca de 4:500\$000, entre 257 devedores. Em ambos os casos, é notório que se somavam dívidas grandes e dívidas de loja. As famílias de

ambos eram negociantes de varejo, ainda que também fizessem negócios de maior fôlego, como Paulino, que era sócio da arrematação dos dízimos da capitania paulista.

A maior novidade, entretanto, não está no aumento da concentração na mãos dos Aires de Aguirre/Aguiar. Está no terceiro, quarto e quinto credores: Antonio Gomes Barroso, Manuel Velho da Silva e Brás Carneiro Leão, todos grandes homens de negócio do Rio de Janeiro. Eles possuíam 10% dos créditos de Sorocaba, e, é interessante notar, todas essas dívidas eram da mesma família, encontradas no inventário de Maria Francisca de Paula, esposa de João de Araújo Azevedo. Enquanto isso, Cláudio de Madureira Calheiros seguia entre os dez maiores credores, agora com 268\$055 réis em haver.

## 8.2 Sua Excelência, o devedor

*“O banco é uma instituição que empresta dinheiro à gente se a gente apresentar provas suficientes de que não precisa de dinheiro”  
(Barão de Itararé)*

Os historiadores do crédito sempre preferiram os credores, aqueles que detinham o poder de outorgar, dando pouca atenção aos devedores (BRAUDEL, 1998; ROCHA, 1996b; SAMPAIO, 2003a). O enigma do crédito, contudo, não está na capacidade de emprestar, mas na de tomar, ou melhor, de dever. Ter “crédito” não é exatamente isso? Vamos focar nos devedores. Seu comportamento é base para compreender os problemas que estamos observando, e eles eram mais numerosos. Além disso, não é surpreendente o fato de alguém ter dinheiro e passá-lo para outro. Surpreende o fato de alguém que, não tendo recursos, convence os outros de que é um bom negócio deixar o dinheiro consigo. Melhor dizendo, é mais relevante tentar compreender as razões que fazem os homens e as mulheres promoverem a circulação dos recursos. Isso ajuda a compreender, inclusive, como alguns têm para emprestar, voltando ao problema anterior. Parto do princípio de que aquele que deve deve porque tem ou teve crédito em algum momento. E já vimos que ficar devendo não era o fim dos negócios de um sujeito.

Antes de ver pontualmente o perfil de alguns devedores, vamos dar uma olhada em como estes eram classificados, ou seja, como era “apresentados” na documentação, com que referências e indicações, como, por exemplo, “capitão”, “primo de”, “esposa de”, “morador em”, entre muitas outras. Observar essas referências pode nos permitir uma aproximação à hierarquia do crédito daquele contexto, ou seja, o quanto cada tipo de agente social dispunha de crédito. Para tanto, vamos utilizar as denominações êmicas, ainda que estabelecendo algumas distinções por minha conta.

O procedimento metodológico foi o mesmo de antes. Dividi as dívidas de inventários e escrituras por décadas nas diferentes localidades e hierarquizei os agentes pelo valor em moeda outorgada. Nesse caso, separei apenas aqueles devedores para os quais havia alguma informação extraordinária, algum título, alguma indicação geográfica, parental ou étnica, tomando o valor médio por categoria (a média dos capitães, por exemplo, ou dos “filhos de”). De modo geral, um aspecto foi saliente em todos os experimentos: a hierarquia dos devedores tem grande correlação com a hierarquia socialmente reconhecida da época. Em todas as décadas e localidades, os maiores devedores eram aqueles que ocupavam os “lugares” mais prestigiosos da sociedade, como os capitães, coronéis, tenentes-coronéis e doutores. Do lado oposto, pretos, soldados, forros e uma “china” (mulher indígena) se alternavam nas décadas e nas localidades. Vejamos com detalhe.

Em Porto Alegre, começamos com a década de 1770 e com as dívidas de inventários. De um total de 302 dívidas, encontrei 132 referências qualitativas dos devedores. A lista era encabeçada por um doutor, um coronel e um sargento-mor. No outro oposto, um soldado e um sujeito “que cobre casas”. Na década de 1780, a situação não variava muito, com um guarda-mor, um “contratador”, um tropeiro e um capitão encabeçando a lista. Entre os menores devedores, um “filho de” e uma “china”. Nos anos 1790, um capitão-mor, um tenente e um tenente-coronel lideravam o *ranking* de devedores, enquanto, no fim da lista, estavam pretas, um padre e cabos. Nas escrituras, o cenário não era tão nítido, já que o número de registros era bem menor. De 156 escrituras, apenas vinte tinham referências qualitativas.

Para a década de 1780, encontrei apenas nove referências, que reuniam qualificativos como alferes, coronel, tenente, capitão, reverendo padre, tenente-coronel e um escravo (e ele não ocupava o último lugar). Para os anos 1800, com 11 registros, a situação fica um pouco mais nítida, com os capitães e alferes ocupando o topo, enquanto a base era formada por viúvas.

Em Curitiba, trabalhando apenas com as escrituras, encontrei 29 referências entre 123 dívidas. Para a década de 1780, que continha apenas quatro indicações qualitativas, só havia um alferes, duas viúvas e um capitão. Para a década de 1800, com 25 referências de qualidade, o cenário ficou um pouco mais nítido. No topo, estavam os qualificativos de tenente-coronel, doutor e capitão-mor, distantes, assim, de dona, furriel e padre. Em Sorocaba, para a qual só utilizei os inventários, o cenário era um pouco diverso do das outras duas localidades. Para a década de 1780, de 297 dívidas, encontrei 145 referências de qualidade. Os maiores devedores eram um “irmão da inventariada”, um alferes e um “filho”. No outro extremo, uma “negra”, um “pai” e um “pardo” formava a base. Para os anos 1790, de 1.124 dívidas, havia referência qualitativa em 438. Nesta lista, encabeçada por um tenente-coronel e um capitão-mor, a base estava formada por oficiais mecânicos, um “mestre”, um “mestre sapateiro”, um “mestre forro” e um “ourives”.

O que apresentamos são apenas os limites sociais do crédito, no que se refere à hierarquia social. É possível fazer uma espécie de sociologia dos devedores, utilizando uma escala que, apesar de produzida com valores exatos em moeda do reino, o real, acaba utilizando uma tábua de valores menos precisa, mais flexível, tendo em conta a noção de equidade, ou seja, sabendo que, naquela sociedade, buscava-se dar a cada um o que lhe era devido. A variedade de referências qualitativas relativas aos devedores (e também aos credores) nas fontes, especialmente nos inventários, é bastante grande, portanto, procurei dividir em grupos, criando uma tipologia. Contudo, busquei adotar critérios comuns à época.

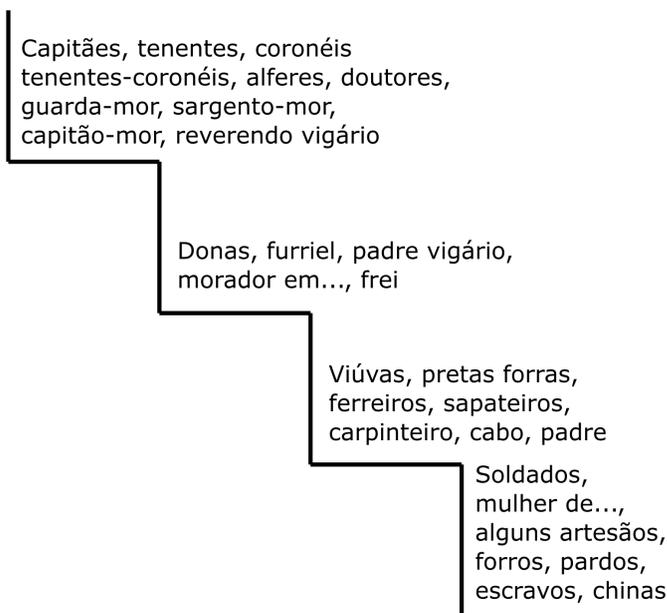
Classifiquei essas referências em sete categorias: a que denominei *sociopolítica*, inclui os postos de oficiais, tais como capitães, tenentes, coronéis, e títulos como

doutor e licenciado, geralmente associados à governança local; outra, que denominei *sociojurídica*, inclui diferentes tipos de escravos (pertencentes a diferentes tipos de senhor, por exemplo), assim como agentes ainda ligados à imagem do cativo, como pardos, forros e pretos forros; a categoria *parentesco*, que recolhe referências desse caráter, tais como “filho de”, “pai de”, “irmão de”, “primo de”, “genro de”, “cunhado de”, entre outras, tendo em conta se o aparentado possuía uma referência, como “filho do alferes”, “primo do tenente”; outra é a *ocupacional*, que inclui os oficiais mecânicos, assim como outras ocupações, como lavrador, mestre-escola e aquele “que cobre casas”; outra refere-se à *hierarquia da Igreja* e conta com padres, padres vigários, reverendos padres, freis e outras denominações; uma outra, ainda, é referente ao espaço, aglomerando todos que eram referidos como “morador em”, mas divididos por localidade; e por último, uma classificação que talvez não fizesse sentido para aquelas pessoas, pois era demasiadamente óbvia: por *gênero*, na qual reparei nos valores recebidos por homens e mulheres em posições semelhantes em outras categorias, como pardo forro e parda forra, preto e preta, etc.

Agora que temos os critérios parcialmente definidos, vejamos como essas posições faziam o crédito variar, mas com maior sutileza do que fiz observar antes. Vou apresentar apenas os valores das dívidas de inventários para poder compará-las com maior cuidado, utilizando, neste caso, apenas as fontes de Porto Alegre e Sorocaba. Observemos os capitães. O valor médio de endividamento de um agente qualificado como capitão em Porto Alegre, nos anos 1770, era de 89\$200. Na década seguinte, 125\$545, e, na de 1790, 72\$923. Em Sorocaba, o mesmo personagem tinha como valor médio de endividamento 76\$645, na década de 1780, e 52\$151, na de 1790. Ou seja, no conjunto, o valor variou entre 52\$151 e 125\$545. Um “escravo de alguém” devia em média 1\$230 em Porto Alegre da década de 1770, 1\$940 na seguinte e 1\$220 na posterior. Em Sorocaba, na década de 1790, um “escravo de alguém” devia, em média, 1\$498. Ou seja, o valor da dívida variava entre 1\$220 e 1\$940. Com isso, não quero dizer que cada *status* tivesse sua cota de crédito disponível (por menor que fosse), mas que a correlação entre crédito e hierarquia social era forte.

Essa correlação, contudo, não era linear, mas escalonada. Um pardo na Porto Alegre da década de 1770 recebia em média \$640 de crédito e, na década de 1790, na média de 4\$346. Em Sorocaba, durante a década de 1780, o mesmo pardo poderia se endividar na média de \$240 e, na década de 1790, na média de 4\$027. Entendo que os pardos, mesmo com uma ligeira vantagem, estavam dentro da mesma escala de crédito que os escravos, assim como os tenentes e coronéis estavam dentro da mesma dos capitães.

**Figura 16:** Hierarquia do crédito



Fonte: Inventários do Primeiro Cartório de Órfãos e Ausentes de Porto Alegre, Apergs; inventários de Sorocaba, Aesp.

Alguns detalhes são interessantes de serem analisados. Um posto como o de alferes, por exemplo, considerado subalterno na classificação militar, estava sempre bem cotado nos valores de dívidas, especialmente em Curitiba e Sorocaba. E isso parece ter um sentido. Encontrei diversos casos em que os filhos de capitães eram

alferes.<sup>16</sup> Parece que, se o capitão era uma espécie de rei local, seu filho alferes era o príncipe, filho de alguma dona. E isso deve ter contribuído para a melhoria da imagem pública dos alferes. Mas há outros casos nos quais o parentesco e a hierarquia social podiam ser identificados. Se observarmos as referências ao parentesco, encontramos uma diversidade de formas, especialmente nos inventários de Sorocaba, tais com “genro de”, “filho de”, “irmão de”, “esposa de”, “cunhado de”, etc.

Essas formas eram ressignificadas na hierarquia, formando qualificativos compostos como “genro do alferes”, “primo do tenente”, “filho do alferes”, “filho do capitão”, “viúva do alferes”, e tendiam a garantir um poder de endividamento maior para tais agentes que para outros análogos. Na Porto Alegre da década de 1770, por exemplo, um “filho do capitão” devia mais que um “filho do velho”, que devia mais que um “filho da viúva”, que, por sua vez, devia mais que um “filho de alguém sem qualificativo”. Um “filho de capitão” devia, em média 30\$775, enquanto um “filho de alguém” devia \$960.

Em Sorocaba da década de 1790, um “genro do alferes” devia bem mais que um “genro de alguém sem qualificativo”, o mesmo ocorrendo entre a “esposa do alferes” e a esposa de alguém sem qualificativo. Já o “filho do alferes” devia mais que os “filhos de”, mas não tanto quanto o “filho de dona”.

Com isso tudo, não quero estabelecer uma régua exata para medir aquela hierarquia, pelo contrário. Ao apontar de forma quase caricatural essas diferenças, quero ressaltar que as pessoas eram avaliadas por seu lugar na ordem social e por suas relações, mais que isso, quero ressaltar que era possível compartilhar parcialmente a posição de outro na ordem social, e as relações de parentesco eram muito próprias para isso. Além disso, qualificar as pessoas pelo parentesco, como “primo de”, “irmão de”, etc., era uma forma prática de localizar social e espacialmente as pessoas, permitindo aos credores ou devedores a cobrança ou o pagamento.

Esta prática de identificar as pessoas por suas relações não era algo óbvio, mas era uma forma muito praticada em Sorocaba, especialmente visível na década de

---

<sup>16</sup> Listas nominativas, Cedope e Aesp.

1790, para quando havia um número maior de dívidas. Pude encontrar 64 referências de parentesco nesta vila, distribuídas em 22 formas. Tomando o mesmo período em Porto Alegre, encontrei apenas 25 referências, entre seis formas possíveis. Contudo, na mesma Porto Alegre, abundavam referências a lugares diversos, inclusive próximos, tais como “Miraguaia” (na Freguesia dos Anjos), “em casa de”, “Chácara do falecido”, “Rincão do defunto”, “Sítio que foi de”, “Lombas”, “morador ao pé de”. Essa diferença, me parece, está associada ao fato de que Sorocaba mantinha uma população em lento crescimento, em que as referências parentais tinham significado coletivo, dada a densidade relacional daquela vila. Porto Alegre, ao contrário, crescia e se transformava rapidamente, e as referências ao espaço se tornavam uma forma eficiente de fazer indicações. Uma coisa era o devedor ser conhecido pelo credor, outra era ser conhecido pelo inventariante, pelo juiz e pelo escrivão dos órfãos. Era preciso uma referência de consumo coletivo.

Se tomarmos algumas categorias femininas, como “dona”, “mulher de” e “viúva”, também podemos observar alguns padrões semelhantes. Em Porto Alegre, na década de 1780, uma dona devia em média 5\$790, e uma viúva, 4\$840. Na década de 1790, uma viúva devia em média 8\$905, e uma “mulher de alguém” devia 4\$510. A sutil vantagem das donas sobre as viúvas e das viúvas sobre as “mulheres de alguém” confirma-se em um caso de Sorocaba, vez em que, na década de 1790, uma dona devia, em média 17\$458; uma viúva, 4\$120; e uma “mulher de alguém” devia 3\$050. Se continuarmos em Sorocaba da década de 1790, ainda observando as dívidas das mulheres, veremos que, além da diferença de gênero, acrescentava-se a diferença da hierarquia social. Uma dona “esposa de alguém”, tal como uma “esposa do alferes”, devia cerca de 5\$000, enquanto pardas e forras deviam em média menos de 1\$000. Já uma “china” em Porto Alegre, na década de 1780, devia \$280.

Também o endividamento daqueles referidos como oficiais mecânicos pode ser interessante para análise. De um modo geral, eles povoavam a base da escala dos devedores, abaixo dos “parentes de alguém”, mas acima dos escravos, próximos aos pardos e forros. Muitos desses oficiais tinham também um forte vínculo com o

mundo das senzalas e tinham, nessas atividades, formas de ascender socialmente, ainda que pouco (FERREIRA, 2005). Mas, tomando os dados de Porto Alegre e Sorocaba da mesma época, a década de 1790 (a melhor documentada), percebemos que há uma expressiva vantagem dos artesãos de Porto Alegre na obtenção de crédito. Isso parece ser um fenômeno novo, já que, nas décadas anteriores, o padrão parece ser o mesmo de Sorocaba, ainda que, em 1781, um carpinteiro tenha obtido 40\$600 em crédito, valor muito acima do normal para os demais oficiais, abaixo de 15\$000, em Porto Alegre, e de 5\$000, em Sorocaba.

Compartilhar o brilho de uma patente como a de capitão, tenente ou alferes não era uma exclusividade dos laços de parentesco. Esse brilho poderia se estender também aos cativos. Um escravo do tenente Antonio Mendes (de São Roque), por exemplo, pôde endividar-se em 5\$000, valor acima do usual para vários pardos e forros de Sorocaba. Isso, porém, era pouco se comparado com o endividamento do pardo Francisco Leite, que morava “na casa de João Leite de Godoi”, que obteve 14\$660 de dívida. Algumas vezes, a relação com algum personagem reputado existia, mas era um pouco diluída pelo número de mediadores, tal como aconteceu com João, “Forro filho de João crioulo, escravo dos filhos do falecido Capitão Moraes”.

Ainda não exploramos plenamente a questão de gênero. Antes, observamos as diferenças entre os qualificativos de homens e mulheres, ou seja, demos atenção apenas às formas como aqueles agentes podiam ser apresentados ou eram qualificados. Resta calcular o total de dívidas por década para homens e mulheres. Para tanto, diferenciei o sexo a partir do nome ou, em alguns casos (quando o nome era ilegível ou não constava), pelo qualificativo, o que permitiu identificar a grande maioria dos devedores. Começamos observando os dados de Sorocaba. Na década de 1780, era muito mais fácil para um homem obter dinheiro emprestado que para uma mulher. Ao menos é o que pude estimar a partir das fontes a que tive acesso. Das 297 dívidas, apenas 28 foram de mulheres (10%), e os valores outorgados eram igualmente menores, em média 11\$202, enquanto os homens podiam receber em média 31\$719. Para a década de 1790, temos bem mais fontes. Das 1.123 dívidas

desse período, 260 eram de mulheres (23%), o que significa um aumento absoluto e relativo da importância dessas devedoras. Contudo, o maior impacto não foi no número de dívidas, mas no valor manipulado. Nesse momento, elas se endividavam no valor de, em média, 17\$618, superando os homens, que deviam cerca de 17\$168. Uma vantagem sutil, mas uma vantagem.

Em Porto Alegre, o cenário era de maior continuidade. Das 302 dívidas que encontrei para a década de 1770, apenas 23 paravam em mãos femininas (7,6%), que deviam em média 59\$499, enquanto os homens deviam uma média de 97\$833. Na década seguinte, das 421 dívidas, 74 eram de mulheres (17,5%), que se obrigavam em uma média de 47\$285, enquanto os homens deviam, em média 56\$086. Este foi o momento de maior aproximação entre as dívidas de ambos os gêneros: quando as mulheres deviam 15% do valor total das dívidas. Na década de 1790, ocorreu o retorno da importância dos devedores masculinos, com as mulheres devendo apenas 2% do valor total das dívidas de inventários.

Considerando ainda o fato de que, em Sorocaba, as relações parentais eram mais utilizadas que em Porto Alegre para identificar os agentes do crédito, além do fato de que naquela vila havia maior referência a agentes do sexo feminino, acredito que haja certa relação entre a agência feminina no crédito e a densidade das relações nas comunidades. Como já disse antes, Sorocaba não teve um crescimento muito grande ao longo do período em questão, e boa parte dos recém-chegados acabou encontrando abrigo dentro dos núcleos familiares já estabelecidos. Além disso, boa parte desses sujeitos vinham de áreas próximas, e outros mantinham parentesco com famílias locais. Nesse ponto, baseio, em parte, minha análise no trabalho de Hameister e Gil (2007), em que a autora aponta a importância das mulheres na produção da unidade do grupo familiar, estendendo esta unidade para o conjunto da elite local.

Depois de tantos dados abstratos sobre os devedores, passemos àqueles de “carne e osso”, de forma a testar os resultados até aqui obtidos. Começemos por Porto Alegre, com as dívidas de inventários. Para a década de 1770, o maior devedor que encontrei foi o alferes João Pereira Chaves, um dos sujeitos mais ricos da região e

proprietário de um dos maiores plantéis de escravos (SIRTORI, 2008; KÜHN, 2006). Ele devia mais de 12:000\$000 (o inventário de sua esposa, Gertrudes de Lima, foi feito nesta década, em 1777, e, por isso, estes dados têm grande representatividade). Atrás dele, estava o doutor Miguel Pinheiro de Souza, que devia 2:700\$000 para o mesmo João Pereira Chaves. Não pude encontrar maiores informações sobre Pinheiro de Souza. Em terceiro lugar, estava o coronel Rafael Pinto Bandeira, que competia em número de escravos com Pereira Chaves e era um dos maiores potentados locais. No momento de sua dívida, acabava de comandar as tropas portuguesas que reconquistaram parte do território do Rio Grande de São Pedro, estando para receber um hábito de Cristo (SILVA, 1999; GIL, 2007). Na própria dívida do inventário, ele já era referido como coronel da Cavalaria Ligeira, sendo também seu credor João Pereira Chaves, com um crédito no valor de 1:700\$000.

Para a década de 1780, disponho de duas fontes complementares, os inventários e as escrituras. Tendo em conta os inventários, o maior devedor desse período foi o doutor Antero José Ferreira de Brito, formado em Direito em Coimbra e sobrinho do então falecido Antonio Pinto Carneiro, aliado, nos anos 1770, de Rafael Pinto Bandeira. Em seu inventário, de 1787, devia mais de 2:000\$000 para um grupo de 14 pessoas. Entre seus credores, estava o segundo maior devedor do período, João Antonio Fernandes (na verdade, uma viúva devia para outra). Fernandes, no ano de seu inventário, devia pouco menos de 2:000\$000 para cinco credores, sendo o maior deles Domingos Rabelo Leite, com quem já fazia negócios desde a década de 1760. João Antonio Fernandes aparece em alguns registros de batismo do Viamão ao longo da década de 1770 e teve, em 1771, como padrinho de seu filho, o provedor da Fazenda Real Inácio Osório Vieira.<sup>17</sup> Era também credor de diversas pessoas na mesma época.

Nas escrituras, o cenário é outro. Para a década de 1780, o maior devedor era o negociante Antonio Gomes da Silva, que era também, como vimos, um dos maiores credores. Antonio Soares de Paiva era o segundo maior. Vindo da Colônia

---

<sup>17</sup> ACMPOA. Livros de batismos de Viamão, n. 3.

do Sacramento, Paiva se casou com a filha do capitão Domingos de Lima Veiga, importante senhor de escravos da Vila do Rio Grande e padrinho de muitos afilhados (HAMEISTER; GIL, 2007). O próprio Paiva atuou, ao menos em três oportunidades, como padrinho, durante a década de 1780 em Porto Alegre.<sup>18</sup> Sua maior dívida era com o capitão João Manuel de Figueiredo, do Rio de Janeiro, no valor de 2:800\$000. Já nos anos 1800, o maior devedor era o negociante João Ferreira da Silva, que devia mais de 9:000\$000, provavelmente de negócios de atacado. O segundo maior devedor era Antonio José Pereira Machado, sobre o qual não pude obter maiores informações, mas sei que andou construindo uma grande casa no início da década de 1800, o que talvez tenha demandado aqueles recursos.

Em Curitiba, o maior devedor da década de 1780 era Domingos Inácio de Araújo, bem relacionado e que mais tarde se tornaria capitão. Os recursos tomados foram todos do mesmo sujeito, o sargento-mor Francisco Xavier Pinto, e eram para a montagem de uma tropa.<sup>19</sup> Já nos anos 1800, o maior devedor era o tenente-coronel Francisco de Paula Ribas, cujos recursos foram tomados de seu irmão, capitão-mor Antonio Ribeiro de Andrade. Em Sorocaba, o maior devedor dos anos 1780 era Gaspar Aires de Aguirre, irmão de Paulino, que era também seu credor. Já nos anos 1790, as coisas haviam mudado um tanto. A maior devedora era Maria Francisca de Paula, cujos maiores passivos eram com três grandes negociantes do Rio de Janeiro: Antonio Gomes Barroso, Brás Carneiro Leão e Manuel Velho da Silva, cujas famílias ocupavam o topo da hierarquia mercantil.<sup>20</sup>

---

<sup>18</sup> ACMPOA. Livro de batismos de Porto Alegre, n. 1.

<sup>19</sup> 1TABCUR-022-126.

<sup>20</sup> Aesp-INVC00604.

## CAPÍTULO 9

---

# A loteria da Babilônia: um mercado diverso

### 9.1 Camadas de relacionamentos

Se observarmos os lugares referidos nas dívidas de inventários de Porto Alegre e Sorocaba, veremos que a maior parte deles aponta para uma certa endogenia no mercado de crédito, assim como vimos para o mercado matrimonial e para a escolha dos padrinhos. Para Sorocaba, encontrei cerca de 1.627 referências nos inventários da vila entre 1780 e 1810. A grande maioria delas não aponta a origem geográfica de credores e devedores, e seria difícil comparar cada um dos nomes que surgem nas listas nominativas, por exemplo, ou em outras fontes, já que a grande maioria são nomes de grande repetição, impedindo alguma segurança maior. Mas, para alguns casos, temos essa informação, e é com isso que iremos trabalhar. Encontramos 79 referências geográficas de credores e/ou devedores. Desse total, quarenta eram da própria Vila de Sorocaba; São Roque tinha cinco dívidas registradas; São Paulo e Itu, quatro cada uma; Rio de Janeiro, Porto Feliz e Paranapanema apareciam com três registros para cada; Itapetininga, Parnaíba e Apiaí apareciam duas vezes cada; um grupo maior, que incluía Viamão, Minas, Cima da Serra, Mato Grosso, Curitiba, Ponta Grossa, Mogi das Cruzes, Cotia, Vila do Príncipe e Minas do Cuiabá, registrava uma dívida para cada local.

O Rio de Janeiro poderia ter mais destaque neste cenário se os capitães Antonio Gomes Barroso e Brás Carneiro Leão fossem, nesses documentos, referidos como sendo do Rio de Janeiro. Todavia, eles aparecem uma vez cada um (e no mesmo inventário), o que colocaria o Rio ao lado de São Paulo, mas ainda assim bem abaixo da quantidade de dívidas que se estabelecia na mesma localidade. De qualquer

modo, se eu tentasse rastrear cada um dos nomes das mais de 1.500 dívidas, certamente São Paulo apareceria com mais de quatro transações, assim como Sorocaba teria muitas mais já que os credores e/ou devedores eram conhecidos da comunidade e, portanto, dispensavam apresentações.

Assim, Itu, São Roque e São Paulo aparecem, novamente, como duas localidades muito próximas de Sorocaba no que se refere aos relacionamentos sociais. O Rio de Janeiro não representava um estoque de noivos ou noivas, mas aparecia no universo sorocabano como um bom lugar para fazer negócios, provavelmente para a compra de escravos. E, mesmo com a ampla circulação de animais, pela continuidade no tempo e pela importância desse comércio para Sorocaba e São Paulo, as localidades que ficavam à margem do caminho não se apresentam aqui tão próximas de Sorocaba.

Podemos comparar esses dados com outros, resultado do processamento das dívidas contidas em inventários *post-mortem* de Porto Alegre. Este corpo documental é formado por inventários produzidos em diversas localidades próximas a Porto Alegre, particularmente, Viamão, Patrulha, Anjos e Triunfo. Logo, a análise desse material serve mais para medir se as relações locais eram mais impactantes que as regionais e, ainda assim, de um modo um pouco simplificado. Para elaborar esta análise, utilizei 95 inventários datados de 1764 a 1802, do Primeiro Cartório de Órfãos e Ausentes de Porto Alegre, entre os quais encontrei cerca de 1.020 dívidas. As referências à localização dos credores e devedores são escassas, sugerindo que, em boa parte dos casos, eram credores e/ou devedores locais, dos quais não era preciso fazer observações maiores.

Há dois tipos de informação geográfica nas dívidas. Algumas dívidas se referem a lugares (por exemplo, “em Brasília deve tanto a Fulano”), enquanto outras posicionam o sujeito (credor ou devedor) em algum lugar (“deve tanto ao Fulano de Tal, morador em Belo Horizonte”). Em relação ao primeiro caso, do qual tenho 26 notas sobre lugares, encontrei o Rio de Janeiro como primeiro, com cinco referências. Em seguida, Barrancas, Bahia e São Paulo, cada uma com duas indicações. As demais

15 tinham cada qual uma referência. Entre elas, estavam Benguela, Angola, Casa de Rosa Gerônima, Santa Catarina, Casa do Provedor, Sorocaba, Areias Gordas e Castro. Em relação aos dados que qualificavam os credores e devedores, encontrei um cenário diverso, cujo universo é maior: há 96 referências. O que mais se destaca são as indicações “familiares” de credores e/ou devedores, como “rincão do defunto Almeida”, “casa de Salvador dos Santos”, “ao pé de Manuel Rodrigues Paes”. Somei esse tipo de referência, que classifiquei como “local” (porque se remete a um ponto familiar da localidade), com aquelas indicações que pude identificar claramente, como “Miraguaia” (na Freguesia dos Anjos) ou “Rio do Caí”. Com isso, contabilizei 38 referências “locais” contra 24 a Rio Pardo, nove a lugares de Cima da Serra, sete a Patrulha e litoral (costa que fica à oeste da Patrulha), cinco a Triunfo, cinco a Rio Grande e duas a São Paulo. Rio de Janeiro, Laguna, Lages, Curitiba e Viamão tiveram uma referência cada um.

Parece que havia, mesmo entre as dívidas, uma contínua predominância da densidade local. As dívidas, entretanto, aumentaram a área total de relacionamento do Viamão e acrescentaram importância a certas localidades. Rio Pardo aparece com maior destaque, inclusive mais que a Vila do Rio Grande, enquanto o Rio de Janeiro aparece com maior força, superior a São Paulo, apenas para tomar distâncias proporcionais. Isso me sugere, novamente, o quão seletivo era o mercado relacional. Mais que isso, sugere que, à parte de toda a economia das tropas de animais que rumavam para Curitiba, o mercado relacional do Viamão, podendo incluir aí Triunfo, seguia outros vetores, mais restritos, por um lado, e com expressiva ligação ao Rio de Janeiro, por outro. De qualquer forma, mesmo distantes, São Paulo e Sorocaba ainda mantinham certa presença, apesar de já um tanto borrada. O mesmo se pode dizer a respeito de Curitiba e Laguna, que ainda se sentiam de longe.

Retomando a discussão sobre a construção da confiança em redes densas, temos que ter em conta alguns problemas. Apesar de os dados apresentados nos sugerirem uma densidade local que garantia o suprimento de crédito até certo ponto, eles não nos falam sobre os conflitos locais e sobre as rupturas existentes

em cada comunidade. Um cenário hipotético no qual todos os habitantes de uma comunidade se conhecessem (o que não estava muito longe de acontecer, ao menos entre as famílias) não significaria que todos confiassem em todos, pelo contrário. Como nos indica Burt, há uma série de complicadores próprios de redes densas que impedem, em muitos casos, a criação de confiança ou a sua manutenção (BURT, 2001). Bacellar (1997) nos lembra dos conflitos entre grupos familiares antigos em São Paulo, e já vimos diversos conflitos intraelites até aqui.

Se a densidade local contribuiu para o contato e a criação de confiança, ela também é capaz de gerar conflitos, resolvê-los ou agravá-los. Acredito que muitos escravos puderam aceder a algumas formas de crédito se valendo de contatos e relações construídas no seu dia a dia, como alguns daqueles que fizeram suas pequenas dívidas em Porto Alegre e Sorocaba. Os espaços de interação, de conversação, como bem salientou Maria Sylvia de Carvalho Franco, eram importantes no mundo escravista, mas, como trata a mesma autora, eram também espaços de violência, inclusive de violência entre iguais (FRANCO, 1997). Logo, resta saber exatamente como se davam as articulações dentro das comunidades, até que ponto incorporavam forasteiros e de que modo se reproduziam.

A pista para começar está no número de dívidas que constam nos inventários e nas escrituras. É claro que há grande subregistro, assim como a produção dos inventários não é representativa da quantidade de habitantes, incluindo apenas aqueles credores e devedores que mantiveram negócios com gente falecida e inventariada durante o período que estamos estudando. Mas é o que temos. Juntando todas as dívidas de inventários e escrituras das localidades de Porto Alegre, Curitiba e Sorocaba, encontramos um total de 2.674 dívidas, envolvendo 2.291 personagens, entre credores e devedores, muitos dos quais estavam nas duas posições. Em Sorocaba, todas as 1.422 dívidas de inventários entre 1780 e 1799 foram realizadas por um grupo formado por 1.086 pessoas, enquanto a população local variou entre 6.815 (em 1780) e 7.177 (em 1798). Em Porto Alegre, o problema era análogo: com uma população entre 1.512 habitantes (em 1780) e

3.268 (em 1798), temos um total de 974 dívidas de inventário, nas quais atuaram 832 agentes ao longo do período, alguns de fora da localidade. Ou seja, em ambos os casos, há uma grande concentração das operações de crédito, dentro de um grupo reduzido, atuando como credores e devedores.

Esse grupo reduzido podia ser ainda mais seletivo. Em Porto Alegre, como em Sorocaba, 77% dos agentes do crédito (credores e/ou devedores) participaram de uma única transação. Em cada uma das localidades, 13% dos agentes do crédito participaram de duas transações e entre 3% (Porto Alegre) e 4% (Sorocaba) participaram de três operações. Temos, assim, um pequeno grupo de 6% a 7% dos agentes do crédito que participaram de diversas operações. Na Vila de Sorocaba, no inventário de Paulino Aires de Aguirre, contavam-se 431 operações, no de Andreza de Almeida Pacheco, 292. Em Porto Alegre, no inventário de José dos Santos Loureiro, contavam-se 272 dívidas ativas e passivas, e 141 no de José Alves Veludo. Todos os quatro eram negociantes de loja, o que os colocava numa posição central no mercado de crédito. Com isso, não quero concluir que eles controlavam o crédito em suas localidades, conclusão já apontada por diversos outros autores. O que quero salientar é que tanto esses quatro negociantes como outros tantos que faziam parte daquela pequena fração formavam uma corrente de débitos e créditos que fez, historicamente, os recursos circularem naquelas localidades.

A maior parte desses agentes estava em ambas as posições, de credor e devedor, mas em diferentes momentos de suas vidas. Em certas épocas, destacavam-se outorgando e, em outras, recebendo. Os ativos e passivos que pude encontrar nos inventários e nas escrituras permitem visualizar um mercado de crédito muito particular, manipulado por um pequeno grupo que fazia os recursos circularem entre si ao longo dos anos, uma dança das cadeiras da liquidez, e era isso o que permitia àquelas localidades relativamente pobres e com pouco numerário manterem sua economia em funcionamento. Ao longo do texto, apresento alguns gráficos de redes que mostram a densidade dos negócios de crédito (a partir das dívidas dos

inventários) nas localidades e como os credores e/ou devedores que mais frequentavam esse mercado estavam profundamente conectados, direta e indiretamente.

Vejamos isso tomando alguns exemplos pontuais, os quais, tomados no conjunto, formarão um *continuum*. A família Gonçalves Guimarães, bastante prestigiosa em Curitiba e com muitos negócios, ocupou, entre os anos 1790 e 1810, as posições de credora e devedora, ora emprestando, ora tomando emprestado, ou, melhor, tomando emprestado para fazer negócios e, posteriormente, emprestar. Um desses empréstimos fora para José de Lima Pacheco. Pouco depois de tomar emprestado, ele faleceu, e os recursos que tinha foram para o Cofre dos Órfãos. Neste último, os recursos de Pacheco foram outorgados a João da Silva Pereira, que montou uma tropa anos depois.<sup>1</sup> Os recursos se moviam com grande velocidade.

Rumando para Porto Alegre, temos o caso de João Pereira Chaves, um homem de muitos negócios que, quando de sua morte, era devedor de muitas pessoas. Entre estas, estava gente que criava animais na região, além de um negociante do Rio de Janeiro, José Rodrigues Ferreira. Havia um outro credor em especial, José Guedes Luis, que era negociante local. Este último aparecia, quatro anos mais tarde, na posição de devedor de Eufrásia Maria da Conceição, viúva de Manuel Alves de Carvalho, que fora devedor de Francisco Xavier de Azambuja em outra oportunidade, além de ter outros importantes credores. O mesmo Manuel Alves era credor de João José Cherem, do Rio de Janeiro, Belquior de Arantes, de Lages, e do tropeiro José da Silva, cuja dívida estava nas mãos de Paulino Aires de Aguirre para ser cobrada. Além desses, Manuel Alves de Carvalho era também credor do guarda-mor de Sorocaba, João de Almeida Leite.

Com o guarda-mor, voltamos para Sorocaba. Lá ele atuaria depois como credor de Antonio Bicudo de Almeida, que era, por seu turno, devedor de outras várias pessoas, mas também credor do capitão-mor de Sorocaba, Cláudio de Madureira Calheiros e de Anacleto de Souza Coutinho. Este último também devia para nosso

---

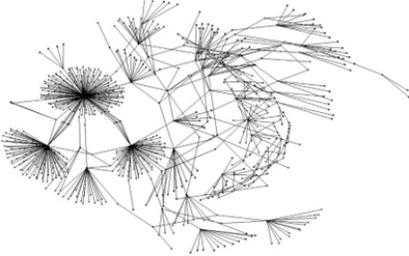
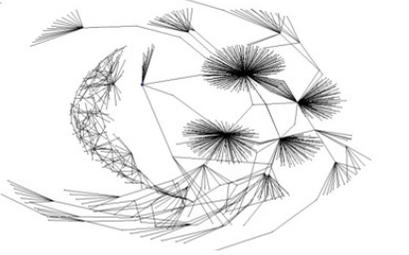
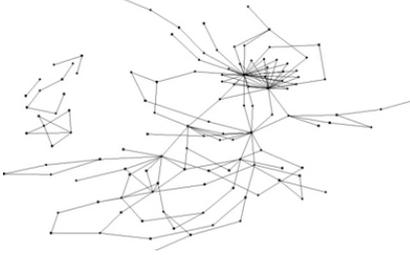
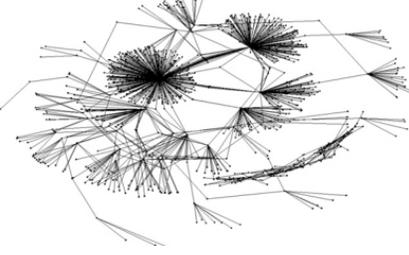
<sup>1</sup> BN-II-35,25,03-004; 1TABCUR-027-090; 1TABCUR-027-071; 1TABCUR-027-072; 1TABCUR-027-073; 1TABCUR-027-074.

já conhecido Paulino Aires de Aguirre e para o sargento-mor Francisco Ribeiro de Moraes, que, por sua vez, fora devedor de Ana Maria de Anhaia, viúva de Antonio Leme Cavalheiro, credores e devedores (ao mesmo tempo) do capitão-mor, Calheiros. Este último fora credor de Salvador de Almeida Lara, que também devia para Antonio de Godoi Diniz, o qual tinha como credor o capitão-mor Calheiros. Diniz também devia para Salvador de Oliveira Leme, o qual devia para o genro Paulino Aires de Aguirre e era credor de Antonio Leme Cavalheiro.

Acabamos circulando, seguindo as dívidas, entre Porto Alegre e Sorocaba. A leitura não foi fácil, pois o emaranhado de endividamentos e créditos era denso, mas pudemos ver quanta hierarquia havia nesses negócios, com tantos capitães e sargentos-mores, além de ilustres famílias das elites locais. Importa salientar o fato de que, na maior parte dos casos, a obtenção de recursos não significava acumulação, mas circulação. Um sujeito obtinha recursos para, tempos depois, repassar aqueles importes. Com isso, chegamos a dois problemas fundamentais: a volatilidade dos recursos, sua rápida circulação, que fazia com que detemos valores não ficassem entesourados; e a existência de diferentes camadas de densidade relacional, o que fazia os recursos circularem com ritmos e modos diversos ao longo da rota.

Começamos abordando o segundo ponto. Vimos que a parcela da população que atuava no crédito em Porto Alegre e Sorocaba era pequena em relação ao número de habitantes das duas localidades. Devemos acrescentar a isso o fato de que parte daqueles agentes do crédito era de fora das localidades. Para Curitiba, temos as escrituras, que tendem a provocar uma imagem ainda mais elitista. Os exemplos que apresentamos nos sugerem que há, entre a população que atua no crédito, um grupo ainda menor, que é composto de sujeitos relacionados entre si.

**Tabela 3:** Redes de credores e devedores

Porto Alegre (1770–1780)	Porto Alegre (1770–1780 – Núcleo denso)
	
Porto Alegre (1780–1790)	Porto Alegre (1780–1790 – Núcleo denso)
	
Sorocaba (1780–1790)	Sorocaba (1780–1790 – Núcleo denso)
	

Fonte: Dívidas dos inventários do Primeiro Cartório de Órfãos e Ausentes de Porto Alegre, Apergs; inventários de Sorocaba, Aesp.

Temos, assim, diversas “camadas” de relações: uma primeira, a qual, por meio de alguns agentes específicos, unia os pontos do caminho das tropas; uma segunda, dentro das localidades, composta pelas inter-relações dos habitantes, pelo convívio diário, que não era responsável pela maior parte dos negócios, mas que pode garantir ao menos algumas compras fiadas; uma terceira, inserida na anterior, formada

pelos agentes mais atuantes dos negócios de crédito nas localidades; e uma quarta e última, que reunia os grandes credores e devedores, sujeitos que realizavam diversas operações ao longo dos anos e que interligaram universos existentes dentro das mesmas localidades. Esta mesma elite dos relacionamentos e negócios era responsável pela interligação dos pontos do caminho, ou seja, eram os mesmos agentes que ligavam as localidades. E é por isso que Manuel Alves de Carvalho, sujeito central na teia de créditos e dívidas de Porto Alegre, tinha passado uma dívida para que Paulino Aires de Aguirre cobrasse um tropeiro.

*Unindo os pontos: algumas redes de longo alcance*

Já vimos como as informações circulavam com alguma dificuldade entre os espaços de que estamos tratando e que as novas não navegavam aleatoriamente pelo arquipélago das tropas. Vimos também que havia uma hierarquia social muito clara e que quem estava no topo dessa estrutura era muito cioso de sua posição e tinha formas de se manter nela. Da mesma forma, vimos como havia diferentes camadas de confiança, diferentes densidades de relacionamentos, que envolviam os agentes em diversos grupos simultaneamente. Isso me faz lembrar a noção de escala.

Algumas redes densas poderiam coexistir, mas em escalas diferentes. A localidade do Viamão era perpassada pelo caminho das tropas de animais, que, no século XVIII, abastecia de gado equino, bovino e muar a Feira de Sorocaba. Tal rota pode ser igualmente entendida como uma rede densa, na medida em que a maior parte dos tropeiros sabia dos negócios dos outros. A documentação privativa dos Registros de Curitiba e Sorocaba apresenta uma diversidade de evidências nesse sentido. Como unidades arrecadoras de impostos, os Registros mantinham um sistema de controle e cobrança dos devedores, já que a grande maioria dos tropeiros não pagava o imposto da passagem dos gados à vista. O próprio sistema de controle desenvolvido pelo Registro era baseado na “conversa” e na busca “relacional” de informações. Ademais, dentro desta

rede densa das tropas, havia redes mais densas ainda, dentro das comunidades, resultantes do contato diário das pessoas, dos vínculos de parentesco, vizinhança e amizade.

Este capítulo irá tratar de algumas redes densas que “uniam os pontos”, ou seja, que articulavam as diversas localidades à margem do caminho das tropas e outras. Já vimos, em capítulo anterior, que o “mercado relacional” era bastante restrito. Havia uma forte tendência, nas localidades da rota, de se buscar um parceiro relacional (noivos, padrinhos, sócios, amigos) nas proximidades de onde cada agente atuava. Algumas pessoas, contudo, conseguiam construir e manter vínculos que rompiam os limites regionais e permitiam a realização de empreendimentos de vulto superior aos permitidos nas localidades. Para tanto, vamos explorar as ligações de alguns importantes grupos familiares do caminho das tropas e suas ligações extrarregionais.

Em agosto de 1788, o capitão-mor de Itu, Taques Goes e Aranha, e seu cunhado, o capitão-mor de Sorocaba, Cláudio de Madureira Calheiros, manifestaram, ao governador Lorena e à rainha, a vontade de estabelecer uma fábrica em Araçoiaba, Sorocaba, para a produção de ferro e aço. O ferro viria de um monte naquela localidade, cujas reservas deveriam, segundo Calheiros, durar “enquanto o mundo for mundo”.<sup>2</sup> Mas, para isso, os dois capitães faziam algumas exigências: um bom mestre de fundição indicado por Sua Majestade, que entraria como terceiro sócio nos lucros, isenção de impostos por oito anos e exclusividade na exploração do ferro.

Seria um novo investimento em comum dos dois capitães, que já possuíam uma fazenda em conjunto em Itapetininga, desde antes de 1784.<sup>3</sup> A ideia parece ter partido do governador Lorena, o qual havia lido, no quinto volume da “História filosófica”, de Abade Raynal, que, em Sorocaba, havia uma serra com ferro e outros metais. Lorena encontrou-se, em São Paulo, com Calheiros, “que dizem ser de boa conduta e tem seus créditos de rico e seu cunhado o Capitão-mor de Itu”. Dizia, ainda, sobre este último: “não sei se pode tanto mas tem juízo”.<sup>4</sup> Tal empreendimento, até onde

---

<sup>2</sup> AHU.SP. (avulsos). Doc. 625.

<sup>3</sup> AHU.SPMG. 3094.

<sup>4</sup> AHU.SPMG. 3207.

pude verificar, arrastou-se por muitos anos, entre o desinteresse da Coroa em perder os impostos daí resultantes e o desinteresse da sociedade em arriscar, o que, devido ao preço do ferro na importação, foi considerado como desvantajoso por Calheiros.

De tudo isso, ficam alguns elementos para o problema que ora nos interessa. Em primeiro lugar, a sociedade pautada no vínculo pretérito de parentesco, entre cunhados, e dentro de uma esfera regional. Restaria explicar porque ambos inventaram este vínculo ao casar Calheiros com a irmã de Goes e Aranha. Mas a este tipo de problema tornaremos depois. Além da relação entre os cunhados, havia ainda uma condição que ressaltava o caráter familiar da empreitada. O contrato exigia: “[que] nenhuma pessoa se possa nela intrometer, e seja somente permitida a nós e a nossos filhos”.<sup>5</sup> Mas a aparente prioridade do parentesco na formação da sociedade fica um pouco balançada pelo fato de esta companhia estar à espera de um desconhecido para ocupar o lugar de terceiro sócio: o mestre fundidor.

Calheiros também fazia negócio com outros que, até onde pude verificar, não eram membros da família. Em 1797, ele arrematou o contrato das passagens dos rios Paranapanema, Apiaí, Itapetininga e Jaguari, em sociedade com Francisco Marim Machado.<sup>6</sup> Até esse ano, pelo que pude ver, Calheiros arrematava o contrato sozinho,<sup>7</sup> mudando seu comportamento nesta ocasião. Machado era escrivão da Câmara de Itapetininga e tabelião na mesma localidade. Não tenho fontes que detalhem esse relacionamento, mas novamente a alternância entre negócios de família e negócios com terceiros parece ser uma constante do comportamento de Calheiros. Da mesma forma, a recorrência de sócios de localidades vizinhas é relevante para nós.

Vejamos também o comportamento de outro grupo, a família de Paulino Aires de Aguirre. Ele era genro de Salvador de Oliveira Leme, do qual já falamos, e ambos foram acusados, pela Câmara de Sorocaba, de desordens que estariam provocando com o objetivo de obter o posto de capitão-mor para suas famílias. Poucos anos depois dessa

<sup>5</sup> AHU.SP. (avulsos). Doc. 625.

<sup>6</sup> AHU.SPMG. 3488.

<sup>7</sup> AHU.SPMG. 3136.

acusação e da vitória de Calheiros, Paulino fazia sociedade com José Vaz de Carvalho e Francisco Rodrigues de Macedo, e juntos arrematavam o contrato dos dízimos da Capitania de São Paulo, no valor de 61:100\$000. No mesmo ano, Paulino arrematava também os meios direitos de Curitiba, no valor de 31:220\$000; os direitos do Registro das Canoas, no valor de 1:000\$000; os direitos da passagem do Rio Curitiba, avaliados em 260\$000; e os direitos da entrada das Minas, no valor de 250\$000, mas, neste últimos contratos, em sociedade com Manuel de Oliveira Cardoso.<sup>8</sup>

Paulino tinha como sócios grandes figuras da Capitania de São Paulo, como José Vaz de Carvalho, Manuel de Oliveira Cardoso, capitão-mor de São Paulo, e Manuel da Silva Reis, capitão-mor de Guaratinguetá. Todos eles mantinham muitos negócios e eram arrematantes de vários contratos. Além destes, Paulino mantinha vários negócios dentro de seu núcleo familiar, especialmente com seu sogro e com seu genro, Antonio Francisco de Aguiar, que lhe sucedeu na administração dos direitos de Sorocaba. Nesse posto, Aguiar acabou tendo contato com um grande número de tropeiros e outras pessoas, o que lhe transformou em uma figura com um perfil de *broker*, um intermediário que ligava os pontos no caminho, tal como vimos que Paulino fizera em seu tempo.

Há outra atribuição de Aguiar que convém mencionar: ele devia enviar os valores arrecadados no Registro de Sorocaba para São Paulo. Na falta de ajudantes que pudessem transportar os valores, ele contava com o apoio de pessoas de sua confiança, sempre que estivessem indo para a capital. Era um grupo prestigioso, que contava com padres, capitães, filhos de capitães, vereadores locais, além de outras pessoas com as mais variadas patentes e postos. Muitos desses personagens tinham relação com Aguiar por conta de vínculos de parentesco, mas a maior parte deles se destacava pela posição social, não apenas a individual, mas também a de suas famílias, quase sempre lideranças locais. Além disso, uma característica era marcante: a distribuição geográfica das relações de Aguiar, a qual provava que suas

---

<sup>8</sup> AHU.SPMG. 3136.

amizades transcendiam muito o nível local, fazendo dele uma figura-chave de todo o caminho e da capitania paulista (GIL, 2015).

Percebemos, observando o limite dos negócios de Aguiar, que há certa circunscrição espacial na sua ação, ainda que o limite geográfico não seja nada claro. A presença de Aguiar era forte na região de São Paulo, Sorocaba, Jundiá, Santos e Curitiba, mas ia se diluindo com a distância. Era, no entanto, suficiente para que ele pudesse, entre outras coisas, cobrar dívidas de gente distante, como já o vimos fazer no capítulo sobre a confiança, sempre com o apoio de outros capitães. Isso sugere que as elites do centro-sul do Estado do Brasil tinham sua densidade maior na sua localidade de atuação e apenas estendiam seus laços junto a outras elites regionais. A principal amarração era com os grupos que constituíam sua base social e com famílias. Um “arremate” vinculava as elites regionais, construído a partir de negócios e parentescos.

Era nesses laços intraelites regionais que residia o ponto-chave da reprodução das próprias elites. Além do fato de que elas se reconheciam mutuamente, eram essas alianças que permitiam a aquisição de informação e facilitavam um maior controle social, o que contribuía para a manutenção da ordem social. As elites regionais atuavam na mediação (*brokerage*) dos contatos inter-regionais e garantiam, assim, uma recepção privilegiada daqueles recursos advindos do controle da informação. Eram eles que alinhavavam os pequenos retalhos da grande colcha que me parecem ter sido os territórios do sul da América.

## 9.2 Sobre o que circula: uma dança das cadeiras

Já vimos que os grandes devedores não estavam socialmente abaixo dos grandes credores, pelo contrário. Não apenas pelos qualificativos que ostentavam, mas também por sua agência e *performance* dentro da sociedade local, os devedores estavam entre os mais poderosos agentes de suas localidades, comandando escravos e soldados, ocupando diversas propriedades, concentrando relacionamentos e fazendo circular um grande volume de recursos. Darei atenção agora à forma e à velocidade

com que esses sujeitos faziam circular os recursos. Para tanto, é conveniente tentar compreender quais mercados existiam nessa sociedade. Diversos antropólogos já salientaram a forma como certas sociedades diferenciam certos tipos de troca, as comerciais vulgares daquelas consideradas nobres (o *kula*, por exemplo), as dádivas comuns e as agonísticas (como o *potlatch*), assim como as oferendas destinadas para os seres sobrenaturais (MALINOWSKI, 1920; MAUSS, 2003; GODELIER, 2001). Ao classificar essas formas de circulação, é preciso, contudo, lembrar que aquelas pessoas organizavam o mundo de um modo muito diverso do nosso.

Ao observar as coisas que eram trocadas no recorte que estamos observando, podemos apontar diferentes qualidades de mercados, classificados de modo diversos por serem considerados diferentes entre si, segundo as definições êmicas. O dote, por exemplo, é uma troca na qual se dá uma filha (sem aliená-la, ela segue sendo filha) e certa quantidade de recursos em troca de um genro, objeto precioso na política doméstica e local, candidato ao posto de chefe do grupo familiar. As oferendas feitas ao sobrenatural, o *potlatch* funeral, eram igualmente uma forma de fazer circular os bens em troca de salvação e prestígio familiar. Nesse mesmo sentido, a caridade também era uma forma de circulação de bens que previa a salvação como contradádiva, um investimento de retorno a longo prazo. Isso tudo sem falar das heranças e da compra e venda, considerando a variedade de formas que essas poderiam ter. Da mesma forma, o mercado de crédito fazia os recursos circularem entre aqueles homens e aquelas mulheres.

Em 1941, Jorge Luis Borges publicava “*Ficciones*”, obra na qual estava um conto intitulado “*La lotería en Babilonia*”, em que Borges narrava a história de um jogo de origem plebeia, promovido na Babilônia, que, de uma simples brincadeira de apostas, transformou-se, com o passar do tempo, em um grande sistema que decidia o destino de todos os habitantes. Já não havia apostadores, todos participavam. E não só havia um vencedor como também havia perdedores. De acordo com os resultados, os vencedores ascendiam ao topo da sociedade, enquanto os perdedores poderiam ser presos, mortos ou escravizados, e tudo isso poderia mudar em questão de alguns sorteios.

Guardadas algumas proporções, movimento semelhante era promovido entre os homens que estamos observando. No seu comércio, os homens acabavam tomando algumas posições ao longo de suas vidas. Alguns enriqueciam, muitos sobreviviam e outros se desesperavam. E aqueles que sobreviviam podiam promover certos atos que, de acordo com seu sucesso, poderiam garantir o enriquecimento ou a miséria. Quanto aos enriquecidos, havia um momento em suas trajetórias em que as coisas eram redefinidas, e uma espécie de loteria da Babilônia ocorria. Esse momento era a morte, e por diversas razões. Era nesse momento, em muitos casos, que se fazia a partilha dos bens, muitas vezes, por meio de um inventário. Nessa oportunidade, promovia-se o acerto de contas das dívidas ativas e passivas, ou, ao menos, reconheciam-se essas transações. Também era quando se faziam gastos com enterro, luto, missas e outras oferendas, assim como outros desejos expressos em eventuais testamentos, nos quais também se encontravam, muitas vezes, acertos de contas terrenas.

O momento da partilha e da execução do testamento, contudo, era a versão mais pirotécnica, digamos assim, de um movimento maior, silencioso, que se desenrolava de forma cotidiana. A montagem de uma tropa de animais, por exemplo, era antecedida de uma acumulação de recursos, o que poderia ocorrer por meio de negócios vários: empréstimos, compra e venda, heranças, dotes, adiantamentos, etc. Esses recursos eram empregados em animais, sal, aluguel de campos, contratação de peões para o custeio das bestas, impostos e manutenção diária das necessidades dos tropeiros, especialmente as alimentares. Muitos desses gastos eram pagos à vista, mas outros tantos eram fiados. A venda dos animais em Sorocaba poderia significar a obtenção de um grande valor, se bem vendidos, e esse recurso seria, com o passar do tempo, usado para pagar os tributos, devolver os empréstimos (alguns com juros) e promover outras formas de circulação, como dotes ou empréstimos para outros. E tudo isso poderia levar meses, até anos.

O mesmo processo poderia ocorrer em cada safra. Vimos que a maior parte das populações que habitavam as margens do caminho vivia prioritariamente da agricultura. Uma boa safra ou sua perda poderia significar um casamento bem arranjado,

com um bom dote, ou a frustração. Ou, ainda, a falta de recursos para a montagem de uma tropa ou, quem sabe, a compra de mais animais. A própria montagem de um casal era um “sorteio”. Muitas vezes, era algo lento, com a união religiosa seguida da residência junto aos pais da noiva ou do noivo, para a posterior constituição de um novo fogo. Mas a união de dois grupos familiares, dos eventuais recursos do rapaz com um aguardado dote, era uma forma de modificar a posição dos agentes no jogo social. E tudo isso continha sua parcela de azar. Contudo, interessam aqui, mais que o azar, os elementos sociais que orientavam o comportamento dos atores. Até porque, no mais das vezes, o azar de uns era produto da sorte de outros.

A série de dívida, a cadeia de endividamentos que vimos, era uma forma aparente da série de eventos que formava a lenta loteria da Babilônia entre os homens que estamos observando. E isso tudo poderia significar muito no cotidiano daqueles homens e daquelas mulheres, inclusive em termos de mudança de *status*, de condição jurídica ou situação econômica. O que deveria significar para um escravo entrar neste lento jogo tornando-se devedor de uma soma, suficiente para a alforria ou, mais provável, um valor que simplesmente o distinguiria da malta sem crédito algum? O mesmo pode ser dito para a “china” Ana. Por mais sutil que pareça, tudo isso era muito em uma sociedade na qual ser agregado de alguém ou receber agregados significava uma enorme distância social. E isso não significava algo apenas para os grupos mais empobrecidos. Em uma economia pouco monetarizada como esta que estamos estudando, o acesso ao numerário era um requinte de que poucos agentes podiam dispor.

Quando Paulino Aires de Aguirre morreu, em 1798, tinha cerca de 7:800\$000 em dívidas ativas, que estavam nas mãos de mais de quatrocentos devedores. Não sei se todas essas dívidas foram cobradas nesse momento, mas acredito que não. De qualquer forma, elas foram distribuídas, junto com os outros ativos, entre os herdeiros, e agora contavam como recursos de qualidades diversas em diferentes mãos. Por mais que fossem da mesma Casa, talvez fosse diferente dever para Paulino e dever para Antonio Francisco de Aguiar, seu genro e um dos herdeiros, sujeito que Paulino fez incluir em sua família havia alguns anos. Mas o mais interessante não é, como já disse, o brilho

deste momento de ruptura, a morte de Paulino, mas o lento e silencioso deslizamento de recursos patrocinado por ele ao longo de muitos anos para um grupo de centenas de pessoas e o quanto isso podia significar para aqueles devedores e para a produção diária das relações entre Paulino, seus interlocutores econômicos e o restante da comunidade. Talvez o dinheiro que Josefa Duarte devia em 1797, por exemplo, só pudesse ter sido obtido porque Pedro Domingos da Silva, seu credor, sabia que poderia contar com Paulino no futuro, ou talvez já tivesse contado com ele no passado.<sup>9</sup>

A própria fortuna de Paulino, que ia muito além de suas dívidas ativas, foi em boa parte constituída por dois lucrativos negócios nos quais ele atuava: o contrato dos meios direitos de Curitiba e a cobrança dos dízimos da Capitania. Desse modo, a concentração de sua riqueza estava baseada na diminuição da riqueza dos outros, e, melhor, o aumento deste contrato dependia do sucesso dos negócios alheios: boas colheitas, muitas e volumosas tropas e boas criações propiciavam a concentração de recursos pelos demais agentes, com a posterior desconcentração coletiva no pagamento dos dízimos, momento em que esses recursos vertiam para os cofres do contrato, de Paulino e seus sócios. Mas esses recursos não ficavam presos à comunidade. Boa parte deles vinha de outras áreas, trazida pelos tropeiros ou por outros negociantes, assim como uma parte substancial seguia para os cofres de Sua Majestade, quando da arrematação dos contratos. Assim, aqueles homens e aquelas mulheres se encarregavam de concentrar e desconcentrar recursos, que, de mãos de tropeiros antes endividados e então endinheirados, iam para a Casa de Paulino e dali para tantas outras Casas, inclusive a Casa Real.

Algo interessante ocorreu com Escolástica Maria de Matos. Filha do rico negociante paulista Gaspar de Matos, casou-se com outro mercador, Manuel de Macedo, que se incorporou ao núcleo familiar. Falecidos os dois, seus recursos concentrados ao longo de anos de comércio foram parar nas mãos de Escolástica e de sua filha Escolástica Joaquina de Macedo. Em 1775, José Vaz de Carvalho casou-se com

<sup>9</sup> Aesp-INVC00570. Inventário de Paulino Aires de Aguirre; Aesp-INVC00569. Testamento de Josefa Duarte.

Escolástica Joaquina e passou a controlar todos aqueles recursos. Com certa ajuda de um novo aparentado, Antonio Fernandes do Vale, passou a se envolver em diversos negócios e promoveu, assim, uma concentração ainda maior de riquezas. Não tenho registros de empréstimos feitos por Vaz de Carvalho, mas sua concentração de riqueza, somada ao crescimento de sua posição social (passando rapidamente para postos relevantes da nobreza local, como coronel), junto de sua reputação, fez com que, ao longo dos anos, ele atuasse diversas vezes como fiador. Em uma delas, particularmente, um sujeito chamado José Manuel Tavares da Cunha, “com título de afilhado do Coronel José Vaz”, ficou devendo no Registro de Curitiba.<sup>10</sup> Era uma forma diversa de fazer os recursos circularem. Sem querer diminuir a riqueza material de Carvalho, seus recursos relacionais eram impressionantes (ARAÚJO, 2008).

Em 1779, Luis Antonio de Albuquerque comprou uma centena de potros de João Francisco de Almeida para montar uma tropa. Menos de um mês depois, ele pagava uma pequena parcela de sua dívida, mas seguia devendo 100\$000.<sup>11</sup> Não sei quando Albuquerque pagou sua dívida. Mas sei que pagou, pois, no inventário de Almeida, em 1791, o nome daquele tropeiro não aparecia. De qualquer forma, ele dispôs dos animais para poder vendê-los, provavelmente antes de pagar por eles. E João Francisco de Almeida também contribuiu, por meio de outros negócios, para aquela lenta loteria. Ele também outorgou recursos para outros sujeitos, como Evaristo Pinto Bandeira e Manuel José Machado, além de dever para outros, inclusive para o contrato dos dízimos, o que formaria, à sua maneira, uma nova concentração de recursos para ser desfeita em concessões e empréstimos. É interessante notar que ao menos os três devedores que listei aqui tinham ligações com Curitiba: Pinto Bandeira, Machado e Albuquerque. Chamo a atenção para isso pois o próprio Almeida era originário desta vila, e talvez estivesse fazendo negócios com antigos conhecidos.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> BN-II-35,25,03-023; BN-II-35,25,05.

<sup>11</sup> 1TABPOA-006-038.

<sup>12</sup> 1COAPOA-10-159; 1TABPOA-006-038; 1TABPOA-006-039. ACMPOA. Livros de batismos de Viamão, n. 4. Fl. 102, 147.

Quem necessitava de recursos precisava encontrar quem dispunha deles. Aquela sociedade inventou uma forma eficiente de acelerar a concentração de recursos para posterior redistribuição. Aqueles homens e aquelas, mulheres criaram uma instituição que reunia recursos diversos para oferecê-los. Era o Cofre dos Órfãos, coordenado pelo juiz dos órfãos e que servia para guardar os valores pertencentes aos de menor idade (menos de 25 anos) cujos pais haviam morrido. Em Curitiba, o Cofre funcionou plenamente, realizando muitos empréstimos ao longo de todo o período. Somente na década de 1800, o Cofre foi responsável por 33 empréstimos, feitos com os recursos de diversos órfãos, somando 3:187\$049, o segundo maior ativo em circulação na vila, 18% dos empréstimos feitos em escrituras, patrocinando inclusive negócios que engordariam as caixas de gente que, dentro em breve, poderiam retornar ao Cofre, como vimos no caso de José de Lima Pacheco. Tal instituição pode até soar como impessoal, mas não o era. Cada transação feita com dinheiro dos órfãos especificava de quais órfãos provinha o dinheiro. Cada vintém estava associado a uma família. O dinheiro não era, digamos, homogeneizado e redistribuído, como se faz no atual sistema bancário, no qual nunca se sabe a quem pertencia o dinheiro que tomamos emprestado. O devedor, mesmo tomando o empréstimo por meio do Cofre, sabia que a quantia era de uma pessoa em carne e osso, e sabia quem era ela.

Em meados de 1810, dois sujeitos tomaram quantias do Cofre de Curitiba. José Mendes Machado arrecadou 292\$454, e o capitão Manuel Gonçalves Guimarães, filho do então tenente-coronel de mesmo nome, 131\$660. A origem era a mesma: os ativos dos órfãos de Manuel Vaz Torres. Não sei ao certo para aonde iam esses valores ou mesmo exatamente como Vaz Torres os havia obtido. Mas sei que este fora muitos anos tesoureiro da Confraria da Senhora do Rosário dos Pretos, em São José, próximo a Curitiba e pôde, em 1806, tomar uma quantia emprestada ele também. E tal como as anteriores que havia concedido a outros, esta também havia sido registrada em cartório. Quem fiou o crédito de Manuel Vaz (mesmo sendo tesoureiro, teve que apresentar fiador) foi o tenente-coronel Manuel Gonçalves

Guimarães, pai daquele que receberia os recursos dos órfãos depois. Lentamente, os recursos deslizavam entre os agentes e acabavam voltando para as mesmas mãos.<sup>13</sup>

Os cofres eram previstos nas Ordenações Filipinas, mas seu uso era desigual em todo o território luso ao longo do tempo. Em Porto Alegre e Sorocaba, há diversas referências de devedores do Cofre, ainda que isso quase não apareça nas escrituras, como em Curitiba. De qualquer maneira, tal concentração de recursos era fonte de liquidez para uma diversidade de agentes, ainda que o acesso a tal crédito fosse mediado por outros fatores. Não pude investigar profundamente como isso se dava em Curitiba, e ainda menos em Porto Alegre e Sorocaba. Para o Rio de Janeiro, Fragoso (2005) aponta um uso seletivo do Cofre, baseado nos relacionamentos dos grupos próximos ao Juiz de Órfãos.

De modo análogo ao Cofre, irmandades e confrarias acabavam também concentrando riqueza que poderia ser distribuída depois, especialmente entre os seus membros. Em Curitiba, a Confraria do Rosário dos Pretos fez ao menos três empréstimos ao longo do período que tomei, registrados em escrituras. As irmandades tinham função semelhante. Em Porto Alegre, Sorocaba, Rio Grande e Rio Pardo, encontrei diversos créditos dessas instituições, ainda que a maior parte fosse de dívidas relacionadas ao pagamento regular dos membros. Destas, ao menos uma foi por um empréstimo a juros, em 1791, no Viamão, no valor de 366\$800, para José Borges Pinto do Azevedo. De qualquer maneira, essas instituições tinham outro objetivo, considerado mais elevado que o fornecimento de crédito, que era proporcionar ao seus membros uma filiação sobrenatural que garantiria sorte no “sorteio” final, na hora do juízo de cada um, diante do perigo de uma existência breve ou longa no fogo do purgatório ou mesmo no inferno.

Para isso, basta recordarmos o que já vimos do *potlatch* funeral. Paulino Aires de Aguirre aplicou mais de 1:000\$000 só em oferendas e missas, fazendo circular uma grande quantidade de recursos. José Vieira Nunes também investiu quase meio conto

---

<sup>13</sup> 1TABCUR-030-095; 1TABCUR-031-077; 1TABCUR-031-071.

em missas e oferendas, sendo que boa parte disso era destinada a duas irmandades das quais fazia parte. Todos esses recursos, somados às doações para obras pias e capelas, era redistribuído a uma grande quantidade de sujeitos. Há diversos casos em Curitiba, Sorocaba e Porto Alegre, de religiosos, especialmente padres, emprestando dinheiro para diversas pessoas, inclusive valores superiores a 1:000\$000. Não sei se isso era feito com recursos obtidos pelos religiosos, especialmente sua cônica, ou se contavam com dinheiro das paróquias. De qualquer maneira, os recursos circulavam. A construção de edifícios religiosos, templos, altares, sedes de irmandades, conventos e outros era outra forma eficiente de movimentar aqueles recursos doados por gente como Paulino, tendo como destino alguns mestres pedreiros e carpinteiros, entre outros braços, o que se estendia por muitos anos.

A lentidão dessa loteria era própria do ritmo de vida daquelas pessoas, muito relacionado à lavoura e ao próprio ciclo das tropas. Os empréstimos para tropas, por exemplo, eram, muitas vezes, concedidos com prazo de 18 meses para pagamento, tempo considerado suficiente para a viagem, venda e retorno dos tropeiros.<sup>14</sup> Por outro lado, a própria movimentação entre as localidades, o ritmo de circulação de informações, dava-se de um modo geral bastante lento, e poucas atividades podiam ser medidas em horas. A grande maioria das escrituras estabelecia o prazo em meses ou anos, pouquíssimas em dias. E ainda podia ser pior: as missas que eram encomendadas para a salvação das almas, em alguns casos, só seriam cumpridas ao longo de meses e anos, permitindo, talvez, uma temporada maior no purgatório. Paulino Aires de Aguirre, por exemplo, deve ter esperado algum tempo para que as mil missas que encomendou para si fossem ditas e fizessem efeito, garantindo sua transferência para a “bem-aventurança” que esperava. É claro que os benefícios terrenos vieram antes, e foram redistribuídos entre os membros de sua família.

---

<sup>14</sup> 1TABPOA-011-138; 1TABPOA-012-093; 1TABCUR-022-126; 1TABCUR-030-099; 1TABPOA-008-083.



# Esferas de troca e formas de crédito: geração, significado e manutenção

### 10.1 Sobre bens e esferas de troca (e sobre o que ficava parado)

Que bens circulavam e em que esferas? Começemos com um recurso muito especial naquela sociedade: os serviços, termo utilizado para se referir aos feitos de algum sujeito em benefício do Império, sua “folha de serviços” (participação em batalhas, uma longa atuação como oficial, atitudes em benefícios de necessitados, etc.). Tais bens não podiam circular entre os homens, servindo apenas para a economia restrita entre o rei e o súdito que realizou os serviços. Era uma espécie de moeda de troca que podia ser convertida em títulos e comendas, desfrutáveis pelo autor dos serviços e, de algum modo, compartilhados com sua família. Tal bem, contudo, poderia entrar numa esfera de trocas muito específica dentro da economia doméstica, por meio da herança. Em 1807, Joaquim Roberto de Carvalho e Macedo, filho de José Vaz de Carvalho, pediu a confirmação dos serviços que havia herdado, por intermédios da avó, de seu tio, o sargento-mor de Voluntários de São Paulo, Joaquim José de Macedo Leite, para a obtenção do hábito de Cristo. O deferimento deste pedido indica que tanto Joaquim quanto o Conselho Ultramarino e Sua Majestade estavam de acordo com essa forma de circulação de bens.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> AHU.SPMG. 4801.

E quanto às mulheres e aos homens? Tal como os serviços, não podiam ser comprados em uma venda, mas entravam igualmente em alguma esfera de trocas. Eram moedas de trocas que faziam parte do mesmo mercado. Dependendo das condições da família e de seus projetos, uma filha ou irmã poderia ser uma moeda de troca na compra de um genro, desde que acrescido algum recurso extra, conhecido como dote. Mas isso não significa um desprezo absoluto das mulheres nessa economia. Ocorre que, para a economia doméstica, a compra de um bom genro ou cunhado tinha um significado muito grande. Na maior parte dos casos que pude observar ao longo do caminho, os genros passavam a fazer parte da família da noiva e poderiam passar pelo que chamei de processo de refiliação, ou seja, eram candidatos à sucessão do patriarca. E mesmo não se tornando o “cabeça” da família, poderiam assumir papéis importantes na organização doméstica. E, nesse caso, não era qualquer mulher que poderia ser trocada: era necessário portar algum símbolo importante, como ser filha de um capitão, um tenente ou ao menos de um alferes. Não sendo assim, seu valor de mercado era baixo, e o valor do dote precisaria compensar sua falta de predicados.

Os escravos, por seu turno, também podiam ter valores diferentes, de acordo com sua posição na ordem doméstica. É certo que boa parte deles era negociada como vil mercadoria e adquirida de negociantes, com valores e condições de pagamento claramente definidos. Mas também havia aqueles cativos que entravam em outra esfera de circulação, a doméstica, tal como ocorria com genros, filhas e serviços. Em seu testamento, Paulino Aires de Aguirre deixou, em herança para seus descendentes, alguns cativos. E me parece que alguns dos escravos listados por ele eram diferentes de outros:

Deixo a meu filho Paulino Lourenço o meu pajem mulatinho Teodósio filho da mulata Gertrudes. Deixo a minha filha Maria do Monte a mulatinha de Maria Basília e a crioula Benedita filha de José

Barbeiro. Deixo a minha filha Antonia Carlota a mulatinha Justicia e a crioula Manuela filha de Pedro.<sup>2</sup>

Ademais, a outorga das legítimas, direito dos herdeiros na partilha da herança, foi feita em numerário e também em escravos. Contudo, nesse momento, a referência aos cativos é diversa:

Meu filho Manuel que vive em minha companhia tem sua legítima materna em ser por conta da qual lhe apontei um mulatinho menor. Minha filha Ana e Maria Perpétua que ambas também vivem em minha companhia também tem suas legítimas em ser; a dita Ana dei uma mulatinha menor e a dita Maria Perpétua uma crioula e uma cabra menor.<sup>3</sup>

Alguns escravos, me parece, tinham uma posição diversa dentro da economia familiar, circulando apenas entre os membros da família, ao menos do ponto de vista de Paulino (nada impedia que os herdeiros tivessem opinião contrária) e eram conhecidos e relacionados de modo especial (por ser filho de alguém, por ter sido pajem). Outros sequer tinham nomes e eram utilizados para “fechar as contas” da legítima dos filhos. Eram as relações que esses escravos construía entre si e com a família de seus senhores que garantiam seu pertencimento a esta outra esfera de trocas, doméstica, ou seja, só podiam circular dentro daquele grupo. E a herança era uma forma prevista dessa circulação, ainda que ela também pudesse significar a concessão de bens qualificáveis como vil mercadoria.

A salvação das almas também era um bem que se podia adquirir, e havia várias formas de pagamento. Uma delas era ser um bom cristão, seguir os preceitos da Igreja, os mandamentos e sacramentos. O problema era que o pagamento das parcelas levava a vida toda, sem chance de negociação. E qualquer deslize poderia significar um aumento das parcelas. Havia quem preferisse o pagamento à vista, no final da vida, ou alguns “adiantamentos”. As bulas, como as das Cruzadas, podiam

<sup>2</sup> Aesp-C05484. Testamento de Paulino Aires de Aguirre.

<sup>3</sup> Aesp-C05484. Testamento de Paulino Aires de Aguirre.

ser bons adiantamentos, tal como algumas formas de caridade. Dos pagamentos à vista, a melhor forma era em missas, muitas, de preferência, além de doações. E esse pagamento tinha a vantagem de promover a família de quem partia, com funerais pomposos, missas comemorativas e o significado das doações. Tal troca de bens não poderia ser feita diretamente entre as forças sobrenaturais e os vivos. Devia ser executada por sacerdotes e só eles poderiam desempenhar esses ofícios, assim como era com eles que permaneceriam os recursos advindos dos serviços (missas, enterro) e das demais ofertas e produtos (como as bulas).

Podemos também entender o crédito como um bem, como uma outorga de recursos que poderia fazer circular muitos outros bens naquelas economias. Mas a venda era também uma outorga de recursos, assim como a dádiva. A especificidade do crédito reside no tempo que havia entre prestação e contraprestação. Desse modo, ao outorgar um recurso, quem o fazia estava concedendo três coisas: o obséquio da concessão, o objeto e o tempo para a devolução. Em troca, esperava-se o obséquio da devolução e o objeto. O tempo poderia ser faturado de algum modo, mas isso nem sempre ocorria. Dessa forma, uma compra poderia ganhar *status* de crédito, se houvesse um acerto de que umas das partes poderia entregar a sua em momento posterior. É na variação entre esses fatores que poderemos pensar o crédito atuando em diferentes esferas.

Havia manifestações de crédito circulando dentro de lógica caritativa: um emprestava (ou vendia fiado) para outro pensando num terceiro (sobrenatural); quem recebia pensava apenas no primeiro. Havia créditos dentro de uma esfera familiar, na qual o obséquio era esperado e a outorga poderia servir para a transmissão do amor cristão, como diria Clavero (1990). E havia formas de crédito ligadas à lógica mercantil, em que o objetivo era o aumento e a concentração dos recursos, tanto de devedores como de credores. Essas três lógicas eram presididas pela equidade: aos maiores, dava-se mais prazo e maiores cabedais. Aos homens, mais que às mulheres. Aos livres, mais que aos cativos. Outorgar às viúvas, aos escravos e pobres, assim como lembrar dos órfãos, já poderia, em certos casos, ser considerado caridade.

Recuperando o conceito de esferas econômicas de Bohannan (1959) e realizando um longo debate com algumas análises de Mauss, Godelier (2001) propõe um modelo que incluía uma categoria especial de bens, uma esfera particular, na qual estariam aqueles bens que não poderiam ser alienados, que deveriam permanecer guardados: “pontos fixos, pontos de ancoragem das relações sociais e das identidades coletivas e individuais; são eles que permitem a troca e fixam seus limites”. Havia bens únicos, sagrados, mantidos fora das trocas justamente porque são eles que garantiam o valor dos demais bens:

Para que um objeto precioso circule como moeda, é preciso que seu valor “imaginário” seja partilhado pelos membros das sociedades que fazem comércio entre elas. Uma moeda não pode existir, ter “curso”, sem ter “força de lei”. E a lei não é do âmbito do indivíduo. Uma moeda tem de ter em si a presença dos deuses, ser marcada com seus símbolos ou com o selo do Estado ou com a efígie de um rei.

E os valores “imaginários”, compartilhados pelos agentes, faziam com que diferentes bens tivessem diferentes esferas de circulação. Era preciso que houvesse um código comum quanto ao valor daqueles bens e quanto ao fato de serem trocáveis. Os serviços de Joaquim Macedo Leite, dos quais falamos antes, que foram herdados por seu sobrinho, são exemplares: eram bens que se produziram na economia restrita feita entre súdito e soberano, uma economia que, ao mesmo tempo, organizava o mundo, estabelecendo uma hierarquia de poderes e a compensação da subordinação. Os serviços só se tornaram um bem porque essas partes entendiam que aquilo tinha um “valor de mercado” (lembrando sempre da restrição desse mercado). Era algo que deveria ser remunerado, e isso tudo estava baseado na naturalização do poder do rei e na naturalização da ideia de sociedade corporativa, na qual Macedo Leite também teria seus poderes, proporcionais ao seu lugar social. Mas os próprios serviços, uma vez criados por aquela economia restrita, podiam entrar na esfera familiar, circulando como dádiva, jamais como objetos de troca. Os serviços de Macedo Leite eram únicos e, com o falecimento deste, foram de

algum modo sacralizados. Nunca mais seriam repetidos. E isso honrava e enchia de “desvanecimento” a família do morto, o que só fazia carregar de valor aqueles serviços. E uma vez transmitidos ao sobrinho, converteram-se em um bem que o próprio morto jamais teve: o hábito de Cristo.<sup>4</sup>

Atitude semelhante teve Rafael Pinto Bandeira, no Rio Grande, em 1789. Ao pedir uma mercê, ele apontou os feitos de sua família, em particular os serviços de seu pai, dando especial ênfase ao heroísmo demonstrado em uma batalha, quando teria sido flechado no braço em um combate com indígenas. Ao fazer isso, Rafael transformava um braço ferido num bem precioso, num bem que poderia ser trocado naquela economia restrita entre o filho do agora lendário Francisco Pinto Bandeira e o soberano a quem a família estava vinculada.<sup>5</sup> Um braço ferido que não teria nenhuma outra utilidade, nenhum valor fora daquela esfera, mas que, no lugar certo, poderia proporcionar acesso a recursos trocáveis em outras esferas.

Era esta economia restrita entre súditos e rei, a certeza dessa possibilidade, que garantia o ponto fixo para a criação de outra moeda, o título, a posição social, lastro importante que orientava, e de fato orientava, o comportamento dos agentes na hora de outorgar tempo, liquidez e obséquios. Mas isso não basta. Já vimos como se criava um capitão. E vimos como o sobrinho se valeu da esfera de trocas doméstica para galgar postos. A naturalização da família garantia outro ponto fixo para a ancoragem das relações, para a ancoragem do crédito, desta moeda que é a outorga de moeda, mesmo quando falamos de trocas não monetárias. E a economia doméstica só também não bastava. Era uma economia pouco acessível às mulheres. Elas não podiam ser capitãs, distinguindo-se entre donas, viúvas e “esposas de”. Era mais uma naturalização que dava ordem ao mundo e garantia os pontos fixos para que tudo o mais circulasse. E para que tudo se mantivesse como estava.

Vimos, anteriormente, a importância dos vínculos de parentesco na forma como as pessoas eram referidas nas dívidas de inventários, a forma como os “filhos de”,

<sup>4</sup> AHU.SPMG. 4801.

<sup>5</sup> AHU.RS. Cx. 3. Doc. 236.

“primos de” e “mulheres de” tinham destaque, especialmente se vinculados a agentes portadores de títulos, como capitães, tenentes e alferes. Era o “*hau*” do capitão, se quiséssemos ironizar Mauss. Na verdade, a sacralização da figura do monarca e da forma como ele podia transformar homens comuns em pessoas de qualidade, aceitando em troca braços feridos ou serviços feitos por outros, garantia a ordem necessária para que tais postos fossem reconhecidos e naturalizados, e tivessem também eles um pouco daquele brilho real, o que, de algum modo, iluminava também sua família. Isso tudo, é claro, dentro do respeito à equidade: mulheres eram espelhos opacos. Filhos homens (talvez genros ou cunhados) refletiam melhor. Nesse caso, a própria noção de equidade era também ponto fixo de ancoragem, que orientava o comportamento dos agentes no momento dos negócios.

Tais pontos fixos, além de garantirem o funcionamento da economia, também produziam sua própria naturalização e a identidade de cada grupo familiar. Joaquim Roberto de Carvalho e Macedo reforçava sua vinculação com seu tio, por meio de sua avó, enquanto Rafael Pinto Bandeira invocava os fundadores do clã. Ambos tratavam de dar ainda mais significado aos seus grupos familiares, aos seus sobrenomes, que, afinal, eram também suas identidades. E, ao fazer isso, contribuía igualmente para manter a naturalização dos laços de parentesco como organizadores do mundo, uma das bases sólidas pelas quais os bens eram transferidos. O mesmo pode ser dito em relação aos dotes, trocas controladas nas quais o chefe do grupo, entendido seu pequeno rei, tinha especial poder de decisão, o que era aceito por todos.

Também a religião, o culto católico mais especificamente, era um ponto fixo. Vimos o quanto o *potlatch* funeral fazia os bens circularem, com base na ideia da salvação das almas, e, mesmo se considerarmos o quanto de prestígio familiar se buscava com esses gastos, ainda assim devemos ter em conta que era por meio da prática católica que tal enobrecimento era buscado. Mas não era apenas mediante volumosas oferendas, centenas de missas e funerais suntuários que se trocava com o sobrenatural. Os atos de caridade também eram uma forma de fazer os bens circularem, e isso tinha na doutrina cristã a base fundamental. Além disso, aque-

les homens e aquelas mulheres compartilhavam a crença de que uma dívida não paga poderia comprometer a passagem do purgatório para o céu e que os negócios pendentes deveriam ser resolvidos para sossego das almas. O medo do purgatório criava condições para que os bens circulassem e para que os créditos voltassem aos seus devidos proprietários. O mesmo pode ser visto nos chamados “Juramentos das Almas”, escritas nas quais os devedores assumiam publicamente seus débitos e prometiam ressarcir seus credores (SANTOS, 2003; 2005).

Até aqui, salientei elementos daquele mundo que dizem respeito à constituição das dívidas de um modo geral. Elementos que interferiam nas decisões dos agentes e que haviam sido feitos pelos mesmos homens e mulheres, ainda que estivessem sacralizados, que fossem esquecidas suas origens humanas e ressaltadas suas bases naturais e sobrenaturais, como salienta corretamente Godelier (2001). E todos estes pontos fixos permitiam a estabilidade necessária para que as trocas, incluindo empréstimos, vendas fiadas e outras outorgas feitas com tempo, pudessem ocorrer normalmente para que a economia funcionasse. Muitas vezes, contudo, toda essa ancoragem não era suficiente. Era preciso apresentar outros pontos fixos, mais concretos, mais materiais e absolutamente alienáveis. Eram as garantias, também conhecidas como hipotecas. As escrituras estão cheias delas.

Boa parte das dívidas anuncia essa forma de lastro. Mas é preciso lembrar que muitos desses negócios se referem a dívidas antigas e mal resolvidas, acertos refeitos e condições renegociadas. Cerca de dois terços das dívidas de escrituras incluem acertos com garantias, ainda que, em boa parte delas, o bem apresentado fosse a rotineira fórmula “pessoa e bens”, e não fica claro até onde isso significa algo ou é apenas mais uma fórmula de redação das dívidas. Os bens mais comumente apresentados como garantia eram escravos, propriedades agrárias e casas. Contudo, embarcações apareciam junto a dívidas mais altas, e o mais comum mesmo era alternar escravos, propriedades, casas e embarcações. Os bens que serviam de lastro, no entanto, variavam conforme a localidade. Como utilizei as escrituras, só podemos acompanhar Curitiba e Porto Alegre.

Em Porto Alegre, o destaque é para escravos, casas e embarcações. As três maiores dívidas que encontrei eram avalizadas com esses bens. Todas as dívidas que tinham barcos como garantia eram superiores a 1:000\$000, e a maioria data da década de 1800. Em Curitiba, o destaque também era para os escravos e as propriedades, e os animais eram mais frequentemente apresentados como segurança do que em Porto Alegre. Isso parece ter relação com um fenômeno bastante conhecido, a maior ligação de Porto Alegre e Rio Grande (que também registrava seus negócios em Porto Alegre) com a Praça do Rio de Janeiro, assim como a interiorização dos negócios de Curitiba, já que o centro mercantil marítimo mais próximo era Paranaguá, mas era em Curitiba que os registros eram feitos. Com o início do século XIX em Porto Alegre, diversos bens passam a constar como forma de garantia. As charqueadas e a própria carne salgada começam a aparecer, assim como estoques de mercadorias.

## 10.2 A dinâmica do estático

Há muitas formas de emprestar, assim como há muitas formas de ficar devendo. E uma mesma outorga de recursos pode ter significados diferentes para quem toma e quem recebe. Para um, pode significar a sobrevivência; para outro, apenas mais um negócio. A cobrança de juros, o peso das garantias, os valores e prazos negociados são variáveis que complicam ainda mais o trabalho de quem tenta decifrar o comportamento desses agentes. E há ainda outro problema: as fontes mais detalhadas sobre o crédito (entre as que utilizamos aqui) são as escrituras. As dívidas de inventário pouco têm riqueza de detalhes, ainda que muito numerosas. Nesse sentido, a tendência deste capítulo é a circulação restrita entre Porto Alegre e Curitiba. Não poderemos ver de perto o que acontecia em Sorocaba.

A primeira coisa que é relevante para analisar é o tempo que passou desde a criação da dívida até seu registro em cartório. Já vimos que as dívidas de escrituras são uma seleção particular de débitos, geralmente mais valiosos que os de inventários, e que justamente por isso surgem nos registros. Há dívidas nas escrituras que

só foram registradas após muito tempo depois do final do prazo original negociado entre as partes. Há outras dívidas que se iniciaram com o registro. Calculei o tempo que levava para que credor ou devedor comparecesse ao cartório para tornar público o débito. A maior parte das dívidas que são registradas traz a data do acerto original, e foi possível fazer a contagem dos dias. Estou partindo da data de registro, ou seja, tomei as escrituras do período que recortei e busquei suas origens. Sendo assim, não fui além de 1810 procurando dívidas feitas no período do recorte.

Em Porto Alegre, as dívidas registradas na primeira metade da década de 1780 tiveram origem, em média, 2 mil dias antes. Isso significa que as dívidas tinham mais de cinco anos quando iam parar no cartório. Na segunda metade da década de 1780, o tempo médio caiu para quinhentos dias, quase um ano e meio. No início do século XIX, primeira metade da década de 1800, o número médio de dias caiu ainda mais, chegando a cem. Na metade de década seguinte, atingiria sessenta dias, dois meses. Em Curitiba, as coisas eram um pouco diversas, mas não de todo. Na primeira metade da década de 1780, o número médio de dias para o registro era cerca de 1.300, caindo para 1.100 no lustro seguinte. Na primeira metade da década de 1800, era de pouco mais de mil dias. Ao todo, uma queda singela, quebrada, contudo, no lustro seguinte, despencando para pouco mais de cem. Ambas as localidades sentiram o mesmo fenômeno, ainda que com uma diferença de tempo.

O que ocorreu não foi apenas uma redução de tempo para o registro. Ela de fato aconteceu, e com um ritmo estrondoso. Mas também, cada vez mais, as dívidas eram criadas já em forma de escritura, e o acerto entre as partes, oral ou escrito em papel (mas sem registro formal), ia diminuindo. Na década de 1780, tanto em Porto Alegre como em Curitiba, praticamente não houve ano em que não se registrasse em cartório uma dívida já acertada entre duas partes. Essa situação mudou em Curitiba, em 1800, primeiro ano em que as dívidas registradas, no caso, duas, foram iniciadas naquele ato. Em Porto Alegre, o primeiro ano a ter todas as dívidas iniciadas em cartório foi 1803, e eram quatro. É certo que há um problema de fonte aqui, já que muitas dívidas com histórico longo não aparecem dessa forma, parecendo

recentes nas escrituras. Mas isso poderia ocorrer mesmo em outras épocas, e por isso acredito que, mesmo borrada, essa tendência seja correta.

O que essa mudança significa? Acredito que esses dados sejam indicativos de mudanças que estavam em processo tanto em Porto Alegre como em Curitiba nesse período. Não creio que se possa atribuir isso ao crescimento demográfico experimentado em Porto Alegre e Curitiba (que chegou a ser próximo de 10% em ambas as localidades), já que os devedores e credores que aparecem nas escrituras da década de 1800 (até onde pude identificar) já estavam naquelas localidades há mais tempo, ao menos é o que se pode avaliar tendo em conta uma série de outros documentos nos quais eles aparecem com alguma referência espacial. Acredito que esses dados nos falem de transformações maiores que ocorriam no comportamento econômico dos agentes, como mudanças na forma de construir suas relações econômicas, na própria forma de tomar e receber emprestado ou fiado. Para responder mais adequadamente à pergunta, convém observarmos outras variáveis dos negócios de crédito registrados nas escrituras, tais como os prazos de pagamento, a cobrança de juros, os relacionamentos entre credor e devedor, a natureza da dívida (como ela começou) e outros elementos.

No início do século XIX, em Curitiba, não deve ter faltado quem se queixasse dos juros. Um par de décadas antes, era bem mais fácil fazer uma compra fiada sem tomar conhecimento deles. Agora, havia gente que não os cobrava ou, ao menos, concedia um tempo de vantagem antes de cobrar. Não bastasse essa dificuldade, já não era tão fácil conseguir dinheiro. O mesmo sujeito se espantaria estando em Porto Alegre. Talvez ele não conseguisse comprar a crédito, já que, como vimos, esta compra não era para qualquer um. Mas, se conseguisse, deveria obter um prazo bom para pagar antes de se pensar nos juros. E melhor: haveria grande possibilidade de ele conseguir fazer uma compra fiada gorda, pelo menos se comparada com aquelas minguiadas que conseguiria em Curitiba.

Explico: para a década de 1780, em Curitiba, encontrei nove compras fiadas registradas em cartório. Nenhuma iniciava com juros. Elas ofereciam prazos

diferentes para o pagamento antes da cobrança. Outras sete não especificavam prazo, e é difícil saber o que se fazia nesses casos. Em compensação, para a década de 1800, das nove que especificavam a cobrança de juros, apenas quatro ofereciam prazo para o pagamento sem este “prêmio”. O valor para as compras fiadas sem juros se mantinha na casa de 500\$000, mas aquelas feitas com juros estabelecidos desde o início eram de importâncias bem inferiores, na faixa de 100\$000. Para Porto Alegre dos anos 1780, encontrei 14 compras fiadas que especificavam a modalidade de cobranças de juros (outras 17 não informavam). Destas, 11 estabeleciam um prazo para o pagamento antes da cobrança do “prêmio”, e apenas três iniciavam com essa taxa. Na década de 1800, o cenário era semelhante: havia 13 compras fiadas com especificação sobre os juros (outras sete sem informação), das quais dez davam prazo sem esse pagamento. O que mudava completamente era o valor desse tipo de contrato: saltou de uma média de 450\$000 para 1:400\$000.

Tudo isso para as compras fiadas. Quanto aos empréstimos, as coisas eram um pouco diversas. Encontrei cinco créditos provenientes de empréstimos em Curitiba na década de 1780, e nenhum deles oferecia prazo sem juros. No início do XIX, dois ofereciam uns meses de prazo antes do início de pagamento dos juros, enquanto 29 já iniciavam com essa cobrança. Em Porto Alegre, na década de 1780, de 12 empréstimos que encontrei, dois davam prazo sem juros, um iniciava com este pagamento e nove não especificavam prazo. No início do século XIX, de 25, nove cobravam juros de saída, quatro davam alguns meses, enquanto 12 não especificavam. Mas o mais interessante são os valores totais das localidades. Curitiba passou de 1:400\$000, na década de 1780, para 5.400\$000, duas décadas depois. No mesmo período, Porto Alegre passou de 6:200\$000 para 29:200\$000. Todos esses valores foram colocados em circulação na forma de empréstimos. Todavia, em Curitiba, ao longo desse tempo, o valor médio do empréstimo caiu da faixa de 278\$000 para 146\$000. Enquanto isso, em Porto Alegre, passava da casa de 522\$000 para a média de 1:168\$000.

Os dados dos empréstimos nos dão mais detalhes sobre o cenário que estamos observando. De um modo geral, nas duas localidades, o tempo trouxe mais facilidades para a obtenção de empréstimos. No entanto, o valor médio caiu em Curitiba, o que nos sugere uma sensível diminuição da liquidez local. Esse cenário se agrava se tivermos em conta que as escrituras dizem respeito àqueles que seriam os negócios mais importantes, mais caros e arriscados, o que explica a necessidade de sua oficialização pública. Nesse caso, podemos inferir que, enquanto Porto Alegre registrava dívidas acima de 94\$000, chegando a 8:000\$000, Curitiba já via quem registrasse papéis de 12\$000 e 13\$000, chegando, no máximo, a 1:200\$000. E a maior parte dos empréstimos feitos em Curitiba nesse período foram tomados por meio do Cofre dos Órfãos, que concentrava os recursos de diversas famílias, disponibilizando-os a terceiros. Em Porto Alegre, o crédito era oferecido a partir dos negociantes.

Esses dados são melhor compreendidos quando comparamos o volume de créditos realizados nas duas localidades e por década. Em Porto Alegre, o valor total negociado em dívidas (nas escrituras) passou de 52:000\$000, na década de 1780, para 76:000\$000 contos, na década de 1800. Em Curitiba, tal cifra passou de 9:000\$000 para 16:000\$000. Na média, o desempenho desta caiu de 307\$000 por dívida para 257\$000. Enquanto isso, a média de Porto Alegre passou de 840\$000 para 1:270\$000. Ainda, é relevante acrescentar que Porto Alegre dispunha de um segundo cartório, que nem sequer utilizei nesta pesquisa. De um modo geral, acredito que Porto Alegre estava experimentando um crescimento acelerado, enquanto Curitiba e o Planalto estavam passando por uma calma mercantil aguda, com uma gradativa escassez de recursos. Nesse caso, estamos diante de dois casos relevantes e complementares para se observar como as práticas creditícias mudaram ao longo do período entre 1780 e 1810, ou, melhor dizendo, como os agentes de uma sociedade corporativa, católica e regida por uma hierarquia política ciosa de sua nobreza manejaram o crédito em um cenário de empobrecimento; e como o fizeram numa conjuntura de crescimento.

O primeiro ponto que podemos abordar é a própria cobrança dos juros e a forma como era feita. Nas duas localidades, há um aspecto em comum: o juro utilizado é praticamente sempre o “juro da lei”, de 5% (ROCHA, 1995). Como vimos, nem sempre ele era cobrado, sendo um prazo estabelecido para livrar o devedor deste pagamento. As compras que iam parar nas escrituras eram geralmente combinadas sem juros, quando do acerto inicial, com prazos que variavam entre 1 e 48 meses para pagamento, embora a média fosse de um ano de espera. Depois desse prazo, os juros eram cobrados. De um modo geral, no período que abordei, houve um sensível aumento do número de transações feitas com juros desde o início do acerto, sem prazo “facilitado”. Na Curitiba da década de 1780, encontrei seis negócios que estabeleciam juros desde o começo. Este número subiu para 41 na década de 1800. Em Porto Alegre, havia seis acertos nessas mesmas condições, nos anos 1780, e 14 no início do século XIX.

Esse cenário, contudo, não significa o fim do crédito com prazo sem juros. Em Curitiba, ele diminui um pouco. De dez transações, nos anos 1780, restam sete, na década de 1800. Mas, a despeito da queda do valor médio dos empréstimos, o valor dessas outorgas aumentou, de uma média de 530\$000 para uma de 600\$000. Em Porto Alegre, as coisas eram semelhantes. A década de 1780 registrou 15 operações, com valor médio de 350\$000. Nos anos 1800, o número de negócios subiu para vinte, com valor médio de 1:200\$000. De certo modo, o aumento de Porto Alegre acompanhou o crescimento geral dos negócios, semelhante ao que aconteceu com aqueles negócios feitos com juro desde o início, que cresceram, mas não se tornaram os principais. Esses dados de Porto Alegre nos sugerem que o crescimento não trouxe uma transformação radical do comportamento quanto à cobrança de juros. Em Curitiba, o relativo empobrecimento acabou produzindo (por meio de um processo muito peculiar, como veremos) uma série de negócios que iniciavam já com a cobrança de juros, mas não eliminou uma parcela da sociedade que seguia oferecendo prazo antes dessa cobrança.

Em 1802, Agostinho José da Silva comprava “gêneros de fazenda e quinquilharias” com Antonio Gomes da Silva, no valor de 3:139\$065 (vou chamá-los pelo nome já que ambos são “Silva”). O contrato feito entre ambos, registrado em cartório logo no início, estipulava 24 meses para o pagamento antes do início da cobrança de juros. Melhor: os preços seriam aqueles praticados no Rio de Janeiro e na Bahia, sem “prêmio algum de avanço” e sem fiador.<sup>6</sup> Era uma condição excepcional. É certo que Antonio Gomes havia oferecido, em 1777, dez meses para que José Ortiz pagasse sua dívida sem incorrer em juros, e ainda esperou mais dois anos antes de registrar a pendência em cartório.<sup>7</sup> Mas encontrei dois outros negócios de venda fiada feitos por ele para José Martins Ávila e Manuel Alves Matoso, em que as vendas foram realizadas com pouco prazo e com juros desde o início. E Silva não esperou muito para registrar esses negócios pendentes.<sup>8</sup>

Voltando a Agostinho, o beneficiado pela compra de quinquilharias, ele não esperou nem um mês e repassou os produtos comprados para Antonio José Teles e Menezes. Não fica claro se foi um acerto prévio, mas parece que sim, que Agostinho apenas intermediou a compra de Teles e Menezes, sabe-se lá por que motivo. Talvez este último devesse a Antonio Gomes. E Agostinho repassou exatamente as mesmas facilidades que havia ganho de Antonio, inclusive o prazo. Teles e Menezes, contudo, obrigou-se a pagar no mesmo prazo, mas acabou por pagar dois dias antes da obrigação de Agostinho.<sup>9</sup> Era uma forma de equiparar os obséquios que havia recebido. E, nesta cadeia de obséquios, ressaltada pelo tratamento especial com alguns e rigoroso com outros, o mesmo Antonio Gomes já havia sido beneficiado: ao acertar as contas de uma sociedade, em 1782, com Sebastião Francisco da Cunha, Gomes teve 24 meses para pagar sem juros e outros 24 para pagar com aquele prêmio uma dívida de 15:000\$000.<sup>10</sup>

<sup>6</sup> 1TABPOA-022-032.

<sup>7</sup> 1TABPOA-006-091.

<sup>8</sup> Apergs. Assignações de Dez Dias. Primeiro Cartório Cível. Maço 139.

<sup>9</sup> 1TABPOA-022-032.

<sup>10</sup> 1TABPOA-009-037.

Domingos Borges Freire fez algo semelhante. Ele fez diversas outorgas de recursos ao longo de sua trajetória de negociante, muitas a juros.<sup>11</sup> Mas, em 1803, registrou em escritura uma dívida acumulada de José Antonio Fernandes Lima, composta de abonos de fazenda seca e empréstimos que o devedor havia recebido “diversas vezes”, ou seja, o devedor tinha uma conta corrente enorme junto a Borges Freire, que atingiu 1:800\$000. E, mesmo registrando em cartório, Borges Freire aceitou um contrato que oferecia 48 meses para que Lima pagasse sem juros.<sup>12</sup> Não sei bem o que motivou a concessão dessas condições, mas desconfio que Lima fosse aparentado de João Antonio Fernandes Lima, falecido em 1781, e acredito que este último tinha relações com Freire, já que possuíam conhecidos em comum. Mas é apenas uma possibilidade.

Acerto interessante foi aquele feito entre o capitão André Alves Pereira Viana e Silvino Pedroso de Moraes em abril de 1804. Este último precisava de dinheiro para seus negócios (não fica claro quais negócios eram) e tomou 300\$000 em moeda. As condições foram muito particulares: Silvino teve até agosto do ano seguinte para pagar sem necessidade de juros, o que significava 16 meses. O problema é que a contradádiva do prazo sem juros teria um preço alto. Com o dinheiro na mão, Silvino deveria ir os Campos de Cima da Serra e Vacaria comprar bons novilhos e touros e os conduzir até Santo Antonio da Patrulha. Não sei se Silvino achou mais conveniente não fazer isso e pagar os juros ou se não conseguiu o dinheiro simplesmente. Mas apareceu, passado algum tempo do fim do prazo, com “dois couros de tigres” e 3\$200 para iniciar o pagamento. Depois, tomou outro empréstimo, com o mesmo credor, no valor de 1\$280. Tempos depois, ambos foram ao cartório ratificar aquela dívida.<sup>13</sup> Parece claro que ignorar os juros era um obséquio e, nesse caso particular, foi exigida uma reciprocidade predefinida, que talvez até fosse considerada usurária de acordo com a tratadística católica. Porém, o registro da dívida em cartório era uma forma de contradádiva paliativa, era como constituir-se devedor uma vez mais.

---

<sup>11</sup> 1COAPOA-10-139; 1TABPOA-011-054; 1COAPOA-04-38; 1COAPOA-08-102.

<sup>12</sup> 1TABPOA-022-178.

<sup>13</sup> 1TABPOA-030-098.

Antonio do Rego Chaves, também de Porto Alegre, fez ao menos três outorgas de recursos ao longo do tempo que investiguei, e todas elas foram com prazo anterior ao pagamento de juros.<sup>14</sup> Passando para Curitiba, encontrei Antonio Teixeira Alves, o qual, ao longo do período, fez diversos empréstimos e vendas fiadas. Ao menos três foram com prazo sem pagamento de juros, com período de espera entre 6 e 12 meses. Isso sugere que a concessão de tempo para pagar antes de se cobrarem juros estava no acerto e variava de acordo com a relação entre as partes. Não se tratava de um repúdio deliberado à cobrança de juros ou de sua adoção absoluta, fazia parte das escolhas daqueles agentes. E nisso se incluem os enganos, as incoerências e as vontades.

Um caso interessante é o de Manuel Domingues Leitão, vigário em Curitiba ao longo de décadas, o qual aparece como emprestador usurário na década de 1750, não apenas nos registros que falam de negócios, mas também na opinião de alguns membros da câmara local (BORGES, 2007). Nas escrituras de Curitiba que consultei, para a década de 1780, ele aparece diversas vezes. Uma dessas fontes oficializava uma dívida da década de 1750, quando o devedor se obrigou a juros de 6%, os maiores que encontrei em toda a pesquisa, o que reforça a imagem de usurário daquele representante de Deus. Todavia, na década de 1780, ele seguia aparecendo como emprestador. Algumas dívidas eram antigas, mas não parece ter sido o caso de todas. Nessas dívidas mais recentes, seu perfil era diverso. Em novembro de 1780, o alferes Antonio dos Santos Teixeira recebia 36 meses para pagar, antes de se iniciarem os juros, a quantia de 557\$894. Em junho de 1781, Escolástica Maria de Albuquerque registrava em cartório várias dívidas anteriores dela e do seu falecido, que somavam 288\$178, e recebia 48 meses para pagar antes dos juros. O mesmo ocorreu com Boaventura Pereira, em julho do mesmo ano, quando recebia 36 meses para pagar.

O caso do reverendo Manuel Domingues Leitão é relevante para avaliar a forma como o comportamento pode mudar ou alternar-se de acordo com os relacionamentos. Talvez ele estivesse ficando senil, talvez o tempo tivesse amolecido seu coração,

---

<sup>14</sup> 1TABPOA-032-033; 1TABPOA-031-006; 1TABPOA-030-086.

talvez tenha tido uma visão de Nossa Senhora ou fosse muito ligado àquelas pessoas a quem facilitou os empréstimos. Excluindo a senilidade, tanto o amolecimento do coração, como a visão de Nossa Senhora e as ligações pessoais eram produtos sociais próprios daquele mundo. Ao fim e ao cabo, as decisões de Leitão não eram assim tão individuais e sua variação contribuiu para compreendermos os limites da ação. Não tenho como saber qual foi, afinal, o motivo que fez Leitão mudar de comportamento, mas sua ação é exemplo de um padrão que não segue a discreta tendência de aumento dos negócios feitos com juros desde o início. Não era um fenômeno linear.

E como fica o parentesco diante da cobrança de juros? A resposta não é simples, por uma razão simples: há poucos registros de dívidas de pessoas apontadas como parentes nas escrituras. Isso é fácil de explicar: a densidade das relações familiares que gerou a dívida seria igualmente suficiente para garantir o pagamento, dispensando o registro em cartório. Mas alguns exemplos temos e podem ser úteis. Encontrei apenas quatro, entre trezentos, registros de dívidas em escritura com o parentesco declarado entre as partes. Esses dados, por si só, são indicativos de quão alheios aos cartórios eram os assuntos da esfera doméstica. Dos quatro registros, nenhum cobrava juros, e um, particularmente, destacava o fato de ser sem juros, quando o filho, tenente Joaquim Lopes de Santana, era credor da mãe, Dona Joana Gonçalves, na Curitiba de finais de 1808.<sup>15</sup> Pude identificar, ainda, um quinto registro, no qual não havia referência ao parentesco, mas cuja relação eu sabia, talvez óbvia demais para ser anotada: o capitão-mor de Curitiba, Antonio Ribeiro de Andrade, emprestou 4:000\$00 para seu irmão, o tenente-coronel Francisco de Paula Ribas, em 1808.<sup>16</sup> Tampouco foi feita qualquer observação sobre juros, prazos ou outros detalhes, salvo a garantia feita, a de uma antiga fazenda da família que o tenente-coronel havia herdado.<sup>17</sup>

Selecionei também outras 18 escrituras de dívidas que me pareceram interessantes, pois cada uma era um acumulado de diversos negócios realizados anteriormente

---

<sup>15</sup> 1 TABCUR-029-046; 1TABCUR-030-127; 1TABCUR-030-119; 1TABPOA-034-045.

<sup>16</sup> Livro mestre de matrícula de praças e oficiais. Aesp. E04695.

<sup>17</sup> 1TABCUR-030-111.

entre devedor e credor, o que poderia indicar algum tipo de vínculo, tal como parentesco, amizade ou vizinhança. Destas, duas estabeleciam os juros da lei, outras três ofereciam um prazo antes da cobrança de juros, que variou entre 36 e 48 meses. As demais não especificavam juros, mas concediam prazos de pagamento igualmente largos, entre 12 e 84 meses, com uma média de 44. Três delas eram particularmente interessantes. Uma dizia respeito à dívida de 600\$000 em “moeda corrente e trigo para acudir aos vexames” passados pelo devedor, Bento José Ribeiro dos Santos, concedida por Raimundo Ferreira, com 48 meses para pagamento, sem especificação de juros. Ela foi registrada em Porto Alegre, em 1804.<sup>18</sup>

Outra, com 36 meses de prazo e sem informação sobre os juros, era a que Antonio José Ribeiro devia para Luís Teodósio Machado, em Porto Alegre, 1805. Segundo o devedor, aquela conta era relativa a uma quantia anterior que não poderia pagar com a “brevidade exigida” e, por isso, obrigava-se. A terceira é mais interessante: José Antonio de Araújo Ribeiro havia feito “vários socorros” para Luis Inácio Pereira de Abreu concluir um sobrado de pedras na Rua do Comércio. O valor total atingia 4:200\$000, e Pereira de Abreu recebeu um prazo de 84 meses, sem nenhuma referência à cobrança de juros.<sup>19</sup>

Dados para o caso contrário, para a cobrança de juros da lei desde o início do contrato, são comuns ao longo de todo o período, como já aferimos. Mas essas situações que apresentei mostram que não houve, ao menos no período que observei, um crescimento linear do uso dos juros. Em Curitiba, no início do século XIX, houve um grande crescimento desta prática, em termos quantitativos. Mas, se observarmos no detalhe, veremos que esse crescimento diz respeito, pontualmente, à grande quantidade de dívidas feitas por meio do Cofre dos Órfãos. Em Porto Alegre, o crescimento das dívidas com juros após um prazo é proporcional ao crescimento geral, inclusive ao aumento de negócios com juros desde o início dos contratos. Acredito que o crescimento econômico daquela localidade pôde permitir

<sup>18</sup> 1TABPOA-025-051.

<sup>19</sup> 1TABPOA-028-116; 1TABPOA-029-004.

a continuidade de um crédito “barato”, ou seja, a ampla concentração de recursos naquela praça, especialmente com os negociantes, proporcionou um acesso fácil aos bens e teve como corolário a continuidade das práticas creditícias. É por essa razão que vemos, em meados dos anos 1800, negociantes manejando prazos folgados e juros facilitados para sujeitos que precisavam de trigo e para quem precisava de um imponente sobrado de pedra na Rua do Comércio.

Encontrei um registro de dívida com o Cofre dos Órfãos (nas escrituras do Primeiro Tabelionato) para Porto Alegre, em 1786, e dois para Curitiba, na década de 1780. Para os anos 1800, há 33 dessas transações, o que transformava tal instituição na maior fonte de recursos da região, com pouco menos de metade dos créditos registrados em escrituras nesse período e atingindo 18% do valor total negociado na localidade, pouco mais de 3:000\$000. E o significado dessa instituição não para por aí. Um poderoso grupo da elite local, a família do tenente-coronel Manuel Gonçalves Guimarães, tomou seis daqueles 33 empréstimos, apropriando-se de um quarto do valor total oferecido pelo Cofre na década, 835\$096. Ou seja: era uma fonte de recursos que interessava diretamente àquela elite, diante de um cenário de escassez acentuada dos recursos. O único grupo familiar que teve maior impacto na oferta de crédito foi o do capitão-mor Antonio Ribeiro de Andrade, no valor de 4:000\$000, mas se tratava daquele empréstimo feito ao próprio irmão, ou seja, fazia parte da econômica doméstica do grupo.<sup>20</sup>

Esse destaque do Cofre nas escrituras devia ter o dedo do então tesoureiro dos órfãos, Francisco Teixeira Camelo, que ocupou este posto ao longo de todo o período. Prevista nas Ordenações Filipinas (ainda que seu uso seja anterior), a

<sup>20</sup> 1TABCUR-027-087; 1TABCUR-027-071; 1TABCUR-027-079; 1TABCUR-027-086; 1TABCUR-027-073; 1TABCUR-027-72; 1TABCUR-027-074; 1TABCUR-027-075; 1TABCUR-027-067; 1TABCUR-029-026; 1TABCUR-029-055; 1TABCUR-29-016; 1TABCUR-030-040; 1TABCUR-030-031; 1TABCUR-030-005; 1TABCUR-030-042; 1TABCUR-030-042; 1TABCUR-030-042; 1TABCUR-030-042; 1TABCUR-030-082; 1TABCUR-030-054; 1TABCUR-030-060; 1TABCUR-030-52; 1TABCUR-031-032; 1TABCUR-031-032; 1TABCUR-031-035; 1TABCUR-031-005; 1TABCUR-031-084; 1TABCUR-31-080; 1TABCUR-031-083; 1TABCUR-031-071; 1TABCUR-031-077; 1TABCUR-031-048.

função do Cofre, assim como dos próprios cargos de juiz, escrivão e tesoureiro dos órfãos, era zelar pelo patrimônio dos menores de 25 anos cujos pais tivessem morrido. O juiz, logo que informado do falecimento de alguém, deveria checar se havia órfãos e se estes teriam bens por haver. Nesse caso, o inventário orfanológico deveria ser feito, no qual seriam descritos todos os bens, assim como todas dívidas ativas e passivas que seriam divididas entre os herdeiros. No caso dos órfãos, eles só receberiam sua parte ao completar 25 anos ou ao casar.<sup>21</sup>

Enquanto os órfãos não atingiam a idade adulta, o tesoureiro dos órfãos deveria fazer aproveitar os bens deles e “tornar a seu estado com os frutos e rendas, que deles poderão haver, se aproveitados foram”. Mas não poderiam nunca fazer qualquer tipo de contrato em que houvesse “alguma espécie de usura”. Não vou entrar aqui na discussão do que poderia ser entendido como usura, tema de dezenas de tratados da época moderna (CLAVERO, 1990). Mas, quando da criação dessa lei, não havia nenhuma norma jurídica que autorizasse qualquer tipo de cobrança de juros, passível de ser classificada de usurária ou não. E, ainda assim, a lei filipina era clara, não deixando espaço para muitas possibilidades. A edição das ordenações que utilizei, feita por Candido Mendes de Almeida, contém comentários sobre cada lei. Quanto à cobrança de juros pelo Cofre dos Órfãos, Almeida traz interessante nota:

Depois da lei de 24 de outubro de 1832, que facultou às partes a convenção quanto aos juros, esta pena [refere-se às penas pelo crime de usura] foi abolida. Tomando o Governo por empréstimo os dinheiros dos Órfãos, o prêmio foi fixado em 6% no ano [...] *Antes que se tomasse esta providência, os particulares obtinham esses dinheiros com o prêmio da lei (5 e 6%).*<sup>22</sup>

Esta breve nota nos traz uma importante informação: entre a criação da norma, no início do século XVII, e meados do século XIX, a postura quanto à cobrança de juros pelo Juízo dos Órfãos se modificou. E, quando da década de 1780, início

<sup>21</sup> Ordenações Filipinas. Livro Primeiro. Edição de Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870.

<sup>22</sup> Ordenações Filipinas.

do recorte que tomei, não apenas havia cobrança daquele prêmio, como ela era feita sem ao menos estabelecer um prazo para pagamento sem aquele acréscimo baseado no tempo. Mais do que isso: tal transformação acabou criando condições para a consolidação, lenta, fique claro, da cobrança de juros naquela sociedade, assim como para a sobrevalorização do registro oficial em cartório em oposição aos contratos orais ou papéis emitidos entre as partes.

Segundo Clavero (1990, p. 161), na época moderna: “*Las relaciones de crédito tendían a remitirse a este terreno de la amistad familiar no estrictamente consanguínea y de la fraternidad mercantil tampoco cerradamente familiar*”, ainda que nem sempre fosse o caso. Aqui entra a ideia de *oikonomia*. É a economia doméstica entendida como paradigma de uma sociedade. Confunde-se, muitas vezes, com a própria ideia de família, e não sem motivo. Ainda que houvesse uma pluralidade de *oikonomias* atuando com suas diversas matizes e particularidades, “*Sabemos las maneras que articulaban a la familia en su diversidad de especies, de las menos a las más artificiales, todas naturales: la reverencia y el obsequio, la correspondencia y la amistad*” (CLAVERO, 1990, p. 161). Era, ao mesmo tempo, uma economia familiar e servil, corporativa e senhorial. Ainda que se manifestasse dentro de uma corporação, como a de mercadores, na qual havia a ideia de irmandade, a heterogeneidade das relações garantia uma hierarquização dentro do próprio grupo, tal como, numa família, havia também uma ordem.

Acredito que a obra de Clavero (1990) pode ser frutífera na análise do material que apresentei. A família, a economia doméstica, e a caridade davam a tônica naquele mundo. Era assim que aquele mundo compreendia o crédito, um mundo que fazia oferendas vultosas às forças sobrenaturais e que fazia os negociantes se aparentarem e trocaram obséquios entre si. Por caridade, entende-se, como nos fala Clavero (1990), o simples ato de emprestar. Já vimos o poder da família. E o juro, com ou sem prazo antecipado, era considerado um ganho compensatório, dentro da lógica da *antidora*, como compensatório e caritativo era todo o esforço de preservação dos bens dos órfãos. Aquela mesma noção de caridade, acredito, foi base

para a adoção, ao longo do tempo do uso, dos juros nos contratos do Cofre dos Órfãos, o que contribuiu para a lenta habilitação dos juros, mesmo numa Curitiba que vivia tempos de escassez, em que o dinheiro não parecia ter forças para violentar a natureza, como pensavam diversos tratadistas modernos (CLAVERO, 1990). Com o pretexto de salvar os órfãos, aquela economia visava preservar a si mesma, aquela ordem, mas acabou criando condições para sua transformação.

Em Porto Alegre, os obséquios seguiam sendo praticados e ficavam no limite da corporação mercantil. Os casos que vimos anteriormente, de obséquios sendo trocados entre mercadores, inclusive dois ex-sócios, é sintomático disso. Mesmo que tenhamos percorrido algumas dezenas de léguas e deixado uma terra empobrecida por uma mais rica, como repetiria Clavero (1990, p. 168), “*de un mundo no se sale*”. Uma sociedade que acreditava que o aumento de cabedais poderia e deveria significar a transmissão de bens como caridade e propagação do amor cristão criou condições para a preocupação única com o aumento de cabedais. Mas isso foi um longo processo, e ultrapassa muito os limites deste trabalho.



# Considerações finais: de volta ao caminho

Se alguém tentasse estimar o número de tropas de animais que circularam entre Viamão e Sorocaba em fins do século XVIII e início do XIX apenas utilizando inventários *post-mortem* e escrituras, teria uma grande surpresa. Seria lógico supor que aqueles documentos apresentassem diversos casos de negócios que comercializavam gado, se outras tantas fontes nos indicam a importância daquela atividade na vida daqueles sujeitos. As próprias listas nominativas são bastante eloquentes. Bacellar (1997) chega a fazer uma estimativa mínima dos negócios de gado apenas com essas fontes. E, se observarmos aqueles fogos nos quais a renda familiar estava baseada na pecuária e no negócio de tropas, somando isso àqueles fogos que anunciavam membros “ausentes para o Viamão”, teríamos ainda mais certeza disso tudo. Mas só pude encontrar 14 tropas em escrituras e inventários, sabendo, por outros documentos, que foram mais de mil, ao longo do período que tomei nesta pesquisa.

Algumas ressalvas devem ser feitas. Concentrei esforços nas escrituras de crédito, dívida, obrigação e hipoteca. Sei que há tropas anunciadas em documentos de compra e venda, recibos, tratos e sociedades, mas, pelo que pude verificar e tomar nota, não creio que tais fontes fizessem triplicar o número, já bastante irrisório. E, de qualquer maneira, estou diretamente interessado em saber como as tropas eram financiadas, como se acertava o crédito para sua existência, e certamente as fontes de crédito, dívida, hipoteca e obrigação são mais adequadas para isso. Quanto aos inventários, acredito que este silêncio se deva à habitual pouca quantidade de detalhes nas dívidas ativas e passivas. Não li integralmente todos os inventários, concentrei-me nas dívidas, mas acho que este esforço não faria aparecer nem metade

do total das tropas que pude averiguar por outros documentos, e que também é inferior ao número total de negócios, ainda que mais próximo da realidade.

Isso não significa que os tropeiros fossem pessoas rudes, avessas aos trâmites burocráticos ou todos analfabetos. É certo que era um grupo muito heterogêneo, mas muitos deles estiveram registrando negócios em cartório ao longo de suas vidas. O capitão José de Andrade, por exemplo, aparece ao menos duas vezes ao longo da década de 1780, em uma delas por negócios de crédito, ainda que não tivesse relação com tropas.<sup>1</sup> Da mesma forma, José da Silva Castanhede e Francisco Teixeira de Azevedo foram presentes em escrituras de dívidas, em posições diversas.<sup>2</sup> Isso sem falar da família Gonçalves Guimarães, que aparece, ao longo do tempo, em muitos registros de diferentes tipos. Entre o Primeiro Tabelionato de Porto Alegre e seu similar curitibano, encontrei pelo menos 36 tropeiros que, em algum momento, participaram da produção de alguma escritura pública, a grande maioria em Curitiba.

Por outro lado, acreditar que este dado, o relativo silêncio das tropas nas dívidas de escrituras e inventários, seja um indicativo de que tal mercado dispensasse o crédito me parece um equívoco. Já vimos como as outorgas temporárias de recursos eram extremamente importantes nas diversas atividades econômicas desenvolvidas ao longo da rota, o que também já foi salientado por outros autores, inclusive para outras áreas da América lusa, por um lado, e para economias pré-industriais, por outro (BRAUDEL, 1998; FIRTH, YAMEY, 1969; FONTAINE, 1993; FRAGOSO, 1998; FRAGOSO, FLORENTINO, 2001; SAMPAIO, 2001, 2003a). Acredito que tal economia se valesse de instrumentos de crédito baseados na experiência cotidiana, nas conversações diárias, nos contatos e nas interações que reproduziam o mundo todos os dias, com base em acertos orais. Mais do que isso, acredito que os recursos para tal empreitada provinham de uma esfera econômica silenciosa, a esfera doméstica, da inter-relação de diversas economias domésticas, controladas por capitães e garantidas pela atuação de todo o núcleo familiar, inclusive os escravos.

<sup>1</sup> 1TABCUR-021-039; 1TABCUR-023-001.

<sup>2</sup> 1TABCUR-022-056; 1TABCUR-027-108.

Já falei anteriormente da forma como o capitão Cesar pôde obter recursos para uma tropa que montava no início de 1796. Ele fez contato com o doutor José Joaquim de Oliveira Cardoso, filho do falecido capitão-mor de São Paulo, para que pudesse obter algum recurso em dinheiro. O doutor escreveu de volta, e a carta serviu para que Cesar obtivesse, junto do capitão Manuel Gonçalves Guimarães, o recurso necessário.<sup>3</sup> Meses depois, ainda em 1796, Antonio Francisco de Aguiar comentava sobre o doutor José Joaquim, que devia algumas quantias à Casa Doadada, esperando que ele “formalize as suas contas judiciosas e verdadeiras, por crédito seu, e *boa reputação as cinzas de seu pai*, e daquilo que se liquidar, se pagou com os bens e isto já sem demora, para sossego de tantos espíritos desinquietos”.<sup>4</sup>

O doutor nunca perderia o vínculo familiar, e suas atitudes poderiam comprometer a imagem de seu pai, mesmo depois de morto. Além das suas próprias, é claro. Mas o que quero salientar aqui é que a rede densa de relacionamentos de que Cesar, Guimarães e Oliveira faziam parte propiciava acesso aos recursos necessários para o financiamento da economia das tropas de animais. E tais recursos tinham origem nos mesmos negócios feitos, na atividade criatória e na agricultura praticada naquelas paragens, que garantiam a manutenção daqueles sujeitos e seu enriquecimento, o que era, por seu turno, garantido pelo braço escravo. Era a estabilidade dessa força de trabalho que permitia a circulação de gente como o capitão Cesar e Manuel Gonçalves Guimarães no giro de seus negócios. Desse modo, a economia doméstica de cada tropeiro, com o financiamento de outras similares, era o sistema que fazia funcionar a economia das tropas.

Em 1779, na Capela do Tamanduá, Estevão José Ferreira emprestava 1:262\$150 a José Gonçalves Nogueira para assistir a tropa de João Rodrigues de Macedo. Sobre um terço do total correria juros desde o início, e dois terços, após o prazo de quatro meses, tempo necessário para ir e voltar de Sorocaba. É provável que Estevão tivesse uma loja de fazendas, pois, pouco mais de um ano depois, registrava uma outorga de fazenda seca e dinheiro no valor de 177\$390 para Antonio Portes del

<sup>3</sup> BN-II-35,25,03-003; BN-II-35,25,03-004.

<sup>4</sup> BN-II-35,25,25-27-023.

Rei. O mesmo credor estaria, anos mais tarde, atuando como tropeiro, por volta de 1792, tendo como fiador o padre Manuel Caetano de Oliveira. Nessa ocasião, ele já era qualificado como tenente. Era o crédito de Manuel Caetano, associado aos negócios e às relações de confiança de Estevão ao longo do tempo, que garantia aquela tropa e as outras anteriores, assim como a sua ascensão social.

Em 1800, Manuel Gonçalves Guimarães respondia a uma dívida de Joaquim Gonçalves, “como fiador do filho” junto à Casa Doadada, assim como outras tantas vezes que ocupou esta posição nas escrituras, especialmente em empréstimos tomados junto ao Cofre dos Órfãos.<sup>5</sup> O caso de Francisco Luis de Oliveira e seu filho, o padre Manuel Caetano de Oliveira, também é exemplar desse cenário. Já vimos esta história antes: as relações construídas entre Francisco e Antonio Francisco de Aguiar ao longo de anos, tempo em que Francisco sempre pagou as dívidas de quem fiava, foram herdadas e reforçadas pelo filho, o padre Manuel. Pai e filho eram considerados como se fossem um só, ao menos em termos de identidade. Tal identidade podia atingir o extremo de confundir genitor e gênito, como se fossem a mesma pessoa. Mas essa identidade se estendia de modo desigual ao grupo familiar como um todo, podendo atingir até mesmo aos escravos.

### 11.1 Fianças e cobranças: o peso da equidade

Uma forma relevante de se avaliar como funcionavam as relações de crédito neste mercado de animais é observar como se dava o sistema de fiança das tropas. As tropas passavam por Curitiba e tinham seus animais identificados para poderem passar por Sorocaba e ser cobrados. Contudo, a maior parte dos tropeiros não tinha dinheiro antes da venda e, portanto, necessitava fiador para poder “pendurar” a tributação e entrar na vila, à espera de um bom negócio que fecharia todo o circuito. Em novembro de 1795, Antonio Francisco de Aguiar falava que era preciso instruir

---

<sup>5</sup> BN-II-35,25,17-004.

o novo inspetor de Curitiba da necessidade de só serem aceitos tropeiros “com fiador idôneo, e não com os de costume”. Na mesma carta, observava ao seu tesoureiro que estava de acordo com ele sobre a ideia de entrar “em uma administração que por todos os títulos *deve ser sagrada*”. Dizia ele: “figurando os nossos deveres, assim diante o tenho cumprido e por mim não tem sido obrada *antes pela liberdade que então tinha, de aceitar fianças*, fazer vendas fiadas dos animais cavaleares que ameaçam prejuízo de tudo”.<sup>6</sup>

Na virada de 1795 para 1796, as coisas estavam mudando na administração da Casa Doadada, e não apenas o novo inspetor deveria aprender algumas coisinhas, como o antigo, Antonio Francisco, deveria mudar algumas práticas. Ele perdia a liberdade de aceitar fianças, o que ficaria a cargo do tesoureiro em São Paulo. As consequências dessa mudança duraram mais de dez anos e são matéria excelente para análise. No começo, parece que os dois funcionários da Casa Doadada não tiveram maiores problemas. Aguiar seguiu fazendo algo semelhante ao que fazia antes, e parece que essa iniciativa foi esbarrando, com o passar dos anos, na tentativa do tesoureiro, Fernandes da Silva, de reafirmar que aquilo era sua missão. Além disso, parece que este último era realmente rígido na aceitação dos fiadores, o que desagradava um pouco a Aguiar. Em 1806, ele questionou diretamente o comportamento do tesoureiro:

O capitão Eleutério da Silva Prado hoje seguiu desta vila a essa cidade onde vossa mercê o terá pronto para arrecadação de 1:210\$540 réis que menos difícil que se faz estar em mãos de *homens da qualidade deste e de outros de sua iguala que seguem sem tempo. Certo que há mais espera até a equidade de sua benevolência do que ver os animais empalhados por estar invernaados de um ano para outro sem pastos, sem assistências, e sem fiadores.*<sup>7</sup>

<sup>6</sup> BN-II-35,25,25-27-001.

<sup>7</sup> BN-II-35,25,25-27-091.

De algum modo, Aguiar questionava a necessidade de um sujeito como o capitão Eleutério da Silva Prado e outros de sua igualha apresentarem fiador ou esperar pela decisão vinda de São Paulo. Aguiar reclamava da demora e da falta de autoridade que tinha para fazer passar alguns tropeiros. É claro que não todos. Na mesma carta, ele falava que “tropeiros há de 800 bestas que não apuram à vista para os direitos e todos aqueles que sujeito os seus nomes a executoria é por não terem outro remédio e demoradas fianças”.<sup>8</sup> Em fevereiro de 1807, Aguiar voltava ao problema, com outro caso complicado em mãos:

O Guarda-mor Rodrigo Pedroso de Barros portador desta se acha no termo desta Vila com sua tropa de bestas e cavalos magros pela falta de pastos compradores e o inverno aporta e sendo o prejuízo do mesmo e de nosso constituinte infalível deve vossa mercê acautelar do modo que vou ponderar. Dando o mesmo Rodrigo fiador abonado, concede-lhe vossa mercê tempo suficiente de ele passar os animais engordar, vender, cobrar, a pagar *pois destes milagres já não posso por mim obrar, sim vossa mercê* a benefício de nosso constituinte.

Um capitão e um guarda-mor eram motivo para a ira de Aguiar, que, já há tempos, vinha ironizando o tesoureiro. Mas não posso afirmar que ele não tinha uma preocupação maior, para além dos principais agentes daquela economia que chamei de “capitalizada”, cheia de capitães. Em outras cartas, ele expressava aflição pelos tropeiros em geral e pela perda que a Casa Doadada teria com a quebra desses negociantes, “havendo prejuízo em vários tropeiros que tem morrido e perdido os animais destinados a este pagamento por não terem poderes de afiançar e nem liberdade de venderem fiado que é a moeda que sobre este gênero apareceu no meu contrato”.<sup>9</sup> Era mais um capítulo de sua leve disputa de poder com o tesoureiro. Em 1811, ele aperfeiçoava seus argumentos. O problema agora era com as tropas do capitão José de Andrade e do capitão João Lopes França, que se constituíam “devedores para afiançarem com prazo de que dos mesmos animais paguem e por

<sup>8</sup> BN-II-35,25,25-27-091.

<sup>9</sup> BN-II-35,25,25-27-122.

isso *devem ser admitidos* pois que do contrário se perderiam estes direitos em prejuízo do *Estado e do comércio*".<sup>10</sup>

A preocupação de Aguiar variava entre vários polos. Ele se preocupava com o comércio e com o Estado. Ele se preocupava com a disputa de poder com o tesoureiro, até porque ele era tenente-coronel e o tesoureiro era capitão. Ele se preocupava com a qualidade do capitão Eleutério da Silva Prado e com o fato de outros da igualha precisarem apresentar fiador e clamava por equidade. E não apenas pelo poder econômico dos "capitães". Ao pedir equidade, ele exigia o respeito à ordem social, e não à indiferença geral do tesoureiro em relação aos tropeiros. É que Aguiar, nascido e criado ali, sabia que havia tropeiros e tropeiros e que alguns não podiam esperar. E isso tinha todo o sentido naquele mundo. Ele exigia o cumprimento da norma social que indicava a cada um o seu lugar, não só pela força econômica dos "capitães", mas também porque Aguiar sabia que eles eram o "Estado e o comércio".

Há, contudo, um fator especial nos argumentos de Aguiar. Ao longo de sua correspondência, podemos perceber uma preocupação geral com os problemas enfrentados pelos tropeiros, e isso não pode ser ignorado. Mas essa preocupação atinge o ápice em relação aos quatro tropeiros que apresentamos: os capitães Eleutério da Silva Prado, José de Andrade e João Lopes França e o guarda-mor Rodrigo Pedroso de Barros. Dos quatro, três, com exceção de Eleutério, faziam parte do seletto grupo de amigos de confiança a que Aguiar, em algum momento, pediu para levar malotes de valores ou cartas. Ou seja, para além do seletto grupo da nobreza local, do qual participava, Aguiar avistava um grupo ainda mais seletto e não tinha nenhum receio de dedicar-lhes os obséquios que lhe pareciam adequados. E não era apenas por amizade, ainda que esta houvesse, em algum sentido. Entendo que eles todos faziam parte de uma não explícita "corporação da nobreza", com foro próprio, cooperação e reconhecimento mútuo, como uma corporação deve ser, o que incluía monitoramento dos atos e uma política benevolente e recíproca. E por fazer parte dessa irmandade não oficial é que

---

<sup>10</sup> BN-II-35,25,25-27-128.

o capitão Cesar foi tão monitorado na correspondência da Casa Doadada e, pela mesma razão, ele pôde receber rapidamente as quantias para custeio de sua tropa. Não era uma sociedade secreta. Era a própria sociedade, ungida com ar de família.

Tal noção era muito bem compreendida pelo inspetor de Curitiba, Manuel José Correia da Cunha. Em 15 de janeiro de 1800, ele contava que fora instado a entregar 400\$000 em dinheiro para o capitão José Joaquim Xavier de Toledo, de uma importante família paulista ligada ao tenente-coronel Antonio Francisco de Aguiar, por ordem do “primo” Joaquim Xavier de Toledo, segundo o próprio Cunha narrou. Tal procedimento contrariava as ordens que tinha de não repassar dinheiro. Cunha justificou-se afirmando, “sabiamente”, que “há casos que podem mais que leis”.<sup>11</sup> Dois dias depois, ele surgiu com outra preciosa avaliação daquele mundo. Ele pediu para o coronel Vaz um favor, a gentileza de comprar uma banda (uma faixa ou cinta) para um oficial do próprio regimento daquele coronel. Como Vaz não respondia nem enviava a banda, Manuel José tomou a liberdade de escrever ao tesoureiro da Casa Doadada e queixar-se:

pois quando o senhor coronel José Vaz me não serve em semelhante ridicularia quanto mais em coisa de maior suposição quando eu me persuado que de alguma forma me devia servir *ainda que é sub-coronel e eu não sou nada* espero de vossa mercê resposta para me poder desculpar em que ma encomendou.<sup>12</sup>

Era novamente a questão da equidade. E este destaque do coronel Vaz é visível também nas diversas fianças que fez para muitos tropeiros. Vaz foi “convidado” para atuar como fiador diversas vezes, muitas delas diretamente pelos próprios administradores da Casa Doadada. Especialmente a partir de 1800, ele frequentemente era consultado sobre novas guias, para verificar seu interesse na fiança. Por um lado, era uma forma de agilizar a liberação das tropas, uma vez que teriam um fiador conhecido e de total confiança dos funcionários da Casa Doadada. Por outro lado,

<sup>11</sup> BN-II-35,25,17-004.

<sup>12</sup> BN-II-35,25,17-005.

reafirma a penetração que Vaz tinha no interior paulista (o que incluía Curitiba), conhecendo e assumindo as dívidas de diversos tropeiros, reforçando ou criando, a partir daí, laços mais estreitos com um grupo de pessoas bastante grande.

Em 1799, Antonio Francisco de Aguiar escrevia ao tesoureiro em São Paulo:

[...] poderá vossa mercê fazer *toda a equidade ao nosso amigo coronel Luis Antonio* na letra da remessa passada visto não ter vossa mercê precisão de dinheiro para o nosso doado ficando eu desonerado no ajuste de vossa mercê e dele *por concorrer na pessoa do dito nosso amigo todo o conceito e merecimento* para a equidade por vossa mercê praticada.<sup>13</sup>

Anos depois, em 1803, Aguiar voltava ao tema da equidade, ao confirmar que cobraria um sujeito a pedido de um amigo do tesoureiro. Ao solicitar a cobrança, o credor avisava que não cobraria os juros, como forma de facilitar o pagamento. Aguiar queria confirmação: “penso vossa mercê fará toda a equidade sobre os juros na forma do seu aviso quando esta cobrança me encarregou”.<sup>14</sup> Aqui equidade tinha sentido diverso do comum. Não era exatamente “a cada um o que lhe cabe”, mas adquiria um sinônimo de obséquio. Em 1806, no já citado caso do capitão Eleutério Prado, o sentido era o mesmo, pois aquele oficial deveria esperar “até a equidade de sua benevolência”.<sup>15</sup> Esta confusão de expressões não era fruto da ignorância de um toco capitão. Era fruto de uma noção disseminada de “graça”, de benevolência entre irmãos. A equidade óbvia para um capitão era o obséquio.

E, assim, voltamos novamente ao paradigma católico, no qual a “graça” deveria presidir a comunicação de bens, a prática econômica (CLAVERO, 1990). Nenhuma norma jurídica obrigava o tesoureiro a agir rapidamente para amparar o capitão Prado. Nenhum estatuto da nobreza local dava este privilégio àquele capitão, até mesmo porque tampouco havia estatutos de nobreza local para prever isso. Era uma

<sup>13</sup> BN-II-35,25,25-27-053.

<sup>14</sup> BN-II-35,25,25-27-082.

<sup>15</sup> BN-II-35,25,25-27-091.

hierarquia costumeira, como no costume estava baseada a expectativa de Aguiar. Não havia direito para regular esse comportamento; era, nos dizeres de Clavero (1990, p. 100), “*obligación no obligatoria [...] libertad nada libre*”. O tesoureiro em São Paulo não precisava permitir o rápido obséquio ao capitão. Ele deveria fazê-lo. O conflito entre Aguiar e o tesoureiro, ao final, era um conflito de visões de mundo, ou talvez de etiqueta mercantil, dentro da lógica econômica que presidia a economia moderna (CLAVERO, 1990).

Passemos a avaliar como se dava a cobrança. Já vimos como funcionava o sistema de controle de devedores da Casa Doadada. A coleta de informações se dava mediante diálogos com antigos inspetores, tropeiros que passavam e outros conhecidos. As informações que interessavam eram aquelas que associavam o devedor a algo ou alguém, uma família, um senhor, uma comunidade. Vejamos mais de perto como se fazia este trabalho. Quando Manuel José Correia da Cunha assumiu a inspeção do Registro de Curitiba, ele recebeu uma grande lista de devedores, chamada “rol de dívidas”, das mãos de seu antecessor, Francisco de Paula Teixeira, que pretendia abandoná-las sem cobrar, deixando isso para o futuro inspetor. Em maio de 1797, indignado, Manuel José escreveu ao seu chefe em São Paulo dizendo:

o dito Paula nas contas que vai dar leva muitas dívidas de pessoas que não tem com que pagar, outras foram camaradas ou peões dele que andam dispersos e nada tem de seu. Vossa mercê não as aceite que as cobre ele que há devedor que deve duzentos e tantos mil réis que é Alexandre Luis Ferreira e possui oito ou dez vacas e outras tantas éguas assim os demais por que as seguras tem ele já cobrado.<sup>16</sup>

Poucos meses depois, em setembro, sua ira aumentava, ao saber que seu chefe havia aceito aquelas contas:

agora se me resta dizer que *me admiro vossa mercê aprovar as contas* do Capitão Paula quando me parece deveria dizer que visto não ter cobrado as dívidas em mais de quatro anos que acabou o

---

<sup>16</sup> BN-II-35,25,03-016.

*contrato as devia fazer boas, mostrando a legalidade delas e dos devedores: principalmente tendo eu apontado a vossa mercê a qualidade dos devedores.*<sup>17</sup>

Em maio de 1798, ele voltava ao problema, ratificando que Francisco de Paula deveria cobrar aquelas contas, ainda que ele próprio houvesse cobrado e recebido de 17 pessoas. Ele insistia em cobrar. Na mesma carta, avisava que os devedores deviam ser conhecidos de Francisco de Paula, pois “lhes fiou”.<sup>18</sup> Vou adotar aqui o mesmo critério utilizado por Manuel José, atribuindo a esses devedores algum vínculo com Francisco de Paula ou, na pior das hipóteses, algum vínculo indireto que permitisse minimamente a formação da dívida.

Antes de verificar como se deu a cobrança, vejamos como foi a outorga. Isso faz diferença no momento de reaver o capital, já que, como o próprio Manuel José nos indicou, as dívidas eram *pessoais*, mesmo que Francisco de Paula agisse em nome de outrem e, como tal, estavam baseadas em acertos pessoais e condições específicas de produção. O interessante do rol de dívidas produzido por Francisco de Paula Teixeira é que a maior parte dos créditos contêm detalhes sobre a vida do devedor, especialmente quanto à sua localização espacial. Dois terços do total estavam espacialmente referenciados, mas boa parte também continha informações sobre atividades desenvolvidas pelos sujeitos, assim como sua condição social, tal como o “Pardo José forro capataz morador na Freguesia da Lapa ou o Tenente Manuel Soares do Vale morador na Vila”.<sup>19</sup>

Com os dados produzidos por Francisco de Paula, pude construir uma tabela que distribui os devedores em suas localidades:

---

<sup>17</sup> BN-II-35,25,03-019.

<sup>18</sup> BN-II-35,25,03-002; BN-II-35,25,03-016; BN-II-35,25,03-019; BN-II-35,25,03-024.

<sup>19</sup> BN-II-35,25,13 (Transcrição de Martha Daisson Hameister).

**Tabela 4:** Localização geográfica dos devedores do rol de dívidas de Francisco de Paula Teixeira

Local	Total de dívidas#	%	Distância do Registro em léguas	População em 1795
Registro	10	22,7	0	50
Lapa	10	22,7	3	1.200
Curitiba	7	15,9	10	10,000
Campos Gerais	6	13,6		
Papagaios	2	4,5	4	50
Tamanduá	2	4,5	1,3	200
Ponta Grossa	1	2,3	13	500
Faxina	1	2,3	45	2.000
Rio Verde, Campo Largo	1	2,3	5	337
Intinguequeira	1	2,3		
Itambé	1	2,3		
Itaqui	1	2,3		
Lages	1	2,3	45	500

Fonte: BN-II-35,25,13.

A maior parte dos devedores (quase a metade) estava localizada nas proximidades do Registro, com distância inferior a três léguas, ou na sua vizinhança imediata. O segundo maior contingente de devedores vinha de Curitiba, e isso parece ter relação direta com a forma como a demografia interfere no que chamei de mercado relacional. Mas, mesmo com o peso da demografia neste mercado de crédito e de confiança, tal processo estava também baseado na ação de Francisco de Paula, nas suas relações preferenciais. Isso pode ser percebido, por exemplo, no fato de que os moradores da Fazenda dos Papagaios, inclusive os escravos, dispunham de maior

crédito do que os habitantes da Capela do Tamanduá, mais próxima do Registro e mais populosa que a anterior, ainda que ambas fossem muito pequenas, mesmo para os padrões coloniais. Ao mapear isso, interessa ressaltar como a densidade comunitária, no caso aquela produzida pelas relações diárias de Francisco, criou condições para a existência dessas dívidas.

Manuel José percebeu como essas dívidas tinham um caráter peculiar, forjadas na relação entre Francisco e seus conhecidos, reiteradas pela repetição cotidiana do contato. Mas Manuel levou algum tempo para isso, ao menos um ano. De qualquer maneira, recebeu instruções para cobrar as dívidas. Depois de algumas semanas, Manuel José começou a informar-se dos devedores e procurá-los, iniciando quase que uma cruzada para a cobrança, e, assim, ia “gastando papel e tinta com aquelas” dívidas de que lhe davam notícia.<sup>20</sup> Essa política de cobranças teve seu preço, e Manuel José teve alguns problemas. Em meados de 1800, ele se queixava do fato de “adquirir inimigos assim como vai sucedendo por causa das do Paula”.<sup>21</sup> Um ano depois, ele voltava ao mesmo problema, falando “de dois inimigos encobertos” que tinha “por causa da cobrança”.<sup>22</sup>

Ao mesmo tempo, sua atitude diante daqueles que não tinham como pagar se transformou. A viúva de um tropeiro devedor teria seus bens embargados por ação dele, em meados de 1797, quando Manuel não tinha nenhum receio de sua eficácia, quando no máximo comentava que os parentes da viúva queriam obrigar-se por ela.<sup>23</sup> Em 1802, sua posição mudava profundamente, após anos de interação na comunidade e com seu próprio chefe: “espero que ela pague este verão para então livrá-la da conta que é por crédito e com fiador e *por conhecer a pobreza e pagar o que não comeu* lhe não tenho posto em juízo”.<sup>24</sup>

---

<sup>20</sup> BN-II-35,25,03-026.

<sup>21</sup> BN-II-35,25,17-007.

<sup>22</sup> BN-II-35,25,17-014.

<sup>23</sup> BN-II-35,25,03-016 e 017.

<sup>24</sup> BN-II-35,25,03-030.

Manuel José passava por um aprendizado importante para sua sobrevivência naquela região. Vindo de fora, ele tardou algum tempo, poucos anos, para compreender como se davam as relações de poder e as práticas costumeiras na região, entre as quais estava esta certa dose de caridade que havia para com as viúvas, além do fato de que as dívidas deveriam ser pessoais, e sua transferência poderia ser mal interpretada. Aprendera também que alguns eram capitães, e ele nada era. Talvez os problemas que teve com seus inimigos tenham sido particularmente “didáticos” neste aprendizado, mas acho que suas relações, lentamente construídas, foram mais eloquentes (BOTH, 1976).

Tais elementos nos fazem lembrar de certas posturas assumidas em uma carta de 1778, escrita por alguns tropeiros. Eles faziam queixa de Antonio Fernandes do Vale, o qual, segundo os autores da missiva, esgotava os tropeiros com suas cobranças, “tomando e *comprando crédito* para cobrar dos ditos negociantes *a frieza do contrato*, cobrando juros ilicitamente homem tão terrível que não consente vender animais sem que primeiro se lhe pague quanto se lhe dever”.<sup>25</sup> Não era da prática costumeira do sertão de Curitiba a transmissão de créditos a desconhecidos (por isso, o estranhamento com a “compra” de créditos), muito menos para a cobrança fria do contrato, ou seja, a alienação das condições estabelecidas entre as pessoas, que, muitas vezes, não era toda apresentada nos documentos formais.

Tais práticas não parecem arcaísmos fadados ao desaparecimento, ao menos não até o final do século XVIII, como prova o próprio aprendizado de Manuel José. Não era ele o forasteiro que trazia novidades sobre como interagir com os outros agentes econômicos, mas era ele o forasteiro que lentamente se integrava e aprendia a dançar conforme a música local, naquele enorme baile de família que era o caminho das tropas. Outra evidência é particularmente boa: ao longo do período entre 1780 e 1810, encontrei apenas uma letra de câmbio nas escrituras de Curitiba<sup>26</sup> em 1792, contra 27 em Porto Alegre. As letras eram promessas de pagamento que cir-

<sup>25</sup> AHU.SP. (avulsos). Cx. 9. Doc. 475.

<sup>26</sup> 1TABCUR-024-042.

culavam como moeda, mas apenas entre as praças nas quais quem prometia atuava. De algum modo, isso poderia significar a alienação da personalidade nos negócios, já que alguém poderia comprar a “promessa” de um desconhecido. Os funcionários da Casa Doadá utilizavam letras em seu trabalho, mas seu uso era voltado todo para o transporte de recursos entre Curitiba e Sorocaba (entre Sorocaba e São Paulo, o que circulava era o consistente metal). E essas letras eram trocadas dentro do grupo que fazia parte das redes mais densas daqueles funcionários, especialmente dos conhecidos de Antonio Francisco de Aguiar.

Se Manuel José teve um lento aprendizado, o mesmo não pode ser dito de Antonio Francisco de Aguiar. Nascido e criado em Sorocaba, aparentado de um dos sujeitos mais ricos da localidade, que possuía igualmente boas relações, Aguiar fazia suas cobranças e inspeções de uma forma muito “confortável”, digamos. Enquanto Manuel José dependia de viagens à vila e do estabelecimento de contatos e pedidos de informações, ao menos no início de sua atividade, quando relatou isso com maior cuidado, Aguiar, nas poucas pistas de suas ações (que eram óbvias para ele), fala de alguns poucos tropeiros que desconhecia para os quais faria indagações ou enviaria um cobrador, como fez para um sujeito de Minas, em 1807.<sup>27</sup> Mas a grande maioria dos devedores pendentes que lhe cabia cobrar eram conhecidos seus ou haviam tido como fiador amigos pessoais seus, muitas vezes o coronel Vaz, Francisco Luis de Oliveira e seu compadre e amigo padre Manuel Caetano de Oliveira. Ao que me parece, Aguiar conseguia tudo isso praticamente sem sair de seu “posto” no Registro de Sorocaba, quanto mais da vila. Conhecendo gentes de outras localidades, cujos conhecidos passavam pelo Registro, Aguiar promovia suas cobranças com grande eficiência.<sup>28</sup>

O aprendizado de Manuel José e as relações de Aguiar garantiram um fenômeno interessante ao longo do período em que ambos atuaram. Herdando muitíssimas dívidas dos inspetores antigos, não só puderam garantir o pagamento de vários

<sup>27</sup> BN-II-35,25,25-27-106.

<sup>28</sup> BN-II-35,25,25-27.

daqueles débitos, como também garantiram, ao longo do tempo, que os tropeiros fossem pagando em um prazo relativamente curto. Segundo a prática estabelecida pela Casa Doadada, acordo tácito com os tropeiros, uma fiança era exigida para a “pendura” do tributo, o ingresso na vila e a comercialização dos animais. Com isso, os tropeiros teriam condições de tornar-se solventes e honrar aqueles tributos.

Várias coisas podiam atrasar esse pagamento: demora na venda, prejuízo por pestes, mercado saturado de animais, falta de sal e pastos, entre outros fatores. Isso tudo ocorria com frequência e prejudicava a ordem de pagamentos. Mesmo assim, dos tropeiros que pude identificar e calcular o tempo para acerto de contas com a Casa Doadada, metade pagou no prazo de um ano, um terço levou até dois anos para o pagamento, 10% pagou em três anos e cerca de 5% necessitou mais de três anos ou simplesmente não pagou. Me parecem dados relevantes, considerando que seria fácil vender os animais e sumir, ainda mais tendo em conta que boa parte dos tropeiros fez apenas uma viagem em sua vida. Mas sumir não seria fácil, considerando-se que Aguiar, sentado em Sorocaba, podia fazer-se presente em uma área bastante grande. E tudo isso apesar da iniciativa de Aguiar de facilitar condições na segunda metade da década de 1800, período difícil para aqueles negociantes.

### 11.2 Um comércio hierarquizado

E como um sujeito como o coronel Vaz era conhecido em tantos lugares? Como ele e os capitães conseguiam estender seus títulos locais em uma área tão vasta como aquela do caminho das tropas? Vaz tinha o título de coronel em Curitiba, mas era reconhecido daquela vila à de Sorocaba, desta à de Guaratinguetá, em Santos e, especialmente, em São Paulo. Certamente, devo destacar o movimento que ele podia fazer, circulando continuamente por tantos territórios, como ele mesmo dizia, “transitando [inclusive] matarias bravas, só povoadas de onças e venenosas

serpentes”.<sup>29</sup> Assim como ele, tantos outros capitães circulavam em diversos espaços fazendo negócios, tropeando e estabelecendo contatos que poderiam transformar-se em bons negócios futuros. Para isso, certamente, contavam com uma forte estrutura doméstica que garantia sua retaguarda, filhos, cunhados, genros, esposas e escravos.

Havia também o resultado dessa circulação, assim como o motor dela: as redes de relacionamentos que um sujeito desses poderia construir ao longo de sua vida. Sem dúvida, o coronel Vaz beneficiava-se delas e encontrava nisto reconhecimento, não apenas daqueles seus novos ou antigos aliados, mas igualmente daqueles com quem estes faziam suas transações. Já apresentei o caso de José Manuel Tavares da Cunha, que ficou devendo em Curitiba “com título de afilhado do Coronel José Vaz”.<sup>30</sup> É relevante a palavra “título” para referir ao parentesco ritual do compadrio. De algum modo, é como se Tavares da Cunha tivesse um cartão de crédito do “Banco da Reputação do coronel Vaz”, para jogar com algumas práticas econômicas atuais. Ao usar seu cartão, Cunha estava legitimando a reputação de seu padrinho e utilizando-se dela. E ele certamente não era o único. A forma como credores e devedores se entrelaçavam múltiplas vezes, principalmente nas comunidades, mas também fora destas, reforça este argumento.

Antonio Francisco de Aguiar era muito bem relacionado em Sorocaba e com pessoas de outros lugares, o que lhe rendeu a atuação como fiador em diversas oportunidades, sobre as quais tanto comentava na sua correspondência com o tesoureiro em São Paulo. De Manuel José Correia da Cunha, não sei de nenhuma fiança, e há dois motivos especiais para isso. O primeiro é que ele havia chegado há pouco tempo em Curitiba e residia longe da vila, o que não lhe permitia uma construção mais rápida de contatos, talvez mais fácil em um contexto de densidade populacional maior que o entorno do Registro de Curitiba, onde habitava. O segundo motivo é mais concreto: ele recebia um ordenado anual, e tal quantia não significava tanto. Em 1806, ele recebeu um aumento, passando de 100\$000 para 200\$000. O valor

<sup>29</sup> AHU. SP. (avulsos). 1223.

<sup>30</sup> BN-II-35,25,03-023.

médio pago em tributos pelos tropeiros era superior ao seu rendimento anual (calculei 201\$000, triste ironia para Cunha). Cunha não era, assim, um sujeito bom para fianças, mas, com o passar do tempo, foi construindo suas relações e adquiriu muitos amigos, assim como inimigos:

Enquanto aos meus inimigos é somente Joaquim Barbosa Leite sujeito com quem a minha fala nunca se embarçou só sim andar de vigilância por ser passador de animais por alto e por *eu ser amigo do capitão Inácio Serino irmão do mesmo Barbosa de quem é inimigo, e dar-se comigo João Vieira Gonçalves de quem é inimigo* e se o dito Barbosa tivesse a quem fazer queixa do Tenente Coronel Peixoto a teria feito como fez de mim por este ter feito uns requerimentos a dito Vieira contra o mesmo Barbosa eu mandei para Sorocaba ao Tenente Coronel Antonio Francisco um papel para ele assinar pelos tropeiros que lá se acham e pelos de cá hei de assinar outro para que eu com tropeiro tenho tido coisa *alguma antes a muitos tenho emprestado dinheiro de forma ao presente me estão oito devendo duzentos e tantos mil réis.*

Nunca encontrei nenhum registro de empréstimo em que Cunha aparecesse como credor ou devedor, o que reforça a ideia de que tal mercado era baseado em acertos orais e na densidade das relações entre credores e devedores. Após anos de problemas por cobrar contas atrasadas deixadas de lado por antigos administradores, Cunha começava a ganhar a confiança local, a fazer amigos e, corolário, emprestar. O caso narrado por ele, de amizades e inimizades, também reforça o argumento de que circuitos muito fechados não produzem somente confiança. Os conflitos entre irmãos e oposições locais, como as em que Cunha pôde penetrar, faziam parte dos jogos cotidianos e alteravam os resultados econômicos, propiciando recursos para uns e problemas para outros.

Para além do movimento e das relações, o amplo reconhecimento dos capitães também se baseava em aspectos visuais. Se, como vimos anteriormente, a imagem das pessoas era base para sua classificação, para sua rotulação, certamente não seria difícil para os homens e as mulheres de fins do século XVIII e início do século XIX reconhecer um capitão quando vissem um. E não apenas porque eram famosos pela

publicidade feita por seus afilhados e amigos, mas também porque apresentavam publicamente suas insígnias políticas, visualmente inconfundíveis, além de seu reconhecimento e tratamento público, como nos fala Rego (2005). Em 1787, um capitão de ordenanças do Rio Grande, Manuel José de Alencastre, acusava um capitão de auxiliares, Custódio Ferreira de Oliveira Guimarães, de prendê-lo injustamente:

[...] como se fora o suplicante um transgressor de lei, ou facinoroso, *sem atenção a uma patente Régia com que Sua Majestade foi servido honrar o suplicante e o distinguir da plebe*, que o suplicante ultrajado de palavras injuriantes afetivamente em sua ausência ameaçando ao suplicante continuamente com prisões e que lhe havia de mandar tirar a farda e as divisas de oficial até o pôr em prisão de *simples soldado* de sua companhia.<sup>31</sup>

E não eram apenas os oficiais que tinham uma farda com divisas. Pardos, forros e pretos eram reconhecidos com grande facilidade. Só utilizando a correspondência da Casa Doadá já podemos perceber como isso se dava. Em 1806, Antonio Francisco de Aguiar comentava que sobre a “guia n. 359 da quantia de 141\$920 devedor Geraldo Gomes Teixeira, homem pardo, que passado no Registro de Curitiba uma caponada velha”.<sup>32</sup> Não era a primeira vez que Aguiar classificava com os olhos, evidentemente. Isso devia ocorrer o tempo todo, mas encontrei esta nota, de 1796, na qual discutia com o tesoureiro de São Paulo sobre quem era: “Manuel José Ferreira, de Minas Gerais, o não conheço mas, só sei que haverá três ou mais meses passou por esta Vila um sujeito de Minas para o continente *que pelo aspecto e demonstrações sendo de bem ia bem quebrado para vender nestas besta, e alguns trastes*”.<sup>33</sup>

Também Manuel José Correia da Cunha deixou passar uma breve nota sobre a classificação visual que normalmente fazia, ao discutir, também com o tesoureiro de São Paulo, sobre Manuel Francisco Lima:

<sup>31</sup> Arquivo Nacional. Códice 104. V. 9. p. 310.

<sup>32</sup> BN-II-35,25,25-27-096.

<sup>33</sup> BN-II-35,25,25-27-028.

Manuel Francisco Lima julgo não ser o que vossa mercê julga para ser cunhado de José Lopes de Oliveira *parece-me ser branco*, e o capitão José Francisco de Sales pode dar melhor notícia para ser o dito Oliveira enviado deles. Isso mesmo participei ao capitão Antonio Francisco.<sup>34</sup>

Estes qualificativos eram compartilhados em todo o espaço que investiguei, e acredito que estavam dentro da mesma lógica de classificação, uma régua social que ia de brigadeiro a preto, passando por capitão, tenente, dona, pardo e forro. O exame das listas de devedores da Casa *Doada* mistura todos aqueles em débito, mas os classifica conforme a posição social. Assim, aquelas listas estão povoadas de pretos, pardos, capitães, tenentes, alferes e tenentes-coronéis, quando outras classificações poderiam ser usadas, como tropeiros e condutores, informação relevante, atribuída aos sujeitos em pequenas notas à margem, mas nunca usada para apresentá-los, para qualificá-los.

Há algo, contudo que, de algum modo, dá sentido a todos esses elementos. Convém observar com atenção o argumento de Alencastre, o capitão de ordenanças que foi preso. Ele se queixava do desrespeito à patente que Sua Majestade lhe havia dado para o distinguir da plebe. Estava claro, para ele, que não era plebeu e que suas “divisas” eram apenas a manifestação visual de sua superioridade afirmada pela monarquia. Ao conceder patentes, o monarca sacralizava poderes locais e contribuía para a reafirmação de seus próprios poderes. A imagem do rei refletia em seus nobres (mesmo nos de segunda categoria), como a imagem do pai nos filhos, como a imagem do coronel Vaz em seu afilhado e como a do senhor em seus escravos. Mas este lastro do poder local não se sustentava apenas na familiaridade entre rei e certos súditos, ele também encontrava materialidade nas práticas políticas de oficiais régios em terras americanas. Em 1776, no início de seu governo, Martim Lobo de Saldanha escrevia ao juiz de fora de Santos dizendo que:

[...] nem no Reino, e muito menos na América, onde qualquer branco faz figura atendível se poria semelhante dúvida a um Capitão de Auxiliares, *inquestionavelmente nobre*, como outro que de posto

<sup>34</sup> BN-II-35,25,03-013.

semelhante da tropa paga. O serem os Capitães de Auxiliares negociantes, é assim forçoso em quase todo o Brasil, especialmente nesta Capitania onde *uns são mercadores, outros traficantes, outros tropeiros, outros condutores, e poucos serão os isentos destes manejos*, e se por isso não houverem de gozar dos privilégios da nobreza dos postos, e de tais regalias como a de que se trata, nam disputada até agora na América ...os menos atendíveis, poucos seriam os capitães, e nem uns com justa razão queriam tais postos [...] <sup>35</sup>

Tudo isso porque o escrivão do juiz teria colocado dúvidas sobre o comportamento de um capitão de auxiliares. E Lobo de Saldanha não admitiu isso:

[...] repreenda vossa mercê severamente ao *orgulhoso escrivão* que argüiu tal dúvida que certamente não terá posto a outro simples negociante, quanto mais sendo Capitão de Auxiliares ordenando-lhe que se mais levantar semelhantes intrigas o mandaria buscar *preso em ferros*, e o castigarei condignamente. <sup>36</sup>

Havia uma clareza muito grande por parte deste governador sobre o peso que os capitães de auxiliares tinham naquela sociedade, e o fato de atuarem no trato mercantil não desqualificava sua posição. Antes, pela forma como Saldanha constrói seu texto, parece que aquela nobreza (aqueles que mereciam ser nobres) precisava negociar e optava pelo serviço militar como forma de ter o reconhecimento de sua qualidade. Não havia dúvida sobre a superioridade de certas famílias, e os postos militares apenas cumpriam o papel de legitimar essa situação. A própria existência de uma “*Nobiliarchia paulistana historica e genealogica*”, escrita por Paes Leme ainda no século XVIII, indica o quão consciente de seu *status* era a elite paulista e como era ciosa de sua ancestral natureza (LEME, 1980).

Esta clareza de estatuto superior, manifesta e assumida pelos capitães paulistas, atingia seu significado maior quando percebemos que, entre eles, também havia

---

<sup>35</sup> Documentos interessantes para a história e costumes de São Paulo. Arquivo do Estado de São Paulo. V. 75. p. 7-8.

<sup>36</sup> Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo. Arquivo do Estado de São Paulo. V. 75. p. 7-8.

obséquios de grupo corporativo, reconhecimento mútuo e foro próprio. O comportamento daquela nobreza local era monitorado e avaliado constantemente por seus pares, e nisso a circulação de informações cumpria seu papel, por meio de redes de relacionamentos bem estruturadas entre os próprios capitães e seus pares. Não havia necessidade de controle estatal que regulasse seu comportamento. Como vimos, o capitão Cesar era monitorado, como também o era o doutor José Joaquim de Oliveira Cardoso. E Manuel Gonçalves Guimarães tratava logo de procurar o inspetor de Curitiba para saber, afinal, que dívida tinha. Tudo isso de forma muito semelhante ao controle que havia, por exemplo, entre os membros da *merchant adventures* inglesa, o que incluía, inclusive, a educação dos membros, sua assistência religiosas e outras atividades públicas (BRAUDEL, 1998).

Esta corporação mercantil (mercantil até quando era preciso fazer negócios, pois era uma irmandade baseada na política) é particularmente visível na forma como Antonio Francisco de Aguiar tratava seus pares, sempre como amigos (aliás, uma das palavras que mais aparece na correspondência da Casa Doadá é “amigo”), e lhes confiava grandes somas. Não vou julgar quão verdadeiramente amigos esses sujeitos eram entre si. A experiência de Aguiar remove todas as dúvidas. E a amizade, mesmo em um sentido amplo, era um dos valores que deveria presidir a corporação, especialmente a mercantil, já que a fraternidade entre negociantes podia garantir o bem comum e afastar o problema da “má fé”. Devemos lembrar, ainda, do apelo familiar destas agrupações e da forma como fundiam fé e negócios, ao manter, paralelamente à corporação, uma irmandade religiosa que garantia um caráter cristão à identidade do grupo (CLAVERO, 1990).

Por isso que os negociantes da *merchant adventures* deveriam ir juntos à missa e aos enterros (BRAUDEL, 1998). E também por isso que, em seus testamentos, os membros da corporação dos capitães sempre invocavam seus “irmãos” das confrarias. A noção de irmandade praticada por aqueles capitães não encontrava eco no direito, mas era uma prática social de comum entendimento para quem vivia naquelas regiões. E a família era também o espaço por excelência da caridade. Era o

espaço político, se lembrarmos da forma como se organizavam tendo em conta a hierarquia geral. Era o espaço econômico, se lembrarmos de como a produção estava organizada. E era, por fim, um espaço importante da religiosidade, se lembrarmos dos santos de casa, relevantes a ponto de serem lembrados nos testamentos, como vimos. A família era uma agrupação realmente efetiva para aqueles homens e aquelas mulheres e acabava servindo de modelo para outras instituições.

Afinal, o reconhecimento da monarquia era uma forma de sacralizar aquela corporação e seus membros, uma agrupação que não era eterna, mas que garantia os pontos fixos necessários para que tudo mais pudesse circular. Nesse sentido, estou adotando aqui um referencial baseado na importante obra de Maurice Godelier (2001), na qual discute os pontos fixos que permitem que os bens se movimentem. Podemos, contudo, encontrar base teórica mesmo entre autores com notória inspiração neoclássica, ainda que críticos, como Douglass North (1994, p. 19), o qual argumenta que a *“solidez de los códigos morales y éticos de una sociedades el cemento de la estabilidad social, que hace viable un sistema económico”*.

Esta dita corporação, me parece, era um processo em andamento que começava a ser produzido por seus “membros” durante as décadas de 1760 e 1770, no contexto das guerras com os espanhóis ao sul do continente. Talvez seja necessário recorrer a um período maior para compreender plenamente esse fenômeno. Na verdade, a produção da elite de fins do século XVIII no caminho das tropas é um capítulo do longo processo de formação de elites nestas regiões, baseadas naquele princípio que chamei de refiliação, na qual a escolha do cabeça familiar era um processo tenso que poderia incluir vários candidatos, filhos e genros. E essa era uma forma atrativa de incorporar, aos núcleos familiares, estranhos bem apanhados, recém-chegados, com recursos relevantes para os empreendimentos domésticos (NAZZARI, 2001). E, de algum modo, os filhos entravam no jogo em condição análoga à de aprendizes. Como vimos antes, muitos filhos de capitães eram alferes. Era mais um aspecto daquela curiosa agremiação.

No período específico do contexto de guerra, isso acabou adquirindo um caráter de ordem militar. Mas eram as famílias da elite tradicional paulista (e um esboço

de elite que já se desenhava no Rio Grande) que seguiriam incorporando genros ao grupo. São essas famílias e suas parcelas, digamos, renovadas, seus recursos, sua pública fama, suas fazendas e seus escravos que iriam optar pela incorporação dos títulos militares aos seus nomes. Por um lado, faziam-no pelo significado que a guerra tinha naquele mundo, associada à demonstração de valentia, à violência e à hierarquia social, todos valores relevantes para aqueles homens e aquelas mulheres. Por outro, era conhecida a política de reciprocidade da monarquia, em que toda a comenda ou contradádiva provinha do serviço, e essa certeza entrava no cálculo daquelas pessoas, que sabiam igualmente que sua incorporação, sendo membros da elite local, seria já em patentes expressivas.

No início, foi esta elite local costumeira que encheu de sentido os postos militares, pois já comandava a sociedade em suas repúblicas. Mas só optou por seguir este rumo, pois reconhecia a monarquia, suas possessões na América e seu caráter mágico de transformar mandões locais em nobreza local. A monarquia, cabeça do império, era um valor compartilhado e mesmo necessário para que a abstração “capitão” fizesse sentido. Era o paradigma corporativo funcionando plenamente (CLAVERO, 1990; HESPANHA, 1994, 1998, 2002). A recriação da hierarquia social dentro de uma ordem nominalmente militar teve como corolário a incorporação de outras categorias sociais àquela hierarquia. Assim, capitães não comandavam apenas soldados, mas também donas, pardos, forros, índios e pretos. Isso, de algum modo, envolvia toda a sociedade.

O comércio, inclusive o de animais, também contribuiu para a existência daquela corporação dos capitães. O movimento e as alianças que se estabeleciam entre aqueles oficiais, que, como nos conta o governador, eram todos negociantes, promoveu uma integração maior entre aqueles pares, e seu reconhecimento mútuo de nobreza abriu caminho para o desenvolvimento de uma política nobre, de obséquios e equidade entre alguns daqueles negociantes oficiais. Uma curiosa criação dos vassalos americanos: práticas de corporação mercantil promovidas por uma nobreza local amparada por escravos e agregados que garantiam o próprio

contraponto para que a elite pudesse se posicionar como tal, tendo em conta, principalmente, que se tratava de uma nobreza pobre, ainda que mercantil.

É chegada a hora de reavaliar os argumentos dos tropeiros na carta de 1778, a qual tratava dos abusos cometidos por Antonio Fernandes do Vale no Registro de Curitiba, como vimos antes, especialmente porque ela nos fala da forma como aquele grupo foi gerado. Retomemos os principais pontos, “os negociantes que vivem de comprar cavalos, mulas e gados nos continentes do sul” (mas não todos, apenas os “de maiores tropas e mais conhecimento”), acusavam Antonio Fernandes do Vale de, entre outras atitudes ambiciosas, cobrar juros inapropriados, como ninguém jamais havia cobrado naquele Registro, o que vexava os “pobres tropeiros”. Entre outras coisas, os autores pediam acesso à justiça Régia, em nome “do bem comum e do serviço de Deus”, assim como pediam dispensa de servir como soldados e lembrança na concessão de “Postos e Ofícios”. Afirmavam, ao final: “nada nos havia suceder se Vossa Majestade estive se mais perto de nós, ou se o mar nos não impedisse”.<sup>37</sup>

Primeiro: este grupo parece ter uma identidade que recorda, ainda que vagamente, a noção de corporação. Eles se apresentam como negociantes, como tropeiros, mas não se identificam com todos. São os de maiores tropas, numa oposição que bem lembra as *artimaggiori* e as *artiminori* florentinas modernas (BRAUDEL, 1998). Têm muito claro qual é o problema de Fernandes do Vale: a avareza. Era um homem “terrível”, incapaz de qualquer obséquio, de qualquer benevolência, que ainda tinha o agravante de ir contra o costume de não cobrar juros naquele Registro, ou seja, atentava contra uma prática que não tinha amparo judicial, mas que existia no direito nativo. Com tudo isso, ele prejudicava os pobres tropeiros e, finalmente, prejudicava a própria rainha. Estes dois últimos argumentos, particularmente, são bastante semelhantes àqueles utilizados por Antonio Francisco de Aguiar em sua apreciação sobre a necessidade de se aceitar fiadores com rapidez e respeito à equidade, tanto ao dramatizar a cena

---

<sup>37</sup> AHU.SP. (avulsos). Cx. 9. Doc. 475.

destacando a suposta pobreza dos tropeiros, como ao salientar a quebra do comércio e da rainha, que, mais tarde, Aguiar já chamaria de “Estado”.

Ao analisar o estilo do comércio feito ao tempo de Aguiar e aquele desejado pelos tropeiros *maggiori*, é possível afirmar que, de algum modo, eles venceram. Seu projeto de economia no caminho se transformou em realidade, e é bastante provável que entre aqueles de 1778 estivessem muitos dos que ainda negociavam nos anos 1800, além de seus filhos. É possível, tendo esse contexto em mente, imaginar um mundo no qual a cobrança desenfreada de juros perdeu seu ar de pecado? Me parece que, para aqueles homens, o futuro, se pensavam nele com nós o fazemos, estaria marcado pela equidade como princípio e pela caridade, configurando-se como um mundo no qual a troca de obséquios estivesse presente nas trocas entre os homens. Mas isso é outra coisa. Importa, por fim, salientar que, se aquele projeto de 1778 tendeu a se consolidar, ele já continha, naquela fórmula original, o compromisso com a monarquia lusa, manifesto na explícita reivindicação por postos a câmbio de fidelidade, mas acima de tudo, na expectativa de que os poderes régios trouxessem justiça. E foi com esses poderes, entre outros, que aqueles negociantes construíram sua ordem.

É chegada a hora de dar adeus a Antonio Francisco de Aguiar e seus amigos. Sejam breves na despedida: o crédito fluía com grande facilidade dentro daquilo que chamei de “corporação dos capitães”, com base em acertos pessoais, predominantemente orais, nos negócios familiares (no sentido amplo de família) e nas chamadas redes densas. Não se tratava, todavia, de um grupo encastelado. Sua posição só estava dada pelos acertos com a monarquia e com as bases sociais comunitárias. Iniciando com esta afirmação crua, vejamos detalhadamente cada aspecto que foi mencionado.

A economia das tropas não estava em franca expansão, podendo ser, inclusive, classificada como relativamente pobre em comparação, por exemplo, com o mercado de cabotagem da Praça do Rio de Janeiro, ou mesmo com os negócios dos mercadores da Vila de Rio Grande. A maior parte das economias domésticas se organizava com base na mão de obra familiar, ainda que bom número de unidades

acolhessem agregados e até mesmo escravos. Estes últimos estavam concentrados em casas mais aquinhoadas, pertencendo a senhores que se encaixavam no perfil de capitão. A montagem de uma tropa era razoavelmente acessível a muitos, ainda que a continuidade neste negócio não fosse fácil. A pouca liquidez daquela sociedade demandava grande necessidade de crédito, assim como acesso a pastagens, peões e outros elementos necessários para o transporte dos animais.

Diante das dificuldades que havia para a montagem de uma tropa, o acesso à informação era fundamental. Todavia, as notícias corriam seguindo itinerários nada “democráticos”, sendo um tanto irregulares e, sobretudo, seletivos. De forma geral, as comunidades que estavam à margem do caminho eram razoavelmente isoladas umas das outras por dias de viagem e, mais do que isso, marcadas por uma expressiva endogenia nas alianças familiares e sociais, como matrimônios e compadrios. Nesse sentido, a manutenção de relações com sujeitos que tinham primazia na troca de informações (baseada na conversa, em primeiro lugar, seguida da correspondência), aquilo que chamei de “banco de informações”, acabava permitindo a uns acesso a este precioso recurso, fundamental para o pleno sucesso de uma tropa. Saber quem dispunha de recursos para emprestar, quem tinha animais para vender, onde encontrar sal e obter um bom fiador eram preocupações normais para aqueles negociantes.

Tal como as informações, a confiança era gerada na interação, mas também de forma irregular, e preconceitos, intrigas e exageros entravam no cimento daquela substância. Noções como equidade e hierarquia social tinham um peso maior na sua produção, e as relações pretéritas tendiam a se conversar. Isso não impedia um monitoramento dentro dos grupos mais densos (dentro da família, das corporações, das sociedades mercantis, das senzalas). Mas isso também não significava imediato ostracismo para o padrão não compartilhado, ainda que punições estivessem previstas.

A evidência maior de que a confiança estava diretamente relacionada com a hierarquia é a forma quase precisa com que os recursos outorgados nos créditos se distribuíam seguindo uma ordem profundamente política e nada econômica. Tinha uma lógica *oikonomica*, baseada na economia doméstica, já que o crédito e a

reputação de um sujeito, um “capitão”, poderiam ser distribuídos (também seguindo a hierarquia) dentro de seu núcleo familiar, incluindo filhos, genros, cunhados, mulheres, agregados e escravos. Tal processo seguia a lógica de sociedades corporativas e católicas. Entendo, assim, a confiança como uma medida social, uma medida deliberadamente imprecisa, que se produzia com base em certos indicadores, como a hierarquia, as relações e o comportamento, nesta ordem.

Era uma economia comandada por capitães, que lideravam não apenas soldados, mas também mulheres, escravos, peões, agregados, vizinhos, contratos, tropas e casas. As bases deste comando estavam na sua própria relação com seus “subordinados”, no parentesco e nas políticas de reciprocidade. Acrescento, ainda, outros valores importantes, como a ousadia e a prerrogativa do uso da violência como elementos de distinção social. Havia uma forte concentração das atividades econômicas na mão desses capitães, inclusive no que se refere ao crédito. Tendo em conta a população das localidades, poucos são os devedores e poucos são os credores. Em número ainda menor estão aqueles que participavam com frequência deste mercado, os quais estão, de diversos modos, todos conectados entre si direta e indiretamente. Havia, assim, uma notória densidade de relações de crédito e confiança dentro das comunidades. Para além destas, cruzando o espaço, um número ainda menor de pessoas mantinha seus negócios, gente como o coronel José Vaz de Carvalho ou o coronel Manuel Gonçalves Guimarães, reis num mundo de capitães.

A chamada “corporação dos capitães” era uma camada de relacionamentos em que os obséquios e o crédito fluíam com velocidade. De certo modo, essa camada, essa corporação, ainda estava se montando ao longo do período que observamos, e só se tornou mais visível nas práticas de seus “membros” no início do século XIX. Para esse período, a densidade dessas relações é quase tão densa como daquelas de ordem familiar e estava marcada por e inspirada na lógica familiar, no reconhecimento mútuo e na troca de graças. Era um grupo com analogia às corporações de ofícios, mas sem ser uma, formalmente. Seus “membros” mantinham um controle social entre si, o que era permitido pela forma como eles mesmos circulavam e faziam a informação circular.

Em termos de relacionamentos, eles se colocavam acima das relações comunitárias, mas também dentro destas, participando de diferentes camadas de relacionamentos, e sacavam proveito disso. Ao fim e ao cabo, podiam, com isso, controlar a própria movimentação de homens, mulheres e recursos dentro daquele vasto território.

Essa corporação confundia deliberadamente família, negócios e governo (incluindo polícia) e, de algum modo, sentia-se irmanada pela amizade e pela confiança coletiva depositada e validada na experiência. Os tropeiros, sem serem tropeiros, tinham sua corporação de capitães, sem que ela fosse formalmente uma corporação. E ela era que garantia os pontos fixos para que os animais passassem: a confiança entre os negociantes e os obséquios do crédito e da política. Mas, para que tal corporação fosse feita cotidianamente pelos capitães, era preciso que houvesse outros pontos fixos: o catolicismo, a monarquia, as noções de equidade, a sociedade corporativa e a família.



# Fontes

## Arquivo da Cúria de Vacaria

Livro de batismo n. 1

## Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

Livros de testamentos: 1

Livros de batismo: Porto Alegre, 1, 2

Livros de batismo: Viamão, 2, 3, 4

Livros de batismo: Anjos, 1

Testamentos: Livro T1

Róis de confessados: Anjos, 1780, 1782, 1784, 1789, 1790, 1791

Róis de confessados: Viamão, 1778

Róis de confessados: Triunfo, 1758

## Arquivo General de Indias

Gobierno. Buenos Aires, 333 e 65

## Arquivo General de La Nación (Argentina)

División Colonia. 843. Alcabalas de Soriano

## Arquivo do Estado de São Paulo

### **Listas nominativas (maços de população)**

Sorocaba: 1780; 1790; 1801; 1810

Lages: 1782, 1783, 1786, 1787, 1789, 1790, 1791, 1792, 1794, 1796, 1797,  
1799, 1803, 1804, 1805, 1810

### **Livros diversos do tabelião de Sorocaba**

1787–1789; 1790–1792; 1792–1793; 1793–1795; 1796–1799; 1799–1800

### **Testamentos de Sorocaba:**

Antonia Pacheco de Arruda; Antonio de Almeida; Antonio de Arruda Penteado; Antonio de Barros Lima; Barbara Maria de Jesus; Bento de Madureira Camargo; Domingos Rodrigues de Macedo; Francisco Borges da Costa; Francisco José dos Passos; Francisco Xavier de Oliveira; Germana de Camargo; Inácio de Souza Lima; Isabel Paes de Almeida; Jeronimo Cordeiro do Amaral; Jeronimo Paes de Almeida; Jeronimo da Costa Guimarães; José Joaquim da Costa Noronha; José Vieira Nunes; João Rodrigues de Medeiros; João da Silva Franco; Lucrecia de Almeida; Manuel Carvalho; Maria do Rosário; Martinho Leme da Silva; Miguel Antunes Maciel; Paulino Aires de Aguirre; Rafael Tobias de Aguiar; Salvador de Almeida Lara; Sebastiana Maria Gamarra.

### **Inventários de Sorocaba:**

Ana Barbosa; Ana Maria de Oliveira; Ana Pedroso de Anhaia; Ana de Campos Penteado; Andresa de Almeida Pacheco; Antonia Maria e Bento Leme Bicudo; Antonio Bicudo de Almeida; Antonio Garcia; Antonio Leme Anhaia; Antonio Pereira; Antonio Soaes; Antonio de Almeida Falcão; Bento Rodrigues Ferreira; Bras Domingues Vidigal; Caetano Ferraz de Almeida; Cristóvão Monteiro de Carvalho; Domingos Rodrigues de Macedo; Domingos Vaz Monteiro; Escolástica Nunes; Francisco Alves Vieira; Francisco Bicudo de Proença; Francisco de Souza Maciel; Gaspar Ferreira Prestes; Gertrudes Maria de Godoi; Gertudres

dos Santos; Guilherme da Silva Claro; Inácio Bicudo de Brito; Isabel Cardoso; Isabel Maria da Anunciação; Jeronimo da Costa Guimarães; Jeronimo da Rocha e Oliveira; Joana Maria do Espírito Santo; Joaquim Barbosa; Joaquim Paula Seabra; Josefa Duarte; Josefa de Oliveira; João Batista; João Machado da Silva; Lourenço Castanho Vidigal; Luis Castanho de Moraes; Luis Rodrigues; Luis Rodrigues Gato; Luzia de Abreu; Maria Dias; Maria Francisca de Paula; Maria Rita de Anhaia; Paulino Aires de Aguirre; Pedro da Fonseca Ribeiro; Rita de Godoi Soares; Salvador de Almeida Lara; Teresa Maria; Teresa Maria (2); Teresa de Almeida de Jesus; Tomás Antunes de Camargo; Vicente José de Camargo.

## Arquivo da Torre do Tombo

Ofícios da Chancelaria

## Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate

Documentos da Capitania de São Paulo (avulsos)

Documentos da Capitania de São Paulo (Coleção Mendes Gouveia)

Documentos da Capitania de Santa Catarina

Documentos da Capitania do Rio Grande de São Pedro

## Arquivo Nacional

Código 104. V. 9

Código 469. V. 4

Código 474. V. 2

Código 448. V. 5

Código 457. V. 1

## [Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul](#)

Códices da Real Fazenda: F1242, F1243, F1244, F1245, F1246, F1247 e F1248

Relação de moradores: F1198 A e B

## [Arquivo Público do Rio Grande do Sul](#)

Registros de Notas do Primeiro Tabelionato de Porto Alegre

Registros de Notas do Segundo Tabelionato de Porto Alegre

Assignações de Dez Dias. Primeiro Cartório Cível. Maço 139

Inventários do Primeiro Cartório de Órfãos e Ausentes de Porto Alegre

Inventários do Primeiro Cartório de Órfãos e Ausentes de Rio Grande

## [Biblioteca Nacional](#)

### **Documentação da Casa Doad:**

<b>Documento</b>	<b>Referência</b>
Lista dos Devedores do Registro de Curitiba	II-35,25,13
Registro de Animais que passaram no Registro de Curitiba	II-35,25,62
Recibos passados por Luis Pereira Machado... 1790–1806	II-35,25,55
Requerimento de Manoel de Oliveira Cardoso... 1793	II-35,25,11
Requerimentos de Francisco de Paula Teixeira... 1795–1796	II-35,25,56
Carta de Francisco Paula Teixeira... sobre a entrega do Registro...	II-35,25,48
Prestação de Contas de Antonio Manoel da Silva...	II-35,25,53
Correspondência Oficial de Manoel José (Inspetor do Registro de Curitiba)	II-35,25,03
Procurações de Manoel José Correa da Cunha, Inspetor do Registro...	II-35,25,54
Contas do requerimento dos meios direitos de Curitiba 1796–1809	II-35,25,05

Prestação de Contas de Antonio Fernandes da Silva adm. casa doada	II-35,25,38
Requerimentos de M. J. C. Cunha Inspetor do R. solicitando pg.	II-35,25,12
Ordens do Ouvidor Geral para o tesoureiro da Casa Doadada	II-35,25,46
Relação dos Devedores da Casa Doadada e conta das importâncias...	II-35,25,47
Cartas oficiais do Inspetor do Registro para o Adm. da casa doada	II-35,25,17
Ofícios	II-35,26,71 (n.4)
Recibos diversos passados pelo Administrador da Casa Doadada	II-35,25,06
Letra passada sobre uma dívida relativa ao imposto do transito...	II-35,25,67
Letra promissória em favor de Paulino Aires de Aguirre	II-35,25,41
Carta do inspetor do Registro de Sorocaba sobre o livro de registro	II-35,25,49
Relação de Guias do Registro de Sorocaba	II-35,25,58
Cartas oficiais do inspetor do Registro de Sorocaba (251 folhas)	II-35,25,25-27
Ordem de Serviço para F.daSilva entregas as metades das despesas	II-35,25,33
Requerimentos do Inspetor do Registro de Sorocaba aos Ouvv.Gers.SP	II-35,25,28
Carta de Ant.Franc.Aguiar para Ant.Man.F.da Silva sobre uma guia	II-35,25,50
Carta do Insp.do Registro ao Adminstrador da Casa Doadada	II-35,25,43
Carta ao "amigo do coração" falando sobre o Registro de Sorocaba	II-35,25,59
Requerimentos diversos, dirigidos ao Ouvidor da Cap. São Paulo	II-35,25,04
Ordens dadas ao tesoureiro da Casa Doadada Manoel Fernandes da Silva	II-35,25,02
Letra passada por Luis Pereira Machado	II-35,25,07
Ordens do Desembargador Miguel Antônio Veiga.	II-35,25,08
Registro das quantias carregadas em débito ao tesoureiro Geral	II-35,25,09
Requerimento de Antonio Manuel da Silva Bueno-prest.contas da Casa	II-35,25,10
Listas de guias da Casa Doadada	II-35,25,14
Bilhete de I. Pereira ao seu tio Antonio Manuel (F.da Silva)	II-35,25,65
Oficio	II-35,26,71 (n.6)
Requerimentos de Joaquim José Teodoro, escrivão da executoria da Real Fazenda	II-35,25,29

Procurações de Antonio Francisco de Aguiar, Inspetor do Registro de Sorocaba	II-35,25,30
Cartas de L.P. Machado a A.M.F. da Silva ordenando a entrega de quantias	II-35,25,31
Carta de Francisco de Paula Teixeira sobre 400 bois para o Rio de Janeiro	II-35,25,32
Ordens do desembargador Joaquim Procópio Picão Salgado ao tesoureiro da Casa Doadada	II-35,25,34
Ofícios do Ouvidor Geral à executoria da Real Fazenda...	II-35,25,61
Carta do Capitão Manuel Gonçalves Guimarães a Antonio Manuel Fernandes da Silva em que expõe os motivos por que ainda não pagou à Casa Doadada os meios direitos	II-35,25,35
Contas correntes apresentadas por Antonio Manuel Fernandes da Silva, procurador e administrador do rendimento dos meios direitos da Casa Doadada	II-35,25,37
Requerimento de Pedro Alves da Costa Corte Real ao provedor da Real Fazenda, pedindo que o escrivão lhe passe por certidão o número de fazendas ou estâncias	II-35,25,36
Treslado do lançamento do pagamento de meios direitos dos animais pertencentes à Casa de Tomé J.C.C. Real	II-35,25,66
Requerimentos de Antonio Xavier da Costa, escrivão da executoria da Real Fazenda, solicitando o pagamento de seus ordenados	II-35,25,57

### Outros documentos:

Mapa do Rio Grande de São Pedro, suas freguesias e moradores de ambos os sexos, com declaração das diferentes condições, cidades em que se acham em 7 de outubro de 1780. Mss. 9, 4, 9, nº 134.

Roscio, Francisco João. Título Mappas Particulares extrahidos da Carta da Capit. do Rio Grande de São Pedro e suas ciscunvizinhançasathé o Rº da Prata. Mss005,04,035

## Cedope

**Livro de notas do Primeiro Cartório de Curitiba. Cartório Giovanetti.  
Listas nominativas (maços de população)**

Curitiba:

<b>Ano</b>	<b>Transcrição</b>	<b>Revisão</b>
1976	Cecilia M. Westphalen	Julia Maria Ribeiro
1777	Nelson A. Moledo Junior	Nelson A. Moledo Junior e Adriane Fila
1781	Micheli Francis Rosa de Oliveira e Marlene Lazzaron Collaço	Sergio Odilon Nadalin
1782	Julia Maria Ribeiro	Julia Maria Ribeiro
1783	Julia Maria Ribeiro	Ana Luiza de Oliveira e Julia Maria Ribeiro
1786	Liziana Bariviera	Tiago Bonato e Liziana Bariviera
1789	Ana Luiza de Oliveira	Ana Luiza de Oliveira
1790	Adriane Fila	Nelson A. Moledo Jr. e Adriane Fila
1791	Julia Maria Ribeiro	Julia Maria Ribeiro
1792	Adriane Fila	Adriane Fila, Nelson A. Moledo JR.
1793	Fabrcio Forcato e Heleno Brodbeck do Rosário	Fabrcio Forcato, Bruno Zorek, Júlia M. Ribeiro e Heleno B. do Rosário
1795	Marcus Vinicius Strapasson, Daniel Vinicius Ferreira e Tiago Bonato	Rosangela Maria Ferreira dos Santos
1796	Solange de Lima	Rodrigo Gomes de Araujo
1797	Luiza Guérios Barbosa	Luiza Guérios Barbosa e Júlia Maria Ribeiro

## Coisas do caminho

### Lapa:

Ano	Transcrição	Revisão
1781	Sem referência	Sem referência
1782	Julia Maria Ribeiro	Julia Maria Ribeiro
1792	Sem referência	Sem referência
1796	Sem referência	Sem referência
1797	Sem referência	Sem referência
1798	Sem referência	Sem referência
1807	Sem referência	Sem referência
1809	Fabício Forcato	Allan Kato e Fabício Forcato

### Castro:

Ano	Transcrição	Revisão
1793	Fabício Forcato	Fabício Forcato

### Antonima:

Ano	Transcrição	Revisão
1808	Sandro Vieira Gomes	Rosângela Maria Ferreira dos Santos

### Paranaguá:

Ano	Transcrição	Revisão
1793	Julia Maria Ribeiro	Julia Maria Ribeiro

## Fontes impressas

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulários português e latino*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2001.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarchia paulistana historica e genealógica*. São Paulo: Itatiaia, 1980.

*Ordenações Filipinas*. Rio de Janeiro, 1870. Livro Primeiro. Edição de Candido Mendes de Almeida.

## Bibliografia

AKERLOF, George. The market for “lemons”: quality uncertainty and the market mechanism. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 84, n. 3, p. 488-500, 1970.

ALCUTÉN, Alberto Sabio. *Los mercados informales de crédito y tierra en una comunidad rural aragonesa (1850–1930)*. Madrid: Banco de España – Servicio de Estudios, 1996.

ALGRANDI, Leila Mezan. Os livros de devoção e a religiosa perfeita (normatização e práticas religiosas nos recolhimentos femininos do Brasil colonial). In: SILVA, Maria Beatriz Nizza (ed.). *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p. 109-124.

ALMEIDA, Aluisio de. *História de Sorocaba*. Sorocaba: Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, 1969.

AMORIM, Maria Norberta; FERREIRA, Antero; RODRIGUES, Fátima; HENRIQUES, Pedro; SANTOS, Maribel. Reconstituição de paróquias e formação de uma base de dados central. In: CONGRESSO DE LA ASOCIACIÓN DE DEMOGRAFÍA HISTÓRICA, 6., 2001, Castelo Branco. *Anais [...]*. Castelo Branco: Adeg, 2001. p. 57-66.

ANDERSON, Michael. *Aproximaciones a la historia de la familia occidental (1500–1914)*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1988.

ANDREAZZA, M. L. Casamento, solidariedade e compaixão. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 12., 2000. *Anais [...]* Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2000. p. 1.

ANDREAZZA, Maria Luiza. Olhares para a ordem social na Freguesia de Santo Antônio da Lapa (1763–1798). *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS*, 13. Ouro Preto, 2002. *Anais [...]*. Ouro Preto: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002.

ARTE e diccionario do commercio e economia portuguesa. Lisboa: Oficina de Domingos Gonçalves, 1784.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. José Vaz de Carvalho, contratador da capitania de São Paulo. *In: SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA*, 4., 2008, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2008. p. 23.

ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. *Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos*. São Paulo: Hucitec, 2006.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho no oeste paulista, 1765–1855*. Campinas: Centro de Memória, 1997.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba – século XVIII e XIX*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2001.

BARBOSA, Fidelis Dalcin. *A Diosece de Vacaria*. Caxias do Sul: EducS, 1984.

BARBOSA, Fidelis Dalcin. *Vacaria dos Pinhais*. Caxias do Sul: EducS, 1978.

BARTH, Fredrik. Esferas económicas en Darfur. *In: FIRTH, Raymond (org.). Temas de antropología económica*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1974. p. 150-174.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

BARTH, Fredrik. *Process and form in social life*. London: Routledge & Keagan Paul, 1981.

BÉAUR, Gérard. Foncier et crédit dans les sociétés préindustrielles. Des liens solides ou des chaînes fragiles? *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, Paris, v. 49, n. 6, p. 1411-1428, nov./dez. 1994.

BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 61, n. 2, p. 107-135, 1999.

BERTRAND, Michel. Familles, fidèles et réseaux: les relations sociales dans une société d'Ancien Régime. In: CASTELLANO, Juan Luis; DEDIEU, Jean-Pierre. *Réseaux, familles et pouvoir dans le monde ibérique à la fin de l'Ancien Régime*. Paris: CNRS Editions, 2002. p. 169-190.

BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c.1825*. 2006. 201p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1998.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BLOK, Anton. *The mafia of a sicilian village, 1860–1960: a study of violent peasant entrepreneurs*. Illinois: Waveland Press, Inc., 1974.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1728.

BOHANNAN, Paul. The impact of money on an african subsistence economy. *The Journal of Economic History*, Cambridge, v. 19, n. 4, p. 491-503, 1959.

BOISSEVAIN, Jeremy. Network Analysis: a reappraisal. *Current Anthropology*, v. 20, n. 2, p. 392-394, 1979.

BONAVIE, João Baptista. *Mercador exacto nos seus livros de contas*. Porto: Oficina de Antonio Alvares Ribeiro Guimarães, 1771.

BORGES, Joacir Navarro. O processo de endividamento em Curitiba no século XVIII. In: JORNADA SETECENTISTA, 7., 2007, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2007. p. 553-568.

BOTH, Elizabeth. *Família e rede social: papéis, normas e relacionamentos externos em famílias urbanas comuns*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BRAUDEL, Fernand. *As estruturas do cotidiano: civilização material, economia e capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII: os jogos das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRAUDEL, Fernand. *Para uma economia histórica: História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

BURKE, Peter. *Venice and Amsterdam: a study of seventeenth century elites*. Cambridge: Polity Press, 1994.

BURMEISTER, Ana Maria. A nupcialidade em Curitiba no século XVIII. *História: Questões e Debates*, v. 2, n. 2, p. 63-68, jun. 1981.

BURT, Ronald. Bandwidth and echo: trust, information, and gossip in social networks. In: CASSELLA, Alessandra; RAUCH, James. *Networks and markets: contributions from Economics and Sociology*. New York: Russel Sage Foundation, 2001. p. 30-74.

BURT, Ronald. Positions in networks. *Social Forces*, North Carolina, v. 55, n. 1, p. 93-122, set. 1976.

BURT, Ronald. Structural holes versus network closure as social capital. In: LIN, Nan; COOK, Karen; BURT, Ronald. *Social Capital: theory and research*, 2001. p. 31-56.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. A veneração às almas do Purgatório: um contraponto entre Portugal e a Colônia. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES DAS UFES MINEIRAS, 3., 1997, Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1997. p. 1-12.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. São Miguel, as almas do purgatório e as balanças: iconografia e veneração na Época Moderna. *Memorandum*, Belo Horizonte, n. 7, p. 102-127, out. 2004.

CANABRAVA, Alice Piffer. *O comércio português no Rio da Prata: 1580-1640*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1984.

CANEDO, Mariana. La ganadería de mulas en la campaña bonaerense: una aproximación a las estrategias de producción y comercialización en la segunda mitad del siglo XVIII. In: MANDRINI, Raúl; REGUERA, Andrea. *Huellas en la tierra: indios, agricultores y hacendados en la pampa bonaerense*. Tandil: Instituto de Estudios Histórico Sociales, 1993. p. 147-160.

CARRIÈRE, Charles. *Négociants marseillais au XVIIIe siècle: contribution à l'étude des économies maritimes*. Marseille: Institut Historique de Provence, 1973.

CARVALHO, Joaquim. Soluzioni informatiche per microstorici. *Quaderni Storici*, Bologna, v. 78, n. 3, p. 761-791, 1991.

CIPOLLA, Carlo. *Storia economica dell'Europa pre-industriale*. Bologna: Il Mulino, 2002.

CLAVERO, Bartolomé. *Antidora: antropologia catolica de la economia moderna*. Milano: Giuffré, 1990.

COSTA, Eleonor Freire. Entre o açúcar e o ouro: permanência e mudança na organização dos fluxos (séculos XVII e XVIII). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL NAS ROTAS DO IMPÉRIO: EIXOS MERCANTIS, TRÁFICO E RELAÇÕES NO MUNDO PORTUGUÊS, 2006, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. p. 99-109.

CYMBALISTA, Renato. Relíquias sagradas e a construção do território cristão na Idade Moderna. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 11-50, 2006.

DE VRIES, Jan. Population. In: BRADY Jr., Thomas; OBERMAN, Heiko; TRACY, James. *Handbook of European History 1400-1600: Late Middle Ages, Renaissance and Reformation*. Leiden/New York/Koln: E. J. Brill, 1994. p. 1-40.

DEDIEU, Jean Pierre. Les grandes bases de données: une nouvelle approche de l'histoire sociale. Le système Fichoz. *Revista da Faculdade de Letras História*, v. 3, n. 5, p. 99-112, 2005a.

DEDIEU, Jean Pierre. Pour une approche relationnelle de l'épiscopat: l'Espagne du XVIIIe siècle. In: PHILIPPE, Loupés Sous. *Le sceau des Réformes: au contact des Lumières*. Bourdeaux: PUB, 2005. p. 19-30.

DEDIEU, Jean-Pierre; MOUTOUKIAS, Z. L'historien de l'administration et la notion de réseau. In: CASTELLANO, Juan Luis; DEDIEU, Jean-Pierre. *Réseaux, familles et pouvoir dans le monde ibérique à la fin de l'Ancien Régime*. Paris: CNRS Editions, 2002. p. 247-263.

DEMÓNIO, Lucién. Economia Política e Antropologia. In: POUILLON, François. *A antropologia econômica: correntes e problemas*. São Paulo: Edições 70, 1978. p. 19-58.

DIAS, Maria Odila Silva. *A interiorização da metrópole*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

DICCIONARIO universal das moedas assim metallicas, como ficticias, imaginarias, ou de conta, e das de fructos, conchas, &c. que se conhecem na Europa, Asia, Africa e America. Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1793.

DJENDEREDJIAN, Julio. *¿Un aire de familia?* Producción agrícola y mercados desde Corrientes y Entre Ríos a Rio Grande do Sul, fines del XVIII y comienzos del XIX: algunas reflexiones comparativas. In: PRIMEIRAS JORNADAS DE HISTÓRIA COMPARADA, 1., Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2000.

DUARTE, Miguel. Achegas documentais: Vacaria, São Francisco de Paula e Santa Vitória. In: *Raízes de Vacaria*. Vacaria: Prefeitura de Vacaria, 1997. p. 53-87.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. *Os nuer*: uma descrição do modo de subsistência e das instituições de um povo nilota. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FARBERMAN, Judith. Migrantes y soldados. Los pueblos de indios de Santiago del Estero en 1786 y 1813. *Cuadernos del Instituto Ravignani*, Buenos Aires, v. 4, 1992.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento*: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERNANDEZ PEREZ, Paloma. *El rostro familiar de la metrópoli*: redes de parentesco y lazos mercantiles en Cadiz, 1700-1812. Madrid: Siglo XXI, 1997.

FERREIRA, Antero. Sistemas informáticos para análise de dados demográficos: uma abordagem histórica. *Cadernos NEPS População Sociedade*, n. 5, p.11-20, 2004.

FERREIRA, Roberto Guedes. *Pardos*: trabalho, família, aliança e mobilidade social Porto Feliz, São Paulo, c. 1798c. 1850. 2005. 385p. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FINN, Margot. *The character of credit*: personal debt in English Culture, 1740-1914. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

FIRTH, Raymond. *Temas de antropologia economica*. México D.F.: Fondo de Cultura Economica, 1974.

FIRTH, Raymond; YAMEY, B. S. *Capital, saving and credit in peasant societies*. London: George Allen & Unwin Ltd, 1969.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FONTAINE, Laurence. Espaces, usages et dynamiques de la dette dans les hautes vallées dauphinoises (XVIIe-XVIIIe siècles). *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, Paris, v. 49, n. 6, p. 1375-1391, 1994.

FONTAINE, Laurence. L'activité notariale (note critique). *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, Paris, v. 48, n. 2, p. 475-483, 1993.

FRAGOSO, João. *À espera das frotas: micro-história tapuia e a nobreza principal da terra (Rio de Janeiro, c.1600 – c.1750)*. 2005. 286p. Tese (Concurso para professor titular de História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-152, jan./dez. 2000.

FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João. Principais da terra, escravos e a República: o desenho da paisagem agrária do Rio Seiscentista. *Ciência e Ambiente*, Florianópolis, n. 33, 2006.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. A história econômica. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora, 1998. p. 27-44.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; PITZER, Renato Rocha. Barões, homens livres pobres e escravos - notas sobre uma fonte múltipla: os inventários *post-mortem*. *Revista Arrabaldes*, v. 1, n. 2, p. 29-52, 1988.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Unesp, 1997.

FREGA, Ana. *Pueblos y soberanía en la revolución artiguista: la región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa*. 1. ed. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2007.

FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Porto Alegre: EST/SLB, 1980.

GANNELLO, Víctor Humberto. *Historia de Cerro Largo*. Montevideo: Instituto de Estudios Genealógicos del Uruguay, 2002.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Pastores y labradores de Buenos Aires*. Buenos Aires: Ediciones de la flor, 1999.

GEERTZ, Clifford. The bazaar economy: information and search in peasant marketing. *The American Economic Review*, v. 68, n. 2, p. 28-32, 1978.

GIL, Tiago Luís. *Infiéis transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

GIL, Tiago Luís. Práticas creditícias e o cofre dos Órfãos na vila de Curitiba (1780-1810). In: GUIMARÃES, Carlos Gabriel; SARAIVA, Luiz Fernando. *Crédito e descrédito: relações sociais de empréstimos na América (séculos XVIII ao XX)*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2017. p. 56-85.

GIL, Tiago Luis. Redes e camadas de relacionamentos na economia: metodologias para o estudo da confiança mercantil na América Portuguesa do Antigo Regime. *Revista de Indias*, v. 75, p. 421-456, 2015.

GODELIER, Maurice. Economia. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1995. p. 11-37.

GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GODOY, Silvana Alves de. *Itu e Ararituaba na Rota das Monções (1718-1838)*. 2002. 235p. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade Estadual de Campinas, 2002.

GOMEZ, Francesco; LOMBARDINI, Sandro. Reti di relazioni: metodi di analisi su una base di dati storici. *Quaderni Storici*, v. 78, n. 3, p. 793-812, 1991.

GORENSTEIN, Riva. *Comércio e política: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1839)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993.

GOUBERT, Pierre. Local history. *Daedalus*, v. 100, n. 1, p. 113-127, 1972.

GREENE, Jack. *Negotiated authorities: essays in colonial political and constitutional history*. Charlottesville/London: The University Press of Virginia, 1994.

GREIF, Avner. Reputation and coalitions in medieval trade: evidence on the Maghribi Trades. *The Journal of Economic History*, v. 49, n. 4, p. 857-882, 1989.

GRENDI, Edoardo. *Il cervo e la repubblica: Il modello ligure di antico regime*. Torino: Einaudi, 1993.

GRENDI, Edoardo. *Polanyi. Dall' antropologia economica alla microanalisi storica*. Milano: Etas Libri, 1978.

GUTIÉRREZ, Horacio. Fazendas de gado no Paraná escravista. *Topoi*, v. 5, n. 9, p. 103-127, 2004.

HAMEISTER, Martha Daisson. *O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727-c.1763)*. 2002. 287p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763)*. 2006. 474p. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

HAMEISTER, Martha Daisson; GIL, Tiago. Fazer-se elite no Extremo-sul do Estado do Brasil: uma obra em três movimentos. Continente do Rio Grande de São Pedro (século XVIII). In: FRAGOSO, João; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de; ALMEIDA, Carla (orgs.). *Conquistadores e negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 265-310.

HESPANHA, Antonio Manuel (org). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1998.

HESPANHA, Antonio Manuel. *A cultura jurídica europea: síntesis de un milenio*. Madrid: Tecnos, 2002.

HESPANHA, Antonio Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político (Portugal – século XVII)*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

HOFFMAN, Philip; ROSENTHAL, Jean-Laurent; POSTEL-VINAY, Gilles. Private credit Markets in Paris, 1690-1840. *The Journal of Economic History*, v. 52, n. 2, p. 293-306, 1992.

HOFFMAN, Philip; POSTEL-VINAY, Gilles; ROSENTHAL, Jean-Laurent. Redistribution and long-term private debt in Paris, 1660-1726. *The Journal of Economic History*, v. 55, n. 2, p. 256-284, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

JACOBUS, André Luiz. A estrada das tropas e seus três registros: vetores de relações sociais e econômicas no Brasil Colonial. In: RODRIGUES, Elusa Maria; MADEIRA, Jussara Lisboa; SANTOS, Lucila Maria Sgarbi; BARROSO, Véra Lucia Maciel (orgs.). *Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul*. Porto Alegre: EST, 2000. p. 121-130.

KÜHN, Fabio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. 2006. 479p. Tese (Doutorado em História Moderna) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

KULA, Witold. *Las medidas e los hombres*. México D.F.: Siglo Veinteuno, 1999.

KULA, Witold. *Problema y métodos de la historia económica*. Barcelona: Ediciones Península, 1977.

LEFEBVRE, Georges. *O grande medo de 1789*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*. São Paulo: Itatiaia, 1980.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

LEVI, Giovanni. *Centro e periferia di uno stato assoluto*. Torino: Rosenberg & Sellier, 1985.

LEVI, Giovanni. Reciprocidad mediterránea. *Hispania*, v. LX, n. 204, 103-126, 2000b.

LOPES, José Carlos Veiga. *Aconteceu nos pinhais: subsídios para as histórias dos municípios do Paraná tradicional do Planalto*. Curitiba: Progressiva, 2007.

LOPES, José Carlos Veiga. *Fazendas e sítios de Castro e Carambeí*. Curitiba: Torre de Papel, 2004.

LOPES, José Carlos Veiga. *História da Fazenda Santa Rita*. Curitiba: Edição do autor, 2005.

LOPES, José Carlos Veiga. *Primórdios das fazendas de Jaguariaíva e região*. Curitiba: Edição do autor, 2002.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACHADO, Cacilda. *A trama das vontades: negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais - PR, passagem do XVIII para o XIX)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MALINOWSKI, Bronislaw. Kula: the circulating exchange of valuables in the archipelagoes of Eastern New Guinea. *Man*, v. 20, p. 97-105, 1920.

MARCONDES, Renato Leite. Formação da rede regional de abastecimento do Rio de Janeiro: a presença dos negociantes de gado (1801-1811). *Topoi*, v. 2, n. 2, jan./jun. 2001.

MARCONDES, Renato Leite; SUPRINYAK, Carlos Eduardo. Movimentação de tropas no centro-sul da colônia: aspectos estruturais do mercado de animais na segunda metade do século XVIII. In: JORNADA SETECENTISTA, 5., Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2003. p. 507-518.

MARTINHO, Lenira. *Caixeiros e pés-descalços: conflitos e tensões em um meio urbano em desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993.

MARTINS, Fausto Sanches. Culto e devoções das igrejas dos jesuítas em Portugal. In: CARVALHO, José Adriano de Freitas (org.). *A Companhia de Jesus na Península Ibérica nos séculos XVI e XVII: espiritualidade e cultura*. Porto: Instituto de Cultura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Centro Inter-universitário de História da Espiritualidade da Universidade do Porto, 2004. p. 89-118.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 185-312.

MCINTOSH, Marjorie. Women, credit, and family relationships in England, 1300-1620. *Journal of Family History*, v. 30, n. 2, p. 143-163, 2005.

MITCHELL, J. Clyde. Social networks. *Annual Review of Anthropology*, v. 3, p. 279-299, 1974.

MONTEIRO, Jônathas da Costa Rego. A dominação espanhola no Rio Grande do Sul (1763–1777). SIMPÓSIO COMEMORATIVO DO BICENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE, X., Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979. p. 428.

MOORE, Barrington. *Aspectos morais do crescimento econômico*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MOUTOUKIAS. Réseaux personnels et autorité coloniale: les négociants de Buenos Aires au XVIII e siècle. *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, v. 47, n. 4, p. 889-915, 1992.

NADALIN, Sérgio Odilon. A população no passado colonial brasileiro: mobilidade versus estabilidade. *Topoi*, v. 4, n. 7, p. 222-275, 2003.

NADALIN, Sergio Odilon. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NEIS, Ruben. *Guarda velha de Viamão*. Porto Alegre: EST/Sulina, 1975.

NORTH, Douglass C. *Estructura y cambio en la historia económica*. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

OGG, David. *La Europa del Antiguo Regimen*. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1981.

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na Constituição da Estre-madura Portuguesa na América (Rio Grande de São Pedro, 1737-1822)*. 1999. 242p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.

PEDREIRA, Jorge Miguel de Melo Viana. *Os homens de Negócio da Praça de Lisboa – de Pombal ao Vintismo (1755–1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*. 1996. Tese (Doutorado em História) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1996.

PEREIRA, Cláudio Nunes. *Genealogia tropeira: Santa Catarina, Lages e Nordeste do Rio Grande do Sul (séculos XVII, XVIII e XIX)*. Edição do autor, 2008.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O Barão de Iguape: um empresário da época da Independência*. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

PFISTER, Ulrich. Le petit crédit rural en Suisse aux XVI-XVIII siècles. *Annales*, v. 49, n. 6, p. 1339-1357, 1994.

PIAZZA, Walter. A escravidão numa área de pastoreio: os “Campos” de Lages. *Estudos Ibero-Americanos*, v. XVI, n. 1,2, p. 263-274, 1990.

PIKETTY, Thomas; POSTEL-VINAY, Gilles; ROSENTHAL, Jean-Laurent. Wealth concentration in a developing economy: Paris and France, 1807-1994. *American Economic Review*, v. 95, n. 1, p. 236-256, March 2006.

PRADO, Fabrício. *Colônia do Sacramento: o extremo sul da América portuguesa no século XVIII*. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.

RAMOS, Donald. A “voz popular” e a cultura popular no Brasil do século XVIII. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza (org.). *Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

REGO, João Figueiroa. A limpeza de sangue e a escrita genealógica nos dois lados do Atlântico entre os séculos XVII e XVIII: Alguns aspectos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME: PODERES E SOCIEDADE. Cidade. *Anais [...]*. Lisboa: Centro de História da Além-Mar, 2005. p. 1-12.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

ROCHA, Maria Manuela da. Actividade creditícia em Lisboa (1770-1830). *Análise Social*, v. 31, n. 136-137, p. 579-598, 1996a.

ROCHA, Maria Manuela da. Crédito privado em Lisboa numa perspectiva comparada (séculos XVII e XIX). *Análise Social*, v. 33, n. 145, p. 91-115, 1998.

ROCHA, Maria Manuela da. *Crédito privado num contexto urbano. Lisboa, 1770-1830*. 1996. 574p. Tese (Doutorado em História) – European University Institute, Firenze, 1996b.

RODRIGUES, Cláudia. Apropriações da morte católica por africanos e seus descendentes no Rio de Janeiro setecentista. *Especiaria*, v. 10, n. 18, p. 427-467, jul./dez. 2007.

ROSENTHAL, Jean-Laurent. Comments on Cowen, Hanley, and Voth. *The Journal of Economic History*, v. 57, n. 2, p. 505-509, 1997.

ROSENTHAL, Jean-Laurent. Rural credit markets and aggregate shocks: the experience of Nuits St. Georges, 1756-1776. *The Journal of Economic History*, v. 54, n. 2, 288-306, 1994.

ROSENTHAL, Jean-Laurent. The development of irrigation in Provence, 1700-1860: the French Revolution and economic growth. *The Journal of Economic History*, v. 50, n. 3, p. 615-638, 1990.

ROSENTHAL, Jean-Laurent. *The size of the Ante: inequality, financial markets and growth in Paris 1780-1907*. 2002.

ROSENTHAL, Jean-Laurent; HOFFMAN, Philip. New Work in French Economic History. *French Historical Studies*, v. 23, n. 3, p. 439-453, 2000.

ROSENTHAL, Jean-Laurent; HOFFMAN, Philip; POSTEL-VINAY, Gilles. *Priceless markets: the political economy of credit in Paris, 1660-1870*. Chicago: The University Chicago Press, 2000.

ROSENTHAL, Jean-Laurent; HOFFMAN, Philip; POSTEL-VINAY, Gilles. What is trust? Historical evidence from credit markets in France. *Summer School*, Venice, p. 1-6, Sept. 2003.

ROSENTHAL, Jean-Laurent; POSTEL-VINAY, Gilles; HOFFMAN, Philip. Information and economic history: how the credit market in Old Regime Paris forces us to rethink the transition to capitalism. *The American Historical Review*, v. 104, n. 1, p. 69-94, 1999.

ROSENTHAL, Jean-Laurent; POSTEL-VINAY, Gilles; HOFFMAN, Philip. Private credit markets in Paris. *The Journal of Economic History*, v. 52, n. 2, p. 293-306, 1992.

SALVEMINI, Biagio. Far negozio senza informazioni: “Marinai” pugliesi nell’adriatico settecentesco. *Quaderni Storici*, v. 124, n. 1, p. 155-204, 2007.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Crédito e circulação monetária na colônia: o caso fluminense, 1650-1750. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES E HISTÓRIA ECONÔMICA, *Anais [...]*. Caxambu: Associação Brasileira de Pesquisadores e História Econômica, 2003a.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650–c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003b.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Os homens de negócios do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império Português. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 73-105.

SANTILI, Daniel. Representación gráfica de redes sociales. Un método de obtención y un ejemplo histórico. *Mundo Agrario*, n. 6, p. 1-2, 2003.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. *Vida material e econômica*. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2001.

SANTOS, Raphael. *O crédito nas minas setecentistas*. 2004. 213p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SANTOS, Raphael. “*Devo que pagarei*”: sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do Rio das Velhas (1713-1773). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

SANTOS, Raphael. Trânsito material e práticas creditícias na América Portuguesa: Comarca do Rio das Velhas, Minas Gerais, século XVIII. In: JORNADA SETECENTISTA, 5., Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2003. p. 564-588.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SERVAIS, Paul. De la rente au crédit hypothécaire em périod de transition industrielle: stratégies familiales em région liègeoise au XVIIIe siècle. *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, v. 49, n. 6, p. 1393-1409, 1994.

SILVA, Augusto da. *Rafael Pinto Bandeira: de bandoleiro a governador. Relações entre os poderes privado e público no Rio Grande de São Pedro*. 1999. 171p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Unesp, 2005.

SIRTORI, Bruna. *Entre a cruz, a espada, a senzala e a aldeia: hierarquias sociais em uma área periférica do Antigo Regime (1765-1784)*. 2008. 178p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SIRTORI, Bruna; GIL, Tiago Luís. A geografia do compadrio cativo: Viamão, Continente do Rio Grande de São Pedro, 1770-1795. In: XAVIER, Regina Célia Lima Xavier (org.). *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012. p. 123-142.

SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. Virgem mestiça: devoção à Nossa Senhora na colonização do Novo Mundo. *Tempo*, n. 11, p. 77-92, 2006.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SPPUFORD, Peter. Le liens du crédit ao village dans l'Angleterre du XVIIe siècle. *Annales: Histoire, Sciences Sociales*, v. 49, n. 6, p. 1359-1373, 1994.

SPPUFORD, Peter. Les liens du crédit au village. *Annales*, n. 6, p. 1359-1373, 1994.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo; RESTITUTTI, Cristiano Corte. Os muares e as minas: relações entre a demanda mineira e o mercado de animais de carga nos séculos XVIII e XIX. In: *SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA*, 12., Diamantina. *Anais [...]*. Diamantina: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. p. 1-18.

TINHORÃO, José Ramos. *As festas no Brasil Colonial*. São Paulo: Editora 34, 2000.

TUCCI, Ugo. Pesos e medidas. In: ROMANO, Ruggiero. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1995. V. 28. p. 233-277.

TRATADO sobre as partidas dobradas. Turin: Officina de Diego José Avondo, 1764.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

WESTPHALEN, Cecília Maria. *O barão dos Campos Gerais e o comércio de tropas*. Curitiba: CD, 1995.

YAMEY, Basil. Bookkeeping and accounts, 1200-1800. In: CAVACIOCCHI, Simo-  
netta (org.). *L'impresa industria commercio banca secc. XIII-XVIII*. Prato: Istituto  
Internazionale di Storia Economica, 1990.

Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

# Coisas do caminho

Crédito, confiança e informação na economia do comércio de gado entre Viamão e Sorocaba (1780-1810)

O objetivo principal deste livro é compreender uma economia dita “de Antigo Regime” a partir do estudo das formas como o crédito era praticado na dinâmica das relações pessoais, tendo como pano de fundo uma sociedade católica, corporativa, com uma hierarquia social baseada na política que incluía, no seu devido lugar, capitães, brigadeiros, pardos, donas, pretos, tenentes e forras. O contexto para isso é uma rota mercantil que interligava as localidades de Viamão e Sorocaba, passando por diversos outros lugares, mais ou menos importantes, como Vacaria, Lages, Lapa, Castro e Itapetininga. Uma rota comercial de um produto único, praticamente: os animais, especialmente mulas, cavalos e reses. Nesse sentido, falar de uma economia de Antigo Regime não é fazer desta definição uma simples forma de rotulagem. É preciso, antes, tomá-la em suas especificidades, procurando entender a originalidade de suas formas. Este trabalho é sobre os homens que faziam a rota das tropas e seus negócios. Procura entender como funcionava o acesso ao crédito, o crédito financeiro, mas também o crédito como sinônimo de confiança. E aqui entram todos: capitães, índios, criminosos, brigadeiros, conselheiros ultramarinos e secretários de estado e ultramar.



EDITORA



**UnB**